



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FERNANDA MARIA BARAÚNA DE FREITAS ARAGÃO

**Vozes de Nacala: uma análise sobre as potencialidades e limites da articulação
contra o ProSAVANA**

Salvador

2017

FERNANDA MARIA BARAÚNA DE FREITAS ARAGÃO

Vozes de Nacala: uma análise sobre as potencialidades e limites da articulação contra o ProSAVANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Elsa Sousa Kraychete

Salvador

2017

Aragão, Fernanda Maria Baraúna de Freitas
Vozes de Nacala: uma análise sobre as potencialidades e
limites da articulação contra o ProSAVANA / Fernanda Maria
Baraúna de Freitas Aragão. -- Salvador, 2017.
240 f.

Orientadora: Profa. Dra. Elsa Sousa Kraychete.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de
Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, 2017.

1. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. 2.
Brasil, Moçambique e Japão. 3. Construção de consenso . 4.
Articulação social. 5. "Não ao ProSAVANA". I. Kraychete, Profa.
Dra. Elsa Sousa. II. Título.

FERNANDA MARIA BARAÚNA DE FREITAS ARAGÃO


VOZES DE NACALA:

**UMA ANÁLISE SOBRE AS POTENCIALIDADES E LIMITES DA
ARTICULAÇÃO CONTRA O PROSAVANA**


Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 31 de agosto de 2017.

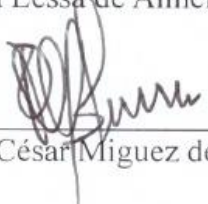
Banca examinadora



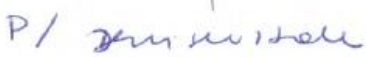
Prof.ª. Dra. Elsa Sousa Kraychete



Prof.ª. Dra. Elga Lessa de Almeida



Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira



Prof. Dr. Thiago Lima da Silva

A

Sandra Baraúna, minha mãe, por ser mestre em tudo que faz, ainda que nunca tenha frequentado universidade.

AGRADECIMENTOS

Considero que o percurso até a concretização deste Mestrado tenha sido um dos momentos de mudança mais importantes da minha vida. Como todo período de transformação, foi permeado por angústias e descobertas. Crescimento pessoal, espiritual e intelectual são os resultados desse processo que não teria este trabalho, como marco de conclusão, se não fosse toda ajuda com a qual contei. Porém, antes de propriamente agradecer, gostaria de compartilhar uma conclusão profissional que me posiciona academicamente e pode contribuir com a compreensão da leitura desta dissertação.

Assumir determinado “lado” da história é algo que, teoricamente, se recusa no Jornalismo – minha primeira formação profissional. Ouvir as fontes e construir o texto de forma inteligível para os leitores/ouvintes/expectadores/internautas é uma premissa. Nos dois anos em que trabalhei ativamente como repórter (somados a outros dois como estagiária), sempre procurei enxergar e dar voz àqueles que, a priori, não estavam à mostra. Dar voz aos vendedores ambulantes, aos que sofreram pela morte de um ente queridos diante de uma tragédia, aos que reclamavam de um buraco sem nunca conseguir serem ouvidos ou que exigiam mínimas condições de acesso à saúde pública. Nestes momentos, esquecia a pretendida imparcialidade e, sim, me colocava à serviço daqueles que mais precisavam ser ouvidos e reproduzidos. No processo de elaboração da dissertação, percebi que, enquanto pesquisadora, poderia me posicionar a respeito do que defendo sem, no entanto, ir de encontro ao que se estabelece na profissão. Muito mais do que no exercício do Jornalismo, em que as empresas exercem algum tipo de constrangimento – ainda que o embate entre jornalistas e empresários seja recorrente nos veículos mais sérios – posso, por meio desta dissertação, amplificar aquilo que sempre estive no fundo no meu “olhar da rua”. Sim, tenho um lado e o meu lado é o dos que são marginalizados, dos que sofrem preconceito, dos que se indignam à esperança de viver em um mundo melhor.

Agora, posso começar a registrar meus agradecimentos, a começar pela força inexplicável vinda de Deus, a quem rendo toda honra e graça cada dia mais na minha vida. Não fosse minha fé Nele, provada em diversos momentos dos últimos três anos, nada do que está escrito nas próximas páginas seria realidade. Agradeço, também, à minha mãe, Sandra Baraúna, por todas as orações e por me amparar e suportar nos momentos em que pensei ser difícil demais continuar. Ela nunca me deixou desanimar e sempre respeitou minha necessária

“ausência” provocada pelas horas de leitura e escrita. Ao meu pai, Antônio Mário Aragão, agradeço pelo exemplo de equilíbrio e por nunca deixar de apoiar minhas decisões, sem deixar de apresentar os melhores caminhos a seguir. Meus sinceros e amorosos agradecimentos vão também para meu noivo, Aislan Ribeiro, com quem dividi/divido reflexões, dúvidas, conclusões, tensões, descobertas, risos e (muito) choro. Não fosse sua alegria, cumplicidade, atenção e amor, com certeza, este trabalho não teria sido concretizado. Não tenho dúvida de que Deus agiu por meio dele em muitos momentos! Obrigada avós, irmãos, tias, primos (agradeço à prima Ingrid Freitas pela hospedagem para realização de parte da pesquisa no Rio de Janeiro), sobrinhos (os de sangue e os “emprestados”, vocês me contagiaram com a pureza de coração!), sogra e cunhado por toda torcida e incentivos. Cada sorriso e desejos de “Vai dar tudo certo”, “Deus te abençoe”, “Você é meu orgulho” foram providenciais!

Quero agradecer ao meu “Bonde dos Perfeito” e às minhas “Patinhas (mais Di)” por estarem sempre comigo e aguentarem meus lamentos! Aos amigos da FACOM (Marília Moreira, obrigada por tentar entender minhas conclusões) agradeço demais também. Estamos juntos buscando uma Comunicação que contribua para a construção de um mundo mais digno! Às minhas lindas amigas do balé e aos colegas dos antigos trabalhos, muito obrigada por me manterem na vida de vocês, ainda que o tempo de estarmos juntos não seja mais o mesmo. Em especial, agradeço aos colegas da CBN por me ajudarem a conseguir concluir o primeiro ano de Mestrado e por apoiarem minha saída da rádio para concluir este novo passo acadêmico. Obrigada, a todos, por compreenderem ausências, escutarem desabafos, servirem de “alunos” e por não me deixarem desacreditar da minha capacidade. Por falar em desabafos, agradeço, ainda, à minha terapeuta Luana Dourado que também tem me auxiliado a lidar com o turbilhão de emoções e mudanças que têm ocorrido.

Meu “muito obrigada” vai, também, para os amigos da turma de 2015 do Mestrado. Às companheiras da “bancada feminista” do curso, Fernanda Brandão e Isabela Alcântara, e ao criador desta expressão e homem mais feminista que conheço, Jhader Cerqueira, quero dizer que, sem vocês, teria sido muito mais difícil! Vocês foram essenciais! Aos colegas Mário Joaquim, Rafael Lins, Rafael Ribeiro e Vinícius Santana agradeço por compartilharem comigo seus conhecimentos e aprendizados de vida. Aos colegas “veteranos”, da turma de 2014, que tanto me tranquilizaram e indicaram caminhos para que eu pudesse chegar até aqui, quero dizer: vocês tinham razão sobre tudo! Obrigada por me acolherem ainda quando nem era mestranda. Em especial, agradeço aos amigos Juliana Senna, Breno Fernandes e Vilson

Alves. Admiro muito cada um de vocês pela inteligência, determinação e por serem tão prestativos e atenciosos comigo. Às colegas do Labmundo Maria Elisa, Elga Almeida, Tacilla Siqueira e às futuras advogadas, muito obrigada por me escutarem e orientarem. À pesquisadora Bruna Muriel que me apresentou às Epistemologias do Sul e também avaliou meu trabalho, agradeço demais. A todos os professores do PPGRI, agradeço por reduzirem minha ignorância em relação a este mundo tão diverso e complexo. Ao coordenador Daniel Aragão agradeço, principalmente, pela confiança e auxílio no processo de conquista da bolsa de estudos. Como não poderia deixar de ser, agradeço, especialmente, à minha orientadora Elsa Sousa Kraychete, que me ensinou sobre a vida de pesquisadora. Obrigada por me mostrar o quanto é diferente realizar um trabalho engajado e no qual imprimo minhas reflexões, posicionamentos políticos e ideológicos. Agradeço, ainda, pelas correções, pelo estímulo e por compreender minhas dificuldades e ajudar a solucioná-las. Você foi imprescindível! Agradeço, ainda, à UFBA e à Capes pelo suporte institucional na concretização deste trabalho.

Por fim, quero agradecer, imensamente, às pesquisadoras brasileiras que me ajudaram e concederam entrevistas: Ana Garcia, Karina Kato e Diana Aguiar. Às japonesas Naoko Watanabe e Sayaka Funada-Classen pela entrevista e pelas respostas aos meus e-mails (respectivamente). Agradeço, também, aos moçambicanos Boaventura Monjane, Agostinho Bento, Vicente Adriano e, em especial, a Jeremias Vunjanhe pela paciência e auxílio para que eu pudesse chegar o mais próximo possível da realidade de Moçambique. Agradeço, também, à camponesa moçambicana Helena Terra que dividiu comigo suas preocupações e história de vida. Dedico o resultado desta pesquisa a todos os invisibilizados, principalmente, os camponeses do Corredor de Nacala cujas vozes espero ter feito ecoar por meio deste trabalho. “Eu sinto que sei que sou um tanto bem maior” (ANITELLI; VIANA, 2013).

[...] Liquidificaram,
As relações da lida.
Não há mais-valia
Há agonia
Há temor

Quem de pé ficará?
Se a luta acomodar
Diga quem nos dirá?
Quem viver, provará!

Nossa emancipação!
Nossa emancipação!
[...]

Quando há ferrugem, no meu coração de lata!
Quando há ferrugem, no meu coração de lata!
É quando a fé ruge, e o meu coração dilata!
É quando a fé ruge, e o meu coração dilata!

Fernando Anitelli (2013)

RESUMO

A análise das potencialidades e limites da articulação contra o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique (ProSAVANA) é o objetivo desta pesquisa qualitativa. Criado sob a justificativa de promover o desenvolvimento agrícola sustentável, visando melhorar as condições de vida da população do Corredor de Nacala, o programa de cooperação entre Japão, Brasil e Moçambique revela, em essência, favorecer a expansão do agronegócio na África. Em cerca de cinco anos de luta e resistência, ao longo dos quais se criou a campanha “Não ao ProSAVANA”, a articulação formada por movimentos sociais, Organizações Não Governamentais e sindicatos rurais – principalmente dos três países cooperantes – tem questionado a estrutura e os objetivos do programa. Defendem a garantia do uso e aproveitamento da terra, a produção agroecológica e a participação democrática para os pequenos agricultores moçambicanos. O ProSAVANA foi inspirado no Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) que, na década de 1970, contribuiu com a grilagem de terras e a dispersão da população rural no Centro-Oeste brasileiro. Ao incentivar o aumento da produtividade alimentar por meio da mecanização e utilização de agrotóxicos, favorecendo as multinacionais do setor, o ProSAVANA se mostra fiel ao projeto de desenvolvimento econômico que é o próprio desenvolvimento do sistema capitalista com suas contradições. Para legitimar a execução de grandes projetos que colocam em prática tal perspectiva, a construção de consensos tem sido imprescindível e as grandes organizações internacionais, sobretudo o Banco Mundial, estão à frente deste processo. Assim, desde 2012, estratégias de comunicação e engajamento têm sido usadas para garantir legitimidade para o ProSAVANA. Tudo isso em um ambiente de conflito político do qual Moçambique ainda não conseguiu se desvencilhar, desde sua recente luta de independência, a partir de 1975, que foi seguida por uma Guerra Civil fragilmente encerrada por um acordo de Paz em 1992. Por meio da análise de documentos oficiais, entrevistas, publicações da articulação contra o programa, além de produções acadêmicas e documentários observa-se como a força do discurso de desenvolvimento e a cooptação de lideranças têm limitado a articulação contra o ProSAVANA. Por outro lado, como a aliança com outras lutas contra-hegemônicas e a exigência de acesso à informação têm potencializado o movimento transnacional.

Palavras-chave: ProSAVANA, desenvolvimento, cooperação, consenso, articulação social

ABSTRACT

The objective of this qualitative study is the analysis of the potentialities and limits of the articulation against the Tripartite Cooperation Program for Agricultural Development of the Tropical Savannah of Mozambique (ProSAVANA). Created under the rationality of promoting sustainable agricultural development, aiming at improving the living conditions of the Nacala Corridor population, the cooperation program between Japan, Brazil and Mozambique reveals, verily, favoring the expansion of agribusiness in Africa. In about five years of struggle and resistance, during which the campaign “No to ProSAVANA” was created, the articulation formed by social movements, Non-Governmental Organizations and rural syndicates – mainly from the three cooperating countries – has questioned the structure and objectives of the program. They defend the guarantee of land use, agroecological production and democratic participation for small Mozambican farmers. ProSAVANA was inspired by the Japan-Brazil Cooperation Program for the Development of Cerrados (PRODECER) which, in the 1970s, contributed to land grabbing and dispersion of the rural population in the Brazilian Midwest. By encouraging the increase of food productivity through the mechanization and use of agrochemicals, favoring the multinationals of the sector, the ProSAVANA is faithful to the project of economic development that is the very development of the capitalist system with its contradictions. In order to legitimize the execution of large projects that put this perspective into practice, the building of consensus has been essential and the major international organizations, especially the World Bank, are at the forefront of this process. Thus, since 2012, communication and engagement strategies have been used to ensure legitimacy for ProSAVANA. All of this in an environment of political conflict that Mozambique has not yet been able to break free since its recent independence struggle since 1975, which was followed by a Civil War frailly closed by a peace agreement in 1992. Through the analysis of official documents, interviews, publications of the articulation against the program, besides academic productions and documentaries, it is observed how the strength of the discourse of development and the cooptation of leaderships have limited articulation against ProSAVANA. On the other hand, as the alliance with other counter-hegemonic struggles and the demand for access to information have potentiated the transnational movement.

Keywords: ProSAVANA, development, cooperation, consensus building, social articulation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapas da região onde o ProSAVANA será implantado.....	96
Figura 2: Distritos abrangidos pelo ProSAVANA	134
Figura 3: Relatório mensal dos consultores da JICA do ProSAVANA-PD (Junho 2013).....	148
Figura 4: Análise de SWOT feita pela CV&A	153
Figura 5: Folheto de divulgação do ProSAVANA	158
Figura 6: Cartaz de divulgação do ProSAVANA em língua Makhuwa.....	159
Figura 7 Consulta pública realizada em Mutuali em 2015	170
Figura 8: Relatórios produzidos pela MAJOL	178
Figura 9: Diferença entre versões do “ <i>Inception Report</i> ” da MAJOL (à esquerda, o documento de 29 páginas e, à direita, o de 48).....	179
Figura 10: Ilustração presente na “ <i>Definition of ‘Stakeholder’</i> ” realizada pela MAJOL.....	182
Figura 11: “ <i>Stakeholder Mapping</i> ” elaborado pela MAJOL	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação de participantes de reuniões realizadas pela coordenação do ProSAVANA	140
Tabela 2: Relação de participantes das reuniões convocadas pela coordenação do ProSAVANA com os produtores	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAAJC	Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ADECRU	Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais
AGRA	Aliança para uma Revolução Verde na África
AMPA	Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão
ANC	<i>African National Congress</i>
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAADP	<i>Comprehensive Africa Agriculture Development Programme</i>
CARE	<i>Cooperative for American Remittances to Europe</i>
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CNPH	Centro Nacional de Pesquisa em Hortaliças
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPAC	Centro de Pesquisas Agrícolas do Cerrado
CPAI	Comitê Permanente de Assuntos Internacionais
CV&A	Cunha Vaz e Associados Sociedade Unipessoal
DAC	<i>Development Assistance Committee</i>
DPA	Direção Provincial de Agricultura
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro
ECOSOSC	Conselho Econômico e Social
EMATER-DF	Empresa de Assistência Técnica e Rural do Distrito Federal

EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONGZA	Fórum das Organizações não-governamentais da Zambézia
FORAGNI	Fórum das Organizações Não-Governamentais de Niassa
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GAZEDA	Gabinete de Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado
GD	Grupo Dinamizador
GSFF	Fundação Malonda e Fundo Florestal Solidário Global
IBWs	Instituições de Bretton Woods
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDeIAS	Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
IFAD	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IFC	<i>International Financial Corporation</i>
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRPC	Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
JA	Justiça Ambiental
JBPP	<i>Japan-Brazil Partnership Program</i>
JCC	<i>Joint Coordinating Committee</i>
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
JSID	Sociedade Japonesa para o Desenvolvimento Internacional
LDH	Liga Moçambicana dos Direitos Humanos
MASA	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique

MCSC-CN	Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MINAG	Ministério da Agricultura
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachusetts
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
MPF	Ministério Público Federal
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MST	Movimento Sem Terra
NEPAD	<i>New Partnership for Africa's Development</i>
NOEI	Nova Ordem Económica Internacional
OAU	<i>Organisation of African Unity</i>
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODA	<i>Official Development Assistance</i>
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECE	Organização Europeia de Cooperação Económica
OIC	Organização Internacional de Comércio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OJM	Organização da Juventude Moçambicana
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
OMR	Observatório do Meio Rural
ONG	Organização Não Governamental
ONGIs	Organização Não Governamental Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	<i>United Nations Operation in Mozambique</i>
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ORAM	Associação Rural de Ajuda Mútua
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTM	Organização dos Trabalhadores Moçambicanos

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	<i>Pan African Congress</i>
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PAP	Parceiros de Apoio Programático
PARP	Plano de Ação para a Redução da Pobreza
PARPA	Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta
PDDA	Plano Director para o Desenvolvimento do Agronegócio
PEDEC-NACALA	Projeto de Estratégias de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala
PEDSA	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrícola
PERP	Planos Estratégicos de Redução da Pobreza
PIB	Produto Interno Bruto
PNISA	Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPOSC-N	Plataforma da Sociedade Civil de Nampula
PPOSC-N	Plataforma Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Nampula
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PRAI	<i>Principles for Responsible Agriculture Investment</i>
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PRES	Programa de Reabilitação Económica e Social
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ProSAVANA	Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique
ProSAVANA-PD	Plano Director
ProSAVANA-PEM	Projeto de Extensão
ProSAVANA-PI	Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala

RADEZA	Rede de Organizações para Ambiente e Desenvolvimento Comunitário Sustentável da Zambézia
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RIE	Revisão das Indústrias Extrativas
SDAE	Serviços Distritais de Atividades Econômicas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNASP	Serviço Nacional de Segurança Popular
SPEED+	<i>Supporting the Policy Environment for Economic Development</i>
TCTP	Programa de Treinamento para Terceiros Países
TICAD	<i>Tokyo International Conference on African Development</i>
ToR	Termos de Referência
UIT	União Internacional das Telecomunicações
UNAC	União Nacional de Camponeses
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para Acordos de Comércio e Desenvolvimento
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>
ZEE's	Zonas Económicas Especiais
ZFI's	Zonas Francas Industriais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: BUSCA POR DEBATES E PROPAGAÇÃO DE CONSENSOS	26
2.1 A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO	27
2.1.1 Entre nomenclaturas e significados	27
2.1.2 Organizações e instituições internacionais na propagação do conceito.....	31
2.2 DIRECIONAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	36
2.2.1 As reivindicações dos subdesenvolvidos no contexto de Guerra Fria	36
2.2.2 Da Crise de 1970 ao avanço do neoliberalismo	40
2.3 AS PERSPECTIVAS DE DEBATE E O ESTABELECIMENTO DE CONSENSOS	44
2.3.1 Participação da sociedade civil organizada	44
2.3.2 A persistência dos “movimentos anticapitalistas” e ou “cosmopolitismo subalterno”	48
2.3.3. Sobre consenso e cooptação no âmbito de organizações internacionais.....	52
3 TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS EM MOÇAMBIQUE: O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL	59
3.1 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL E O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO ENTRE CONFLITOS	60
3.1.1 Economia na África Subsaariana no final do século XX: breve contextualização..	60
3.1.2 As primeiras ações em busca do desenvolvimento sob influência da Guerra Fria e da Guerra Civil	62
3.1.3 A relação com as Instituições de Bretton Woods (IBWs) no contexto de abertura econômica e política.....	69
3.1.4 Megaprojetos x Mega Transtornos	76
3.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA HISTÓRIA MOÇAMBICANA	83
3.2.1 O projeto de unidade e as primeiras participações populares	84
3.2.2 Surgimento das ONGs e movimentos sociais locais e sua relação com as ONGs internacionais.....	91
4 DE CIMA PARA BAIXO: A IDEALIZAÇÃO DO PROGRAMA, A POSSE DA TERRA E O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE	94
4.1 DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?	95

4.1.1 Caracterização geral do ProSAVANA	95
4.1.2 A concepção do ProSAVANA no contexto de crise alimentar	98
4.2 A QUESTÃO DA TERRA E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA MOÇAMBICANA	114
4.2.1 O direito de uso da terra em Moçambique: a lei e os desvios	115
4.2.2 As recentes estratégias de desenvolvimento rural para Moçambique em meio à Revolução Verde e à Nova Aliança do G8 para Segurança Alimentar	119
<i>4.2.2.1 Percepção dos efeitos da Nova Aliança em campo</i>	128
5 A LUTA CONTINUA: ANÁLISE SOBRE AS POTENCIALIDADES E LIMITES DA ARTICULAÇÃO CONTRA O PROSAVANA	131
5.1 GENTE IMPORTA: A BUSCA POR ENTENDER O PROSAVANA	132
5.1.1 O protagonismo da sociedade civil moçambicana e a atuação brasileira no início da articulação dos povos	132
5.1.2 A contribuição japonesa no desafio de compreensão mútua	143
5.2 AS ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR A SOCIEDADE CIVIL	150
5.2.1 Comunicação social ou “intervenção social”?	150
5.2.2 A campanha “Não ao ProSAVANA”	163
5.2.3 As “auscultações públicas” de 2015	167
5.2.4 Proposta de “Engajamento das partes interessadas”: uma continuidade da “Estratégia de Comunicação”?	173
5.2.5 A criação do “Mecanismo da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala” e suas consequências	185
<i>5.2.5.1 Os Principles for Responsible Agricultural Investment (PRAI) e o reforço aos mecanismos de legitimação de projetos de grande impacto</i>	190
<i>5.2.5.2 A relação da WWF com o ProSAVANA</i>	192
<i>5.2.5.3 O ProSAVANA e a mídia em Moçambique</i>	195
5.3 LUTAR E RESISTIR NOS NOVOS CONTEXTOS POLÍTICOS	198
5.3.1 Um <i>impeachment</i> no meio do caminho	198
6 CONCLUSÃO	204
REFERÊNCIAS	210
APÊNDICE A - QUADRO DE ENTREVISTADOS (ordenado por data)	231
APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS	232
APÊNDICE C - Principais publicações da articulação contra o ProSAVANA	237

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique (ProSAVANA) – uma cooperação entre Moçambique, Brasil e Japão – envolve discussões que vão além do que seu nome sugere. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na área da agricultura seria apenas seu ponto de partida. Em quase oito anos de existência, contando-se a partir de sua idealização, ou seis anos, levando-se em consideração seu conhecimento público, as relações estabelecidas entre Estados, empresas e sociedade civil em torno da sua implementação proporcionaram a incorporação de problemáticas diversas. Direitos sobre o uso da terra, preservação ambiental, liberdade de manifestação, soberania dos povos e acesso à informação são alguns exemplos de temas que passaram a fazer parte das discussões em torno do ProSAVANA. Do ponto de vista do seu impacto, pode-se resumir que o programa gerou expectativas positivas para empresários do agronegócio e negativas para camponeses, ativistas e acadêmicos pertencentes a movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos rurais e outras entidades ligadas à defesa dos Direitos Humanos e Ambientais e contra a usurpação de terras. Esta dissertação se dedica a observar o que será chamado de “articulação contra o ProSAVANA”, uma contestação internacional que reúne membros de movimentos, tais como os últimos citados, principalmente, de Moçambique, Brasil e Japão.

Assim, parte-se da seguinte questão: quais são as potencialidades e limites da articulação contra o ProSAVANA? O objetivo principal, então, é analisar a articulação contra o ProSAVANA, no contexto de implementação do programa de cooperação, buscando discutir as potencialidades e limites das suas ações. Já os objetivos específicos formam o percurso que se identificou como necessário para alcançar explicações para o questionamento principal. O primeiro é compreender o paradigma do desenvolvimento a partir de diferentes perspectivas; o segundo é contextualizar Moçambique política e economicamente no pós-independência; o terceiro é localizar o ProSAVANA e as estratégias de desenvolvimento agrícola para Moçambique em um cenário de crise alimentar e de surgimento de iniciativas internacionais como a Aliança para a Revolução Verde na África (AGRA) e a Nova Aliança para Segurança Alimentar e Nutricional do G8; o quarto é analisar os fatos ocorridos no decorrer da idealização e implementação do ProSAVANA no sentido de identificar as potencialidades e limites da articulação que se forma contra o programa.

O detalhamento de cada um desses objetivos compõe os quatro capítulos de desenvolvimento desta dissertação, que tem como base a metodologia de pesquisa qualitativa e está comprometida com a linha de pesquisa “Globalização, Desenvolvimento e Cooperação” do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia ao qual está vinculada. É, também, um desdobramento do trabalho de pesquisa que vem sendo desenvolvido no Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo) em Salvador. Apresenta uma perspectiva interdisciplinar, mesclando autores de diferentes correntes teóricas, mas com ênfase na Economia Política Internacional. Foi elaborada a partir de documentos oficiais relacionados ao ProSAVANA; leis moçambicanas; entrevistas realizadas com membros da articulação contrária ao programa presencialmente e via internet por meio do programa *Skype*; livros, teses, dissertações e artigos sobre as temáticas tratadas; cartas, manifestos e outras publicações elaboradas pelo movimento; reportagens e artigos disponíveis em sites noticiosos; além de vídeos de registros de encontros e documentários. É importante registrar que foi dada prioridade à leitura e à interpretação trazidas por autores do chamado Sul Global¹ como forma de ratificar a proposta que este trabalho tem de contribuir com a propagação do conhecimento comprometido com a transformação social. Nesse sentido, alguns dos estudiosos consultados cumprem uma dupla função sendo ativistas e pesquisadores nas universidades. Assim, será possível notar que, algumas vezes, um mesmo autor é referenciado por algum trabalho fruto de pesquisa acadêmica e outras vezes por ter sido entrevistado como ativista membro da articulação. Isto ocorre principalmente nos capítulos 4 e 5, quando o objeto desta dissertação passa a ser analisado mais especificamente e, por isso, priorizou-se vozes que estão ligadas mais diretamente ao fenômeno que é analisado. No entanto, estão identificadas, em nota de rodapé, as informações oriundas de entrevistas.

De modo geral, esta dissertação realiza análises dentro de um amplo espaço temporal que está compreendido entre o Pós-Segunda Guerra Mundial e o ano de 2017, quando este trabalho é finalizado. No entanto, é preciso alertar que o leitor não encontrará um detalhamento histórico a respeito de todo o período – o que não seria possível, nem viável no

¹ Entende-se Sul Global a partir da perspectiva trazida por Meneses e Santos (2010) na qual o Sul “[...] é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte).” (MENESES; SANTOS, 2010, p. 19).

âmbito deste trabalho – mas sim ênfases em eventos que ratificam os argumentos defendidos no decorrer de cada capítulo de desenvolvimento.

No Capítulo 2, argumenta-se que a concepção do desenvolvimento econômico tem sido o resultado de um processo de construção histórico que envolve ações políticas, econômicas e culturais por parte de diferentes atores do sistema internacional. Sua idealização inicia a partir do trabalho de especialistas e dirigentes dos Estados centrais do capitalismo sob liderança dos Estados Unidos. Porém, ao longo de seis décadas, sofre modificações com a entrada das reivindicações dos países categorizados como subdesenvolvidos e das pressões de movimentos sociais, sindicatos e Organizações Não Governamentais (ONGs) denunciando os problemas provocados pela busca do crescimento econômico. A continuidade da execução dos programas de desenvolvimento passa a depender, então, do estabelecimento de consensos, sendo as grandes organizações internacionais seus principais agentes de concretização. Nesse processo, o Banco Mundial assumiu papel de destaque e sua atuação na mediação de conflitos entre Estados, empresas e sociedade civil e comunidades se tornou modelo institucional. Em relação à temporalidade do capítulo, pode-se dizer que se inicia com o período de criação das Instituições de Bretton Woods, pós-Segunda Guerra Mundial, chegando até o fortalecimento das políticas neoliberais entre as décadas de 1980 e 1990.

Já o capítulo 3, trata da história de Moçambique a partir da sua independência, ocorrida em 1975, até o início do século XXI, quando o país passa a ser cobiçado por antigas e emergentes potências por causa dos seus recursos minerais. Seu objetivo é apresentar uma compreensão a respeito da forma com que o país lida com a questão do desenvolvimento em meio aos desafios que enfrenta para se estabelecer enquanto Estado Nacional. As relações que estabelece internacionalmente, sobretudo com as Instituições de Bretton Woods, e as consequências para suas interações sociais internas também fazem parte do capítulo. É observado, ainda, como os conflitos que permeiam a história de Moçambique interferem na possibilidade de participação democrática da população, principalmente, no que diz respeito às reivindicações relacionadas aos programas de promoção do desenvolvimento do país. Assim, eventos em torno da Guerra de Independência, da Guerra Fria e da Guerra Civil são discutidos bem como as conquistas econômicas do país alcançadas por meio dos megaprojetos surgidos a partir dos anos 2000. Os transtornos para as comunidades rurais moçambicanas provocados por estes mesmos empreendimentos que levam o desenvolvimento para Moçambique também são alvo de observação – ênfase é dada à atuação da mineradora Vale ao longo do Corredor de Nacala.

Como se pode perceber, os dois primeiros capítulos de desenvolvimento lançam as bases para compreender o fenômeno mais atual que será analisado: a articulação contra o ProSAVANA. É a partir do Capítulo 4 que este objeto começa a aparecer na medida em que se caracteriza o alvo de contestação que é o programa de cooperação trilateral (tripartida ou triangular), o qual se divide em três projetos: Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala (ProSAVANA-PI); Plano Diretor (ProSAVANA-PD) e o Projeto de Extensão (ProSAVANA-PEM). É importante dizer que esta dissertação não analisa os conteúdos de cada um dos projetos, o que já tem sido feito por pesquisas que têm o ProSAVANA como foco de análise. Atenção é dada ao segundo projeto, ProSAVANA-PD, mas não sob a ótica do seu conteúdo que também já foi alvo de apreciação. O que se observa são os fatos em torno da própria elaboração do plano em si: a praticamente desconsideração inicial dos camponeses e da sociedade civil e a posterior tentativa de forçar uma participação “vigiada” ou “direcionada”, bem como os conflitos e consequências disso. Assim, nas páginas que se seguem, não são detalhados modelos agrícolas ou discutida a procedência ou não da escolha de algumas culturas alimentares (se milho, soja, algodão ou feijão). São os fatos, estratégias e manifestos que surgem em torno da elaboração do Plano Diretor os alvos de análise.

Essa caracterização geral do programa é seguida por uma discussão a respeito da idealização do ProSAVANA no contexto da crise alimentar de 2008 – a qual impulsionou os países com pouca terra agricultável a buscar, principalmente em países da África, lotes de terra que pudessem servir ao agronegócio ou, simplesmente, à especulação financeira. Argumenta-se que o Japão – um país dependente de terras estrangeiras para sustentar seu consumo de soja – atua como protagonista na concepção do ProSAVANA, embora o discurso que se constrói busque mostrar que Moçambique solicita tanto a cooperação japonesa, quanto a brasileira. O Brasil é apresentado como aquele que tem a experiência em programas de desenvolvimento agrícola, neste caso, o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) que serviria de modelo para o ProSAVANA. Fazem parte das discussões desse capítulo, ainda, a influência exercida por iniciativas como a Aliança para uma Revolução Verde na África (AGRA) e a Nova Aliança do G8 para Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique. Observa-se que ambas defendem a tese de que o aumento de produtividade agrícola deve ser alcançado por meio da mecanização e da utilização de agrotóxicos, o que se relaciona diretamente com o fortalecimento do capitalismo neoliberal. Do ponto de vista temporal, os eventos analisados perpassam a primeira década do

século XXI e o início da segunda com o surgimento e construção do ProSAVANA entre 2009 e 2010 e o seu lançamento e propagação (para os empresários do ramo agrícola) nos anos de 2011 e 2012.

A última seção de desenvolvimento, Capítulo 5, é aquela na qual busca-se evidenciar as potencialidades e limites da articulação contra o ProSAVANA a partir do detalhamento dos fatos ocorridos ao longo da implementação do programa. Como o objeto deste trabalho é um processo de contestação em pleno acontecimento, foi difícil limitar o espaço temporal de análise. Pode-se dizer que foi dada prioridade à análise das ocorrências entre agosto de 2011, quando o programa chegou ao conhecimento da articulação, e agosto de 2016, quando foi publicado um estudo detalhado contendo informações de 146 documentos oficiais que foram divulgados ou chegaram a conhecimento público de maneira extraoficial. Assim, parte-se de uma caracterização da articulação contra o ProSAVANA, a partir da apresentação tanto do protagonismo dos camponeses e movimentos moçambicanos, quanto da importância da participação das organizações brasileiras e japonesas na estruturação da luta de resistência. Depois de mostrar que houve um período inicial de busca por informações a respeito do que seria o ProSAVANA, o texto traz as implicações que surgem como resultado da própria contestação social em relação ao programa. A coordenação do ProSAVANA, formada pelas agências e governos cooperantes, idealiza uma “Estratégia de Comunicação” e, posteriormente, um plano de “Engajamento das partes Interessadas”. Estas ações, embora apenas no último ano (2016) tenham sido esclarecidas, passaram a demandar da articulação discussões que ultrapassam as preocupações iniciais. Às reivindicações da posse da terra para os camponeses e de um modelo de desenvolvimento agrícola que respeite sua cultura e sua história bem como o meio ambiente acrescentou-se a possibilidade de participação democrática nas decisões e direcionamentos do programa e a soberania dos povos. Respeito aos Direitos Humanos, às Constituições dos três países, às Leis de Acesso à Informação também passaram a fazer parte da luta de resistência da articulação que, em 2014, idealizou uma campanha chamada “Não ao ProSAVANA”.

Os assuntos e informações dispostos nesta introdução poderão ser melhor compreendidas ao longo do trabalho. Justamente pela amplitude dos temas escolhidos alguns recursos foram utilizados para facilitar a compreensão dos leitores e concatenar as argumentações. Assim, cada capítulo de desenvolvimento e cada seção secundária são iniciados com um resumo sobre o que será discorrido. Além disso, foram elaborados quadros históricos e acrescentadas figuras (entre mapas e fotografias) e tabelas ao longo dos textos.

Há, ainda, uma relação de links disponibilizados em “Apêndice” que poderão ser utilizados para auxiliar na compreensão. Cabe ressaltar que, como forma de introduzir o leitor a respeito do assunto a ser tratado, cada capítulo inicia com uma epígrafe. Por fim, no capítulo de “Conclusão”, são apresentadas as considerações finais e conclusões a que se chegou por meio desta pesquisa.

Cabe salientar outros detalhes a fim de evitar estranhamento. Primeiro, os trechos retirados de textos escritos em inglês e espanhol foram traduzidos, mantendo-se o original em nota de rodapé. A exceção é a epígrafe do último capítulo por se tratar de um poema e existir a preocupação com o sentido que o autor quis transmitir. Segundo, assim como o Brasil, Moçambique foi colonizado por Portugal e tem o português como língua oficial. No entanto, as variações linguísticas fazem com que a grafia de algumas palavras seja diferente do português brasileiro. Nas citações diretas, optou-se por não realizar a “tradução”. Então, será comum encontrar, por exemplo, a palavra “director” desta maneira em títulos e trechos em citação direta. A terceira e última observação diz respeito à escrita da sigla que resume o nome do projeto de cooperação. Oficialmente, escreve-se “ProSAVANA” e esta foi a grafia escolhida pela autora desta dissertação. No entanto, é comum encontrar publicações que utilizem “PROSAVANA”, “Prosavana” ou “ProSavana”. Por isso, em algumas citações diretas, o leitor encontrará a palavra escrita de forma diferente, o que não comprometerá a compreensão.

2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: BUSCA POR DEBATES E PROPAGAÇÃO DE CONSENSOS

Será possível escaparmos do fantasma do desenvolvimento? A grande tarefa, sem dúvida, é construir não apenas novas utopias, mas também a possibilidade de imaginá-las, tendo o pós-capitalismo – e não apenas o pós-neoliberalismo – como o horizonte.

Alberto Acosta (2016, p. 64-65)

A partir da segunda metade do século XX, o imperativo do desenvolvimento econômico não tem deixado espaço para outras formas de compreensão da vida e a maior parte das discussões tem se centrado na ideia de como alcançá-lo, entendendo que este seja o destino inevitável de todos os povos do mundo. No entanto, embora a geração de riqueza tenha proporcionado acesso a saneamento, educação e saúde para algumas regiões no mundo, milhões de seres humanos continuam a sobreviver em condições indignas. Parte deste contingente está em Moçambique, cujas particularidades serão discutidas nos próximos dois capítulos. Além disso, a degradação do meio ambiente se aprofundou alcançando o nível do insustentável.

Busca-se mostrar, neste capítulo, que a concepção do desenvolvimento econômico não surgiu do acaso, mas tem sido o resultado de um processo de construção histórico que envolve ações políticas, econômicas e culturais por parte de diferentes atores do sistema internacional. Sua idealização, no que diz respeito a conceitos e principais direcionamentos, parte do trabalho de especialistas e dirigentes dos Estados centrais do capitalismo, os mais industrializados – sob liderança dos Estados Unidos. Porém, ao longo de seis décadas, sofre modificações com a entrada das reivindicações dos países categorizados como subdesenvolvidos e das pressões de movimentos sociais, sindicatos e Organizações Não Governamentais (ONGs) denunciando os problemas provocados pela busca do crescimento econômico.

É a participação dessa sociedade civil organizada, principalmente representada pelas ONGs, que interessa ser observada neste capítulo. Assim, além de traçar um percurso histórico sobre a criação e consolidação do desenvolvimento econômico, pretende-se perceber de que maneira esse grupo passa a influenciar no direcionamento das políticas voltadas para o desenvolvimento. Para isso, será necessário entender sua relação com grandes organizações

internacionais, procurando perceber como a correlação de forças interfere no estabelecimento de debates e na criação de consensos.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO

Para refletir sobre a construção e consolidação do desenvolvimento econômico, é interessante pensar, inicialmente, sobre o que se entende quando se pronuncia a palavra “desenvolvimento”. Depois, de que maneira este conceito é ratificado e se transforma no ideal a ser atingido pelos Estados – sendo a aplicação de projetos de cooperação econômica e a formulação de políticas públicas nacionais alguns dos seus expoentes.

2.1.1 Entre nomenclaturas e significados

A ideia de desenvolvimento como é conhecida inclui não apenas ações concretas e propositivas, mas também crenças que fazem com que ele se mantenha credível, mesmo diante do não cumprimento da maior parte de suas promessas. Em sua crítica histórica, na busca por mostrar a “ruína do desenvolvimento” (RADOMSKY, 2011, p.154), Gilbert Rist, em *“Desarrollo: historia de una creencia occidental”*, propõe uma comparação do desenvolvimento com crenças em torno da religião. O propósito é buscar uma definição que possa expressar tanto do que se trata o desenvolvimento, quanto onde se pode observá-lo ou não (RIST, 2002, p. 21). Neste intuito, ele reflete que, assim como um fiel cristão ignora atrocidades cometidas pela igreja sob a justificativa da preservação de seus preceitos, aqueles que impulsionam a ideia de desenvolvimento reconhecem a existência de erros, mas acreditam que seja preciso perseverar para alcançá-lo. Esta, então, seria uma explicação para o que ocorre há mais de meio século:

Surpreendentemente, cinquenta anos depois de que sua extensão aos países do Sul figura na agenda da comunidade internacional, o ‘desenvolvimento’ não foi ainda alcançado. Um político que faça promessas demagógicas demais termina abandonado por seus eleitores. Um investigador pode ser despedido se insiste em realizar durante tempo demais experimentos que não conseguem resultados. No entanto, nada disto ocorre no campo do ‘desenvolvimento’: *as promessas se repetem incansavelmente e os experimentos se reproduzem continuamente. Como explicar que cada fracasso seja a oportunidade para uma nova prorrogação?* (tradução nossa) (RIST, 2002, p. 35, grifo do autor).²

² “Cabe surpreenderse de que cincuenta años después de que su extensión a los países del Sur figure el en orden del día de la comunidad internacional, el ‘desarrollo’ no se haya conseguido todavía. Un político que haga demasiadas promesas demagógicas termina abandonado por sus electores. Un investigador puede ser despedido

O que se observa historicamente e pretende-se demonstrar, nesta seção, é que ocorreu (e ainda ocorre) a criação de estratégias de tempo em tempo para reavivar a ideia de desenvolvimento como se este pudesse chegar em nível equivalente para todas as populações. A explicação para tantas prorrogações talvez seja a necessidade de aparentar que se está buscando uma condição mais equitativa entre os Estados. Aparência justamente pelo fato de não se mexer na lógica de produção do sistema que, em sua base, é individualista e desigual. Nesse sentido, os discursos que sustentam a ideia encobrem o fato de que o capitalismo gera desigualdades e que, portanto, não há como todos se beneficiarem do que constitui o desenvolvimento. Assim, concordando com Rist (2002), o desenvolvimento se parece mais com um “mito ocidental” e é possível dizer que tanto a crença, quanto as práticas que compõem o desenvolvimento “[...] refletem a lógica de uma sociedade em vias de mundialização [...]”³ (ibid. p. 36). Como ponto de partida para a compreensão do que seria o desenvolvimento entendido desta forma pode-se resumir que:

O ‘desenvolvimento’ está constituído por um conjunto de práticas, às vezes, aparentemente contraditórias [...] Que, para assegurar a produção social [...] Obrigam a transformar e a destruir, de forma generalizada, o ambiente natural [...] E as relações sociais [...] Tendo em vista o aumento da produção [...] De mercadorias (bens e serviços) [...] Destinadas, através do intercâmbio à demanda solvente [...] (tradução nossa) (ibid., p.24-30, grifo do autor).⁴

Ao analisar a construção ocidental do conceito de “desenvolvimento”, Rist (2002), apoiado por ideias de Robert A. Nisbet⁵, acredita que, enquanto vocábulo, “desenvolvimento” é um “[...] nome genérico para as múltiplas práticas destinadas a aumentar o bem-estar da

si se empeña en realizar durante demasiado tiempo experimentos que no consiguen resultados. Sin embargo, nada de esto ocurre en el ámbito del 'desarrollo': *las promesas se repiten incansablemente y los experimentos se reproducen de continuo. ¿Cómo explicar que cada fracaso sea la oportunidad para una nueva prórroga?*” (RIST, 2002, p. 35, grifo do autor)

³ “[...] reflejan la lógica de una sociedad en vías de mundialización [...]” (ibid., p. 36).

⁴ *El 'desarrollo' está constituído por un conjunto de prácticas a veces aparentemente contradictorias[...] Que, para asegurar la reproducción social[...] Obligan a transformar y a destruir, de forma generalizada, el medio natural[...] Y las relaciones sociales [...] A la vista de una producción creciente [...] De mercancías (bienes y servicios) [...] Destinadas, a través del intercambio, a la demanda solvente[...] (RIST, 2002, p.24-30, grifo do autor)*

⁵ Em nota de rodapé, o autor indica que o capítulo, que inicia com a citação utilizada neste trabalho, é baseado em Robert A. Nisbet, cuja referência é: Social Change and history aspect o the western teory o development. Nueva York, Oxford University Press, 1996, pág. 335 [Cambio Social, Alianza Editorial, 1993]

humanidade [...]” (tradução nossa) (ibid. p. 37)⁶ que prevaleceu diante de outros nomes como: “civilização”, “ocidentalização”, “modernização” e “liberação”. Todos estes contêm propósitos similares e a escolha por “desenvolvimento” deriva do fato de a palavra, dentre outras explicações, fazer parte da linguagem científica e pressupor a condição de evolução (idem). Dessa forma, a ideia de desenvolvimento começa a se construir como uma maneira de descrever a mudança social a partir de uma analogia entre o natural e o social “[...] *fazendo como se o que é verdadeiro em um seja, necessariamente, no outro.*” (tradução nossa) (ibid., p.38)⁷. No âmbito da natureza, existiriam características fundamentais quando se fala em desenvolvimento: o crescimento rumo a um objetivo; a continuidade, que tem a ver com o fato de um organismo dar origem a outro determinado sempre; o caráter cumulativo, que seria a dependência de uma fase do desenvolvimento da outra; e irreversibilidade, ou seja, que não se retornará ao estágio anterior. Porém, quando se faz esta analogia, são desconsideradas questões “sócio-históricas” e, na reflexão de Rist (2002), guerras, migrações e alianças políticas podem mudar uma determinada comunidade e direcioná-la para um futuro diferente. “*Longe de facilitar a compreensão do fenômeno, a metáfora, ao naturalizar a história, a obscurece.*” (tradução nossa) (ibid., p.40, grifo do autor)⁸.

Nessa analogia socioeconômica na qual a conotação de desenvolvimento enquanto desenvolvimento biológico é associada ao percurso de uma nação, Estado ou sociedade – que surge e cresce ou se desenvolve –, segundo Wallerstein (2007), raramente, se chega ao ponto final desta progressão, que seria a probabilidade de morte. Tampouco se pensa a respeito da sobrevivência de uma espécie a partir da reprodução (WALLERSTEIN, 2007, p. 125). Isto se deve ao fato de que haveria outra conotação da palavra desenvolvimento: a aritmética, que teria sentido de “mais”, provocando sentimento instigante na medida em que se imagina que sempre se possa ter além do que se tem no momento, como em uma projeção linear que tende ao infinito. O teórico explica melhor no trecho abaixo:

O desenvolvimento como aquisição de ‘mais’ é o mito prometeico, a realização de todos os nossos desejos libidinais, é o prazer e o poder combinados, ou melhor, fundidos. O desejo está dentro de todos nós; o que a economia-mundo capitalista como sistema histórico tem feito é tornar estes desejos, pela primeira vez,

⁶ “[...] nombre genérico a las múltiples prácticas destinadas a aumentar el bienestar de la humanidad [...]” (RIST, 2002, p. 37).

⁷ “[...] *haciendo como si lo que es verdadero en uno, debiera serlo necesariamente em el otro.*” (RIST, 2002, p. 38, grifo do autor).

⁸ “*Lejos de facilitar la comprensión del fenómeno, la metáfora, al naturalizar la historia, la obscurece.*” (RIST, 2002, p.40, grifo do autor)

socialmente legítimos: ‘Acumulai, acumulai!’ é o *leitmotif* do capitalismo. E, com efeito, o produto científico-tecnológico desse sistema capitalista criou alguns espetáculos amplamente visíveis de ponderável acumulação, bem como um nível de consumo digno de nota para cerca de 10-20 por cento da população mundial. Em resumo, a realização do sonho da acumulação interminável não apenas se tornou legítima como passou a parecer plausível em algum sentido. (WALLERSTEIN, 2007, p. 126)

O autor, a partir de sua teoria do sistema-mundo, associa a questão do desenvolvimento à expansão do modo de produção capitalista pois compreende que, embora o que se entenda hoje como desenvolvimento esteja associado às ideias difundidas após 1945, sua história “[...] parece confundir-se com a história da própria economia-mundo capitalista.” (WALLERSTEIN, 2007, p. 124). Se é assim, pode-se pensar, então, que a origem do que passa a ser denominado “desenvolvimento” tenha englobado resquícios da noção de exploração e dependência características do colonialismo. No entanto, o processo de expansão capitalista na busca pela continuação da ampliação da mais-valia a partir de mão de obra mais barata não foi desprovido de resistência, segundo o teórico. “Povos de toda parte ofereciam resistência, de eficácia variável, [...] em especial devido ao fato de a incorporação ser uma proposição bem indesejável tanto em termos de interesses materiais imediatos como dos valores culturais daqueles que eram incorporados.” (ibid., p. 131).

Já Moraes (2005) acredita que o desenvolvimento seja uma “reencarnação” ou “ressignificação” do que já havia ocorrido na história da economia política anteriormente:

Progresso material e, mais emblematicamente, claro, ‘riqueza das nações’ já eram os objetos, por excelência, da economia política clássica. Mas a reencarnação toma nova forma, em contexto tão rico com a ascensão de um novo *hegemon* e a invasão da cena internacional por algumas dezenas de “jovens países” constituídos pela descolonização pós-guerra. (MORAES, 2005, p.9-10)

Para o autor, a ascensão dos Estados Unidos enquanto novo *hegemon* e o surgimento dos novos países pelo fim da colonização⁹ são imprescindíveis na compreensão das teorias do desenvolvimento que surgem no contexto imediato à Segunda Guerra Mundial, período conhecido como “os 25 anos gloriosos”. Ele faz uma análise de documentos que pertenceriam

⁹Ao menos do ponto de vista da organização administrativa. Alguns autores inseridos no projeto teórico chamado decolonial ou descolonial acreditam que a colonização permanece de outra maneira. Quijano (1992) considera que a colonização se mantém por meio da “colonialidade do poder” (QUIJANO, 1992, p.14).

ao que se convencionou chamar de “Teoria da Modernização”, “[...] um extraordinário montante de reflexões que buscavam caracterizar o estado de subdesenvolvimento e os modos de superá-lo [...]” (MORAES, 2005, p. 24). Sobre essa teoria, Kraychete (2012) acredita que tenha sido um importante mecanismo de conformação do desenvolvimento enquanto disciplina:

A teoria da modernização passou a ser referência teórica para entender a relação entre o a tradicional e o moderno no interior dos espaços nacionais, como também, para estabelecer comparações internacionais, entre os países classificados como moderno (desenvolvido) e atrasado (subdesenvolvido). Os diagnósticos comparativos que passam a classificar as sociedades como desenvolvidas e subdesenvolvidas, por essa ótica, têm dois desdobramentos: colocar as economias capitalistas avançadas como horizonte – um espelho – a ser alcançado pelas sociedades dispostas a trilhar o caminho do progresso e, ao mesmo tempo, abrir espaço para a assistência técnica, como uma missão a ser desempenhada pelos países desenvolvidos nos países atrasados. Nessas bases, a terapia a ser indicada inclui a reformulação e ou criação de instituições capazes de implementar ações reformadoras. (KRAYCHETE, 2012, p. 183-184)

É sobre a criação das instituições referidas por Kraychete (2012) que o próximo seção deste capítulo se dedicará. Quer entendido como “crença”, “mito prometeico” ou “reencarnação” – entre tantas outras compreensões a respeito do que seja o desenvolvimento – o fato é que a necessidade de se desenvolver é criada e propagada como fruto do trabalho tanto de membros dos governos das grandes potências como de economistas que buscam subsidiar, a partir da produção científica, os relatórios que surgiriam das organizações que foram criadas.

2.1.2 Organizações e instituições internacionais na propagação do conceito

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, em 1941, iniciaram-se os encontros para a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) que ocorreria na Conferência de São Francisco, nos Estados Unidos, em 1945. Após quatro anos de negociações, a ONU surgiu como “[...] organização internacional projetada para acabar com a guerra e promover a paz, justiça e uma vida melhor para toda humanidade.” (tradução nossa) (NAÇÕES UNIDAS).¹⁰

¹⁰ “[...] international organization designed to end war and promote peace, justice and better living for all mankind.” UNITED NATIONS. Site. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1945-san-francisco-conference/index.html>> Acesso em: 27 out. 2016.

A organização cuja formação inicial compreendia 50 membros, passou a ser constituída por 193 países, onze programas e fundos afiliados, 15 agências especializadas, além de entidades e organizações relacionadas (idem).¹¹ Dentre as agências mais importantes estão duas que surgiram no mesmo período e que, juntamente com alguns programas e fundos da organização, deram direcionamento à formulação de políticas em prol do desenvolvimento.

A Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas ocorrida na cidade de Bretton Woods, em julho de 1944, marcou o surgimento do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) que seriam responsáveis por orientar as principais ações em termos de relações econômicas no mundo após a Segunda Guerra – ou seja, a partir de 1945. A formação dessas organizações foi encabeçada pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido por meio de seus planejadores – Harry Dexter White e Jhon Maynard Keynes respectivamente – que, naquele momento, visavam “[...] um sistema que encorajasse a estabilidade econômica, o pleno emprego, o livre comércio e o investimento internacional [...]” (PEREIRA, 2010, p. 98).

Entre pontos de discussão convergentes, outros divergentes e a prevalência do posicionamento norte-americano (HOBBSAWN, 1994), foram criados o FMI e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) o qual, com a ampliação das atividades, passou a se tornar uma das instituições do atual Grupo Banco Mundial.¹² O primeiro se preocuparia com a estabilização monetária e o segundo com a “reconstrução e o desenvolvimento” (PEREIRA, 2010, p. 100). No entanto, o sistema de Bretton Woods não correspondeu ao desejo dos seus idealizadores completamente, já que suas propostas assustaram “o *establishment* americano”. Neste sentido, Belluzzo (2009) considera que o “[...] problema do FMI não é seu poder excessivo, mas sua deplorável submissão ao poder e aos interesses dos Estados Unidos. (BELLUZZO, 2009, p. 52)

¹¹Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/about-un/funds-programmes-specialized-agencies-and-others/index.html>> Acesso em: 27 out. 2016

¹² A denominação “Banco Mundial” abarca duas organizações: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). As duas “[...] compartilham o mesmo pessoal e instalações.” (tradução nossa) (BANCO MUNDIAL, 1996, p.2). O primeiro proporciona empréstimos com juros mais baixos que os bancos comerciais para países em desenvolvimento. O prazo para reembolso varia de 15 a 20 anos. Já a associação é voltada para a oferta de crédito aos países mais pobres com prazo de pagamento entre 35 e 40 anos. Diferentemente do que ocorre no BIRD que consegue crédito pelos governos membros e nos “mercados internacionais de capitais”, na AID são os países membros mais ricos que contribuem com quantias liberadas a cada três anos denominadas “reposições” (idem). Tanto o BIRD, quanto a AID fazem parte do Grupo Banco Mundial que ainda é composto pelas seguintes organizações: Corporação Financeira Internacional (CFI), Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI) e a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/120-banco-mundial>> Acesso em: 27 out. 2016

Ainda nesse contexto pós-guerra, com o crescimento da influência da esquerda na Europa, surgiu, em 1947, o Plano Marshall com o objetivo de ajudar na reconstrução dos países europeus destruídos pelos conflitos armados e manter sua influência no continente. Para atuar como coordenadora da distribuição dos recursos que viessem do plano, em 1948, foi criada a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE) – que se transforma em Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1961¹³ – a partir da qual se conformou “um bloco de forças aliadas” contra a União Soviética (PEREIRA, 2010). Esta ação de auxílio aos europeus representou um marco em termos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), assim como o discurso inaugural do presidente americano Harry Truman, proferido em 20 de janeiro de 1949, que também se tornou representativo da criação do ideário de desenvolvimento. O discurso contém um “programa de paz e liberdade”¹⁴ com ênfase em quatro pontos de ação, como se observa no trecho a seguir:

Quarto, temos de embarcar em um programa arrojado novo para fazer os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial disponível para a melhoria e o crescimento de áreas **subdesenvolvidas**. Mais da metade das pessoas do mundo vivem em condições próximas da miséria. Sua comida é inadequada. Eles são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça tanto para eles como para áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas. Os Estados Unidos são preeminentes entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos usar para a assistência de outros povos são limitados. Mas nossos recursos imponderáveis em conhecimento técnico estão crescendo constantemente e são inesgotáveis. Eu acredito que devemos colocar à disposição dos povos amantes da paz os benefícios de nossa provisão de conhecimento técnico para ajudá-los a realizar suas aspirações para uma vida melhor. E, em cooperação com outras nações, devemos fomentar investimentos de capital em áreas que necessitam de desenvolvimento. (tradução nossa) (TRUMAN, 1949, grifo nosso)¹⁵

¹³ Antes, em janeiro de 1960, a OCDE cria o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) que serve de referência na cooperação para o desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.oecd.org/about/history/>> Acesso em: 27 out. 2016

¹⁴ “In the coming years, our program for peace and freedom will emphasize four major courses of action.” Disponível em: <<https://www.trumanlibrary.org/publicpapers/index.php?pid=1030&st=&st1=>> Acesso em: 17 ago. 2016

¹⁵ Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and skill to relieve suffering of these people. The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible. I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should

Ao ler este discurso de maneira descontextualizada, pode-se supor que os problemas das nações sobre as quais ele se refere não tiveram raiz num passado de exploração promovido pela própria “humanidade que possui conhecimento e habilidade” quando desejou expandir o modo de produção capitalista que, em sua essência, é desigual. E mais: que o patamar alcançado por estes Estados não foi às custas da exploração destes povos que se encontram “em condições próximas à miséria”. Desconsidera-se um passado de relações coloniais no que diz respeito à América Latina e o presente (na época do discurso) de exploração a que países da Ásia e, principalmente, da África ainda estavam submetidos. Sem contar com o “esquecimento” de que parte do conhecimento produzido contou com a contribuição justamente dos povos que Truman julga serem primitivos e estagnados. Obviamente, poderia não soar ético um presidente declarar que o desejo era ampliar o processo de acumulação de capital sob outra roupagem.

Nesse sentido e apontando a falta de questionamento sobre as razões que levaram determinados seres humanos à condição de miséria, Rist (2002) afirma que o termo “subdesenvolvimento” aparece no primeiro parágrafo do ponto quatro do discurso de Truman como uma “[...] inovação terminológica [...] introduzindo uma relação inédita de ‘desenvolvimento’ e ‘subdesenvolvimento’.” (tradução nossa) (RIST, 2002, p.87).¹⁶

No entendimento de Arturo Escobar que, assim como Gilbert Rist, propõe uma desconstrução da ideia de desenvolvimento em uma crítica à modernidade, a ambição evidenciada a partir do discurso de Truman era a de reproduzir os modos de vida que caracterizavam as sociedades consideradas mais avançadas a partir da concepção moderna: “[...] altos níveis de industrialização e urbanização, tecnificação da agricultura, rápido crescimento da produção material e dos níveis de vida, e adoção generalizada da educação e dos valores culturais modernos.”¹⁷ (tradução nossa) (ESCOBAR, 2007, p.20)

Segundo Escobar (2007), o sonho norte-americano de “paz e abundância” que viria a partir da ideia de desenvolvimento baseada no progresso técnico e valores culturais modernos

foster capital investment in areas needing development. (TRUMAN, 1949, grifo nosso) Disponível em: <<https://www.trumanlibrary.org/publicpapers/index.php?pid=1030&st=&st1=>> Acesso em: 17 ago. 2016.

¹⁶ “[...] innovación terminológica [...] introduciendo una relación inédita entre ‘desarrollo’ y ‘subdesarrollo’.” (RIST, 2002, p.87)

¹⁷ “[...] altos niveles de industrialización y urbanización, tecnificación de la agricultura, rápido crecimiento de la producción material y los niveles de vida, y adopción generalizada de la educación y los valores culturales modernos. En concepto de Truman, el capital, la ciencia y la tecnología eran los principales componentes que harían posible tal revolución masiva. (ESCOBAR, 2007, p.20)

recebeu respaldo universal pelo fato de que: “Este sonho não era criação exclusiva dos Estados Unidos, mas o resultado de uma conjuntura histórica específica dos finais da Segunda Guerra Mundial.” (ESCOBAR, 2007, p.20).¹⁸ Assim, documentos que surgem no período – e refletem, de certa forma, a opinião não apenas dos norte-americanos, mas de outras potências que desejam se reestabelecer no pós-guerra – demonstram concordância em seus direcionamentos a respeito dos países considerados subdesenvolvidos.

No documento *Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries* do Departamento de Relações Econômicas e Sociais das Nações Unidas, de 1951, encontram-se observações a respeito dos países subdesenvolvidos e instruções para que o desenvolvimento conseguisse chegar até eles. Conforme o documento, o progresso só seria possível a partir de dolorosos ajustes que incluiriam a eliminação de “filosofias ancestrais” e “velhas instituições sociais” (NAÇÕES UNIDAS, 1951: I, apud ESCOBAR, 2007, p.20). Já o relatório de 1948-49 do Banco Mundial traz indicações mais relacionadas aos problemas sociais – se referindo às “condições próximas à miséria” ditas pelo presidente americano no ponto quatro – que seriam os responsáveis pela condição de instabilidade política dos países subdesenvolvidos. Neste caso, algumas barreiras precisariam ser ultrapassadas na busca por melhorias, como relata Pereira (2009):

[...] a) o baixo nível educacional e de saúde pública da massa da população; b) o baixo nível de qualificação e competência profissional dos quadros da administração pública; c) em algumas situações, a extrema desigualdade na distribuição de riqueza, ancorada na manutenção de estruturas agrárias ‘ineficientes e opressivas’ (*ibidem*, em p.9); d) a limitação de capital doméstico para investimento, resultante dos baixos níveis de poupança e de políticas econômicas e setoriais inadequadas. Diante disso, para o Bird, era preciso que os governos promovessem imediatamente ‘os ajustes necessários nas relações sociais tradicionais sem destruir a estabilidade para o desenvolvimento’.” (BANCO MUNDIAL, 1949, p. 9 apud PEREIRA, 2009, p. 137)

No entanto, embora tenha apresentado tais propostas, de acordo com Pereira (2010), durante os primeiros dezesseis anos, o Banco Mundial não autorizou empréstimos para a área social (educação, saúde, saneamento básico, acesso à água potável e alimentação), apenas para grandes obras de infraestrutura como construção de rodovias e ferrovias e de usinas de geração de energia. A preocupação era que os projetos fossem “[...] pagáveis, visíveis e

¹⁸ “Este sueño no era creación exclusiva de Estados Unidos, sino resultado de la coyuntura histórica específica de finales de la Segunda Guerra Mundial.” (ESCOBAR, 2007, p.20)

rentáveis, o que requeria análises de custo-benefício que demonstrassem a geração de impactos imediatos na atividade produtiva e, claro, dessem lucro.” (PEREIRA, 2010, p. 131). Isto porque o crescimento em termos de importância e notoriedade do Banco surgiu a partir da conquista da confiança dos grandes empresários e banqueiros de Wall Street – o centro financeiro dos Estados Unidos. Assim, sua visão foi moldada a partir das lentes do “*mainstream* anglo-americano” (ibid., p. 134). O início da liberação de empréstimos por parte do Banco Mundial para as áreas sociais só ocorreu, sob forte resistência, nos anos 1960 e 1970 (ibid., p. 137).

Então, sob a lógica do pronunciamento da potência estadunidense e das indicações de documentos das instituições recém-criadas, desenvolvimento significou, nas primeiras décadas pós-guerra, intensificação da industrialização que, como consequência, proporcionou o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) (ibid., p. 134).

2.2 DIRECIONAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

É importante pensar que o paradigma do desenvolvimento tem sofrido inflexões ao longo das décadas, conforme seja do interesse daqueles que dinamizam maior parte da sua concretização: os países desenvolvidos. No entanto, não se pode menosprezar as tentativas de intervenção e as próprias estratégias criadas pelos que têm sido impulsionados a seguir a instrução de se tornarem desenvolvidos: os países subdesenvolvidos. Acontecimentos históricos e a própria dinâmica de transformação econômica impulsionaram tentativas de modificação da ordem vigente e não apenas por parte dos Estados, mas também das ONGs em defesa do meio ambiente e dos direitos sociais.

2.2.1 As reivindicações dos subdesenvolvidos no contexto de Guerra Fria

Para além de serem denominados e terem seus destinos traçados pelo trabalho das potências europeias e, principalmente, pelos Estados Unidos, os países recém-denominados subdesenvolvidos, relegados ao espaço de um “Terceiro Mundo”, passaram a expressar reivindicações no âmbito político, no que diz respeito à descolonização e também ao chamado desenvolvimento (RIST, 2002, p. 99). A Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955, que reuniu representantes de países asiáticos, do Oriente Médio, alguns africanos – já que a maioria ainda estava sob administração colonial, inclusive Moçambique – e nenhum latino

americano marcou o começo da busca por participação na cena internacional.¹⁹ Para Rist (2002), a principal contribuição deste encontro foi: “[...] *acelerar o aparecimento de novas instituições internacionais (ou influenciar nas já existentes) encarregadas de fomentar o modelo de ‘desenvolvimento’ proposto pelos Estados industriais e, especialmente, pelos Estados Unidos.*” (tradução nossa, grifo do autor) (RIST, 2002, p.105).²⁰

De fato, em 1958, a ONU criou um Fundo Especial para assistência aos países menos desenvolvidos, reforçando o trabalho do Programa Ampliado de Assistência Técnica que já existia desde 1949. A fusão dos dois deu origem, em 1965, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)²¹, no contexto da Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Declarada em 19 de dezembro de 1961, pela Assembleia Geral da ONU, a década prometeu “[...] um período de intensificação da cooperação entre todos os povos em prol dos habitantes dos países menos desenvolvidos [...]” (NAÇÕES UNIDAS, 1961, p.23).²²

No mesmo ano da declaração da Década do Desenvolvimento por parte da Assembleia Geral, 17 países se tornaram membros da ONU, 16 deles africanos²³ – por suas condições socioeconômicas, reforçaram o grupo de países subdesenvolvidos. Desta forma, se tornaram alvos não só dos programas de desenvolvimento técnico, mas da disputa na Guerra Fria, já que “[...] a promessa de alívio da pobreza era uma arma a ser empregada na construção de alianças.” (tradução nossa) (UNICEF).²⁴ Como poderá ser visto no próximo capítulo, a influência da Guerra Fria sobre Moçambique ocorrerá nas décadas seguintes, já que, nos anos 1960, o país ainda iniciava sua luta de independência.

¹⁹ Segundo Rist (2002) apresenta, em nota de rodapé, foram 29 países presentes: Afeganistão, Camboja, China, Egito, Etiópia, Gana (ainda colonizado), Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Filipinas, Arábia Saudita, Sudão (ainda sem independência), Síria, Tailândia (antigo Sião), Turquia, República Popular do Vietnã, Estado do Vietnã e Iêmen. (tradução nossa) (RIST, 2002,p.99)

²⁰ “[...] *acelerar la aparición de nuevas instituciones internacionales (o influir en las ya existentes) encargadas de fomentar el modelo de ‘desarrollo’ propuesto por los Estados industriales y, especialmente, por los Estados Unidos.*” (RIST, 2002, p.105, grifo do autor)

²¹ UNDP. Site. Disponível em:

<http://www.undp.org/content/undp/en/home/operations/about_us/frequently_askedquestions.html#being> Acesso em: 27 out. 2016

²² “[...] a period of intensified co-operation among all peoples on behalf of those living in the less developed countries [...]” (ONU, 1961, p.23).

²³ UNIDAD NATIONS. Site. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/history/milestones-1951-1960/index.html>> Acesso em: 27 out. 2016. Os países incluídos no sistema ONU, entre setembro e outubro de 1960, foram: Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Chipre (europeu), Congo, Costa do Marfim, Gabão, Madagascar, Somália, Togo, Níger, República Centro-Africana, República Democrática do Congo (até 1997 era Zaire), Mali, Senegal, Nigéria. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/#a3>> Acesso em: 16 fev. 2017

²⁴ “[...] the promise of poverty alleviation was a weapon to be deployed in the building of alliances.” UNICEF. Site. Disponível em: <<http://www.unicef.org/sowc96/1960s.htm>> Acesso em: 27 out. 2016

Ainda durante a Década do Desenvolvimento, em 1964, tendo a ONU como foro, ocorreu a primeira reunião da Conferência das Nações Unidas para Acordos de Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) quando instituiu-se o Grupo dos 77, formado por países do Terceiro Mundo (África, Ásia e América Latina). É desta articulação que surge a Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) declarada, em 1974, sob aprovação unânime na ONU (ARAGÃO, 2010, p. 67-69). Além da aprovação desta declaração de Nova Ordem, os países menos desenvolvidos conseguiram aprovar um Plano de Ação e uma “Carta de Direitos e Deveres dos Estados” no âmbito das Nações Unidas, como está resumido no trecho abaixo:

Na década de 1970, a ONU recebeu grande influência dos debates em torno de uma NOEI, traduzidos em grande parte nestas Resoluções, mas estando para além delas, já que influenciaram outros processos e agências, com ideias disseminadas entre os países do Terceiro Mundo desde a década de 1960 e aprofundadas com a formação e trabalhos iniciais da UNCTAD. (ARAGÃO, 2010, p. 69)

Dentre os processos que tiveram influência está o da criação de um Código de Conduta para as empresas (ibid., p. 87) que, no entanto, não chega a se concretizar, embora haja uma nova tentativa, na década de 1990, sob pressão de organizações não governamentais. Esta questão será retomada posteriormente.

Nesse contexto de reclamações e reivindicações, como argumenta Kraychete (2012), havia uma “[...] consciência na sociedade de países subdesenvolvidos que os frutos do desenvolvimento não alcançaram a todos [...]” (KRAYCHETE, 2012, p. 251) e, desde o fim da década de 1960, tanto governos nacionais quanto organizações internacionais começam a repensar a ideia de desenvolvimento, já que a conjuntura da época era marcada por:

1) crise econômica que já atingia os países centrais do capitalismo, depois de duas décadas de crescimento continuado, que ameaçava o sistema de regulação internacional montado a partir de Bretton Woods; 2) expansão dos investimentos via empresas multinacionais em direção a alguns países em desenvolvimento, apontando para interdependência econômica entre países, já se falando em uma economia global; 3) surgimento, em vinte anos, a contar do final da Segunda Guerra, de sessenta novos países como resultado da desarticulação do sistema colonial, demandando atenção especial num contexto internacional marcado pela Guerra Fria. (KRAYCHETE, 2012, p.251-252)

Por falar em contexto de Guerra Fria, entre 1961 e 1970, os Estados Unidos criaram a Aliança para o Progresso para tentar conter o avanço comunista na América Latina incentivando o aprofundamento das relações econômicas entre países mais e menos desenvolvidos, impulsionando a modernização tecnológica agrícola e a industrialização. Além disso, consideraram ser, nessa época, de extrema importância um “[...] trabalho amplo, intenso e sistemático de doutrinação, inclusive mediante a manipulação do ‘orgulho nacional’.” (ROSTOW, 1964, p.132 e 150-151 apud PEREIRA, 2010, p. 151).

Ao fazer uma crítica à teoria evolucionista de Rostow (Walt Rostow²⁵) em relação ao caminho à modernização, Rist (2002) observa o que as técnicas modernas proporcionam o aumento da disponibilização de bens, mas reduz, por exemplo, o espaço do trabalho:

Levado ao extremo, o consumidor é "livre" para escolher entre uma vasta gama de carros, mas a poluição impede-o a avançar ao longo da estrada. **Não se trata de idealizar sistematicamente o passado, mas de reconhecer que as “conquistas de progresso” têm também suas vítimas; é muito simples não levar em conta o que desapareceu.** (tradução e grifo nossos) (RIST, 2002, p. 117)²⁶

As “vítimas” e os problemas trazidos pelo progresso sob a noção do desenvolvimento que é difundida neste momento ocuparão espaço no debate internacional provocado pelo embate entre a concepção das ONGs, sindicatos e movimentos sociais e a das Organizações Internacionais. No entanto, antes, é preciso trazer para a discussão empreendida a compreensão sobre as consequências dos anos de impulso à industrialização e crescimento econômico que começavam a dar sinais.

²⁵ Segundo Moraes (2005), Walt Rostow foi um filho de russos imigrados que formularia “[...] não apenas um modelo para a compreensão dos ‘caminhos’ do desenvolvimento, mas, ainda, um guia para a ação norte-americana [...]” (MORAES, 2005, p.15).

²⁶ Las técnicas modernas permiten evidentemente aumentar los bienes que se colocan en el Mercado, pero hacen desaparecer modos de saber-hacer antiguos; la riqueza nacional progresa gracias a la acumulación, pero las desigualdades hacen otro tanto; la industrialización crea nuevos empleos, pero reduce las posibilidades de trabajar de manera creativa y de conseguir reconocimiento social. Llevado al extremo, el consumidor es ‘libre’ de elegir entre una vasta gama de automóviles, pero la contaminación le disuade de avanzar a lo largo de la carretera. No se trata de idealizar sistemáticamente el pasado, sino de reconocer que las ‘conquistas de progreso’ tienen también sus víctimas; es demasiado simple no tener en cuenta lo que ha desaparecido. (RIST, 2002, p. 117)

2.2.2 Da Crise de 1970 ao avanço do neoliberalismo

A década de 1970 é marcada por diversas transformações que envolvem a dinâmica do crescimento econômico e a interação entre diferentes atores das relações internacionais. Inicialmente observa-se uma mudança no sistema monetário internacional com o fim do padrão ouro.

De acordo com Hirsch (2010), os Estados Unidos estavam com déficits na balança comercial e de pagamentos e, por isso, foram obrigados a “[...] desistir da garantia em ouro de sua moeda, o que levou ao colapso do sistema Bretton-Woods no início dos anos setenta. [...]” (HIRSCH, 2010, p.152). Como consequência, houve uma mudança no padrão monetário internacional. Essa afirmação de Joachim Hirsch surge de uma análise feita com base na Teoria da Regulação sobre a ascensão e queda do “fordismo” que pode ser definido como: “[...] a configuração histórica do capitalismo, que desde o fim da II Guerra Mundial até os anos setenta, foi determinante para as condições globais sociais, econômicas e políticas – não apenas na parte capitalista do mundo.” (ibid., p.138).

O que se verifica, segundo a reflexão deste autor, na década de 1970, é uma crise do fordismo que envolvia, por exemplo, a concorrência que os Estados Unidos passaram a sofrer de países recuperados das perdas da guerra. Alguns europeus e o Japão haviam se reestruturado apoiados na “liberalização do comércio mundial”, a partir do desenvolvimento dos seus próprios modos de relações sociais, políticas e econômicas (ibid., p.152). Some-se a isto o fato de os norte-americanos estarem sobrecarregados do ponto de vista do “gigantesco aparato militar” (KENNEDY, 1987 apud HIRSCH, 2010, p.152) que serviu para a Guerra do Vietnã. Para aguçar a crise, a guerra no Oriente Médio que teve como protagonistas os egípcios e israelenses, em 1973, provocou uma retaliação por parte dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Para atingir os ocidentais que apoiaram a vitória de Israel – impedindo que o Egito recuperasse completamente a região do Sinai, perdida em 1967 – o preço do barril do petróleo quadruplicou (RIST, 2002, p.167).

A partir de uma análise histórica mais abrangente, Hobsbawn (1994) afirma que: “De fato, a situação mundial se tornou razoavelmente estável pouco depois da guerra, e permaneceu assim até meados da década de 1970, quando o sistema internacional e as unidades que o compunham entraram em outro período de extensa crise política e econômica” (HOSBSBAWM, 1994, p.180). Ou seja, as transformações ocorridas nesta década são o

prelúdio de um período de crise do sistema capitalista que, não obstante, encontrará uma forma de se reerguer, como será visto adiante.

Agora, este desenvolvimento seria dotado de uma “estratégia”, termo que, segundo Rist (2002), “[...] indicava que o ‘desenvolvimento’ devia ser concebido de maneira global e integrada.” (tradução nossa) (RIST, 2002, p.169).²⁷ Havia, nesse contexto, uma preocupação com as condições de manutenção da prosperidade econômica que se havia observado nas décadas anteriores (RIST, 2002) misturada à pressão por uma preocupação com o meio ambiente. “O nascimento do movimento ecologista coincidia com um período de morosidade econômica nos países industriais, caracterizado pela desaceleração do crescimento e um progresso do desemprego [...]”, (tradução nossa) (ibid., p.167). Este assunto será retomado adiante.

A concepção de que deveria haver uma estratégia para o desenvolvimento, de acordo com Rist (2002), foi a conclusão do informe encomendado pelo Banco Mundial a Lester B. Person, o documento “*Partners Development*”, também conhecido como “Informe Person”²⁸. Sobre este documento, Kraychete (2012) resume:

O documento recomenda medidas voltadas para a modernização da agricultura, continuidade da industrialização nos países em desenvolvimento e a abertura de tais países aos investimentos externos, assim como aumento das suas exportações. A modernização voltada para o aumento da produtividade e a abertura dos mercados internos à concorrência externa não só são recomendadas, como também compõem a crítica ao modelo anterior de desenvolvimento pautado pelas políticas de substituição de importações com defesa do mercado interno. A orientação é a consolidação de uma economia global de livre mercado, via expansão das corporações multinacionais, e definição de políticas que eliminassem os obstáculos à presença de capitais externos nos mercados periféricos. (KRAYCHETE, 2012, p.252-253)

Ainda neste cenário de mudanças dos anos 1970, o Banco Mundial, que ainda focava no empréstimo para projetos de infraestrutura “[...] mudou sua atenção para a erradicação da pobreza. Os projetos de desenvolvimento refletiam objetivos orientados para as pessoas e não exclusivamente a construção de estruturas materiais. ” (tradução nossa) (BANCO

²⁷ “[...] término nuevo que indicaba que el ‘desarrollo’ debía ser concebido de manera global e integrada.” (RIST, 2002, p.169).

²⁸ Em 1968, o novo presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, solicitou a Lester B. Person, primeiro ministro do Canadá e Prêmio Nobel da paz de 1957, para formar uma comissão para estudar os vinte anos de assistência ao desenvolvimento observando seus erros e apontando direcionamentos para os próximos anos. (UNESCO, 1970, p.6)

MUNDIAL).²⁹ Por isso, de acordo com Kraychete (2005), o discurso do Banco Mundial entre os anos de 1970 e 1980 pode ser considerado de transição, “[...] ficando bases para repensar o sentido do desenvolvimento a partir de concepções liberais.” (KRAYCHETE, 2005, p. 69).

Essas concepções liberais que podem ser incluídas no que se chamou de neoliberalismo – tendo o Consenso de Washington como principal marco – segundo Perry Anderson, já estavam sendo pensadas desde o fim da Segunda Guerra, a partir da obra escrita por Friedrich Hayek, em 1944, denominada “O Caminho da Servidão”. O texto, segundo Anderson (1995), atacava “[...] qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado.” (ANDERSON, 1995, p.9). Anderson (1995) explica que a hegemonia do programa de bases liberais foi se consolidando ao longo dos anos 1970 e se firmou quando, em 1979: “Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos.” (ANDERSON, 1995, p.11). Como apresenta Hirsch (2011), a nova administração efetuou uma:

[...] virada conservadora monetarista [...] cujo objetivo era restabelecer a ameaçada supremacia internacional dos Estados Unidos, tanto econômica quanto militarmente, mediante um programa gigantesco de rearmamento. O chamado choque Volcker (1979-1989), ou seja, uma radical escassez monetária e a elevação dos juros marcava o início da ofensiva neoliberal globalizante partindo dos Estados Unidos. (Panitch/Gindin, 20004a). Com isso, buscava-se submeter a política a uma disciplina financeira e impedir qualquer esforço de democratização. Essa disciplina financeira atingiu sobretudo os países altamente endividados da periferia. O aumento dos juros e uma forte elevação cambial do dólar impossibilitaram o pagamento de juros para a amortização de créditos. (HIRSCH, 2011, p.155)

Como consequência dessa ação econômica, muitos países do Sul mudaram da expectativa de se tornarem países desenvolvidos – a partir dos direcionamentos das instituições internacionais até a década de 1970 – para a condição de endividados no início da década de 1980, o que vai influenciar seus posicionamentos nos anos seguintes. “As teorias e as práticas do ‘desenvolvimento’ se desaceleraram durante os anos oitenta. A política do Norte no que diz respeito ao Sul se resume, a partir então, em duas palavras: ‘ajuste estrutural’[...] Tem que ajustar primeiro, se diz, para poder desenvolver depois [...]” (tradução

²⁹ “[...] shifted its attention to poverty eradication. Development projects reflected people-oriented objectives rather than exclusively the construction of material structures.” WORLD BANK. Site. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/about/archives/history>> Acesso em: 27 out. 2016

nossa) (RIST, 2002, p.199).³⁰ Ainda segundo Rist (2002), “[...] as preocupações do ‘desenvolvimento’ se reduziram às iniciativas ‘humanitárias’ de UNICEF y das ONGs. ” (tradução nossa) (ibid., p.202).³¹ Como será desenvolvido no capítulo seguinte, a aplicação dos Programas de Ajuste Estrutural (PAEs) será marcante entre países africanos, incluindo Moçambique, ao longo dos anos 1980 e 1990.

Nessa conjuntura que passa a envolver a expansão das políticas neoliberais, pode-se perceber um novo encaminhamento para a questão econômica a partir de um dos relatórios do Banco Mundial direcionados ao desenvolvimento dos países localizados na África Subsaariana. Divulgado em 1981, o documento foi denominado “*Accelerated Development in Sub-Saharan Africa – An Agenda for Action*”. O documento foi escrito pelo *African Strategy review Group* sob coordenação de Elliot Berg – por isso, também ficou conhecido como “Relatório Berg” – com assistência de membros do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 1981). De acordo com Pereira (2010), o documento do Banco Mundial indo ao encontro do receituário do neoliberalismo “[...] condensava o cerne da nova linha política.” (PEREIRA, 2010, p.246)

Entre os pontos centrais do relatório estão “novas oportunidades de investimento e crescimento” e eficiência do uso de recursos escassos tendo como destaque suporte para impulsionar a produção agrícola. Chama atenção a ideia de que os governos deveriam lançar mão da eficiência do setor privado para alcançar necessidade de infraestrutura, educação e saúde (BANCO MUNDIAL, 1981). Não existiria uma única estratégia para alcançar maiores níveis de vida, já que os países do continente africano são diversos política, cultural e filosoficamente. Por isso, os programas deveriam ser formulados pelos países africanos contando com financiamento externo e assistência técnica dos mais desenvolvidos para lhes dar suporte. (ibid., p. V).

Na análise de Pereira (2010), a redução do tamanho do Estado e a consequente ampliação do espaço do controle privado sobre a economia são indicações presentes no informe que: “Desprovido de qualquer (auto) crítica à atuação precedente do Banco (ou do FMI) na região, sua mensagem central era de que o Estado pós-colonial tornara-se excessivamente grande, ineficiente e intervencionista.” (PEREIRA, 2010, p.246). Pregava,

³⁰ “Las teorías y las prácticas del ‘desarrollo’ se ralentizaron durante los años ochenta. La política del Norte respecto al Sur se resume, a partir de entonces, en dos palabras: ‘ajuste estructural’. [...] Hay que ajustar primero, se dice, para poder ‘desarrollar’ después [...]” (RIST, 2002, p.199).

³¹ “[...] las preocupaciones del ‘desarrollo’ se reducían a las iniciativas ‘humanitarias’ de UNICEF y de las ONG.” (RIST, 2002, p.202).

nesse sentido, a operação do “livre mercado” e as “vantagens comparativas”. “Em especial, prescrevia-se a realização de uma agenda coerente de reformas nas políticas comercial, cambial e agrícola voltada à promoção da liberalização comercial e da especialização produtiva voltada à exportação de bens primários.” (idem). Como poderá ser visto, no próximo capítulo, neste período, muitos países africanos ainda enfrentava o desafio de se consolidar enquanto Estados Nacionais.

O cenário que se delineia, seguindo a década de 1980, culmina com a nova concepção que se forma a respeito do desenvolvimento – buscando entrosamento com as discussões ambientais iniciadas na década de 1970. O que vai se observar é um direcionamento das organizações internacionais em torno de temas específicos e a abertura do espaço de discussão para novos atores das relações internacionais.

2.3 AS PERSPECTIVAS DE DEBATE E O ESTABELECIMENTO DE CONSENSOS

As ONGs, movimentos sociais, sindicatos dentre outras entidades representativas passam a buscar incidência maior sobre as questões do desenvolvimento a partir da década de 1970. Busca-se, sobretudo, um debate político em torno do que é proposto e do que efetivamente é cumprido. Esses movimentos possuem características distintas e modificam o caráter de suas atuações ao longo do tempo. Um dos pontos que interessa ser discutido, nesta última seção do capítulo, é o fato de as ONGs passarem a ser alvos das grandes organizações internacionais que estão dispostas a forçar o estabelecimento de consensos para fazer com que as inflexões na estratégia de desenvolvimento sigam o receituário neoliberal.

2.3.1 Participação da sociedade civil organizada

A partir do debate ambiental, a sociedade civil organizada se aproxima das discussões em torno do desenvolvimento na década de 1970. O evento considerado marco inicial disto é a conferência da ONU ocorrida em 1972, em Estocolmo. Esta conferência teve como base o relatório “Limites do Crescimento” que havia sido preparado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) com liderança de Dennis Meadows – por isso também conhecido como “Relatório Meadows” – e sob encomenda do Clube de Roma³² (BRUSEKE, 1994;

³² O clube foi fundado em 1968 pelo italiano e presidente do Comitê Econômico da OTAN, Aurelio Peccei, inicialmente, com 30 membros entre economistas, cientistas, educadores e industriais. Em 1970, já tinha 75 membros de 25 países. A ideia era pensar o sistema global e encorajar o combate à degradação ambiental

OLIVEIRA, 2012). Tanto a conferência quanto o relatório “[...] foram a consequência de debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente que, de forma esparsa, começaram nos anos 60, e ganharam no final dessa década e no início dos anos 70 uma certa densidade [...]” (BRUSEKE, 1994, p. 29). As principais questões levantadas pelo relatório, segundo Oliveira (2012), eram:

[...] [1] se a tendência do crescimento da população (e, por conseguinte, da poluição, industrialização, produção de alimentos e exaustão de “recursos” naturais) se mantivesse, os limites do planeta seriam atingidos em 100 anos; [2] era possível alterar esta tendência através de uma possibilidade *sustentável* de estabilização econômico-ecológica; e [3] as pessoas deveriam o mais rapidamente possível adotar como meta a perspectiva de estabilização, para lograr sucesso nesta empreitada. (OLIVEIRA, 2012, p.78)

Conforme relata Bruseke (1994), no sentido de promover uma “estabilidade econômica e ecológica” os organizadores do relatório propõem o “[...] congelamento do crescimento da população global e do capital industrial; mostram a realidade dos recursos limitados e rediscutem a velha tese de Malthus do perigo do crescimento desenfreado da população mundial. ” (BRUSEKE, 1994, p.29). Em resumo, o relatório “[...] proclamava a adoção da política do ‘crescimento zero’ para todos os países. ” (OLIVEIRA, 2012, p.78). Sobre este ponto, porém, não houve consenso entre os interesses dos países do Norte e do Sul durante a conferência de Estocolmo. Assim, mantiveram-se “[...] os *‘Países do Norte’* propugnando o ‘crescimento zero’, enquanto os *“Países do Sul”* apostavam no ‘desenvolvimento a qualquer custo’. ” (grifo do autor) (OLIVEIRA, 2012, p. 81).

A conferência, na Suécia, também foi significativa porque 250 ONGs participaram, fazendo jus à possibilidade de tal envolvimento em temas de competência do Conselho Econômico e Social (ECOSOSC), previsto na Carta Constitutiva da ONU³³ (KALDOR, 2012, p.117; KRAYCHETE, 2012, p.256). Por isso, é encarada como “[...] um marco de novas formas de interação entre organizações governamentais e não governamentais.”

(OLIVEIRA, 2012, p.77). Tudo isso, no entanto, sob uma ótica predominantemente industrial, já que era composto por empresários e seus estudos recebiam financiamento da “[...] Fundação Volkswagen, da FIAT, da Fundação Ford, da Royal Dutch Shell, da Fundação Rockefeller etc.” (REBÊLO Jr., 2002 apud OLIVEIRA, 2012, p.77)

³³ O trecho que fala sobre a consulta é este: “The Economic and Social Council may make suitable arrangements for consultation with non-governmental organizations which are concerned with matters within its competence. Such arrangements may be made with international organizations and, where appropriate, with national organizations after consultation with the Member of the United Nations concerned.” Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-x/index.htm>> Acesso em: 7 nov. 2016

(KRAYCHETE, 2012, p.256). A visibilidade de tal participação, no entanto, de acordo com Kraychete (2012), virá na década de 1990, quando temas que passam a compor a agenda de desenvolvimento desse período forem debatidos em conferências organizadas pela ONU – que buscam ampliar as bases para a tentativa do estabelecimento de consensos.

A participação em resoluções a nível das Nações Unidas de membros não estatais, iniciada com as organizações não governamentais, na década de 1970, ganha reforço na elaboração do relatório “Nosso futuro comum” finalizado em 1987 e amplamente divulgado em 1988. Considerado marco da ideia de “desenvolvimento sustentável”, o documento contou com a contribuição de pessoas notáveis que já se envolviam com a pauta do meio ambiente e destinou metade das vagas para membros de países em desenvolvimento (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.393). A direção da comissão ficou a cargo da doutora em medicina e Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, por isto, o relatório também ficou conhecido como “Relatório Brundtland”. O que se observa a partir dele é que a tensão provocada pelos problemas proporcionou um “convite” para participação da sociedade civil, mas as reclamações e reivindicações apresentadas não geraram obrigações daqueles que detinham o poder de decisão. No entendimento de Rist (2002), “[...] só umas medidas legais coativas, impostas pelo Estado (se supõe que obrigado pela opinião pública!) podem garantir o respeito ao meio ambiente. Cada vez mais, porém, o Estado é liberado do controle que exercia sobre determinados mercados, o que aumenta os riscos ambientais. (tradução nossa) (RIST, 2002, p.216) ³⁴ Esta falta de regulação do Estado vai ao encontro do que se pregou a partir do Consenso de Washington no que diz respeito, entre outras questões, a “[...] abrir a economia ao mercado internacional, criar ambiente favorável aos investidores externos, tudo com vista a buscar acesso ao capital e aos mercados globais.” (KRAYCHETE, 2005, p.70).

Essa preocupação com o meio ambiente que passa a ser amplamente debatida contribui com a criação de uma nova concepção de desenvolvimento que, na década de 1990, foi encabeçada pelo Banco Mundial e outras agências da ONU, com destaque para o PNUD (KRAYCHETE, 2005). Havia uma percepção – presente nas reclamações dos movimentos e organizações sociais – de que o direcionamento de crescer para depois redistribuir os ganhos entre a população não tinha gerado melhoria de vida e sim o aumento da miséria nos países

³⁴ “De esta forma, sólo unas medidas legales coactivas, impuestas por el Estado (¡se supone que obligado por la opinión pública!) pueden garantizar el respeto al medio ambiente. Cada vez más, sin embargo, el Estado se libera del control que ejercía sobre determinados mercados, lo que aumenta los riesgos medioambientales.” (RIST, 2002, p.216)

subdesenvolvimento. Assim, altera-se a proposta de atuação, segundo Kraychete (2005), “[..] pela proposição que a própria luta contra a pobreza poderia ser uma arma para a retomada do crescimento e, provavelmente, mover a sociedade em direção ao desenvolvimento.” (KRAYCHETE, 2005, p.98).

De forma ampliada, englobando as concepções de sustentabilidade trazidas pelo debate ambiental, pode-se resumir as ideias no conceito “desenvolvimento humano sustentável”, como sintetiza Kraychete (2005):

A completa definição de desenvolvimento humano sustentável requer que: o crescimento econômico seja uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento humano, já que por si só não melhora o nível de vida dos indivíduos; seja garantida a equidade de oportunidades para todos, permitindo que os indivíduos participem e se beneficiem dos resultados do crescimento econômico; a sustentabilidade do desenvolvimento tenha como finalidade não só a distribuição equânime dos recursos capazes de suprir as necessidades das gerações atuais, como das gerações futuras; e sejam criadas condições que possibilitem a participação dos indivíduos nas decisões e processos que dizem respeito a suas vidas. (KRAYCHETE, 2005,p.120-121)

Por esta definição e pelo debate em torno da questão ambiental, percebe-se que não se abre mão do crescimento econômico. Continua-se pregando a ampliação da produção e consumo de bens, desde que se respeite a possibilidade de participação dos indivíduos – em quantidade ampliada pela saída da condição de pobre – nestes ganhos. No entanto, a viabilidade deste mecanismo esbarra – ou deveria esbarrar – nos limites do que é fornecido pela natureza, algo que se apresenta em discurso, mas pouco se afirma em ações de preservação ambiental. Os desafios que se propõem a partir dos anos 2000 (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM)³⁵ e que são repropostos, praticamente em sua totalidade, quinze anos depois (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS)³⁶

³⁵ Em setembro de 2000, foi adotada a Declaração do Milênio que se baseia em oito objetivos: Acabar com a fome e a miséria; oferecer educação básica de qualidade para todos; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a Aids, a malária e outras doenças; garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; estabelecer parcerias para o desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>> Acesso em: 14 fev. 2017

³⁶ Por consenso, 193 Estados-membros da ONU, na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, acordaram uma agenda de 17 itens e 169 metas para os próximos 15 anos. São eles: Erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz,

demonstram que algo pode estar equivocado na lógica que se buscou modificar a partir dos anos 1990. “*O ‘desenvolvimento humano’ participa desta contradição fundamental que permite denunciar o que se recomenda, e praticar o que se considera inaceitável.*” (tradução nossa) (RIST, 2002, p.241).³⁷

2.3.2 A persistência dos “movimentos anticapitalistas” e ou “cosmopolitismo subalterno”

Quando se fala em participação social em torno da questão do desenvolvimento se está falando de um conjunto diverso de organizações e movimentos que, justamente por sua complexidade, é difícil de ser definido. No entanto, algumas concepções podem auxiliar na compreensão a respeito do objeto desta dissertação (a articulação contra o ProSAVANA) que será analisado adiante. Dentre a vasta literatura a respeito dos movimentos e organizações transnacionais encontra-se a categorização proposta por Mary Kaldor. A autora reúne essa complexa participação social em um termo chamado “sociedade civil global”:

[...] o proceso global mediante o qual os individuos debatem, incluem e negociam um contrato ou série de contratos sociais com os centros de autoridade política e econômica. Quer dizer, a sociedade civil global incluye todas aquelas organizações, formais e informais, à que os cidadãos podem se unir e mediante as que os que tomam decisões podem ouvir suas vozes. (tradução nossa) (KALDOR, 2005, p.108)³⁸

Kaldor (2005) elabora tipologias para tentar resumir como se organiza esta sociedade civil global, levando em consideração o fato de os tipos criados trabalharem na dimensão do ideal e diversas organizações porventura não se encaixarem neles (KALDOR, 2005, p.108). As primeiras tipologias propostas são as de “velhos e novos movimentos sociais” entendidos como conjunto de pessoas que pretendem promover a transformação social (KALDOR, 2005, p.109). Em resumo, Kaldor (2005) acredita que tenha ocorrido um “amansamento” dos

justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/cupula/>> Acesso em: 14 fev. 2017.

³⁷ “*El ‘desarrollo humano’ participa de esta contradicción fundamental que permite denunciar lo que se recomienda, y practicar lo que se considera inaceptable.*” (RIST, 2002, p.241)

³⁸ [...] el proceso global mediante el cual los individuos debaten, incluyen y negocian un contrato o serie de contratos sociales con los centros de autoridad política y económica. Es decir, la sociedad civil global incluye todas aquellas organizaciones, formales e informales, a las que los ciudadanos pueden unirse y mediante las que los que toman decisiones pueden oír sus voces. (KALDOR, 2005, p.108)

movimentos sociais existentes antes de 1989. Para a autora, os velhos movimentos de trabalhadores se transformaram nos partidos políticos de esquerda e nos sindicatos que se tornaram negociadores junto ao Estado e às empresas. Já o “amansamento” dos novos movimentos sociais estaria materializado nas ONGs, que seriam o terceiro tipo de ator na sociedade civil global – um “amansamento” em nível de “governo global”. “Comparadas com os movimentos sociais, as ONGs são institucionais e, geralmente, profissionais; incluem associações de caridade; fundações ou associações profissionais e normalmente registradas formalmente.” (tradução nossa) (KALDOR, 2005, p.116).³⁹

As ONGs, conforme analisa a autora, perseguem valores e não têm fins lucrativos. Embora tenham aumentado no pós-guerra, se proliferaram na década de 1970 relacionadas a assuntos como meio ambiente e mulheres. Como se vivia a Guerra Fria com seu conflito ideológico, eram consideradas movimentos “brandos” não parecendo se relacionar diretamente com os conflitos em vigor (KALDOR, 2005, p.117-118). As ONGs, na década de 1980, foram interlocutoras entre governos e instituições internacionais. Já nos anos 1990, o financiamento oficial ao desenvolvimento contribuiu com o crescimento das ONGs e “[...] muitas delas têm adquirido conhecimentos profundos em áreas políticas particulares, o que lhes permite desafiar os especialistas oficiais. (tradução nossa) (KALDOR, 2005, p.120)⁴⁰ No entanto, elas também podem ser subcontratadas por empresas e, muitas vezes, acabarem ajudando a gerar uma boa imagem das corporações, mesmo que as iniciativas privadas provoquem danos à sociedade e ao meio ambiente (KALDOR, 2005, p.125). Kaldor (2005) sintetiza que, mesmo trabalhando para empresas ou para o Estado, “[...] a maioria das ONGs conservam um forte senso de sua missão original e prática passada e, muitas delas, seguem proporcionando uma infraestrutura que pode ser utilizada por uma série de movimentos sociais e organizações locais. (tradução nossa) (ibid., p.127)⁴¹

Rede cívica transnacional é a quarta tipologia utilizada pela autora: “São redes que unem ONGI [ONG Internacional] – movimentos sociais e organizações locais –, ademais de indivíduos, sobre temas e campanhas específicas.” (tradução nossa) (idem).⁴² São formadas

³⁹ “Comparadas con los movimientos sociales, las ONG son institucionales y generalmente profesionales; incluyen asociaciones benéficas de voluntariado, fundaciones o asociaciones profesionales y suelen estar formalmente registradas.” (KALDOR, 2005, p.116)

⁴⁰ “[...] muchas de ellas han adquirido conocimientos profundos en áreas políticas particulares, lo que les permite desafiar a los expertos oficiales. (KALDOR, 2005, p.120)

⁴¹ Aunque trabajen con estados y compañías, la mayoría de las ONG conservan un fuerte sentido de su misión original y práctica pasada, y muchas de ellas siguen proporcionando una infraestructura que puede ser utilizada por una serie de movimientos sociales y organizaciones locales. (KALDOR, 2005, p.127)

⁴² “Son redes que unen ONGI – movimientos sociales y organizaciones locales –, además de individuos, sobre temas y campañas específicas.” (KALDOR, 2005, p.127)

por vítimas, que dão seus testemunhos e legitimidade aos outros indivíduos membros que lutam para que suas vozes sejam escutadas. As redes, no entendimento de Mary Kaldor, a partir das compreensões de autores como Castells, são “[...] flexíveis, fluidas e dão às vozes dos grupos de base a oportunidade de ser escutadas.” (tradução nossa) (idem).⁴³ A mistura de grupos mais mansos com aqueles mais ativistas faz com que os primeiros sejam mais institucionais para a criação das campanhas e os segundos mais criativos e ousados.

É importante chamar atenção, contudo, que as relações entre as organizações em rede nem sempre são harmônicas, sobretudo em relação às formas de atuar das ONGs do Sul e do Norte. As primeiras, muitas vezes têm um enfoque mais comunitário, enquanto as segundas se preocupam com a efetividade das campanhas, o que pode provocar desconsideração das construções e formas democráticas de participação (ibid., p.129).

Há, ainda, a tipologia denominada “movimento anticapitalista” que, segundo a autora, é formalmente similar às redes civis globais, contudo “[...] em lugar de estar organizado em torno de um tema específico, é um movimento social em função de seus objetivos de transformação.” (tradução nossa) (ibid., p.135).⁴⁴ Os movimentos dos Sem Terra no Brasil (MST) e dos Zapatistas no México são dois exemplos de inspiração citados pela autora (idem).⁴⁵ Este tipo anticapitalista inclui tanto as características das ONGs, quanto dos novos movimentos sociais, sindicatos reestruturados, grupos de trabalhadores irregulares, refugiados etc. (KALDOR, 2005, p.135)

O sociólogo Boaventura de Souza Santos propõe uma compreensão alternativa do conceito de “cosmopolitismo” que se aproxima da ideia trazida pela tipologia “movimento anticapitalista” de Kaldor (2005). Resumido como “cosmopolitismo subalterno”, o termo surge de uma reflexão sobre o processo de globalização que, para o autor, estaria dividido em

⁴³ “[...] flexibles, fluidas y dan a las voces de los grupos de base la oportunidad de ser escuchadas.” (KALDOR, 2005, p.127)

⁴⁴ “[...] en lugar de estar organizado en torno a un tema específico, es un movimiento social en función de sus objetivos de transformación.” (KALDOR, 2005, p.135).

⁴⁵ Confrontar as bases da produção e consumo próprios do sistema capitalista, inerente à ideia de desenvolvimento, tem sido uma reivindicação de acadêmicos e ativistas que compartilham da perspectiva do Bem Viver, que propõe alternativas ao desenvolvimento e não dentro do desenvolvimento, como tem ocorrido nos últimos cinquenta anos (ACOSTA, 2016). “O Bem Viver não pretende assumir o papel de um imperativo global, como sucedeu com o desenvolvimento em meados do século 20. O Bem Viver é, por um lado, um caminho que deve ser imaginado para ser construído, mas que, por outro, já é realidade. [...] O Bem Viver deve ser considerado parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas. São ideias surgidas de grupos tradicionalmente marginalizados, excluídos, explorados e até dizimados.” (ACOSTA, 2016, p. 69-70)

“globalização hegemônica” e “globalização contra-hegemônica” (SANTOS, 2002).⁴⁶ O trecho abaixo resume o que seria o “cosmopolitismo subalterno”:

O cosmopolitismo subalterno manifesta-se através das iniciativas e movimentos que constituem a globalização contra-hegemônica. Consiste num vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecido como globalização neoliberal (Santos, 2002a, 2006a, 2006c). Atendendo a que a exclusão social é sempre produto de relações de poder desiguais, estas iniciativas, movimentos e lutas são animados por um *ethos* redistributivo no sentido mais amplo da expressão, o qual implica a redistribuição de recursos materiais, sociais, político, culturais e simbólicos e, como tal, se baseia, simultaneamente, no princípio da igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença. Desde o início do novo século, o Fórum Social Mundial tem sido a expressão mais conseguida de globalização contra-hegemônica e de cosmopolitismo subalterno. (SANTOS, 2010, p.51).

A articulação contra o ProSAVANA se aproxima dessa compreensão de “cosmopolitismo subalterno” no momento em que os movimentos e iniciativas denunciam a exclusão provocada pela versão capitalista neoliberal no que diz respeito à produção agrícola. Além disso, quando reivindicam que os camponeses tenham direitos respeitados em todas as dimensões: material, política, cultural e simbólica. Embora não seja possível generalizar, com base na breve observação feita nesta subseção, há algumas organizações e movimentos que compõem a articulação contra o ProSAVANA que se aproximam da noção de movimento anticapitalista de Kaldor (2005) e, de forma mais específica, de uma rede transnacional dentro das tipologias da autora. Isso porque é uma articulação entre indivíduos de países diferentes – principalmente os três envolvidos no projeto de cooperação (Moçambique, Brasil e Japão) – em prol do desenvolvimento rural que respeite os direitos humanos (em especial das mulheres), o meio ambiente e que busque uma participação democrática na esfera de decisão tanto em nível nacional, quanto internacional.

No último capítulo de desenvolvimento, será possível refletir sobre alguns pontos destacados nesta subseção. Antes, porém, é preciso observar de que maneira as ações destes grupos confrontam-se com os objetivos das grandes organizações internacionais e o que estas organizações buscam fazer para que o sentido de desenvolvimento que lhes interessa persista.

⁴⁶ SANTOS, B. Os processos da Globalização. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/os-processos-da-globalizacao/>> Acesso em: 3 abr. 2017

2.3.3. Sobre consenso e cooptação no âmbito de organizações internacionais

A convocação da sociedade civil organizada para participar da agenda internacional do desenvolvimento tem um aspecto que precisa ser observado: o jogo político envolvendo a influência das ONGs em resoluções de grandes organizações internacionais. Para os objetivos desta dissertação, é importante pensar como se dá esta participação e em que medida ela contribui com a construção de consensos em torno das estratégias de desenvolvimento econômico. Nesta seção, o debate terá como focos as atuações da ONU e do Banco Mundial.

O informe da ONU, de 1994, sobre Desenvolvimento e Cooperação Econômica Internacional anuncia, claramente, a necessidade da construção de um entendimento comum sobre o desenvolvimento:

Para fazer frente à tarefa mundial de desenvolvimento é preciso criar uma consciência comum das múltiplas dimensões do desenvolvimento e uma melhor apreciação da importância dos **distintos protagonistas**. Ao criar uma maior consciência e um **consenso mundial** se contribui para estabelecer o que poderia chamar-se “cultura do desenvolvimento”. A definição de uma cultura do desenvolvimento acarreta mais que o acesso universal a redes de informação compartilhadas. Como observado, uma cultura do desenvolvimento faz com que toda ação se considere em sua relação com o desenvolvimento. Sobre a base desta cultura universal do desenvolvimento, que está evoluindo rapidamente nos últimos anos do século XX, **as Nações Unidas se convertem em um foro cada vez mais eficaz para estabelecer normas de conduta universais**. (tradução nossa) (NACIONES UNIDAS, 1994, p.30, grifo nosso)⁴⁷

Nota-se que a organização destaca a importância de “distintos protagonistas” e a necessidade de criação de um consenso mundial, se colocando como o espaço para que este intuito seja alcançado. De fato, como dito anteriormente, na década de 1990, a participação da sociedade civil organizada fica explícita a partir da realização de grandes conferências. A ECO 92 foi sucedida pela II Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Viena (Áustria) em 1993; a quarta Conferência Mundial sobre Direito das Mulheres, realizada em

⁴⁷ Para hacer frente a la tarea mundial del desarrollo es preciso crear una conciencia común de las múltiples dimensiones del desarrollo y una mejor apreciación de la importancia de los **distintos protagonistas**. Al crear una mayor conciencia y un **consenso mundial** se contribuye a establecer lo que podría llamarse una “cultura del desarrollo”. La definición de una cultura del desarrollo entraña más que el acceso universal a redes de información compartidas. Como se ha observado, una cultura del desarrollo hace que toda acción se considere en su relación con el desarrollo. Sobre la base de esa cultura universal del desarrollo, que evoluciona rápidamente en los últimos años del siglo XX, las Naciones Unidas se convierten en un foro cada vez más eficaz para establecer normas de conducta universales. (NACIONES UNIDAS, 1994, p.30)

Pequim (China), 1995; e a Segunda Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – Habitat II que aconteceu em Istambul (Turquia) em 1996. Já em 2001, em Durban, ocorreu a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (ARAGÃO, 2010, p. 74; KRAYCHETE, 2012, p.256). Na perspectiva de Aragão (2010),

Com a grande participação de organizações não-governamentais nesses processos, observa-se um clima crescente de globalização das lutas sociais com o deslocamento dos espaços de discussão de direitos humanos do nacional para o global e com as ONGs identificando as Nações Unidas como um aliado potencialmente forte para a ampliação da conquista de direitos humanos (ARAGÃO, 2010, p. 74).

No entanto, Aragão (2010) chama atenção para o fato de o espaço de participação no âmbito das Nações Unidas não ter sido exclusivo para essas organizações de defesas dos direitos humanos. Há, no mesmo período, uma aproximação, sobretudo de agências que tinham um direcionamento para o desenvolvimento, com o setor privado “[...] com vistas a uma melhor cooperação e financiamento de suas atividades, tanto por parte dos Estados Unidos quanto pelas empresas que atuam globalmente.” (ARAGÃO, 2010, p. 74). Como consequência, por exemplo, ainda que os casos de denúncias de violações dos direitos humanos tenham aumentado, não foi possível estabelecer limites claros em forma de Código de Conduta para corporações transacionais. Entre 1998 e 2003, um grupo de trabalho construiu o “Rascunho de Normas sobre a Responsabilidade de Corporações Transnacionais e Outros Empreendimentos de Negócios com Relação a Direitos Humanos”, mas, ainda que tenha havido pressão das ONGs, a ideia não se concretizou por causa da força da “[...] Câmara Internacional de Comércio e de outros coletivos empresariais.” (ibid., p. 75) O que aconteceu, neste período, foi a criação do Pacto Global entre a ONU e o setor empresarial e o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Sobre estes acordos, Aragão (2010) reflete:

A questão que se colocava para os defensores de direitos humanos de organizações em todo o mundo era a de entender em que medida o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio representavam um intencional esvaziamento da agenda de Direitos Humanos, simbolizando um enfoque neoliberal de estados e direitos mínimos, através de um formato flexível de princípios ou metas programáticas, em lugar de uma perspectiva de garantia de direitos (ARAGÃO, 2010, p. 76-77).

A garantia de direitos pressupõe debates políticos que tragam a compreensão de quais as necessidades de determinados grupos sociais e como elas devem ser garantidas pelo Estado. Entretanto, concordando com Lautier (2010), pode-se dizer que os pactos firmados no âmbito da ONU – sobretudo no caso dos ODM – são resultados do estabelecimento de consensos e não de discussões que reúnem dimensões morais, econômicas e políticas dos diferentes países em votação (LAUTIER, 2010). Embora haja alguma influência por parte das ONGs em relação aos temas que são pautados, os consensos, em geral, surgem em reuniões de chefes de Estado e os programas chegam como pacotes prontos aos debates políticos locais, ou seja, não passam por um processo de construção nacional. “A condução política a partir de tais diretrizes implica repensar o pacto político constituído no imediato pós-Segunda Guerra, que articulava empresas e sindicatos de trabalhadores, sob a coordenação do Estado.” (KRAYCHETE, 2012, p. 255). O comando, a partir deste período, parte das agências internacionais e ganha força e projeção tamanhas que, por fim, entende-se que “[...] o que é bom para um país seria bom necessariamente para todos.” (LAUTIER, 2010, p.355). A função do consenso, então, seria a de “[...] matar o debate e, ao mesmo tempo, submeter aqueles que aderem ao consenso, mesmo sem acreditar muito nele, em nome do ‘menos pior’ ou do ‘na falta de algo melhor’.” (ibid., p.365). Como mostra Guimarães (2012), no Banco Mundial, é exatamente por meio de consenso que também se estabelecem as decisões:

Em entrevistas, um ex-diretor executivo de um país em desenvolvimento argumentou que, mesmo quando há clara discordância de um país em relação a determinado empréstimo, o máximo que pode acontecer é a abstenção desse país nas votações. Para o ex-diretor a abstenção deixa claro que o país em questão foi contrariado. Como as negociações entre os membros do Executive Board e a burocracia são feitas sempre nos bastidores, um eventual empréstimo ou uma mudança estatutária que não tem o apoio geral ou da maioria dos países sequer é colocada em votação. (GUIMARÃES, 2012, p.85)

Assim, além de haver um esvaziamento do debate, ainda prevalece a concepção daqueles que detém maior poder administrativo e, principalmente, financeiro já que, diferentemente do que ocorre nas assembleias gerais da ONU, nas quais o voto é igualitário para todos os países, no Banco Mundial (também no FMI), a votação ocorre “[...] de acordo com o peso da participação financeira de cada país na organização (voto com peso).” (ibid.,2012, p.84).

Embora parta de uma base teórica diferente da de Aragão (2010) e da de Lautier (2010) – trazendo a abordagem teórica *agente-principal* ampliando a pesquisa funcionalista (GUIMARÃES, 2012, p.37) – Feliciano Guimarães realiza um estudo comparativo entre o Banco Mundial e o FMI que também mostra o envolvimento das ONGs no âmbito das organizações para influenciar nas decisões e promover suas pautas. Buscando perceber o grau de autonomia burocrática das organizações, conclui que a “[...] diversificação da *expertise* ocorrida no Banco Mundial abriu espaço para que a organização criasse alianças com ONGs [...] (ibid., p.190)”, no entanto, “[...] a burocracia do FMI nunca conseguiu criar alianças com ONGs.” (ibid., p.191). Assim, interessa pensar sobre o que ocorre no âmbito burocrático do Banco Mundial para acrescentar uma compreensão sobre a participação social das ONGs na agenda internacional.

Quando o Banco Mundial resolve mudar o foco do seu trabalho reforçando a nova ideia de desenvolvimento, amplia-se a formação de seus profissionais por meio da flexibilização do recrutamento. De um quadro predominante de engenheiros e economistas, começa-se a admitir profissionais de áreas como sociologia-antropologia, agricultura, saúde, meio ambiente, educação. Isso tudo para dar conta de duas questões que passam a aparecer de forma mais forte entre as décadas de 1980 e 1990: o social e o ambiental (GUIMARÃES, 2012, p.86-91). O autor resume abaixo:

A necessidade de abrir o banco à sociedade civil organizada está relacionada a dois fatores ocorridos nos anos 1980 e 1990, sendo um interno e outro externo. Primeiro, um diagnóstico do Senior Management de que a eficiência dos programas seria maior se incorporassem as visões e críticas do terceiro setor. Segundo, a pressão de ONGs por reformas no Banco Mundial após desastres ambientais e sociais de projetos de desenvolvimento colocou a organização na defensiva. **Ato contínuo, o Senior Management deu início a uma estratégia de incorporação da sociedade civil organizada nos processos decisórios não apenas no sentido de escutá-la, mas também de cooptá-la** (grifo nosso) (WEAVER; LEITERITZ, 2005, p.4-7; WEAVER, 2008, p. 143-148 apud GUIMARÃES, 2012, p.86)

A ideia do Banco era a de que a aproximação com as ONGs fizesse com que elas reduzissem seus posicionamentos críticos tornando-se “*stakeholders*” e, portanto, incorporassem a ideia de parceria na elaboração de alternativas para os problemas enfrentados pelas nações mais pobres (GUIMARÃES, 2012, p.126). Isso porque, segundo Pereira (2010), que analisa o período da gestão Wolfensohn iniciada em 1995 – já em uma perspectiva crítica de base marxista – havia uma necessidade de “[...] reconstruir a imagem do Banco Mundial

[...] (PEREIRA, 2010, p.331)”. A aproximação com as ONGs seria uma das estratégias, dentro das “linhas de gestão” de Wolfenshon no sentido de fazer com que o Banco se convertesse em um “bom parceiro” capaz de escutar os posicionamentos contrários (BANCO MUNDIAL, 1995a, p.20 apud PEREIRA, 2010, p.333). Assim como Guimarães (2012), Pereira (2010) concorda que houve a intensão de cooptação dos líderes mais críticos principalmente. E, depois de perceber a disposição de algumas ONGs em dialogar com a nova gestão: “Habilmente, o Banco logo passou a classificar as ONGs como “razoáveis” e “não razoáveis” conforme o seu grau de cooperação, dividindo as entidades em matéria de legitimidade, responsabilização e combatividade.” (BELLO; GUTTAL, 2006, p.69; BOND, 2007, p.479 apud PEREIRA, 2010, p. 335).

Como será discutido no quinto capítulo desta dissertação, essa estratégia de cooptação e até a classificação das organizações da sociedade civil organizada são atitudes que se estendem a programas que não necessariamente são fruto de financiamento do Banco Mundial. Ao que parece, a dinâmica do Banco se tornou referência de como lidar com ONGs – embora sejam amplamente criticadas por aqueles que defendem relações baseadas em participação democrática. No entanto, este é um assunto para mais adiante.

O que se verificou, de acordo com o estudo de Guimarães (2012), é que o comportamento das organizações ao longo dos anos – a partir da administração de Wolfensohn – variou de acordo com os temas em pauta, por isso mesmo, a relação com o Banco não foi isenta de conflitos (GUIMARÃES, 2012, p148). Conforme lembra Pereira (2010), entre os temas que geravam maior incompatibilidade entre os posicionamentos estava o dos “megaprojetos de infraestrutura e energia” a respeito dos quais o BM convocou “diálogos e consultas” para tentar conseguir apoio para suas demandas: “[...] o Banco buscou não apenas reconstruir a sua imagem, com a intenção de mostrar transparência, boa governança, sensibilidade às críticas e vontade política de mudança, como também ampliar o arco de alianças sociais necessárias à viabilidade e sustentabilidade política dos seus programas e projetos.” (PEREIRA, 2010, p.352).

É importante lembrar que, embora ocorra um estreitamento das relações entre o Banco e as ONGs em meados da década de 1990, a relação entre ambos já ocorria há, pelo menos, 20 anos, por conta das contratações para a realização de projetos e consultas ainda na década de 1970. O BM reconhece que as organizações têm como vantagem estarem mais próximas das áreas de incidência dos programas e, portanto, sabem lidar com as comunidades e meios ambientes a serem assistidos (BANCO MUNDIAL, 1996). Desde 1982 existe o Comitê

ONG-Banco Mundial e, acompanhando o processo de estreitamento de relações relatado, anteriormente, no âmbito institucional, criou-se um “Grupo sobre Participação e Organizações não Governamentais” responsável por fornecer informações para o Banco sobre as ONGs, além de estreitar relações promovendo diálogo (ibid., p. 3). A colaboração entre ambos tem sido focada “[...] nos aspectos sociais e ecológicos do desenvolvimento, na participação e no acesso à informação.” (tradução nossa) (ibid., p.17).⁴⁸

Toda essa movimentação no sentido de tornar mais próximo o contato das organizações internacionais com a sociedade, no que diz respeito à promoção do desenvolvimento, tem como um dos incentivadores o economista-chefe do BM Joseph Stiglitz. Compreendendo o desenvolvimento como uma “transformação social” que inclui a passagem do “tradicional” para o “moderno” (STIGLITZ, 1998, p.5), ele propagou a importância do estabelecimento de consensos para a concretização das estratégias de desenvolvimento que deveriam atingir os setores privado, público, a comunidade, a família e o indivíduo (ibid., p. 14-18), como pode ser visto no trecho abaixo:

O desenvolvimento não pode ser apenas uma questão de negociações entre um doador e o Governo. O desenvolvimento deve chegar mais fundo. Deve envolver e apoiar grupos da sociedade civil; esses grupos fazem parte do capital social que precisa ser fortalecido e dão voz aos membros da sociedade, muitas vezes excluídos, facilitando sua participação e aumentando a apropriação do processo de desenvolvimento. Ao envolver esses grupos, o processo de formulação da estratégia pode ser capaz de suscitar o comprometimento e o envolvimento de longo prazo que é necessário para que o desenvolvimento seja sustentável. (tradução nossa) (STIGLITZ, 1998, p. 17)⁴⁹

A construção de consensos garante a “estabilidade política e social” necessária durante a efetivação das ações acordadas para o alcance do desenvolvimento econômico (ibid., p.14). Assim, pode-se pensar que se há participação de todos no processo de construção da transformação social, as pessoas se sentem parte dele e, conseqüentemente, oferecem menos resistência às medidas a serem implantadas, ainda que estas venham acarretar problemas.

⁴⁸ “[...] en los aspectos sociales y ecológicos del desarrollo, en la participación y en el acceso a la información.” (ibid., p.17)

⁴⁹ Development cannot be just a matter of negotiations between a donor and the Government. Development must reach deeper. It must involve and support groups in civil society; these groups are part of the social capital that needs to be strengthened, and they give voice to often excluded members of society, facilitating their participation and increasing ownership of the development process. By involving these groups, the process of strategy formulation may be able to elicit the commitment and long-term involvement that is necessary for development to be sustainable. (STIGLITZ, 1998, p. 17)

Como foi discutido no início deste capítulo, os possíveis danos provocados por projetos em busca do desenvolvimento, devem, a partir desta perspectiva, ser encarados como um desafio a ser superado com persistência para atingir determinado nível de desenvolvimento. Aqueles que não quiserem participar dessa concertação em busca do “bem comum” são desconsiderados.

Em resumo, os danos socioambientais de projetos que se apresentaram como soluções para o problema do subdesenvolvimento suscitaram manifestações contrárias que precisavam ser amenizadas para que o processo de produção e acumulação do sistema capitalista seguisse adiante, após a crise de 1970. Mais do que trazer os temas para a pauta das organizações internacionais e garantir acordo comum entre dirigentes estatais, foi preciso alcançar satisfação de todos os setores sociais. Nesse sentido, estreitar relações com a parcela da sociedade civil organizada crítica precisou acontecer, ao mesmo tempo em que os ganhos por parte das empresas fossem garantidos, num movimento em que os últimos são privilegiados. No meio disso, está o *insight* da ideia de construção de consensos que se materializam em pactos elaborados nas organizações internacionais e são complementados pela cooptação das organizações não governamentais. Afinal, não se pode deixar nenhum ator de fora da promoção do desenvolvimento e, pelo menos, algumas organizações precisam concordar com aquilo que está sendo firmado.

No entanto, ainda que tenha sido construída uma “tradição” de estabelecimento de consensos para a manutenção do paradigma do desenvolvimento e concretização de projetos decorrentes, a idealização do ProSAVANA não a levou em consideração. Deixou-se que o ímpeto pela maximização de ganhos que adviria do programa se sobrepusesse à própria viabilidade de execução do mesmo, ao negligenciar a capacidade de resistência e participação dos camponeses e grupos que amplificam suas vozes em prol da defesa de seus direitos. Apenas quando o conflito se instalou buscou-se a “participação” destes grupos e da população que seria atingida pelo programa, a qual acabou sendo conturbada não apenas pela revolta originada pela falta de acesso à informação e sensação de descaso, como também pela instabilidade política moçambicana. A elucidação das estratégias utilizadas para, tardiamente, estabelecer a legitimação do processo acrescentam um quê de complexidade ainda maior à problemática que se estabelece em torno do ProSAVANA. Estas discussões estarão presentes nos próximos capítulos que trarão: o desafio de estabelecimento de Moçambique enquanto Estado em meio à busca por superar o subdesenvolvimento e os limites e potencialidades da articulação internacional contra o ProSAVANA.

3 TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS EM MOÇAMBIQUE: O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

[...] Depois da guerra, pensava eu, restavam apenas cinzas, destroços sem íntimo. Tudo pesando, definitivo e sem reparo.

Hoje sei que não é verdade. Onde restou o homem sobreviveu semente, sonho a engravidar o tempo. Esse sonho se ocultou no mais inacessível de nós, lá onde a violência não podia golpear, lá onde a barbárie não tinha acesso. Em todo este tempo, a terra guardou, inteiras as suas vozes. Quando se lhes impôs o silêncio elas mudaram de mundo. No escuro permaneceram lunares.

Mia Couto (2014, p.5)

No capítulo anterior, buscou-se compreender a trajetória de construção do paradigma do desenvolvimento bem como suas transformações. Destacou-se a tentativa de estabelecimento de consensos por parte das organizações internacionais entre grupos sociais com interesses distintos com o intuito de implementar a inflexão no modelo de desenvolvimento na direção do neoliberalismo. Isso a partir do momento em que os danos provocados por projetos que deveriam trazer melhorias para populações pobres passaram a ganhar repercussão internacional e gerar insatisfação de movimentos sociais e organizações não governamentais em defesa da inclusão social, dos direitos humanos e ambientais. Compreendeu-se que o alcance de consensos depende da correlação de forças internas e do grau de comprometimento e organização das sociedades civis. Neste capítulo, adentra-se o universo moçambicano para entender de que forma o país lida com a questão do desenvolvimento em meio aos desafios que enfrenta para se estabelecer enquanto Estado Nacional. As relações que estabelece internacionalmente e as consequências para suas interações sociais internas também fazem parte da discussão. Será observado, ainda, como os conflitos que permeiam a história de Moçambique interferem na possibilidade de participação democrática da população, principalmente, no que diz respeito às reivindicações relacionadas aos programas de promoção do desenvolvimento do país.

3.1 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL E O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO ENTRE CONFLITOS

Guerra de independência, Guerra Civil e Guerra Fria: três conflitos ao longo dos quais Moçambique se formou. Em uma conjuntura que envolvia consequências dos três eventos, o que se pretendia era estabelecer-se enquanto Estado Nacional, reestruturar o território devastado pelos conflitos e deixar de ser um país subdesenvolvido. São as contradições evidenciadas nesse processo que serão discutidas a seguir. No entanto, é preciso compreender que o caso moçambicano não é exclusivo, faz parte de como a África Subsaariana vivenciou as transformações do desenvolvimento do sistema capitalista na segunda metade do século XX.

3.1.1 Economia na África Subsaariana no final do século XX: breve contextualização

Os países da África Subsaariana, enfrentam desafios distintos daqueles evidenciados nos países em desenvolvimento ou nos desenvolvidos. Concordando com Mosca (2001), pode-se dizer que existiriam três grupos de questões onde estariam localizados estes desafios: “A unidade e a formação/consolidação das nações; A democracia; O desenvolvimento económico e social.” (MOSCA, 2001, p. 73). A análise do caso moçambicano faz com que alguns destes desafios sejam identificados. Para o objetivo deste capítulo, será destacado o último dos grupos de forma a desenvolver uma breve contextualização da sub-região, buscando destacar seus traços mais distintivos.

As transformações econômicas, políticas e culturais no pós-independência, que envolvem conflitos internos e regionais, associadas às interferências externas, tornaram ainda mais complexo o desafio de consolidação do Estado-nação nos países da África Subsaariana. No que tange à dimensão econômica, Founou-Tchuigoua (1995) observa:

Na África, os Estados e as classes dirigentes locais nem sequer estiveram em condições de organizar uma inserção ativa no sistema mundial. Até o princípio dos anos oitenta era possível distinguir duas famílias na ideologia do desenvolvimento: liberais e socialistas. Dadas as pressões ideológicas e políticas que exerce a dominação ultraliberal, só nos ocuparemos da primeira família. Esta se aderiu à teoria de um desenvolvimento econômico identificado com o crescimento do PNB por habitante; para isso, o aprofundamento da transnacionalização a partir da

exploração das vantagens comparativas constituía um fator essencial, e se tratava no caso da África de valorizar seus recursos naturais, quer fossem mineiros, pedológicos, climáticos, florestais ou turísticos. (tradução nossa) (FOUNOU-TCHUIGOUA, 1995, p. 146)⁵⁰

Nesse sentido, renunciava-se à construção de uma economia nacional que poderia, por meio da industrialização, promover alguma autonomia. Segundo Founou-Tchuigoua (1995), a “política de industrialização” se resumiu a fazer com que as multinacionais valorizassem as matérias primas. “Em suma, a inserção passiva em um sistema que colocava as economias africanas ao serviço das economias dos países do centro era apresentada como uma estratégia para sair do subdesenvolvimento, quer dizer, para alcançar o nível de renda média dos centros.” (tradução nossa) (idem).⁵¹ Como veremos, a seguir, ainda que Moçambique inicie sua trajetória enquanto Estado independente por meio de um desenvolvimento nos moldes da ideologia socialista, a pressão liberal chega em pouco tempo e a crítica feita pelo autor é evidenciada no país.

A força da ideologia liberal, que se intensifica com o neoliberalismo, no continente africano, tem como uma das marcas o impacto provocado pelo Informe Berg ou *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Action* publicado em 1981 – o qual foi apresentado no capítulo anterior. Em pouco tempo, ele “[...] se converteu em um livro sagrado do neoliberalismo na África.” (tradução nossa) (ibid., p. 154).⁵² No documento, o conjunto de estatizações realizado pela maioria dos países após a independência é apontado como ação equivocada que fez com que as economias africanas não progredissem (idem). A ampliação da produção é estimulada a partir de uma melhor mobilização de “todos os agentes do desenvolvimento” e, em especial, recomenda-se maior abertura ao setor privado. Conforme o texto, Moçambique foi um dos países que haviam decidido “por razões de eficiência” ampliar as atividades do setor privado naquele momento (BANCO MUNDIAL, 1981, p.5). Como

⁵⁰ En el África, los Estados y las clases dirigentes locales ni siquiera estuvieron en condiciones de organizar una inserción activa en el sistema mundial. Hasta principios de los años ochenta era posible distinguir dos familias en la ideología del desarrollo: liberales y socialistas. Dadas las presiones ideológicas y políticas que ejerce la dominación ultraliberal, sólo nos ocuparemos de la primera familia. Ésta se adhería a la teoría de un desarrollo económico identificado con el crecimiento del PNB por habitante; para ello, la profundización de la transnacionalización a partir de la explotación de las ventajas comparativas constituía un factor esencial, y se trataba en el caso del África de valorizar sus recursos naturales, ya fueran mineros, pedológicos, climáticos, forestales o turísticos (FOUNOU-TCHUIGOUA, 1995, p. 146).

⁵¹ “En suma, la inserción pasiva en un sistema que ponía a las economías africanas al servicio de las economías de los países del centro era presentada como una estrategia para salir del subdesarrollo, es decir para alcanzar el nivel de ingreso medio de los centros.” (FOUNOU-TCHUIGOUA, 1995, p. 146)

⁵² “[...] se convirtió en el libro sagrado del neoliberalismo en África” (ibid., p. 154)

poderá ser compreendido, adiante, poucos anos depois da divulgação do Informe, o país se abriu a uma economia de mercado e passou a receber financiamento do Banco Mundial e do FMI.

É preciso lembrar, também, que os conflitos internos provocaram interferências nas economias dos novos países. Com um olhar mais voltado aos países de língua portuguesa, Mosca (2001) observa que os setores mais importantes para as economias foram fortemente abalados pelos ataques decorrentes das guerras: “As vias de comunicação de e para os países vizinhos, as zonas extrativas e de produção agrícola de produtos exportáveis, transformaram-se em espaços privilegiados das confrontações militares e uma parte dos respectivos tecidos econômicos foram desarticulados ou destruídos.” (MOSCA, 2001, p.85). O autor considera fundamental, também, destacar que o setor rural foi “secundarizado” nas ações pós-independência, ainda que representasse mais de 70% do PIB e abrigasse mais 80% da população:

Os colapsos no abastecimento do meio rural em bens manufaturados e em instrumentos de trabalho, as dificuldades de circulação de recursos, a redução da prestação de serviços pelo Estado e as perdas de soberania de vastas zonas devido às guerras constituíam factores que estrangularam as economias rurais cujos efeitos se reflectiram nas cidades e no conjunto das economias. (ibid., p.84-85)

Em resumo, o que se observa são estratégias de desenvolvimento baseadas em exportação de bens naturais – numa reformulação da estrutura econômica colonial (SARAIVA, 2008) – associadas à falta de industrialização sob forte influência das organizações internacionais. Somando-se a estas diretrizes a destruição da infraestrutura interna provocada pela guerra e a falta de investimento na agricultura, tem-se um desenho possível da realidade dos países subsaarianos no final do século XX.

3.1.2 As primeiras ações em busca do desenvolvimento sob influência da Guerra Fria e da Guerra Civil

O fim da administração colonial em diferentes territórios africanos, durante a década de 1960, influenciou o início da luta anti-colonial em Moçambique. Dezesesseis dos 17 países que passam a fazer parte da ONU em 1960 foram ex-colônias localizadas no continente

africano. Neste contexto, em 14 de dezembro de 1960, a ONU emitiu a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais: “Convencida que a continuação do colonialismo impede o desenvolvimento da cooperação econômica internacional, dificulta o desenvolvimento social, cultural e econômico dos povos dependentes e age contra o ideal de paz universal das Nações Unidas [...]”⁵³. Para Moçambique, no entanto, o fim da era colonial só chegaria 15 anos depois.

Enquanto a ONU declarava a primeira Década do Desenvolvimento (1960), Moçambique vivenciava a guerra de independência para deixar de ser território de Portugal. Informações sobre levantes na África do Sul e em Angola chegavam ao ambiente moçambicano acompanhados de maior repressão por parte da polícia portuguesa, o que fez muitos moçambicanos buscarem refúgio principalmente na Tanzânia (HEDGES et. al., 1993, p.242). As ações de contestação que resultaram na luta moçambicana, então, começaram a ser organizadas em território vizinho – acrescentando-se os territórios da Rodésia (atual Zimbábue) e a Niassalândia (atual Maláui). Os grupos formados por trabalhadores e refugiados de áreas rurais com pouca infraestrutura que, inicialmente, buscavam defender melhores condições de vida para suas comunidades diante da opressão colonial, se transformaram em “movimentos políticos nacionalistas” (CABAÇO, 2007, p.388). Fruto da fusão destes movimentos organizados, mas também da inclusão de estudantes, intelectuais, pequenos comerciantes e religiosos (ibid., p193) surgiu, em 1962, em Dar es Salaam (Tanzânia), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Sob liderança do professor de antropologia, que havia estudado nos Estados Unidos e era investigador do Departamento de Protetorado da ONU, Eduardo Mondlane (idem), a FRELIMO inicia sua luta armada em 1964 (SAUL, 1985, p.9) e consegue a independência do país em 1975 – já sob liderança do combatente Samora Machel que assume a Frente após a morte de Mondlane em 1969. No entanto, assim como outros países da África Subsaariana, este processo seria apenas o começo de uma transformação social que ainda parece estar em curso.

A preocupação com a libertação colonial vinha acompanhada, no entanto, de uma urgência em deixar a condição de subdesenvolvido, afinal esta já era a classificação dada aos países menos industrializados e com populações em condições de miséria – pela falta de

⁵³ Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Bem-estar-Paz-Progresso-e-Desenvolvimento-do-Social/declaracao-sobre-a-concessao-da-independencia-aos-paises-e-povos-coloniais.html>> Acesso em: 16 fev. 2017

acesso à alimentação adequada, água potável e saneamento por exemplo – desde o discurso de Truman de 1949, como foi apresentado no capítulo anterior.

É fato que, entre 1965 e 1974, já em luta revolucionária, mas ainda sob administração portuguesa, Moçambique experimentou um grande crescimento econômico apoiado, porém, na exploração do trabalho forçado e dos recursos naturais para satisfazer, prioritariamente, as necessidades da minoria branca que morava na colônia (FRANCISCO, 2003, p.146-150). Em 1973, a ainda colônia registrou seu maior pico de crescimento econômico, mas também o início de uma decadência ocasionada pela crise em relação ao preço do petróleo. Segundo Mosca (2001), o crescimento observado entre as décadas de 1960 e 1970 nos países em desenvolvimento – muito favorecido pelos fluxos de cooperação e ajuda internacionais – não provocou “transformações estruturais”. “Estas economias, predominantemente de produção primária, mantiveram-se dependentes, muito vulneráveis aos choques externos, com baixa tecnologia e produtividade, com infra-estruturas produtivas e de serviços muito débeis.” (MOSCA, 2001, p.135).

Quando assumiu a direção do recente país, após a luta de independência, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) declarou querer acabar com tudo que remetesse ao jugo colonial – principalmente a estrutura que favorecia a concentração de riqueza para as minorias brancas – e buscou, assim, adotar um planejamento central forte (ibid., 156). O mundo já vivia a tensão da Guerra Fria que opunha os projetos capitalista e socialista liderados pelos Estados Unidos (EUA) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) respectivamente. Com um território arrasado pela guerra de independência, Moçambique precisava contar com ajuda internacional para se reestruturar e se consolidar enquanto Estado nacional independente. Em 1977, a FRELIMO se tornou partido político com perfil marxista-leninista e buscou estabelecer um desenvolvimento de cunho socialista ambientado na realidade moçambicana, sem que fosse uma cópia do modelo ocidental – o que exigiu criatividade (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983, p.110) e fez com que o país estreitasse os laços – que já existiam desde a luta de independência⁵⁴ – com os países socialistas. Não

⁵⁴ No início da luta de independência, Egito, Zâmbia, Argélia e Tanzânia foram os primeiros a auxiliarem nos treinamentos militares e no fornecimento de armas aos revolucionários. Com a intensificação do conflito, chegou o auxílio dos países socialistas, primeiro pela China e, depois, pela União Soviética (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983, p.172). Na época, o movimento contou, também, com o apoio das “organizações progressistas” da América Latina e, mais especificamente, de Cuba, além da assistência prestada por “organizações humanitárias e religiosas dos países ocidentais” (FRELIMO, 1968, p. 9). Pode-se dizer, então, que Moçambique constituído em meio a uma relação “[...] quase sempre complexa, entre o centro e a periferia, onde a solidariedade e o conflito se cruzam permanentemente.” (OSMAN; SAÚTE, 2009, p. 325). É importante ressaltar que, além da base ideológica influenciar na relação entre a FRELIMO e o bloco socialista, havia uma forte oposição feita por países ocidentais que não dava outra alternativa a Moçambique a não ser buscar apoio

tendo acabado a Guerra Fria quando o país africano conquista a independência, as relações com os países do bloco socialista permanecem – ainda mais estreitas, pois eles influenciam no direcionamento econômico e político da nova nação.

No estabelecimento do novo sistema político, econômico e cultural, após a independência, o compromisso do partido foi: “[...] intensificar a luta de classes, ampliando o papel de vanguarda do partido, desenvolvendo instituições políticas novas e responsivas e colocando os setores estratégicos da economia sob o controle do Estado.” (tradução nossa) (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983, p.111).⁵⁵ A terra foi estatizada, em 1975, e os investimentos em saúde e educação ganharam impulso com as nacionalizações de hospitais e escolas. O número de estudantes da escola primária, entre 1974 e 1981, passou de 700.000 para 1.376.000 (quase a metade meninas). Na escola secundária, também houve aumento de 20.000 alunos para 135.000 (ibid., p.139).

Em relação às indústrias e ao setor comercial, o governo revolucionário precisou lidar com um grande desafio de reconstrução estrutural. Com a proclamação da independência, ocorreu a saída brusca de colonos portugueses que ocupavam cargos de liderança na administração burocrática e econômica de Moçambique. Muitos estavam à frente de indústrias, sistema bancário, setor de construção (TRINDADE, 2003, p.101⁵⁶) Pode-se dizer que o país sofreu um processo de “sabotagem” “[...] caracterizada pelo esvaziamento das contas bancárias, fraudes na importação de mercadorias e exportações ilegais de bens (carros, tratores, maquinaria, etc.)” (SILVA, 2001).⁵⁷ Assim, nos primeiros anos, foi preciso lidar com a reorganização administrativa e com as explícitas carências sociais e econômicas (OSMAN; SAÚTE, 2009, p. 326).

A influência socialista seguiu contribuindo com a elaboração, no final da década de 1970, do Plano Prospectivo Indicativo, que pretendia acabar com o subdesenvolvimento em

militar nos países “rivais”. A FRELIMO afirma que a força do governo “colonial-fascista” permanecia por causa do auxílio – sobretudo na oferta de armamentos – dado a Portugal pelos aliados presentes na África do Sul, Rodésia e países ocidentais membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (FRELIMO, 1968, p. 9).

⁵⁵ “Specifically, the party committed itself to intensifying the class struggle, expanding the vanguard role of the party, developing new and responsive political institutions, and placing the strategic sectors of the economy under state control.” (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983, p.111)

⁵⁶ Citação encontra-se em nota de rodapé nesta página.

⁵⁷ As informações fazem parte de um projeto de investigação intitulado “Reinvenção da emancipação social” realizado de janeiro de 1999 a dezembro de 2001 (<http://www.ces.uc.pt/emancipa/pt/index.html>). A coordenação do grupo que se dedicou a compilar as informações de Moçambique foi realizada pela doutora em Ciências Sociais, na área de História Social, Teresa Cruz e Silva. O projeto foi dirigido por Boaventura de Souza Santos, por meio do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e financiado pela Fundação MacArthur e pela Fundação Gulbenkian. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html#up>> Acesso em: 23 fev. 2017

um período de dez anos. Negrão (2006) avalia que a ação motivou algum resultado positivo, ainda que passageiro:

A economia começou a dar sinais de crescimento, estava-se ainda longe de atingir os picos de produção dos últimos anos do tempo colonial, mas havia um nítido crescimento económico. Os sectores das pescas, transporte e da energia registaram taxas de crescimento assinaláveis e começou-se a acreditar, no seio das elites urbanas, que era possível acabar com o subdesenvolvimento em dez anos. Contudo, a fé era vã e em pouco tempo o descontentamento foi-se implantando. (NEGRÃO, 2006, p. 3)

O problema, ainda de acordo com a análise de Negrão (2006), foi que o consumo urbano não acompanhou o crescimento e, no campo, os camponeses que trabalhavam nas machambas estatais passaram a receber menos pelo seu trabalho. No que diz respeito ao capital privado, o novo governo abriu espaço para investimentos, como afirmou Samora Machel – como primeiro presidente moçambicano – em entrevista concedida a Allen Isaacman e Iain Christie, em 1979:

No esforço do desenvolvimento económico em que estamos empenhados julgamos que há lugar para participação de outros países e empresas internacionais e do capital estrangeiro em geral desde que a sua actividade se integre nos objectivos da política económica e se conforme com os princípios e prioridades dos planos de desenvolvimento em particular se valorizem os nossos recursos humanos e materiais [...].As experiências existentes situam-se principalmente na pesca, na exploração das riquezas minerais, na indústria metalúrgica. Estas experiências têm sido positivas (ISAACMAN; CHRISTIE, 1979, p.12).⁵⁸

Ou seja, havia uma preocupação em manter a soberania do recente Estado em relação aos seus direcionamentos econômicos e ao projeto de nação escolhido. Por outro lado, Moçambique dependia das relações econômicas mantidas com os países com quem faz fronteira, sobretudo, Rodésia (atual Zimbábue) e África do Sul. Os dois, porém, mantinham estreitas relações com países ocidentais do bloco capitalista e viviam sob o regime do apartheid – ainda apoiaram Portugal na Guerra de libertação como se afirmou anteriormente. As relações comerciais, então, acabaram sendo abaladas por divergências políticas.

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.aluka.org/stable/10.5555/al.sff.document.isaacman0002>> Acesso em: 7 mar. 2017

O governo da FRELIMO apoiou refugiados e guerrilheiros da Rodésia e movimentos de libertação sul-africanos que lutavam contra os regimes racistas (apartheid) instituídos nas ex-colónias britânicas. Assim, a África do Sul começou a repatriar moçambicanos que trabalhavam nas suas minas e deixou de recrutá-los, além de ter redimensionado a utilização do porto moçambicano.⁵⁹ No caso da Rodésia, Moçambique aderiu, em 1976, às sanções que a ONU havia imposto ao país onde uma minoria branca tentava se impor no governo sem reconhecimento da comunidade internacional⁶⁰. Assim, foram encerrados o escoamento da produção rodesiana pelo porto e caminhos de ferro da cidade de Beira (capital da província da Sofala)⁶¹, além do consumo de derivados de petróleo da refinaria de Maputo – sendo que ambos contribuía de forma significativa com os rendimentos moçambicanos (SILVA, 2011).⁶² A decisão provocou custos elevados, como o próprio Samora Machel declarou em entrevista concedida em 1979:

A redução das receitas tem superado 150 milhões de dólares por ano o que totaliza até hoje mais de 500 milhões de dólares americanos. Apesar dos apelos constantes das Nações Unidas para o apoio a República Popular de Moçambique em conformidade com as suas decisões, a República Popular de Moçambique recebeu pouco mais de 100 milhões de dólares americanos. Os prejuízos resultantes deste facto são como é evidente uma importância enorme numa economia como a nossa em fase de reconstrução nacional. (ISAACMAN;CHRISTIE, 1979, p.13)⁶³

Nota-se que, como membro da ONU desde 16 de setembro de 1975⁶⁴, Moçambique cumpria o acordo estabelecido no âmbito da organização, no entanto, não recebeu o suporte financeiro que necessitava para manter as sanções criadas sem abalar de maneira significativa sua economia. Não houve reciprocidade, tampouco solidariedade internacional suficiente para manter o reestabelecimento da economia do recente país por parte dos países mais ricos – não

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>> Acesso em: 23 fev. 2017

⁶⁰ A proclamação de independência por parte de uma minoria branca, liderada por Ian Smith, antes que fossem feitas reformas e o governo passasse a ser de maioria negra, fez com que o Conselho de Segurança da ONU emitisse resoluções que embargavam relações comerciais e diplomáticas com a ex-colônia britânica. O novo governo não foi reconhecido pela comunidade internacional. (BAUMBACH, 2014, p.44)

⁶¹ “Desde há muito é a segunda cidade de Moçambique, porto para um vasto *hinterland* percorrido pelo caminho de ferro nacional ligado directamente aos da Rodésia, da Zâmbia e do Malawi.” (AMARAL, 1969, p.76). Disponível em: <<http://www.macua.org/beira100anos/beiraindico.pdf>> Acesso em: 4 maio 2017.

⁶² Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html#up>> Acesso em: 23 fev. 2017

⁶³ Disponível em: <<http://www.aluka.org/stable/10.5555/al.sff.document.isaacman0002>> Acesso em: 7 mar. 2017

⁶⁴ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/#paisesMembros7>> Acesso em: 8 mar. 2017

se pode esquecer a influência da Guerra Fria nas suas decisões. O clima gerado pela oposição entre os projetos político-econômicos ocidentais influenciou não apenas Moçambique, mas também, de forma mais ampla, os países da África Austral, como lembra Funada-Classen (2012):

Somados às complexidades "normais" de mudança de poder e independência, os países desta parte da África foram confrontados com a realidade de que a África do Sul e a Rodésia do Sul, onde os colonos brancos tinham poder político, tinham estreitos laços econômicos com as nações ocidentais e eram consideradas as cidadelas das estratégias anti-comunistas em todo o mundo perseguidas pelo Ocidente. (tradução nossa) (FUNADA-CLASSEN, 2012, p.1-2)⁶⁵

Assim, Rodésia e África do Sul tiveram destacada participação na Guerra Civil que opôs a FRELIMO à Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) entre 1976 e 1992. Este grupo de oposição ao governo, a RENAMO, foi formado por ex-membros das forças e comandos especiais que atuavam no centro de Moçambique e haviam deixado o país pela fronteira com a Rodésia antes da independência. Participavam dele também ex-combatentes que, por diferentes motivos, saíram da FRELIMO. Em meados de 1977, a RENAMO começou a operar tendo como local de treinamento uma base militar fornecida pelo exército da Rodésia que almejava retaliação pelo embargo comercial realizado por conta da adesão às sanções da ONU (ibid., p.6). Com a independência da Rodésia, que se torna Zimbábue em 1980, a RENAMO passou a ser suportada pela África do Sul ganhando um reforço no potencial armamentista. Isto facilitou o recrutamento forçado de combatentes e potencializou a destruição de aldeias comunais não só interferindo no desenvolvimento rural de Moçambique, como também garantindo suprimento das necessidades alimentares dos combatentes anti-FRELIMO (ibid., p.7). As atrocidades cometidas pelos membros da RENAMO fizeram com que eles passassem a ser conhecidos como “bandidos armados”.

Não se pode esquecer a parcela de responsabilidade dos Estados Unidos nessa situação, já que, no período, a potência mundial realizou intervenções diretas e indiretas em diferentes locais do mundo onde ocorriam revoluções – Moçambique não seria exceção (HALON, 1991, p 48-50). Por isso, por suas estreitas relações com a África do Sul, considera-

⁶⁵ Added to the “normal” complexities of power change and independence, countries in this part of Africa were faced with the reality that South Africa and Southern Rhodesia, where white settlers held political power, had close economic ties with the Western nations and were considered to be the citadels of the worldwide anti-communist strategies pursued by the West. (FUNADA-CLASSEN, 2012, p.1-2)

se que, indiretamente, os americanos estimularam e influenciaram a Guerra Civil em Moçambique.

Por causa desse cenário, a comemoração e o espírito esperançoso de um país livre que tentava se reerguer economicamente a partir da segunda metade da década de 1970 – como era propagado por meio dos noticiários internacionais como parte do período de libertações africanas – deram lugar à dor, ao medo e à desesperança em pouco tempo: “Em vez de moçambicanos celebrativos e otimistas, durante 1983 e 1984 o mundo viu repetidamente imagens de mulheres e crianças moçambicanas como esqueletos e refugiados.” (tradução nossa) (FUNADA-CLASSEN, 2012, p.4).⁶⁶ Os 16 anos de conflito proporcionaram como resultado: “[...] um milhão de mortos, 1,5 milhões de refugiados transfronteiriços e 4,5 milhões de refugiados domésticos. Mesmo agora, é lembrado como um dos conflitos mais trágicos da década de 1980” (idem).

3.1.3 A relação com as Instituições de Bretton Woods (IBWs) no contexto de abertura econômica e política

Em março de 1984, os governos de Moçambique e África do Sul assinaram um acordo de não agressão, chamado Nkomati, em que ambos aceitavam não promover suporte para movimentos guerrilheiros. A FRELIMO não deixaria que o *African National Congress* (ANC) e o *Pan African Congress* (PAC) – que lutavam contra o regime do apartheid – estabelecessem bases em seu território, enquanto o governo sul-africano não mais forneceria armamentos e outros subsídios que propiciavam os ataques da RENAMO. No entanto, a África do Sul não obedeceu ao acordo e as incursões da guerrilha anti-FRELIMO continuaram (SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE).⁶⁷ Com maior parte do território destruído pela guerra e sem ter como manter a reestruturação da economia, Moçambique passou a receber ajuda internacional não só humanitária, como financeira, como relata Francisco (2003):

Em 1984, o governo aderiu às Instituições de Bretton Woods (IBWs), nomeadamente ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Em Junho de 1985, o Banco Mundial aprovou o primeiro pacote de 45 milhões de dólares; um mês depois do Governo ter introduzido, ainda que timidamente e a título

⁶⁶ “Instead of celebratory and optimistic Mozambicans, during 1983 and 1984 the world repeatedly saw images of Mozambican women and children as skeletons and refugees.” (FUNADA-CLASSEN, 2012, p.4).

⁶⁷ SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE. Site. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/dated-event/south-africa-and-mozambique-sign-non-aggression-pact>> Acesso em: 24 fev. 2017

experimental, as primeiras medidas de liberalização dos preços de certos produtos alimentares, principalmente frutas e vegetais. (FRANCISCO, 2003, p.162)

A transformação da economia inspirada no modelo socialista⁶⁸ em uma economia de mercado começa a se firmar de maneira mais sistemática, em 1987, com a adoção do Programa de Reabilitação Econômica (PRE) apoiado financeiramente pelas Instituições de Bretton Woods (IBWs) (idem). Criado para conter a crise econômica e manter a eficiência da produção, o PRE promoveu mudanças como:

[...] desvalorização sucessiva do metical [moeda moçambicana], aumentaram-se os impostos sobre o rendimento e reduziram-se os gastos do Estado; começou-se a controlar o crédito e a criar uma melhor interação entre o salário e a produtividade; os preços ao consumidor foram liberalizados; o setor privado, agrícola e industrial, passou a ser apoiado e tomado como prioridade; o investimento estrangeiro foi convidado e incentivado a investir no país. (ibid., p.164)

Como marco deste convite à entrada de estrangeiros para investir no país, pode-se destacar a regulação do Investimento Direto Estrangeiro em Moçambique – aprovado pela Lei nº 4/84 de 18 de agosto – que apresenta “um quadro legal orientador” para aqueles investimentos que fossem empreendidos no território moçambicano oriundos de investidores de outros países. Os investimentos nacionais foram regulamentados, posteriormente, pela Lei nº5/87 de 19 de janeiro. Ainda dentro do estabelecimento de leis regulatórias, em 24 de junho de 1993, ocorreu a promulgação da Lei 3/93 que uniu as determinações para ações nacionais àquelas descritas para as internacionais. A lei ficou conhecida como Lei de Investimentos e os motivos de sua criação estão expressos no próprio documento:

⁶⁸ Conforme Mosca (2005), há autores que questionam se Moçambique “foi em algum momento socialista”. Ele próprio apresenta uma explicação com base no que já havia sido abordada em publicação sua anteriormente: “[...] Mosca, no livro *Experiência ‘Socialista’ de Moçambique*, coloca a palavra socialista entre parênteses; os países socialistas da Europa, em meados dos anos 1980, recusaram a admissão de Moçambique como membro do Comecon [Conselho para Assistência Econômica Mútua], alegando, entre outras razões, a natureza não socialista (mas sim de ‘orientação socialista’) do regime de Maputo; segundo, recorda-se que na seção 2.1 se referiu à capacidade de adaptação da Frelimo e dos seus principais dirigentes a mudanças e que a luta de poder sempre teve estratégias de longo prazo; terceiro, existiram membros da Frelimo, que desde a sua fundação, nunca estiveram de acordo com a orientação imprimida pela aliança minoritária de natureza populista e radical de esquerda: foram as diversas frações internas que se ajustaram e configuraram os diversos poderes internos da Frelimo sem desarticularem de forma profunda o partido, considerando sempre existirem elementos de união sobretudo o poder de Estado, e, portanto, o acesso a recursos; quarto, a comunidade internacional e a guerra lutaram pela mudança da Frelimo e não por alternativas de poder.” (MOSCA, 2005, p. 366-367)

As profundas transformações que têm vindo a operar no mundo em geral e no país em particular especialmente as decorrentes do processo de implementação das mediadas do Programa de Reabilitação Económica e da entrada em vigor da nova Constituição da República associadas a pertinente exigência em se adoptar uma política económica mais aberta objectiva e que privilegie uma maior participação, complementaridade e igualdade de tratamento dos investimentos nacionais e estrangeiros determinam a necessidade de revisão da legislação existente sobre esta matéria. (MOÇAMBIQUE, 1993)⁶⁹

De acordo com o artigo 6 da Lei de Investimentos, o princípio básico e orientador dos investimentos é que eles “[...] deverão contribuir para o desenvolvimento económico e social sustentável do país [...]” (idem).⁷⁰ Eles também devem promover a geração de empregos, diversificação da exportação, redução da substituição de importações, desenvolvimento tecnológico e “[...] contribuição para a formação, multiplicação e desenvolvimento de empresariado e parceiros empresariais moçambicanos”. (idem)⁷¹ No entanto, na prática, nem tudo que foi e está previsto na lei, ocorreu e ocorre.

A partir da década de 1990, foram realizadas privatizações de 1.500 grandes, médias e pequenas empresas para investidores moçambicanos e estrangeiros em menos de 10 anos (CASTEL-BRANCO, 2011 p. 428). A motivação para as privatizações tinha carácter interno e externo e o pensamento era o de permitir: “[...] investimento, empregos, formação, produtividade, comércio, novas tecnologias, eficiência na alocação de recursos, ligações fiscais dinâmicas e desenvolvimento de uma classe empresarial nacional produtiva e competitiva (ibid., p. 429). Contudo, Castel-Branco observa que “[...] mais de 40% das empresas privatizadas foram à falência e as perdas líquidas dos empregos foram altas (cerca de 15.000 empregos só na indústria do caju)” (idem). Os investimentos haviam sido feitos principalmente em novas empresas [...] *grandes*, de *capital estrangeiro* e em *indústrias oligopolistas ou monopolistas* (tais como nos recursos minerais e energéticos, cerveja, açúcar, algodão, florestas e cimento), não em pequenas e médias empresas nacionais com base diversificada e em mercados de maior concorrência. (grifo do autor) (ibid., p. 430).

Ainda no decorrer da década de 1990, a nova Constituição – a primeira foi elaborada logo após a independência, em 1975, trazendo a nacionalização dos serviços básicos e da terra – reconhece, formalmente, a adesão de Moçambique ao modelo de economia de mercado.

⁶⁹ MOÇAMBIQUE. Lei de Investimentos 3/93, 24 de junho de 1993, p. 122-(7). Disponível em: <<http://www.mozambique.org.br/pt/docs/legislacao/LeideInvestimentos.pdf>> Acesso em: 10 maio. 2016

⁷⁰ idem

⁷¹ idem

Assim, ao PRE, adotado no final dos anos 1980, acrescentou-se uma preocupação social, fazendo com que o programa passasse a ser denominado Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES) (FRANCISCO, 2013).

Há que se acrescentar que o redirecionamento econômico foi acompanhado de mudanças políticas e sociais influenciadas pelo contexto internacional. A escolha pela economia de mercado não justificava mais as ações da RENAMO e, principalmente, o fim da Guerra Fria, entre 1989 e 1990, fez com que tanto a RENAMO, quanto a FRELIMO perdessem financiamentos que mantinham a continuidade da Guerra Civil (FUNADA-CLASSEN, 2012, p.13). De um lado, o bloco socialista se desintegra, deixando de ter condições de apoiar Moçambique. De outro, os países ocidentais já não precisavam exercer influência militar para desestabilizar o socialismo diante do fato de Moçambique estar caminhando para o capitalismo.

É importante lembrar que o programa de estabilização e ajuste estrutural que, em Moçambique, denominou-se PRE passado a PRES posteriormente, “[...] é idêntico aos que têm sido implementados, a partir do final da década de 70, na maioria dos países da África sub-sahariana.” (MOSCA, 2001, p.146) A aplicação destes Programas de Ajustamento Estrutural (PAEs) incluía condicionalidades que acabavam influenciando na mudança da dinâmica política dos países africanos. Cabe observar o que ocorreu no caso de Moçambique.

Os programas, amplamente chamados de Ajustamento Estrutural (PAE), que são aplicados pelas IBWs em países em desenvolvimento, de acordo com Mosca (2001), recebem diversas críticas, dentre as quais que “[...] são um conjunto de medidas aplicadas mecanicamente e de uma forma economicista, isto é, que não se consideram as realidades globais das sociedades, os mecanismos de reprodução social e econômica e as relações com o exterior.” (MOSCA, 2001, p.146). Mais grave talvez seja o fato de proporcionarem “[...] custos sociais elevados em sociedades já fortemente sacrificadas, custos que são desigualmente distribuídos.” (ibid., 149).

As condicionalidades que chegaram com a aplicação do PAE – que incluem reformas políticas como o fim do monopartidarismo, aumento das liberdades individuais e realização de eleições (MOSCA, 2001, p.138) – favoreceram a transformação da RENAMO em partido político e, em 1992, foi assinado um Acordo de Paz, em Roma, que pôs fim à Guerra Civil. Moçambique passou, assim, a adotar o multipartidarismo. “Durante as duas décadas seguintes, os dois antigos inimigos trocaram os campos de batalha por debates no Parlamento. Moçambique tornava-se um ‘caso de sucesso’ para as entidades internacionais [...]”

(LOBATO, 2016, p.50). O êxito moçambicano advinha do fim do conflito bélico e da introdução de procedimentos dentro dos padrões democráticos ocidentais. As primeiras eleições gerais ocorreram em 1994, a RENAMO disputou, mas a FRELIMO obteve a maioria dos votos e permaneceu no poder. Foram 38% dos votos contra 44% (idem).

No entanto, os fatos demonstram que o que ocorre é apenas uma paz institucional. Segundo Brito (2016), desde as primeiras eleições, a “experiência moçambicana no multipartidarismo” tem sido marcada por um estado “quase permanente de conflito eleitoral” (BRITO, 2016, p.1). Para além do resquício de desentendimento do conflito bélico a influenciar tal instabilidade é preciso acrescentar as diferenças inerentes à constituição cultural moçambicana. A partir de uma pesquisa realizada em 1997⁷², o mesmo autor concluiu que a chegada da ordem democrática a Moçambique:

[...] é marcada pela interação de duas tradições e experiências sociais e políticas distintas: de um lado, a tradição ocidental incorporada nas instituições e nos discursos do Estado e da democracia pluralista e, do outro, uma tradição africana que, constituindo o pano de fundo cultural da vida social moçambicana, contribui também com as suas representações do poder. É assim que, por exemplo, o reconhecimento da autoridade do governo aparece, em Moçambique fundamentalmente associado a uma representação paternalista do mesmo e não ao princípio de delegação que prevalece na tradição ocidental (BRITO, 2003, p. 179).

Ainda dentro desse diferencial da sociedade moçambicana, a democracia é mais identificada com “liberdade e paz” e pouco com eleições, disputas partidárias e sistema de representatividade (ibid., p.192). De certa forma, com a abertura econômica e a possibilidade de surgimento de novos partidos políticos, institucionalmente, proporcionou-se uma liberdade de manifestação e o que se esperava era uma convivência pacífica. No entanto, fatos recentes demonstram que esses dois requisitos ainda não foram alcançados satisfatoriamente em Moçambique.

Em 2012, uma base da RENAMO localizada no centro de Moçambique, voltou a servir de local para treinamento de combatentes. O partido opositor ao governo denunciava fraudes eleitorais e reivindicava maior participação nas Forças Armadas moçambicanas, como

⁷² Foram realizados questionários a respeito da participação política de 1991 pessoas maiores de 18 anos durante o Inquérito Nacional de Opinião Pública realizado pelo Centro de Estudos de População da Universidade Eduardo Mondlane em outubro de 1997. Os dados foram recolhidos para a USAID. (BRITO, 2003, p.180)

o acordo de 1992 previa (LOBATO, 2016, p.51). Os conflitos começaram a ser presenciados nessa região do país no ano seguinte:

A reabertura da base não significou um reinício imediato dos conflitos. Foi em abril de 2013, em Muxúnguè, a cerca de 200 quilômetros dali, que os tiros voltaram a ser ouvidos. No dia 3 daquele mês, a polícia invadiu a sede da Renamo, prendendo alguns de seus militantes. O revide veio já no dia seguinte, com um ataque à delegacia local que resultou na morte de quatro policiais e um guerrilheiro. [...] O que acendeu o alerta internacional foi o registro da presença cada vez maior de refugiados moçambicanos no Maláui, país vizinho e primeiro ponto de fuga durante a Guerra Civil, décadas antes. Milhares de moçambicanos voltaram a fugir para lá, desde 2013.

Em 2014, um novo – e provisório – acordo de paz foi celebrado. (idem)

O novo acordo citado no trecho anterior foi provisório porque, em 2015, ainda segundo Lobato (2016), novos desentendimentos eleitorais surgiram e, já em 2016, a RENAMO anunciou que assumiria o controle de províncias – no centro e norte do país – onde o partido afirma ter ganhado as eleições e não assumido os cargos por fraude da FRELIMO. Ou seja, os conflitos permanecem em outro contexto econômico e social que será explorado adiante. É preciso, ainda, retomar às consequências da transformação da economia do país com a adoção progressiva dos direcionamentos neoliberais.

Moçambique manteve estreita relação com o Banco Mundial e o FMI por meio do programa de reajuste estrutural (PRES) e os financiamentos decorrentes desta estratégia. Ao longo da década de 1990, a baixa capacidade interna de financiamento fez com que a dívida externa do país aumentasse de forma alarmante e, de acordo com dados do Banco Mundial, passou de 49 milhões de dólares em 1980, para 5877,6 milhões, em 1997 – o equivalente a mais de 400% do valor do Produto Nacional Bruto de Moçambique (FRANCISCO, 2003, p. 166). A dependência da ajuda externa permaneceu como parte integrante da sua base de sustentação econômica. Prova disso, como mostra Almeida (2015), é o fato de 45% do orçamento moçambicano ser proveniente de um grupo de doadores:

A primeira experiência de harmonização dos apoios para a concentração na ajuda ao orçamento foi o Programa Conjunto dos Doadores para o Apoio Macro-Financeiro ao governo de Moçambique, de 2000, que envolveu importantes doadores bilaterais - Dinamarca, Irlanda, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Suíça -, seguido da assinatura de outros memorandos de entendimento cuja principal referência para o desembolso da ajuda eram as metas e indicadores estabelecidos no

Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta – PARPA (2001-2005), conforme exigência das instituições de *Bretton Woods*. (ALMEIDA, 2015, p.124-125)

Este conjunto de doadores ficou conhecido como PAP (Parceiros de Apoio Programático) ou G19.⁷³ Em 2015, porém, cinco países (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Holanda e Noruega) decidiram retirar este apoio direto, passando a desenvolver projetos com financiamento sob alegação de que há como ter mais controle sobre os gastos⁷⁴. Em 2016, além dos 14 membros restantes, o Orçamento Estatal moçambicano passou a contar, novamente, com a doação vinda da Espanha e o Japão entrou como membro associado.⁷⁵

Como Almeida (2015) apresentou, a ajuda deveria servir para cumprir as metas estabelecidas no Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta – PARPA (2001-2005). Este plano é uma versão moçambicana do *Poverty Reduction Strategy Papers* ou Planos Estratégicos de Redução da Pobreza (PERPs) sugerido pelo FMI e pelo Banco Mundial, em 1999. Segundo Adalima e Nuvunga (2012), a idealização destes planos é uma resposta às críticas que foram feitas à forma de implementação dos PAE: “[...] imposição do exterior (BM e FMI) com a participação de alguns técnicos dos governos e o envolvimento restrito/reduzido das organizações civis. ” (ADALIMA; NUVUNGA, 2012, p.1). Os planos são elaborados pelos governos dos países receptores de ajuda com a participação de parceiros locais e membros das duas organizações internacionais. São atualizados a cada três anos e têm como função elencar as políticas públicas e programas de promoção do crescimento e redução da pobreza, assim como as necessidades de fontes de financiamento.⁷⁶ Interessa destacar que a elaboração dos planos prevê “[...] consultas com segmentos e actores sociais relevantes fora da Administração Pública” (MOÇAMBIQUE, 2001, p. 1). Além de financiadores externos, o documento de conformação do PARPA afirma que há “ampla participação da sociedade civil” em sua elaboração (idem).

⁷³ Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Países Baixos (Holanda), Comissão Europeia, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido (Inglaterra), Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Mundial, tendo como membros associados os Estados Unidos da América e as Nações Unidas (ALMEIDA, 2015, p. 124-125).

⁷⁴ De acordo com informações publicadas, em 7 de outubro de 2015, pela agência de comunicação alemã Deutsche Welle (DW), a Alemanha deixou de fazer parte do grupo, mas informou que prosseguiria com a ajuda por meio de projetos desenvolvidos com o apoio do país. Bélgica, Dinamarca, Holanda, Noruega, anunciaram igualmente a sua saída do chamado G19, que passou a ser formado por: Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Mundial (BM), Canadá, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e União Europeia (UE). Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/alemanha-sai-do-g19-mas-mant%C3%A9m-apoio-a-mo%C3%A7ambique/a-18765944>> Acesso em: 29 maio. 2016

⁷⁵ Disponível em: <<http://pap.org.mz/qas-sobre-os-paps/>> Acesso em: 6 mar. 2017

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/prsp/prsp.aspx#HeadingM>> Acesso em: 6 mar. 2017.

Lembre-se que, como foi discutido no capítulo anterior, o objetivo das estratégias de desenvolvimento nacional e internacional passaram a ser a erradicação da pobreza – mais especificamente a partir da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social, de 1995 (NAÇÕES UNIDAS, 1999, p.3). Além disso, a própria ONU já havia destacado a necessidade do estabelecimento de consensos para que uma “cultura do desenvolvimento” fosse formada. O processo de elaboração dos planos, portanto, se aproxima do que foi pregado pela instituição no período. Os PARPA/PARP aparentam ser a expressão local da formação de consensos em torno das estratégias de desenvolvimento, neste caso, com foco na erradicação da pobreza. Aqueles que mais contestam o problema são convidados a contribuir com as soluções, mas de maneira organizada e restrita aos espaços criados, gerando críticas a respeito da efetividade e relevância dos processos.

Mosca e Selemane (2012) acreditam que enquanto instrumento que trata de diversas questões econômicas e sociais, o PARP – versão do PARPA sem o “A” de absoluta, idealizado para o período de 2011 e 2014 – não estão completamente conectados com a realidade de exploração do território. Isto por causa dos investimentos que são permitidos e seus impactos para o desenvolvimento do país como um todo e para as comunidades afetadas por grandes projetos em particular.

3.1.4 Megaprojetos x Mega Transtornos

Na primeira metade dos anos 2000, Moçambique passou a ser conhecido como “o novo-rico” (SELEMANE, 2010, p.9) em recursos minerais. Mas isto não significa dizer que apenas nesse momento foram descobertas as reservas de carvão, outros minerais e gás natural, mas que a partir desse período a exploração dos recursos passou a ser realizada pela atração de investimentos estrangeiros com maior ênfase (MOSCA; SELEMANE, 2012, p. 234).⁷⁷ Para Garcia e Kato (2016), isto reforçou para Moçambique sua “[...] estratégia de desenvolvimento via a atração de investimento estrangeiro.” (GARCIA; KATO, 2016, p. 75). Contribuiu para essa chegada de investimentos estrangeiros, também, o fato de o país estar sendo bem avaliado internacionalmente desde o final da década de 1990, como afirma Saraiva (2008):

Moçambique passou a ser apresentado, em alguns fóruns econômicos, como espécie de “tigre” africano, por lembrar o caso da Ásia nas décadas de 1980 e 1990. Em

⁷⁷ Informação esclarecida em nota de rodapé.

1998 foi considerada a economia que mais crescia na África. O país ultrapassou, nos últimos anos, todas as metas estabelecidas pelas instituições financeiras internacionais. Chama a atenção, todavia, o padrão das relações econômicas externas moçambicanas. Segue o modelo da relação colonial, de exportador de produtos primários e importador de bens com alto valor agregado. Esse é um ponto de preocupação para setores sociais e políticos do país, embora nem sempre de sua elite governante (SARAIVA, 2008, p. 102).

O modelo exportador fica explícito a partir da observação dos grandes empreendimentos realizados em diferentes províncias moçambicanas. O primeiro megaprojeto autorizado pelo governo moçambicano com investimento estrangeiro direto foi a Mozal em julho de 1998. A única fundição de alumínio de Moçambique e a segunda maior da África foi aberta em 2000⁷⁸. Outros investimentos na área da indústria extrativa se incorporaram na primeira década do século XXI como: a exploradora de gás natural da Sasol, que inclui capital sul-africano e participação do Estado de Moçambique; a mineradora brasileira Rio Doce Moçambique, Ltda. (Vale) e a australiana *Riversdale Mining* (vendida para a portuguesa Rio Tinto) que realiza exploração de carvão (ALMEIDA, 2015, p. 127). Considerando que sejam megaprojetos aqueles com investimento “acima de US\$ 500 milhões”, Castel-Branco (2008) acredita que um dos seus problemas diz respeito à baixa geração de empregos se comparada com o peso do seu investimento, do volume de sua produção e movimentação comercial (CASTEL-BRANCO, 2008, p. 2) Assim, o impacto destes projetos nacionalmente deveria ser medido de acordo com a “[...] absorção dessa riqueza gerada pela economia e não apenas pela quantidade de riqueza produzida.” (CASTEL-BRANCO, 2008, p. 3) Além disso, uma “política fiscal racional e responsável” poderia trazer benefícios a partir destes projetos para Moçambique:

[...] o potencial fiscal dos seis mega projectos mais conhecidos (Mozal, areias minerais de Moma e Chibuto, gás natural, carvão e HCB), se explorado, pode duplicar a receita fiscal do Estado. Isto contribuiria para reduzir a dependência externa, consolidar a soberania política e aumentar a capacidade do Estado de investir na diversificação da base produtiva e de crescimento, no fornecimento de serviços públicos fundamentais e no desenvolvimento de um sistema de protecção, segurança e assistência social. Também permitiria reduzir a carga fiscal para outras empresas o que aumentaria o excedente disponível para financiamento de actividade económica em outras áreas de actividade e regiões. (ibid., p. 7)

⁷⁸ A companhia South32 tem 47,1% da Mozal Alumínio, a Mitsubishi Corporation Metals Holding tem 25%, a Industrial Development Corporation of South Africa Limited detém 24% e o Governo de Moçambique tem 3,9% do negócio através de ações preferenciais. Disponível em: <<https://www.south32.net/our-operations/south-africa/mozal>> Acesso em: 11 jun. 2016

Contudo, são justamente os incentivos fiscais concedidos pelo governo de Moçambique que atraem os investidores – para além da disponibilidade de recursos naturais. Ainda segundo Castel-Branco (2008), no período analisado, os empreendimentos com participação de cerca de 12% no PIB e três quartos nas exportações de bens tinham contribuição fiscal de menos de 1% no PIB. “Os mega projectos estão todos no grupo das 10 maiores empresas de Moçambique, mas nenhum deles se situa entre os 10 maiores contribuintes para o fisco” (ibid., p.7).

O incentivo fiscal do Estado moçambicano aos investimentos estrangeiros é um dos atrativos mais destacados por seu Gabinete de Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA), órgão do Governo de Moçambique criado em dezembro 2007 que tem “[...] a responsabilidade de promover e coordenar todas actividades relacionadas com a criação, desenvolvimento e gestão das Zonas Económicas Especiais (ZEE’s) e Zonas Francas Industriais (ZFI’s)”(GAZEDA, 2016).⁷⁹ Por meio do GAZEDA, Moçambique oferece benefícios fiscais, não fiscais e incentivos para empresas das ZEE’s e ZFI’s. Existem seis Zonas Francas disponíveis para investimento: Zona Econômica Especial de Nacala, *Mocuba Special Economic Zone*, Parque Industrial de Belulane, *Manga-Mungassa Special Economic Zone*, Zona de Estância de Turismo Integrado e Zona Franca Industrial de Mocuba.

Entre os benefícios fiscais oferecidos estão: isenção no pagamento de direitos aduaneiros na importação de materiais de construção, equipamentos, acessórios, peças e outros bens destinados à prossecução da atividade licenciada nas ZEE’s, e isenção do IVA (Imposto Sobre o Valor Acrescentado) nas aquisições internas e importações. Já os benefícios não fiscais compreendem, por exemplo, concessões de terra, flexibilidade no regime de trabalho em relação à contratação de mão-de-obra estrangeira e nos processos de licenciamento (GAZEDA, 2016).⁸⁰

Ainda conforme informações do GAZEDA, os incentivos fiscais variam de acordo com a área de investimento, mas se resumem à: Isenção do IRPC (Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) e redução da taxa do IRPC em até 25%, a depender do

⁷⁹ GAZEDA (Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado). Site. Disponível em: <http://www.gazeda.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=143&Itemid=130&lang=pt> Acesso em: 11 jun. 2016

⁸⁰ GAZEDA (Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado). Site. Disponível em: <http://www.gazeda.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=143&Itemid=130&lang=pt> Acesso em: 11 jun. 2016

tempo de exercício fiscal. No caso dos megaprojetos já em operação em Moçambique, Castel-Branco (2008) destaca alguns argumentos para a concessão “tão generosa” de incentivos fiscais:

Inexperiência e falta de informação; Ansiedade com os indicadores macroeconómicos (investimento, crescimento e défice da balança comercial); Restrições monetárias que obrigaram o Governo a virar-se para uma política de portas abertas ao investimento directo estrangeiro; Pressão de organizações financeiras internacionais para o estabelecimento de um sistema de incentivos ao investimento não discricionário, o que conduziu o Governo a ajustar a legislação das Zonas Francas Industriais (destinada a indústrias pequenas, móveis e intensivas em trabalho) aos mega projectos; Crença no potencial de desenvolvimento de projectos âncora de grande envergadura sem entendimento real das condições necessárias para a materialização de ligações (CASTEL-BRANCO, 2008, p. 10-11).

Diante desta realidade, tentativas de mudança em relação aos atrativos, podem enfrentar resistência por parte das empresas que já operam em Moçambique. Por outro lado, não “[...] será fácil adoptar legislação fiscal radicalmente nova para novos investimentos enquanto os primeiros ainda gozarem de incentivos fiscais tão generosos.” (ibid., p. 11).

Adicione-se à falta de captação de tributos fiscais à de controle e direcionamento das atividades para favorecer o desenvolvimento industrial interno. Assim, os megaprojetos que vão surgindo, não encontram empresas que possam suprir suas necessidades, como argumentam Mosca e Selemane (2012): “Os principais beneficiários dos grandes projectos são as empresas subcontratadas (geralmente de capital externo) a quem são atribuídos trabalhos como o da recuperação/construção de infra-estruturas (caminhos-de-ferro, portos, logística, transportes, habitação, hotéis, estudos, etc.) ” (MOSCA; SELAMANE, 2012, p. 238). Os autores acrescentam que a falta de acompanhamento adequado dos megaprojetos e a fragilidade das condicionalidades para suas execuções no país africano contribuem com a permanência da extrema pobreza em Moçambique.

Há, ainda, problemas institucionais que impossibilitam a aplicação de acordos já estabelecidos com as grandes empresas em benefício das comunidades afetadas por megaprojetos. No caso das concessionárias que exploram as florestas, por exemplo, existe a obrigação de destinar 20% das receitas “[...] para as comunidades dos locais onde os recursos florestais e faunísticos são extraídos ” (ibid., p. 234). Porém, a determinação não pode ser cumprida por causa de problemas como: “Atrasos nas transferências, alocação parcial dos recursos, trâmites administrativos inter-ministeriais complicados, dificuldades de organização

das comunidades, acesso a contas bancárias, processos de decisão no seio das comunidades [...]” (idem). Para os autores, seria preciso que o Estado moçambicano fosse preparado burocraticamente para a implantação destes megaprojetos a partir da:

[...] revisão de concepção, estratégias e políticas de desenvolvimento, da capacidade política e técnica das instituições públicas especializadas, eficientes, com sistemas informatizados e cruzamento de bases de dados; uma burocracia capacitada para o exercício das funções de Estado, pelo menos na versão minimalista de planeamento, regulamentação, regulação, fiscalização e monitoria; um estado transparente, tecnicamente capacitado e com poder negocial. (MOSCA; SELEMANE, 2012, p. 246)

A ineficiência em tais condições citadas tem gerado problemas sobretudo para as comunidades que têm que se deslocar por conta de algum grande empreendimento que necessite se estabelecer em seus territórios ou que precisam conviver com as operações destes. Ainda segundo Mosca e Selemane (2012), o posicionamento do Estado diante das populações e das multinacionais pode influenciar no acirramento de conflitos, já que há assimetrias entre os “poderes negociais”: “Se existir a incapacidade de soluções acordadas, é provável a perda de credibilidade do Estado, o surgimento da instabilidade social e a animosidade entre as empresas multinacionais e as populações.” (MOSCA; SELEMANE, 2012, p. 236)

Os autores contam que já ocorreram casos de queima de plantações, greves de trabalhadores, colocação de barricadas para impedir a passagem da linha férrea, incêndios em armazéns e recusa por parte da população em se deslocar para reassentamentos. A falta de cumprimento dos acordos por parte da multinacional brasileira Vale é um dos motivos apontados (MOSCA; SELAMANE, 2012, p. 236-237). Os problemas ligados à empresa têm ganhado repercussão, sobretudo por conta da estreita relação entre o Brasil e Moçambique no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento que, por vezes, se confunde com as relações comerciais. Por isso mesmo é interessante destacar este caso.

A Companhia Vale do Rio Doce (Vale S.A desde 2007)⁸¹ chegou em Moçambique em 2004, após vencer concurso internacional lançado pelo governo e assinou contrato em 2007 para explorar, enquanto concessionária, a mina de Moatize (MOSCA; SELEMANE, 2011, p. 19). Recebeu licença para realizar atividade mineira em uma área de 23.780 hectares

⁸¹ Outras informações institucionais estão disponíveis em:
<<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 14 mar. 2017

(MOÇAMBIQUE, 2007) por um período inicial de 25 anos a partir da data do contrato mineiro que é primeiro de março de 2007. Ou seja, a concessão é válida até 2032 podendo ser prorrogada (MOÇAMBIQUE, 2006). A Vale se tornou “o principal investidor brasileiro” no país africano (GARCIA; KATO, 2016, p. 75).

No documento que formaliza o empreendimento, estão expressos os Direitos e Deveres da concessionária e do Governo. Pelo que está estabelecido, a concessionária deveria promover o reassentamento das comunidades localizadas na área de mineração bem como indenizá-las por eventuais danos (MOÇAMBIQUE, 2007). Contudo, o acordo não parece estar sendo cumprido satisfatoriamente.

Garcia e Kato (2016) realizaram, em 2013 e em 2014, pesquisas de campo no Corredor de Nacala passando por locais onde comunidades estão sendo atingidas pelas operações decorrentes da exploração da mina de Moatize iniciada em 2011. As pesquisadoras contam que as principais queixas da população local diziam respeito à “[...] remoção de famílias de camponeses e de oleiros (fabricantes de tijolos artesanais) que ocupavam a área da mina de Moatize [...]” (GARCIA e KATO, 2016, p. 77). O tratamento dos trabalhadores foi outra queixa recorrente, assim como a falta de clareza nas negociações entre a população e a Vale, como resumido abaixo:

Tais relatos destacam que: as áreas onde os reassentamentos foram erigidos não se mostraram propícias para a agricultura, com pouco acesso à água e aos mercados próximos; as machambas (roças) e as casas das famílias foram subvalorizadas no cálculo das indenizações; as casas apresentam problemas, pois, além de não respeitarem a cultura local, com pouco tempo de uso passaram a apresentar rachaduras, devido à má qualidade da obra, problemas de infiltração e falhas de segurança. Com relação aos trabalhadores, além de problemas referentes à diferença salarial e de tratamento entre trabalhadores brasileiros e nacionais, foram relatadas a ausência de sistemas e equipamentos de segurança no ambiente de trabalho e a ocorrência de muitos acidentes (GARCIA e KATO, 2016, p. 77).

Na opinião do professor moçambicano Jaime Macuane a forma como a Vale atua em Moçambique demonstra um desconhecimento das nuances dos países africanos. Na verdade, para Macuane (2015), a conduta da empresa reflete o fato de muitas organizações e a maior parte da sociedade brasileira, de uma forma geral, perceber a África ainda enquanto um continente homogêneo. Este desconhecimento contribui, segundo o moçambicano, para os conflitos que são evidenciados atualmente:

Acho que ela não teve a sensibilidade de entender que, apesar de Moçambique ser um país pobre, há todo um processo, nos últimos tempos, de ativismo social que é muito forte e que ele é um elemento extremamente reativo quando se trata desse tipo de iniciativa de investimento, de cooperação e outros. A Vale não teve, no meu entender, a capacidade de entender esse contexto social e, de certa forma, político e, da forma como ela interveio em certas áreas acabou tendo alguma reação negativa em função disso. Ou seja, ela aumentou o risco social das suas operações, justamente pela falta desse conhecimento mais profundo sobre o que é Moçambique hoje em dia. (MACUANE, 2015)⁸²

Diante de protestos que tiveram repercussão internacional, a Vale investiu em ações de “[...] responsabilidade social empresarial (qualificação de mão de obra e centros de treinamentos financiados e mantidos pelas empresas brasileiras)” (GARCIA e KATO, 2016, p. 77). Realizou, também, “[...] implantação de programas agropecuários com doação de animais para as famílias, construção de caixas d’água [...]”, o que, no entanto, não foi suficiente diante do abalo que o empreendimento provocou na população local cuja situação de vida permanece precária. (idem)

Os impactos da atuação da Vale em Moçambique estão presentes em um dossiê idealizado por movimentos sociais, organizações não governamentais e centrais sindicais brasileiras e internacionais, pertencentes à articulação “Atingidos pela Vale”, a qual registra experiências de grupos que se relacionam com os empreendimentos da multinacional.⁸³ Dentre os problemas relatados, chama atenção a recusa por parte da população em ceder os cemitérios localizados na área concedida à Vale: “Enquanto a Vale se desdobra no fabrico de caixões para a exumação dos corpos, as populações entendem que é absurdo remover os corpos dos seus entes queridos, e é uma violação gravíssima a uma tradição secular (DOSSIÊ, 2010, p.127-128). Ou seja, para além do impacto em termos de condições mínimas de sobrevivência, há o impacto cultural que não é menos importante. O Dossiê sobre os impactos da Vale no Mundo foi desenvolvido em 2010 e também apresenta críticas à atuação do Estado moçambicano em relação à mediação entre os interesses empresariais e as necessidades das populações rurais:

Como resultado dessa situação, nota-se um total silêncio do Estado e de governos distrital e provincial em relação às práticas prejudiciais da Vale. O lobby tem sido uma estratégia muito usada pela Vale e deve ter sido através dele que a empresa

⁸² Entrevista concedida em: 23 nov. 2015

⁸³ Para outras informações, acessar o site do movimento “Atingidos pela Vale”. Disponível em: <<https://atingidospelavale.wordpress.com/>> Acesso em: 13 jun. 2016

venceu o concurso de exploração do carvão de Moatize. E sempre que o presidente da Vale vem a Moçambique tem um tratamento de um chefe de Estado dominando a agenda do país (ibid., 2010, p.129).

Garcia e Kato (2016) afirmam que, em 2014, foi possível perceber algum movimento por parte do Estado moçambicano no que diz respeito à possibilidade de empregar certo controle sobre a exploração do território. Segundo as pesquisadoras, o Estado “[...] vem se esforçando para melhorar sua capacidade técnica e institucional para lidar com essas situações e com os investidores estrangeiros.” (GARCIA e KATO, 2016, p. 77) através da promulgação de leis na área de mineração e petróleo para garantir a participação estatal na exploração, além de um marco regulatório para o processo de reassentamento. Macuane (2015) ressalta que, quando a Vale chegou a Moçambique, não havia legislação sobre reassentamentos para projetos específicos de investimentos. Quando começam os problemas com a Vale, o Governo de Moçambique criou um regulamento sobre os reassentamentos “às pressas”, o qual foi alvo de críticas (MACUANE, 2015).

Contudo, diante do que foi exposto nesta subseção, é possível sugerir que o Estado moçambicano, ainda que esteja sendo bem-sucedido do ponto de vista da atração de investimentos, não tem conseguido utilizar as oportunidades geradas pela presença de megaprojetos em seu território de maneira a atender as necessidades da população, nem aproveitar a exploração de recursos naturais para internalizar cadeias produtivas que implementem a agregação de valor. Nesse contexto, a riqueza produzida e explorada dentro do país não se reverte, de maneira satisfatória, em melhorias das condições infraestruturais e socioambientais. Pelo contrário, aprofunda a pobreza de maior parte da população que já vive em condições mínimas de sobrevivência e incita a revolta da sociedade civil organizada. É justamente a possibilidade de reivindicação de direitos por parte dos camponeses, movimentos sociais e ONGs diante das estratégias de desenvolvimento do país que será discutida a seguir.

3.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA HISTÓRIA MOÇAMBICANA

Depois da revisão bibliográfica sobre as transformações econômicas e políticas em Moçambique, para concluir este capítulo, serão destacados alguns aspectos da história do país que também influenciam na problemática em torno do ProSAVANA a ser aprofundada nos próximos capítulos. Partindo do pressuposto de que é perigoso e complicado lidar com a

história de um país onde não se habita, o objetivo, neste tópico, é apresentar algumas leituras mais recentes sobre aspectos políticos da formação de Moçambique enquanto Estado sem querer apresentar uma concepção cabal sobre o assunto. É necessário alertar, porém, que interpretações mais recentes – que buscam contribuir com a construção identitária do país e pensam a origem dos conflitos sociais que persistem – introduzem posicionamentos que não eram privilegiados pela historiografia oficial moçambicana e trazem críticas contundentes a aspectos da luta de independência e à atuação do partido FRELIMO. Com isso, pretende-se trazer os debates que têm sido incitados para pensar sobre os conflitos que envolvem a possibilidade de participação social em Moçambique em relação aos projetos de desenvolvimento do país, já que o objeto de análise desta dissertação é a articulação contra o ProSAVANA.

3.2.1 O projeto de unidade e as primeiras participações populares

A história de Moçambique a partir da sua luta de independência é analisada por diferentes perspectivas, ora enfatizando questões internas como as diferenças étnicas, ora abordando os conflitos em uma perspectiva de contexto internacional (FUNADA-CLASSEN, 2012). Muitos estudos priorizam a luta contra o colonialismo sem prestar atenção na influência que os conflitos internos do grupo que liderou a revolução, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), exerceu sobre a trajetória até a independência (MENESES, 2015, p. 11). Na maioria das vezes, não se leva em consideração “[...] os aspectos que nessa vitória poderiam no futuro comprometer e ameaçar a consolidação de algumas das conquistas alcançadas. ” (BRAGANÇA; DEPELCHIN, 1986, p.33). Nos últimos anos, têm surgido produções que expõe as contradições da FRELIMO e ressaltam o protagonismo de moçambicanos que atuaram de maneira significativa no processo de libertação, mas não tinham o mesmo projeto político do grupo que seguiu em liderança na Frente⁸⁴ (MENESES, 2015, p.11). São trabalhos que acabam ampliando a compreensão sobre a história do país e surgem como parte da necessidade dos próprios moçambicanos de expressarem a pluralidade da sua luta de independência. Alguns desses aspectos serão abordados ao longo do texto.

Durante a luta de independência, a FRELIMO defendia a construção “[...] de uma ‘identidade nacional’ onde se elaborasse a síntese na qual a tradição seria reinterpretada pela incorporação de elementos da modernidade. ” (CABAÇO, 2007, p.401). O segundo líder do

⁸⁴ “Uria Simango – um homem, uma causa” de Barnabé Lucas Ncomo de 2003 é uma das publicações.

movimento, Samora Machel, durante um congresso que tratou de Educação e Cultura em setembro de 1970, dentre outras explicações, declarou:

Unir todos os moçambicanos, para além das tradições e línguas diversas, requer que na nossa consciência morra a tribo para que nasça a Nação.

[...]

Devemos adquirir uma atitude científica, aberta, livre de todos os pesos da superstição e tradições dogmáticas.

Devemos, particularmente, criar uma nova atitude na mulher, emancipa-la na sua consciência e comportamento, e ao mesmo tempo inculcar no homem um novo comportamento e mentalidade em relação à mulher.

[...] Em resumo, queremos uma mentalidade revolucionária que utilize a ciência para servir o povo (MACHEL, 1973, p. 5).

Foi com o objetivo de ratificar este propósito que se criou a ideia de “homem novo”. Como Machel reforçaria em congressos subsequentes: “A construção da Nova Sociedade que estamos empenhados é indissociável da criação do Homem Novo.” (MACHEL, 1981, p. 11). A educação deste novo indivíduo seria baseada no fim de hábitos corruptos, do individualismo, do elitismo e no desenvolvimento do espírito científico. O direcionamento demonstra um esforço de construção de unidade necessário ao projeto de estabelecimento do Estado ocidental em um “[...] território fragmentado entre mais de vinte grupos etnolinguísticos [...]” (LOBATO, 2016, p. 50).

Nashingwea, na Tanzânia, foi o local onde a FRELIMO pôde colocar em prática essa ideia do “homem novo”, ainda durante a década de 1960. No campo de formação militar, os soldados eram preparados física e psicologicamente tendo como norte a criação de uma sociedade que dependesse de suas próprias forças. Neste intuito, os soldados compartilhavam suas experiências sob o jugo colonial e era estimulada a criação de uma consciência de nação única que não se limitava à aldeia de onde os futuros combatentes vinham. Isso era reforçado “[...] cotidianamente na *machamba*, na limpeza das instalações, no treinamento militar, no comportamento moral. Um laboratório do que deveria ser o porvir de Moçambique.” (THOMAZ, 2008, p.183). Após a independência, Nashingwea inspirou a construção das “machambas comunais” (ibid., 182).

Outro ponto a ser observado na expansão da luta – que tinha como desafio a construção de uma nação em um projeto político de revolução democrática popular – é a consolidação da ideia de “inimigo”. Além do colonialismo português, todos que se opusessem às escolhas políticas da FRELIMO estavam se opondo ao “homem novo” e à construção do

Estado popular (MENESES, 2015, p.19). Estes poderiam ser mandados para campos de reeducação, onde aprenderiam sobre a doutrina política e se aproximariam do trabalho camponês. A viabilidade desse processo disciplinar dependia de marcos institucionais. Por isso, meses depois da consolidação da independência, em 25 de junho de 1975, decidiu-se criar o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP) e transformar a Polícia Judiciária em Polícia de Investigação Criminal. O primeiro tinha autorização para “[...] deter pessoas, determinando-lhes o destino que achar mais conveniente, nomeadamente o de as remeter à autoridade policial competente, aos tribunais, ou aos campos de reeducação [...]” (TRINDADE, 2003, p. 106). Já o segundo, era para garantir a centralização da autoridade (idem). Externamente, o inimigo “[...] passa a ser identificado como o imperialismo, integrando, além de Portugal, países cujos capitais apoiavam o prolongamento da presença do regime colonial em Moçambique.” (FRELIMO, 1977a apud MENESES, 2015, p.19).

Pode-se dizer que, nos últimos anos da década de 1970, ocorreu um “endurecimento do regime” que continuou até a primeira metade dos anos 1980 (TRINDADE, 2003, p.109). Em síntese, foi um momento de “profundas contradições e ambiguidades”, já que havia um esforço por democratização dos órgãos do Estado e, ao mesmo tempo, criação de medidas legais repressivas (ibid., p.110). Garantiu-se ampla participação da população em campanhas de vacinação e alfabetização bem como em organismos de base como as “organizações democráticas de massa”: Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM), Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM) – ainda que elas tenham sido criadas “[...] ‘de cima para baixo’ sob a tutela e orientação do Partido.” (SILVA, 2001). Sobre esta subordinação ao partido único, ao refletir sobre a condição dos Estados que começam a se formar nas ex-colônias portuguesas africanas, Mosca (2001) afirma:

O sistema monopartidário não significou apenas a impossibilidade de os cidadãos se constituírem em organizações políticas e da sociedade civil. Representava antes a tentativa de criação de um sistema aparentemente monolítico, onde os debates e conflitos internos eram adormecidos e ou reprimidos sob o lema da disciplina partidária, os desvios seriamente punidos e caracterizava-se por possuir mecanismos de controlo das instituições e dos cidadãos, das ideias e dos comportamentos (MOSCA, 2001, p.121).

Entre os mecanismos de controle estão duas leis que foram aprovadas em 1979: “Lei dos Crimes contra a Segurança do Povo e do Estado Popular” (introduzindo a pena de morte) e a Lei que criou o “Tribunal Militar Revolucionário” que julgava os crimes contra o Estado sem direito a recurso. A “Operação Produção⁸⁵” em 1983 e as campanhas “Ofensiva Política e Organizacional⁸⁶” iniciadas em 1980 (TRINDADE, 2003, p110) são outros exemplos de atitudes repressivas que demonstram o quanto o ambiente de conflito influenciou na concepção do Estado que surgia (MOSCA, 2001, p.112; TRINDADE, 2003, p.97) permeado de atitudes contraditórias.

Sobre as relações sociais estabelecidas ao passo em que foi ocorrendo a conquista do território e se estabelecendo as “zonas libertadas”, é importante lembrar que a FRELIMO deu poder administrativo aos “chefes tradicionais e membros de linhagens prestigiadas” que passaram a ser chamados de *chairmen* (influência do vocabulário da ex-colônia inglesa Tanganhica, atual Tanzânia). No entanto, a concepção anticolonial desses líderes tradicionais mais prestigiados (que se baseavam nas diferenças étnicas) divergia da proposta dos guerrilheiros em diferentes aspectos como: nas formas de combate, na participação da mulher na luta e na definição do que seria “um moçambicano” (CABAÇO, 2007, p.397-398). Ou seja, havia divergência entre uma concepção considerada tradicional das relações sociais e uma necessidade de colocar o projeto de unidade nacional à frente, incorporando elementos da modernidade.

Para além das hierarquias que foram estabelecidas delimitando funções sociais, políticas e diplomáticas, nas zonas libertadas, houve a necessidade de se administrar “[...] a produção camponesa, o comércio rural, a defesa, a educação, a saúde, etc. [...]” (MOSCA, 2001, p. 113). Isso exigia uma relação de proximidade entre o movimento de libertação e a população. No período revolucionário, era importante mobilizar as pessoas para a guerra e para a produção por meio de discursos ao mesmo tempo em que se deveria acompanhar a

⁸⁵ Segundo Trindade (2003), a “Operação Produção” foi desencadeada após as decisões do IV Congresso da Frelimo, realizado em Maputo, em abril de 1983, que se tratou de uma “[...] ação policial de natureza repressiva destinada a enviar, compulsivamente, para zonas rurais mais despovoadas (em particular para a Província nortenha do Niassa) todos aqueles que, nas grandes cidades, ‘viviam na delinqüência, no ócio, no parasitismo, na marginalidade, na vadiagem, na prostituição’ de modo a transformá-los, por meio do trabalho produtivo e do enquadramento nas populações locais, em ‘elementos úteis, trabalhadores dignos, cidadãos cumpridores dos seus deveres cívicos, responsáveis merecedores de aceitação social’ (Ver preâmbulo da Lei nº7/83, de 25 de Dezembro). (grifo do autor) (TRINDADE, 2003, p. 111)

⁸⁶ Segundo Trindade (2003), com base em informações contidas no Boletim da República nº33, de agosto de 1980, era um método de trabalho por meio do qual o órgãos do Partido e do Estado avaliavam como estava a construção da nova sociedade e do “homem novo” (TRINDADE, 2003, p. 111).

evolução das zonas e manter um “controle social” (ibid. p.116). Como relata Mosca (2001), garantia-se uma aparência de participação da população:

Para o efeito, eram frequentes as reuniões populares, fazendo transparecer a imagem de participação directa nas decisões de aspectos que afectavam os cidadãos. Por outro lado, as opiniões, os comportamentos e as atitudes não coincidentes eram severamente punidas. Estas formas de organização, de controlo e de relacionamento entre os dirigentes e as populações, podem transparecer, simultaneamente, a presença de elementos de democracia, de autoritarismo e de não respeito pelos direitos humanos.⁸⁷ (idem)

Entre as organizações de participação popular, existiram as “[...] assembleias populares, os grupos dinamizadores [GDs] os tribunais populares, etc.[...]” (MENESES, 2015, p. 28-29). Os GDs chamam atenção porque passaram, em 1979, a fazer parte da estrutura política que se formou com a transformação da FRELIMO em partido político – ocorrida em 1977. Estes grupos tinham entre oito e dez membros escolhidos por “votação de braço no ar” em reuniões populares (ibid., p. 29). Thomaz (2008) reflete que “[...] num primeiro momento, os GDs foram não só bem recebidos, como interpretados como indispensáveis no interior de um projeto efetivamente socialista que fosse capaz de prescindir da militarização e a burocratização. ” (THOMAZ, 2008, p. 203). No mesmo entendimento, Brito (2003) acredita que eles tenham sido as primeiras formas de “participação popular” na política moçambicana, ainda que tenham sido “[...] de fato e principalmente, uma forma de enquadramento e controle, por parte da Frelimo (BRITO, 2003, p.181). Já Meneses (2015) lembra que os considerados comprometidos com o colonialismo não poderiam participar destes grupos. Aos aliados e que concordavam com a posição ideológica da FRELIMO era garantida participação. Como consequência, a não possibilidade de discordar do projeto político que estava sendo estabelecido pela Frente provocou o que a autora descreve a seguir:

A violência verbal e física foram tomando conta da sociedade, num ambiente de crescente hostilidade entre ‘os corretos’ e os ‘errados’, entre os inimigos da revolução e o homem novo, ambiente onde crescentemente se sentia a falta de valores, de ética e da moral, referências relevantes para a responsabilidade individual e coletiva de proteger a vida humana (MENESES, 2015, p. 29).

⁸⁷ A situação relatada por Mosca (2001) não é exclusiva de Moçambique, ao contrário, é comum aos processos de libertação de ex-colônias portuguesas na África.

Ou seja, a participação ocorria em um ambiente de disputa e contradições e, por parte da FRELIMO, havia a necessidade de garantir uma unidade de pensamento fazendo com que o início da participação popular, na vida política moçambicana, aparentasse ser permeado de controle e direcionamento. Refletindo sobre a importância dada à unidade pela FRELIMO, ainda no início da luta de independência, Cabaço (2007) defende:

A história da resistência ensinava que as múltiplas revoltas contra a ocupação portuguesa tinham sido derrotadas pela desunião e descoordenação entre os povos locais. Portanto, assegurar uma plataforma de unidade que permitisse a organização da confrontação com o ocupante constituíam prioridade de Eduardo Mondlane. Face à natureza multiétnica e multicultural da sociedade moçambicana o esforço da unidade foi concentrado em torno dos princípios e objetivos da luta e tornou-se princípio subjacente a todos os valores teóricos da FRELIMO. (ibid., p.402)

Assim, justifica-se a opção realizada pela Frente por conta de uma condição que dificilmente seria ultrapassada, caso não houvesse um esforço coletivo. Entretanto, de alguma maneira, as opções políticas e econômicas que se estabelecem nos dez anos de luta de libertação – e a convivência em meio ao conflito – influenciam na forma de gestão e no entendimento do que seja o Estado não só em Moçambique, mas também em outros países que passaram por processos semelhantes de independência (MOSCA, 2001, p.112). A observação desses mecanismos, então, auxilia na compreensão de problemas que persistem em Moçambique, como reflete Meneses (2015):

Se durante a guerra nacionalista esta opção se justificou, pela violência do contexto em que a luta se desenvolvia, o mesmo já não se aplica após a independência. Em lugar de promover a unidade nacional, a opção ‘quem não está conosco está contra nós’, o novo Estado moçambicano procurou impor-se transcendendo as múltiplas ligações políticas e as várias lealdades socioculturais presentes. Impondo um projeto que ambicionava alcançar a unidade ideológica a nível nacional, como base para o projeto da nação, este projeto desafia radicalmente o reconhecimento e a integração do pluralismo de posições e a diversidade sociocultural, princípio básico para ampliar a participação democrática (MENESES, 2015, p. 10).

O resultado é que, mais de quatro décadas depois, posicionamentos contrários demonstrados por moçambicanos ao que é pensado e realizado pelo Estado – ainda sob direção da FRELIMO – são considerados atitudes de inimigos (VUNJANHE, 2017⁸⁸). A memória das relações que se estabelecem com a guerra civil que opôs a FRELIMO à RENAMO intensificam ainda mais esta realidade, fazendo com que a arena política moçambicana recorrentemente se ponha em estado de “guerra”. “A traição e os ódios políticos têm sido temas que atormentam a história política moçambicana contemporânea.” (MENESES, 2015, p.12). Nesse contexto, a ideia de “inimigo” que foi construída durante a guerra de independência ganhou outros contornos com a Guerra Civil e ainda permanece, como afirma o ativista moçambicano Jeremias Vunjanhe:

Infelizmente, nos últimos anos, esta questão voltou novamente à tona e está muito patente. Assim, toda pessoa que se posiciona criticamente, questionando as opções e a matriz de desenvolvimento, de governação e as prioridades é altamente considerada como sendo: primeiro, da oposição e ser da oposição, em Moçambique, é ser da RENAMO e ser da RENAMO é ser inimigo e contra os interesses nacionais. Ser inimigo e contra os interesses nacionais significa, obviamente, estar na mira dos serviços secretos da contra-inteligência moçambicana [...] Quer dizer que a ideia de inimigo, a ideia de oposição, está muito presente e, nos últimos tempos, tem ganhado contornos até de uma intolerância política extremamente grave [...] (VUNJANHE, 2017)

Os fatos relatados fazem parte de um contexto de insegurança e intolerância que vem se delineando ao longo da história de formação de Moçambique enquanto Estado. Diante do projeto de unidade que incluía o reforço da figura do inimigo, passando pela tentativa de estabelecimento do regime socialista permeado por interferência do contexto de Guerra Fria até a abertura de mercado, uma leitura possível é a de que são processos inacabados que vão entrelaçando suas contradições construindo uma teia complexa de relações. E é justamente nesse mar de relações políticas, econômicas, culturais e sociais que a articulação contra o ProSAVANA, objeto deste trabalho, tem navegado. Antes de analisar os limites e potencialidades desta articulação, é importante trazer o surgimento das manifestações políticas e de auxílio social ocorrida após o fim da Guerra Civil para completar essa reflexão sobre a história da participação social em Moçambique.

⁸⁸ Entrevista realizada em 21 fev. 2017.

3.2.2 Surgimento das ONGs e movimentos sociais locais e sua relação com as ONGs internacionais

Oficialmente, o conflito se encerra com a assinatura do Acordo de Paz, mas a abertura econômica progressiva evidenciada pela entrada de empréstimos por parte das instituições de Bretton Woods, ainda durante a década de 1980, proporciona também a chegada de muitas ONGs internacionais de ajuda humanitária. “Estima-se que o número de ONGs atuando no país aumentou de 7, em 1980, para 70 em 1985, e 180 em 1990” (HANLON, 1991, apud ALMEIDA, 2015, p.124). As organizações com perfil de Ajuda Humanitária atuavam no apoio aos refugiados, na desmobilização da guerra e reconstrução do país em si (VUNJANHE, 2017). Contudo, por trás do apoio de países ocidentais, havia um interesse político, sobretudo dos Estados Unidos, no envio de ajuda humanitária a Moçambique. Era preciso reforçar as ações para garantir que a influência socialista permanecesse no passado. Assim, por meio da ONG *Cooperative for American Remittances to Europe* – CARE, é iniciada a doação de alimentos para os moçambicanos (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994 apud, ALMEIDA, 2015, p. 122).

O “boom” de organizações estrangeiras em Moçambique, influenciou o surgimento dos primeiros movimentos sociais e ONGs moçambicanos de formação espontânea, já que antes “[...] só existiam organizações democráticas de massa [OMM, OJM, OTM por exemplo] que eram e continuam a ser órgãos sociais do partido FRELIMO.” (VUNJANHE, 2017). Muitos surgiram como “afilhados” das grandes ONGs o que, para o ativista Jeremias Vunjanhe, acaba influenciando no comportamento atual das organizações moçambicanas:

[...] muitas das organizações moçambicanas, salvo raras exceções, continuam condicionadas e orientadas pelas grandes ONGs internacionais, sobretudo, por causa do financiamento que estas grandes ONGs canalizam às organizações moçambicanas. Essas organizações moçambicanas, por conta própria, dificilmente, conseguiriam sobreviver e construir uma pauta autônoma e, de certa forma, independente. Então, continua a ser uma relação de dependência, de certa forma de submissão e até de alienação muito significativa nesse pressuposto [...]. As organizações são intermediárias dos financiamentos e acabam elas próprias se afirmando como sendo as financiadoras das organizações moçambicanas e por via disso que definem, que orientam, que determinam as pautas das organizações moçambicanas de tal modo que nessa componente tem as agências de desenvolvimento dos países – e aí citaria a USAID, por exemplo, que é uma das maiores agências, a própria JICA que, durante muito tempo, operou em Moçambique em outros setores como educação, saúde, infraestrutura – , tem as agências mais nórdicas da Suécia, da Irlanda, dos Países Baixos e tantas outras. Mesmo as ONGs internacionais, que não são, necessariamente, agências, como a

WWF, também desempenharam e continuam a desempenhar este papel de intermediários dos financiamentos e as organizações moçambicanas, muitas vezes, se transformam, digamos assim, em implementadoras das pautas das agências e dessas grandes organizações internacionais. (grifo nosso) (VUNJANHE, 2017)

Esta afirmação das grandes ONGs serem intermediárias do financiamento tem uma relação com a aplicação dos PAE, a qual foi tratada anteriormente. Se relaciona, ainda, com o estreitamento das relações entre ONGs e IBWs que foi tratado no capítulo anterior. Entretanto, antes de seguir com as reflexões, concordando com Mosca (2001) – que faz uma análise sobre os dilemas da atuação das ONGs no que diz respeito ao contexto de ajustamento estrutural – é necessário ressaltar que: “As reflexões aparentemente críticas não pretendem ignorar ou secundarizar as virtudes, as oportunidades, e a importância das ONG como movimento social e político, como agentes de desenvolvimento [...]” (MOSCA, 2001, p.190).

De acordo com Mosca (2001), o aumento da atuação das ONGs – como citado, no caso de Moçambique – ocorreu justamente quando, na década de 1980, a crise aumentou nos países em desenvolvimento. As ações por parte da sociedade civil organizada passaram a ser alternativas diante da “[...] conscientização da opinião pública, a incapacidade por parte de muitos governos para solucionar os problemas, as dúvidas sobre a cooperação intergovernamental [...]” (ibid., p.195). Como o próprio Banco Mundial reconheceu, e foi apresentado no capítulo anterior, as ONGs têm a *expertise* de trabalhar de maneira mais próxima das populações atingidas por catástrofes, guerras e condições miseráveis de sobrevivência. A aproximação com elas ajuda a reduzir as dificuldades de implementação dos programas de ajuste estrutural. No entanto, tal aproximação, não só com as instituições, mas também com governos financiadores por parte das ONGs, põe em causa a continuidade da sua filosofia e objetivos. A relação é resumida da seguinte forma:

[...] para que as ONG possam influenciar e pressionar as IBW e os governos, necessitam possuir uma importante capacidade financeira que se reflecta nos programas oferecidos aos países com PAE. Mas se recebem fundos governamentais e das IBW, possivelmente estas organizações ficam condicionadas, comprometendo as respectivas filosofias e estratégias de actuação.” (ibid., p.197)

No que se refere ao investimento dos recursos nos locais que necessitam, as organizações não governamentais preferem atuar diretamente, sem intermediação dos

governos dos países que recebem assistência. A atitude, porém, gera uma redução de autoridade do poder público local principalmente em situações de crise quando: [...] os governos não possuem alternativa à negociação, aceitando na maioria das circunstâncias, as filosofias e estratégias das ONG, o que pode traduzir-se na cedência de espaços de soberania em troca das contribuições que procuram resolver ou reduzir, pontualmente, os graves problemas das populações (ibid., p.200).

No caso de Moçambique, o governo tem tentado interferir na atuação de ONGs internacionais que se relacionam com as ONGs locais, o que acaba influenciando o trabalho de muitas organizações moçambicanas que se tornam condicionadas duplamente. Além de se submeterem às pautas externas por conta de financiamento, sentem-se intimidadas a levar à frente movimentos que possam ir de encontro ao que o governo prega:

[...] o Estado moçambicano condiciona a aprovação da licença de trabalho em Moçambique das ONGs internacionais em função das pautas que essas organizações financiam e em função de quem elas próprias trabalham. A ADECRU⁸⁹ já perdeu um financiamento, digamos, uma subsidiária de uma agência internacional que financiou a ADECRU, através do exterior, recebeu uma pressão do governo de Moçambique para retirar o financiamento à ADECRU, inclusive para retirar um vídeo que a ADECRU tinha produzido. (VUNJANHE, 2017)

Os desafios do estabelecimento de Moçambique enquanto Estado Nacional, portanto, englobam, também, sua relação com a recente sociedade civil organizada que demonstra ser ativa, ainda que atue em condições de constrangimentos internos e externos. Isto fica claro com o protagonismo exercido pelos camponeses e organizações moçambicanas na articulação contra o ProSAVANA que será analisada nos próximos capítulos. Essa relação inclui, ainda, o estabelecimento de mecanismos e as tentativas de participação oficiais que contribuem com o estabelecimento de consensos em torno da estratégia de desenvolvimento que tem sido tomada no país – a qual não está dissociada da perspectiva internacional.

⁸⁹ Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU)

4 DE CIMA PARA BAIXO: A IDEALIZAÇÃO DO PROGRAMA, A POSSE DA TERRA E O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE

[...] Los nadies: los hijos de nadie, los dueños de nada [...] Que no son, aunque sean. Que no hablan idiomas, sino dialectos. Que no profesan religiones, sino supersticiones. Que no hacen arte, sino artesanía. Que no practican cultura, sino folklore. Que no son seres humanos, sino recursos humanos. Que no tienen cara, sino brazos, Que no tienen nombre, sino número. Que no figuran en la historia universal, sino en la crónica roja de la prensa local. Los nadies, que cuestan menos que la bala que los mata.

Eduardo Galeano (El libro de los abrazos)⁹⁰

Moçambique chegou ao início do século XXI como um país promissor do ponto de vista econômico por causa dos investimentos estrangeiros em seus recursos naturais, como foi discutido no capítulo anterior. Por outro lado, os conflitos internos em decorrência dos problemas causados à população rural pelos megaprojetos têm se intensificado e sido agravados pelas fraturas expostas por uma história recente de Guerra Civil. Pelo menos na última década, o país passou a ser visado, também, pela sua quantidade de terras “disponíveis” principalmente para a produção agrícola baseada no agronegócio. Não se pode esquecer que Moçambique não está imune à influência das perspectivas trazidas pelas ideias de uma nova “Revolução Verde” para a África e pela criação da Aliança do G8 para Segurança Alimentar e Nutricional para o continente. Cabe ressaltar, ainda, que a crise alimentar de 2008 e suas consequências têm sido utilizadas para justificar tais iniciativas. Pode-se dizer que a idealização do ProSAVANA surge nesse contexto e se entrelaça com estas perspectivas. As discussões deste quarto capítulo, então, trarão uma compreensão possível a respeito da influência dos direcionamentos internacionais nas estratégias criadas para o desenvolvimento agrícola nacional. Além disso, em que medida, para cumpri-los, ocorrem flexibilizações de questões que foram caras ao processo de independência de Moçambique – como a posse da terra – em ações que evidenciam a desconsideração dos moçambicanos mais pobre, os quais são tratados como os “*nadies*” (ninguéns) de Galeano. Ao longo do capítulo, os temas propostos para reflexão mesclarão posicionamentos fruto de trabalhos acadêmicos e de entrevistas com ativistas e estudiosos moçambicanos.

⁹⁰ Disponível em: <http://resistir.info/livros/galeano_el_libro_de_los_abrazos.pdf> Acesso em: 15 maio 2017

4.1 DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

É entendimento comum entre acadêmicos que estudaram o ProSAVANA, a partir de diferentes enquadramentos, que a concepção do programa partiu de discussões entre membros de agências estatais e governos sem considerar, efetivamente, o posicionamento da população que seria atingida pelas mudanças que adviriam dele. Nesta seção, serão discutidas as principais características do ProSAVANA e a maneira como sua idealização foi conduzida, buscando evidenciar que ele foi fruto de uma concepção “de cima para baixo”. Além disso, que a proposição do ProSAVANA está inserida em um contexto de “corrida” mundial por terras férteis diante da crise alimentar de 2008, cujas consequências interferem, de alguma maneira, na dinâmica interna de estruturação do desenvolvimento rural moçambicano.

4.1.1 Caracterização geral do ProSAVANA

O ProSAVANA se apresenta, oficialmente, como um programa de cooperação trilateral ou triangular – envolvendo Moçambique, Brasil e Japão – que foi lançado em 2011. O Corredor de Nacala⁹¹, localizado no norte do país e um dos seis corredores identificados para a implementação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrícola - PEDSA (2011-2020)⁹², foi o lugar escolhida para a execução do programa.

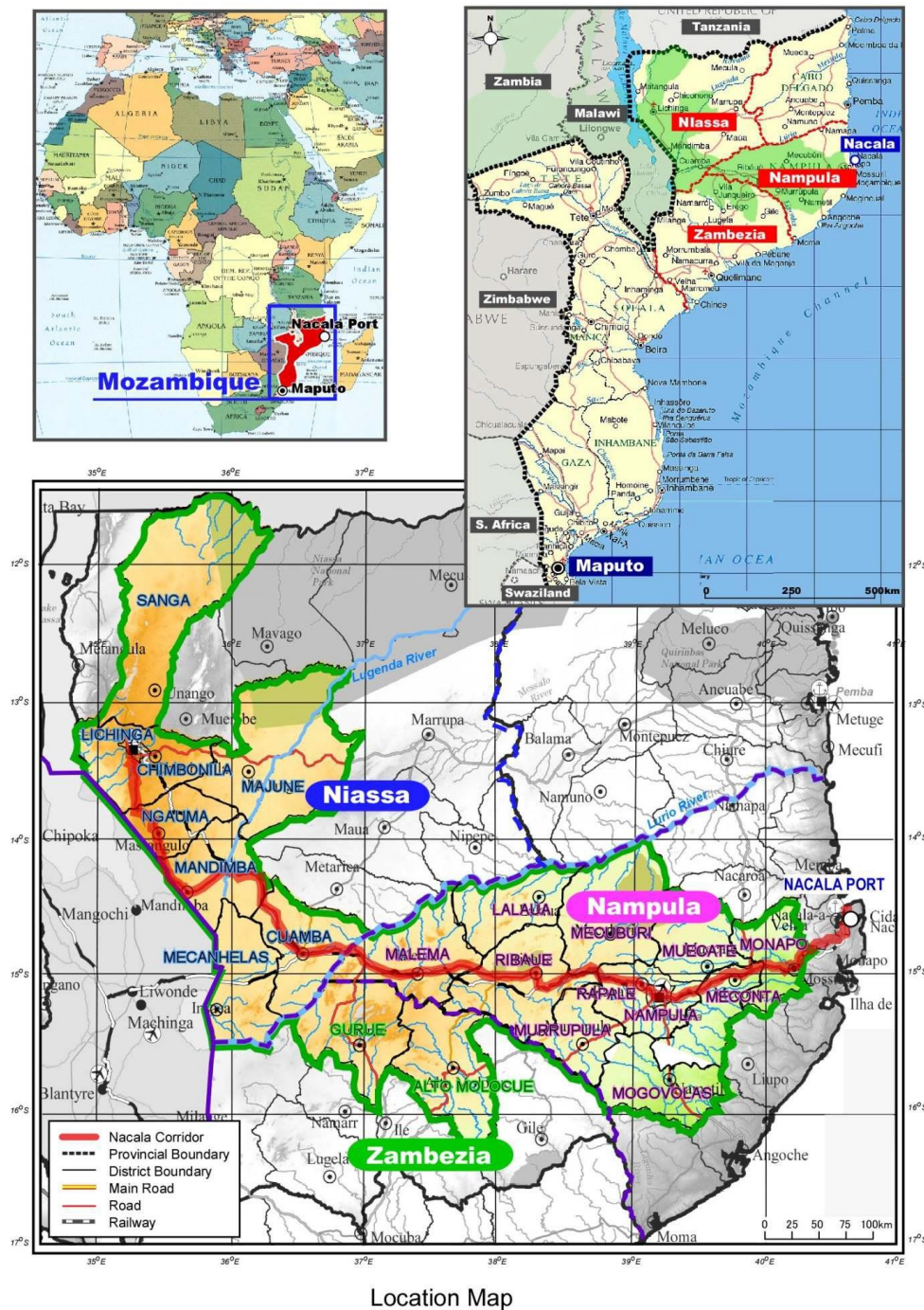
A área compreende uma extensão de mais de 700 km entre a cidade de Nacala Porto (na costa do Oceano Índico) e os países vizinhos: Zâmbia e Malawi. Constituída por “terra arável com chuvas regulares e solos relativamente férteis” (PROSAVANA, 2015, p.1-3), a região de estudo para o desenvolvimento do Plano Diretor de Desenvolvimento do programa abrange 19 distritos⁹³ nas províncias de Nampula, Niassa e Zambézia.

⁹¹ É um importante corredor internacional de transporte formado pelo Porto de Nacala, o Caminho de Ferro e o Sistema Malauiano de Ferrovia. Os governos de Moçambique e Japão desenvolvem um Projeto de Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala (PEDEC-Nacala) para que “[...] a melhoria da capacidade de transporte do Corredor de Nacala se torne um importante gatilho para promover consideravelmente o desenvolvimento regional.” (MPD; JICA, 2014, p. 1-1).

⁹² Lançado em 2011, foi concebido tendo como base a Estratégia da Revolução Verde e compromissos assinados em nível internacional, como o Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura (CAADP), a Declaração de Abuja e a Declaração de Maputo. Os principais pontos que sustentam o CAADP, “gestão sustentável dos recursos naturais; mercados e infra-estruturas, segurança alimentar, e investigação agrária” são o suporte do PEDSA que, de acordo com o governo moçambicano, contou com participação de diversos setores da sociedade em sua elaboração (MINAG, 2011).

⁹³ Monapo, Muecate, Meconta, Nampula, Mogovolas, Murrupula, Mecubúre, Ribáuè, Lalaua e Malema, na Província de Nampula. Cuamba, Mecanhelas, Madimba, Ngauma, Lichinga, Majune e Sanga, na Província do

Figura 1: Mapas da região onde o ProSAVANA será implantado



Fonte: Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala (PROSAVANA, 2015, p. iv)

O programa está dividido em três componentes: Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Agrícola no Corredor de

Niassa. Gurué e Alto Molócuè, na Província da Zambézia. Disponível em: <http://www.prosavana.gov.mz/prosavana-pd/?lang=pt-pt> Acesso em: 13 mar. 2017

Nacala (ProSAVANA-PI) que seria realizado entre abril de 2011 e março de 2016; Plano Diretor (ProSAVANA-PD) que foca no “desenvolvimento social e económico” da região e na “atenção aos pequenos produtores” com previsão inicial de realização entre março de 2012 e o primeiro trimestre de 2014; e o Projeto de Extensão (ProSAVANA-PEM) com vistas ao aumento da produção agrária com previsão de duração de seis anos, entre maio de 2013 e maio de 2019 (PROSAVANA)⁹⁴. Estes projetos são coordenados pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique (MASA)⁹⁵, pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A execução, por parte do Brasil, é feita pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).⁹⁶

O ProSAVANA tem como visão oficial: “Melhorar as condições de vida da população no Corredor de Nacala através de um desenvolvimento agrícola regional sustentável e inclusivo” (PROSAVANA)⁹⁷. Já seu objetivo é: “Criar novos modelos de desenvolvimento agrícola, tendo em conta os aspectos ambientais e socioeconômicos, buscando o desenvolvimento agrícola rural e regional orientado para o mercado e com vantagens competitivas.” (idem). Foi desenvolvido para Moçambique tendo como inspiração⁹⁸ o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Criado em 1974, o PRODECER tinha como objetivo “[...] promover a ocupação de extensas áreas dos cerrados, com uma metodologia de beneficiar, prioritariamente, setores ligados ao capital, propiciando a continuidade da expansão industrial (produção de maquinários modernos).” (SANTOS, 2015, p. 236). O PRODECER foi viabilizado por empréstimos de bancos japoneses e teve seus estudos financiados pela JICA (idem).⁹⁹ O programa impulsionou o agronegócio no Brasil abrindo espaço para a inserção de multinacionais da produção agrícola no país. É importante lembrar que as informações

⁹⁴ PROSAVANA. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/prosavana-pi-1/?lang=pt-pt>> Acesso em: 16 ago. 2016

⁹⁵ No início da idealização do ProSAVANA, chamava-se Ministério do Desenvolvimento Agrário (MINAG). Assim, em algumas citações e referências constará MINAG.

⁹⁶ Poderá ser visto, adiante, que a FGV Projetos também esteve envolvida na idealização do programa.

⁹⁷ PROSAVANA. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/o-que-e-o-prosavana/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 4 abr. 2016

⁹⁸ As implicações desta inspiração – e até a negação de tal influência – serão discutidas mais adiante nesta dissertação.

⁹⁹ Segundo Santos (2015), o Japão é dependente de *commodities* agrícolas e sua geografia não facilita o desenvolvimento da agricultura internamente. O PRODECER provocou “mudanças significativas” no Cerrado Brasileiro que, até meados da década de 1960, era considerado “um dos grandes vazios nacionais” (SANTOS, 2015, p. 234-235). Os espaços de cerrado englobam parte dos estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins, além do Distrito Federal (ibid., p.234).

apresentadas, nesta subseção, dizem respeito à concepção oficial mais recente sobre o ProSAVANA a qual passou por alterações, ao longo do tempo, fruto da dinâmica das relações estabelecidas entre sociedade civil, Estados e mercado.

4.1.2 A concepção do ProSAVANA no contexto de crise alimentar

A concepção do ProSAVANA deve ser compreendida dentro de um contexto mundial de busca por terras agricultáveis que se intensifica após a crise alimentar de 2008. Segundo Jean Ziegler (2011), autores como Philippe Chalmin, defendem que a crise alimentar teria começado com os efeitos climáticos provocados pelo fenômeno El Niño a partir de 2006. Em 2008, de acordo com dados da FAO, os preços dos principais produtos de base (arroz, milho e trigo) chegaram a ficar 24% maiores em relação a 2007 e 57% superiores aos números de 2006 (ZIEGLER, 2011, p.282-283). Ainda de acordo com Ziegler (2011), Pierre Jacquet e Jean-Hervé Lorenzi consideram que são múltiplos os fatores que levaram ao aumento dos preços dos produtos alimentícios:

[...] o aumento da demanda global de agrocarburentes; a seca e as consequentes más colheitas em algumas regiões; o nível mais baixo dos estoques mundiais de cereais dos últimos trinta anos; o aumento da demanda de carne (e, pois, de cereais) dos países emergentes; o alto preço do petróleo – e, sobretudo, a especulação. (ibid., p.282).

Nas bolsas de produtos agrícolas, as bases alimentares são negociadas como meras mercadorias que servem para acúmulo de capital e as consequências são milhares de famintos espalhados nas regiões mais pobres do mundo. (idem) Para tentar se proteger da flutuação de preços dos mercados de produtos alimentícios de base, países “ricos em capital, mas pobres em terras” passaram a comprar ou arrendar terras em outros países (ibid., p.301), principalmente por meio de seus investidores. Moçambique, que já havia sido classificado pelo Banco Mundial como um dos cinco países “[...] escassamente povoados com grandes extensões de terra disponíveis [...]” (THE OAKLAND INSTITUTE, 2011, p.2), se tornou um dos alvos dos empresários externos:

Moçambique concedeu concessões a investidores para mais de 2,5 milhões de hectares entre 2004 e o final de 2009. Trata-se de 3% da área terrestre e 7% das terras aráveis do país. Mais de 1 milhão de hectares foram para investidores estrangeiros, 73% para florestas e 13% para agrocombustíveis e açúcar. As maiores concessões foram para a Portucel, uma *paper company* portuguesa, e para dois grupos nórdicos que afirmam ser verdes e promover o desenvolvimento - Fundação Malonda e Fundo Florestal Solidário Global (GSFF), que envolve igrejas nórdicas e um importante fundo de pensões holandês. O açúcar e os agrocombustíveis são dominados por empresas europeias e sul-africanas. (tradução nossa) (idem)¹⁰⁰

Fala-se em concessões porque, como foi dito no capítulo anterior, a terra em Moçambique passou a ser propriedade do Estado – no sentido da sua administração e controle de uso – quando ocorreu a independência em 1975. Contudo, por vezes, os baixos impostos e as fracas condicionalidades associadas às concessões fazem com que os investidores estrangeiros aparentem ser donos das terras. “Muitas vezes, é parte da política oficial do Estado atrair investidores, a quem são oferecidas terras do estado, em condições favoráveis, com contratos de concessão (*leasing*) de baixo custo, por períodos entre 50 e 99 anos.” (ZOOMERS, 2013, p.16). E, no caso de Moçambique, embora para conseguir o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) seja necessária a realização de consultas às populações locais, os procedimentos são mal feitos ou manipulados ao ponto de algumas comunidades serem iludidas com promessas principalmente de emprego nos empreendimentos que decorram daquela concessão (MACUANE, 2015; THE OAKLAND INSTITUTE, 2011, p.2). Ou seja, na prática, os acordos são realizados entre governos e investidores cujos “[...] arranjos são, frequentemente, confidenciais, e nenhum órgão (incluindo o Parlamento) está em posição de controlar.” (ZOOMERS, 2013, p.17), deixando de fora da tomada de decisão os grupos locais. De acordo com Zoomers (2013), o Banco Mundial reconhece “[...] que as populações locais não fazem parte do processo de negociação.” (idem). Há, também, casos nos quais – pelo fato de serem muito influenciadas por seus líderes – as comunidades acabam sendo desfavorecidas no momento em que suas lideranças, cooptadas por empresas e ou pelo governo, “[...] findam por determinar um parecer em nome da comunidade, ainda que este não atenda às necessidades e aos interesses desta. Deste modo, em muitos lugares de Moçambique parece não se saber que democracia é

¹⁰⁰ “Mozambique granted concessions to investors for more than 2.5 million hectares (ha) of land between 2004 and the end of 2009. This is 3 percent of the land area and 7 percent of the country’s arable land. More than 1 million ha went to foreign investors, 73 percent for forest and 13 percent for agrofuels and sugar. The largest concessions were to Portucel, a Portuguese paper company, and to two Nordic groups claiming to be green and promoting development – Malonda Foundation and the Global Solidarity Forest Fund (GSFF), which involves Nordic churches and a major Dutch teachers pension fund. Sugar and agrofuels are dominated by European and South African companies.” (THE OAKLAND INSTITUTE, 2011, p.2).

o direito de dizer não sem sofrer represálias.” (SANTOS, 2016, p. 375). As implicações do direito de uso da terra serão melhor exploradas adiante.

É preciso destacar que, não apenas em Moçambique, mas também em outros países em desenvolvimento o investimento na compra ou arrendamento da terra é um negócio que demonstra ser lucrativo, já que seu preço é “[...] trinta vezes menos elevado que nos países do Norte.” (ZIEGLER, 2011, p.301). Cabe salientar que a posse ou garantia de uso da terra é apenas uma etapa da cadeia agroalimentar que está cada vez mais concentrada. Poucas empresas controlam da produção à distribuição de alimentos no mundo. Segundo o sociólogo suíço Jean Ziegler, que foi relator especial da ONU¹⁰¹ sobre o Direito à Alimentação, dados de 2010 demonstravam:

Apenas dez sociedades – entre as quais Aventis, a Monsanto, a Pioneer e a Syngenta – controlam um terço do mercado mundial de sementes, cujo volume é estimado em 23 bilhões de dólares por ano, e 80% do mercado mundial de pesticidas, estimado em 28 bilhões de dólares. Dez outras sociedades, entre as quais a Cargill, controlam 57% das vendas dos 30 maiores varejistas do mundo e representam 37% das receitas das 100 maiores sociedades fabricantes de produtos alimentícios e de bebidas. E seis empresas controlam 77% do mercado de adubo: Bayer, Syngenta, BASF, Cargill, DuPont e Monsanto. (ibid., p.152)

Em sua reflexão sobre o problema da fome a partir de uma análise que contempla dimensões geopolíticas, o sociólogo resume qual a concepção por trás das ações das “sociedades transcontinentais privadas da agroindústria” que ele considera atuarem como “inimigos jurados do direito à alimentação”:

Sua argumentação é a seguinte: a fome constitui, de fato, uma tragédia escandalosa; ela se deve à produtividade insuficiente da agricultura mundial – os bens disponíveis não atendem às necessidades existentes –; assim, para combater a fome, é preciso **incrementar a produtividade**, o que só é possível sob duas condições: primeira, uma industrialização levada ao limite, **mobilizando um máximo de capitais e as tecnologias mais avançadas** (sementes transgênicas, pesticidas eficazes etc.) e **eliminando, como corolário, a miríade de pequenas explorações reputadas “improdutivas” da agricultura familiar e de víveres**; segunda, a liberalização tão completa quanto possível do mercado agrícola mundial. (grifo nosso) (ZIEGLER, 2011, p.157-158)

¹⁰¹ Mais sobre sua participação enquanto relator da ONU sobre o Direito à Alimentação em: <<http://www.un.org/apps/newsFr/storyF.asp?NewsID=15101#.WNRlgDvyvIU>> Acesso em: 14 mar. 2017

Ao observar o resumo trazido por Ziegler (2011), fica evidente como a lógica neoliberal de desenvolvimento dá base, também, ao mercado de alimentos. Compreendendo que as consequências de tais direcionamentos estão diretamente relacionadas à pobreza e à insegurança alimentar, podem-se fazer algumas interpretações levando em consideração o programa que está no centro das discussões deste trabalho. É possível perceber semelhanças entre o que Jean Ziegler apresenta, de uma forma geral, e o caso específico do ProSAVANA. Primeiro, a promoção do agronegócio no Corredor de Nacala conduz ao incremento da produtividade a partir da mecanização e do uso de insumos sob a justificativa de que isto possa melhorar a vida dos moçambicanos que, supostamente, teriam produção de alimentos garantida de maneira mais eficiente em seu território (reduzindo a condição de pobreza e insegurança alimentar). Segundo, o temor da possível eliminação progressiva do cultivo agrícola tradicional das famílias camponesas, em decorrência da execução do programa de cooperação ProSAVANA, tem fundamento desde o momento em que os empresários do agronegócio têm muito mais acesso às informações provenientes de sua idealização do que a população que seria “contemplada”. A desconsideração do posicionamento da população dos distritos abrangidos pelos projetos do ProSAVANA, já nas primeiras decisões que levaram à elaboração do programa, demonstra a exclusão da população mais vulnerável da tomada de decisões para o desenvolvimento rural do norte de Moçambique. Ademais, a participação do próprio governo moçambicano é questionada no que diz respeito à concepção do programa.

A idealização do ProSAVANA¹⁰² tem origem controversa. Em entrevista realizada por Almeida (2015), José Luiz Bellini Leite, coordenador do escritório da Embrapa em Maputo informou que foi Moçambique quem “[...] solicitou ao governo japonês a promoção de um projeto para o desenvolvimento e modernização do setor agrícola na savana moçambicana. Considerando que a expertise do PRODECER pertencia ao Brasil, o país foi chamado a participar do projeto.” (ALMEIDA, 2015, p. 189) No entanto, Funada-Classen (2013) acredita que o “[...] ProSAVANA foi originado como um empreendimento cooperativo entre o Japão e o Brasil.” (FUNADA-CLASSEN, 2013a, p.2). De fato, o assunto sobre a criação de um programa nos moldes do ProSAVANA esteve em pauta na Cimeira de L’Aquila, em julho de 2009, quando o então primeiro-ministro do Japão Taro Aso e o então presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva concordaram “[...] ‘desenvolver a agricultura nas savanas tropicais

¹⁰² Diferentes opiniões são dispostas a respeito do ProSAVANA em vídeo disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/e0qbgxid79uv/mocambique--prosavana-0402CD1B3766DCB94326?types=A&>> Acesso em: 14 mar. 2017

africanas através da cooperação nipo-brasileira, com base nas realizações da cooperação para o desenvolvimento agrícola do Cerrado ’." (tradução nossa) (HOSONO, 2012, p. 43).¹⁰³ No ano seguinte ao lançamento oficial, o programa foi apresentado como uma réplica do PRODECER pelo próprio ministro da agricultura em Moçambique José Pacheco “[...]”¹⁰⁴ durante uma entrevista que deu à mídia nacional, logo a seguir a uma reunião com a delegação da JICA proveniente de Tóquio em fins de 2012.” (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p.12).¹⁰⁵ Contudo, a ideia de que Moçambique teria solicitado a realização do programa seria proveniente de outro motivo que se relaciona com problemas referentes à Assistência Oficial ao Desenvolvimento – *Official Development Assistance* (ODA) japonesa, como se vê abaixo:

Nos fins dos anos 90, surgiram no Japão uma série de “escândalos ODA que tiveram um impacto significativo na percepção pública das políticas e práticas da ODA do país nessa altura. Devido aos escândalos, uma parte importante do público japonês já não vê a ODA do país como “assistência genuína”. Ao contrário, em larga medida, era vista como problemática e com falta de transparência. Posteriormente, o apoio dos contribuintes à ODA diminuiu rapidamente. Dado que uma grande parte dos seus orçamentos está relacionada com a ODA, o MNE [Ministério dos Negócios Estrangeiros] e a JICA foram obrigados a conceder prioridade chave à reforma da ODA numa tentativa de recuperar o apoio público de modo a não perder financiamento público. É neste contexto que começou a cooperação entre MNE/JICA e as ONGs. **Após estes escândalos, tornou-se ainda mais importante para o MNE e JICA aderirem ao princípio de planeamento dos projectos e programas da ODA baseado na “solicita o” de assistência “pelos governos recipientes”.** Nos escândalos do passado, amplamente criticados, os políticos, corporações e funcionários governamentais japoneses tinham realmente criado empresas ODA por necessidade e interesse próprio, e, então, **obtinham “documentos de solicita o” assinados pelos governos recipientes depois do facto. Assim, no caso do ProSAVANA, o pedido para obter ajuda ODA para o programa deveria ter vindo directamente do governo de Moçambique, e a própria ideia não deveria vir nem da JICA nem da ABC** (grifo nosso) (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 17-18).

O trecho apresentado demonstra o impacto que o discurso sobre um programa da magnitude do ProSAVANA pode provocar na dinâmica interna de cooperação de um Estado Nacional. Demonstrar, por meio de declarações, que Moçambique teria solicitado a ajuda ao

¹⁰³ [...] ‘develop agriculture in African tropical savannahs through Japanese-Brazilian cooperation by building on the achievements of the Cerrado agricultural development cooperation.’” (HOSONO,2012, p.43-44)

¹⁰⁴ A declaração foi: “[Nós, o governo moçambicano] Olhamos todos com bons olhos a possibilidade de fazer essa réplica em Moçambique” (AIM, 25 de Dezembro de 2013 apud FUNADA-CLASSEN, 2013, p.12).

¹⁰⁵ Posteriormente, a declaração de que o ProSAVANA seria uma “réplica” foi modificada, já que as críticas de movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs) sobre o assunto poderiam impactar, de alguma maneira – a probabilidade dos danos provocados pelo PRODECER às comunidades locais brasileiras serem levados para Moçambique era a principal preocupação apontada, inicialmente, pelos grupos (FUNADA-CLASSEN, 2013b., p. 16-39).

desenvolvimento faria diferença perante os financiadores japoneses. Por outro lado, a elucidação de Funada-Classen (2013b) reforça o argumento da articulação contra o ProSAVANA de que o programa de desenvolvimento agrícola, previsto para o norte do país africano, não foi gestado com contribuição moçambicana. Isso implica dizer que, como consequência, a adequação dos projetos à realidade do país exigiria um esforço ainda maior de análise e consulta, o que acabou não ocorrendo de maneira satisfatória (ao menos para as comunidades e para a articulação contra o programa). Sendo assim, procederia o posicionamento crítico de que o programa já é equivocado desde o início e, portanto, deveria ser descartado, como será trazido mais à frente.

Antes de continuar a análise, cabe salientar que a compreensão de questões como a modificação do discurso em torno do ProSAVANA apenas tornou-se possível a partir do momento em que os documentos oficiais com os registros dos encontros de idealização do programa foram disponibilizados ou chegaram a conhecimento público, mesmo sem divulgação oficial. Isto não ocorreu concomitantemente ao andamento das ações. Pelo contrário, é fruto da pressão exercida por organizações moçambicanas, brasileiras e japonesas que reivindicam transparência desde quando souberam do programa. Em verdade, a leitura dos registros oficiais das reuniões entre representantes dos três países, ocorridas entre 2009 e 2012, ratifica a tese de que o programa não partiu de Moçambique e foi desenvolvido com foco no agronegócio. Como estas observações já foram objeto de discussão em outros trabalhos acadêmicos, a seguir, serão destacados apenas alguns pontos que contribuem com os argumentos apresentados nesta dissertação. Em especial, a falta de participação das comunidades que seriam atingidas (bem como das organizações sociais em seu favor) em oposição à ampla divulgação para empresários do setor agrícola. Para facilitar a compreensão dos acontecimentos, apresenta-se um quadro no qual os eventos ocorridos no período inicial são elencados em ordem cronológica:

Quadro 1: Sequência de eventos relacionados à idealização e início da execução do ProSAVANA (2009-2012)

ANO	MÊS	EVENTO	LOCAL	AÇÃO ou CONSEQUÊNCIA
2009	Abril	Encontro do vice-presidente da JICA com o diretor da ABC	Brasil	Apresentação de proposta japonesa de cooperação para promoção da agricultura em África como extensão do JBPP.
	Maio	Missão do MINAG (atual MASA)	Brasil	Reconhecimento de que o Cerrado brasileiro tem similaridade com cerca de 70% da Savana de Moçambique.
	Junho	Missão da JICA, ABC, Embrapa e SENAR	Moçambique	Em conversas com o MINAG, foi sondada a disponibilidade de execução do programa com assinatura de acordo marcada para setembro. / Surgimento do Grupo de Trabalho dos três países.
	Julho	Reunião de líderes mundiais: Cimeira de L'Áquila	Itália	O presidente Lula e o primeiro ministro do Japão Taro Aso concordam em desenvolver e apoiar a agricultura em África.
	Setembro	Encontro das missões japonesa e brasileira com o MINAG	Moçambique	Discussão das bases do programa de desenvolvimento agrícola e assinatura do "Memorandum de Entendimento" para a cooperação.
	Dezembro	Missão enviada pela ABC, Embrapa, EMATER-DF e pelo SENAR	Moçambique	Realização do seminário de avaliação de relatório intermediário para a formulação de projeto de cooperação técnica trilateral.
2010	Fevereiro	Brasil propõe "Cronograma de Implantação"	Brasil	Inclusão de uma visão construtiva de apoio à implementação do ProSAVANA.
	Março	Simpósio Internacional e Workshop do PROSAVANA-JBM	Japão (Universidade da ONU em Tóquio)	Discussão sobre estudos preliminares com participação de 200 pessoas entre representantes dos governos dos três países e jornalistas nacionais e internacionais.
	Agosto	Reunião da Equipe de pesquisa, detalhamento e planejamento (ABC, JICA, IIAM)	Moçambique	Formulação e detalhamento da cooperação para o programa.
	Outubro	Celebração dos 25 anos do programa TCTP e 10 anos do JBPP	Brasil	Apresentação de vídeo institucional sobre o ProSAVANA – JBM a cerca de 200 pessoas representando instituições parceiras.
	Novembro	Assinatura do primeiro projeto: ProSAVANA-PI	Moçambique	Objetivo de fortalecer a capacidade de pesquisa agrícola. Previsão de participação da sociedade civil

				moçambicana na organização dos produtores e na divulgação dos resultados, mas não em sua construção.
2011	Abril	Lançamento do ProSAVANA-PI (08/04)	Moçambique (Nampula)	Em cerimônia, sem grande divulgação e com a presença de autoridades, o projeto é lançado.
		Realização do seminário “Agronegócio em Moçambique: Cooperação Brasil-Japão e Oportunidades de Investimento” (25/04)	Brasil (São Paulo)	Nota-se forte interesse do setor privado na realização do ProSAVANA e os idealizadores se comprometem a fortalecer a possibilidade de envolvimento dos empresários no Corredor de Nacala.
	Junho	Reunião de Trabalho entre JICA, ABC e Embrapa	Brasil (Brasília)	Detalhamento e divisão do trabalho para execução do ProSAVANA-PI.
	Julho	Reunião entre JICA, ABC e MINAG	Moçambique (Maputo)	Discussões sobre a estrutura básica do ProSAVANA-PD. Determina-se que uma instituição técnica brasileira participaria da elaboração.
	Agosto	Publicações de Reportagens: Folha de São Paulo Record News Reuters Angola Press	Internet	As reportagens afirmam que Moçambique estaria oferecendo concessão de terras a brasileiros e que um grupo de empresários faria visita ao país africano. / As organizações que propoiam a articulação contra o ProSAVANA ficam sabendo do programa.
2012	Janeiro	Reunião entre JICA e ABC	Brasil	Decisão de disseminar, conjuntamente, o ProSAVANA em eventos internacionais (G20, Rio+20, ICAD); decisão de criar um <i>website</i> e sondar a possibilidade de auxílio por parte da <i>Gates Foundation</i> / Preparação da visita público-privada para impulsionar o investimento na agricultura do Corredor.
	Abril (16 a 20)	Visita de empresários brasileiros, japoneses e moçambicanos ao Corredor de Nacala	Moçambique	Destaca-se a semelhança da área com o Cerrado Brasileiro e estreitam-se relações para impulsionar os negócios no Corredor de Nacala.
	2012 Junho (05/06)	Sessão de Informação sobre a Missão Conjunta Público-Privada para a Promoção do Investimento em Agronegócio no	Japão (Tóquio)	Participam todos que foram a Moçambique em missão. A FGV Projetos apresenta o Plano Diretor e o Fundo Nacala.

		Corredor de Nacala		
Junho (27/06)	Luiz Nishimori concede entrevista à TV Câmara		Brasil	Ressalta-se a disponibilidade de terras para os agricultores brasileiros interessados em produção mecanizada e em larga escala.
Julho (04/07)	<i>Global Fund Launch Event for the Nacala Fund</i>		Brasil (Brasília)	Lançamento do Fundo de Investimentos em Agricultura para o Corredor de Nacala.
Julho (20/07)	Lançamento do Fundo Nacala		Moçambique (Maputo)	A apresentação do Fundo, pela FGV, é feita para autoridades e empresários em Moçambique.
Agosto	Seminário da JICA		Japão (Tóquio)	Apresentam-se previsões sobre a inauguração do Fundo Nacala.

Fonte: Elaboração própria com base em documentos oficiais divulgados e publicações jornalísticas de sites oficiais das instituições consultadas (referências ao longo do texto).

Em abril de 2009, antes da assinatura do acordo de cooperação, o vice presidente da JICA Kenzo Oshima visitou o Brasil e apresentou ao diretor da ABC, o ministro Marco Farani, “[...] um conceito de cooperação conjunta envolvendo JICA e ABC para promover e apoiar o desenvolvimento agrícola sustentável da savana nos países africanos que desejam se beneficiar desta iniciativa.” (tradução nossa) (PROSAVANA, 2009a, p.1).¹⁰⁶ Conforme o documento, as ações propostas estariam incluídas na ampliação para terceiros países (particularmente da África), acordada em 2007, do *Japan-Brazil Partnership Program* (JBPP) que havia sido assinado em março de 2000. No esboço do programa, apresentado para análise brasileira, consta que os países prioritários seriam os de língua portuguesa, mas são citados apenas Moçambique e Angola. Os alvos seriam as regiões norte de Moçambique e sul de Angola, mas Moçambique teria prioridade (ibid., p.3). Não é explicado o porquê de tal prioridade, nem da especificação dos dois países.

Antes da reunião oficial, ocorrida em Brasília, no dia 3 de abril, a Embrapa Cerrados, em Planaltina (Distrito Federal), recebeu a visita do vice-presidente da JICA com sua comitiva no dia 2. Na ocasião, ele demonstrou interesse em realizar parceria com a empresa brasileira para o desenvolvimento agrícola de Moçambique. Segundo Araújo (2009), na época, a opinião de Oshima era a de que seria “[...] necessária uma **revolução verde** no

¹⁰⁶ “[...] a joint-cooperation concept involving JICA and ABC to promote and support the sustainable agricultural development of the savannah in African countries wishing to benefit from this initiative.” (PROSAVANA, 2009a, p.1)

continente africano para aumentar a produtividade agrícola e elevar o desenvolvimento humano da região subsaariana.” (grifo nosso) (ARAÚJO, 2009). Na próxima subseção, serão discutidas as relações entre os projetos de aumento de produtividade agrícola em Moçambique e a Revolução Verde.

Na proposta apresentada em abril de 2009 pelo Japão, a JICA seria a instituição executora do programa de cooperação tendo como colaboradores o Ministério da Agricultura, universidades e outras instituições correlatas; o Brasil teria a ABC e, como colaboradores, a Embrapa, o Centro de Pesquisas Agrícolas do Cerrado (CPAC), o Centro Nacional de Pesquisa em Hortaliças (CNPQ), além de outras instituições; no país alvo, que eles já apresentam como sendo Moçambique – o “candidato prioritário” – a responsabilidade seria do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Moçambique (PROSAVANA, 2009a, p.4). Ainda neste documento, há uma proposta de cronograma na qual estão previstas visitas, formações de grupos de trabalho e estudo, além da realização do “Simpósio Internacional sobre a parceria Japão-Brasil para a Cooperação nas Savanas Tropicais Africanas” em Tóquio. O que se discutisse sobre o desenvolvimento sustentável das savanas tropicais, neste evento, serviria de base para futuro ProSAVANA que tinha o início da execução previsto para 2011 (idem). Conforme o cronograma, Moçambique faria, em agosto de 2010, a solicitação oficial¹⁰⁷ ao Brasil e ao Japão (ibid., p. 6). Ou seja, o esquema de trabalho foi todo preparado, antes da assinatura do acordo de cooperação e o que se observa é um protagonismo japonês em termos de direcionamento, um interesse brasileiro manifestado por meio da Embrapa e Moçambique sendo colocado mais como receptor do programa de cooperação do que como colaborador.

Um segundo documento registra que, entre 16 e 19 de setembro de 2009, missões do Brasil e Japão discutiram as bases do programa com autoridades moçambicanas (PROSAVANA, 2009b, p. 1). Foi nesta ocasião que o acordo de cooperação foi assinado. O registro do encontro traz informações de fatos anteriores. Afirma-se que, em maio de 2009, uma missão do Ministério da Agricultura de Moçambique havia reconhecido que a região do Cerrado brasileiro tinha similaridade com os cerca de 70% (540 milhões de km²) da savana de Moçambique e, portanto, existiriam técnicas agrícolas que poderiam servir de referencial para o desenvolvimento do novo programa (ibid., p. 2). Ainda no documento de setembro de 2009,

¹⁰⁷ Lembre-se do trecho de Funada-Classen, em página anterior, sobre a importância da solicitação da cooperação, ainda que como mera formalidade, para a ODA japonesa. Ademais, no momento em que o documento foi elaborado já havia sido manifestado interesse na cooperação trilateral por parte da embaixada do país africano no Brasil e do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) (ARAÚJO, 2009).

consta a estrutura primária básica do programa – que tem como nome inicial: ProSAVANA-JBM – e a informação de que o governo de Moçambique o priorizaria “[...] no âmbito das Políticas de Desenvolvimento, disponibilizando recursos públicos e pessoal que se fizerem necessários.” (PROSAVANA, 2009b, p.7) Ou seja, preparou-se toda estrutura governamental para que o ProSAVANA ganhasse destaque nas decisões internas do país, no entanto, com a população que receberia o programa não estava previsto contato, nem a divulgação de informações.

Por outro lado, como estava previsto no primeiro cronograma, aconteceu um simpósio em Tóquio, em março de 2010, com cerca de 200 pessoas entre representantes dos governos dos três países e jornalistas nacionais e internacionais (JICA).¹⁰⁸ Do Brasil, entre os 13 presentes estavam diretores da ABC, Embrapa, EMATER e do SENAR. De Moçambique, foram convidadas autoridades nacionais e provinciais, além de especialistas do MASA e do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). Neste momento, o envolvimento de empresas do setor privado na coordenação, acompanhamento e promoção do programa já era visado, como mostra o trecho do acordo firmado em setembro de 2009:

Ao longo do Programa, poderá haver a participação de **empresas do setor privado**, com larga experiência no Desenvolvimento Agrícola do Cerrado, que atuará como consultora e terá entre suas atribuições a Coordenação Geral, a Administração, o Acompanhamento e Promoção do Programa. (PROSAVANA, 2009b, p.7)

Em novembro 2010, foi assinado o documento relativo ao primeiro projeto no âmbito do ProSAVANA: Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala, Moçambique – ProSAVANA-PI (PROSAVANA, 2010c, p.1).¹⁰⁹ Novamente, fala-se abertamente sobre o agronegócio. Diz-se que o ProSAVANA-JBM foi concebido como:

[...] um programa de desenvolvimento agrícola e rural na região do Corredor de Nacala, em Moçambique, com o objetivo de melhorar a competitividade do setor, tanto em termos de segurança alimentar aumentando a produtividade dos pequenos

¹⁰⁸ JICA. Site. Disponível em: https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/news/2010/100521_2.html Acesso em: mar. 2017

¹⁰⁹ Embora o documento seja datado de 27 de dezembro de 2010, as assinaturas foram recolhidas em 10 de novembro do mesmo ano.

agricultores quanto em termos de geração de excedentes exportáveis a partir de uma **agricultura voltada ao agronegócio**. (grifo nosso) (PROSAVANA, 2010c, p. 5)

Ainda sobre esse registro do ProSAVANA-PI, cabe ressaltar que, pela primeira vez, é prevista a participação de organizações não governamentais e outras instituições locais no programa: “Especial atenção deve ser dada ao envolvimento direto das instituições locais, universidades e organizações não-governamentais que trabalham na região, principalmente na **organização dos produtores e na divulgação dos resultados**.” (grifo nosso) (idem). Nota-se, contudo, que o envolvimento não seria do ponto de vista de elaboração do programa – já esquematizado – mas sim de apoio na sua concretização.

Ao passo em que o programa foi avançando não houve mudança significativa. O interesse privado ganhou espaço nos projetos e a comunidade continuou alheia ao que acontecia. Em abril de 2011, o ProSAVANA-PI foi lançado em uma cerimônia oficial, realizada em Nampula, que contou com a participação de embaixadores, ministros e representantes de instituições oficiais de Moçambique (BARROS, 2011, p.12). Dias antes, representantes da Embrapa haviam realizado visitas a produtores e ONGs “[...] que actuam no desenvolvimento agrícolas do Corredor de Nacala, com o objetivo de colectar subsídios para a elaboração dos projectos técnicos de pesquisa e desenvolvimento do ProSavana.” (idem). Desta vez, as organizações e produtores visitados serviram de fonte de informação, mas não fica explícita a colaboração que deram a esta etapa do programa, nem o nível de compreensão que tinham sobre o mesmo.

Outro fato que interessa ser ressaltado diz respeito à falta de publicidade dada ao evento. Embora tenham sido buscadas divulgações da imprensa sobre o lançamento deste primeiro projeto do ProSAVANA, não foi possível encontrar reportagens a respeito, apenas o registro feito pelo representante da Embrapa em Moçambique Levi Barros, cuja publicação consta no Boletim trimestral do IIAM. Por se tratar da magnitude e importância do ProSAVANA, era de se esperar que o lançamento e início das suas atividades fossem amplamente divulgados. Entretanto, a falta de registros suscita a interpretação de que não era o objetivo da equipe fornecer informações a respeito do programa de maneira oficial, nem para a população afetada, nem para a ampla audiência (moçambicana e dos países cooperantes). Sem grande repercussão, também, ocorreu, dia 25 de abril, mais um seminário internacional sobre o ProSAVANA organizado, desta vez, em São Paulo, com o título:

"Agronegócio em Moçambique: Cooperação Brasil-Japão e Oportunidades de Investimento".¹¹⁰

Senna (2016) observa que este seminário, comprometido com a atração de investimento comercial para Moçambique está registrado, no site da ABC, como um projeto de cooperação com rótulo “agricultura familiar”, demonstrando ser um dos mais claros exemplos de incompatibilização entre rótulo e conteúdo (SENNA, 2016, p. 156). Na ocasião, ocorreu nova reunião entre líderes da JICA, ABC e do Ministério da Agricultura de Moçambique, quando foram discutidos os resultados do seminário, e uma das conclusões provenientes do encontro foi:

As três partes tomaram nota do **forte interesse do setor privado brasileiro, japonês e moçambicano** na implementação do projeto. As três partes concordaram em utilizar o mecanismo existente para promover o envolvimento do sector privado para o desenvolvimento dinâmico do Corredor de Nacala através do seu investimento. Brasileiros e japoneses enfatizaram o interesse em enviar missão conjunta pública-privada para Moçambique, possivelmente até o final do Ano Fiscal¹¹¹ Japonês 2011. (tradução e grifo nossos)(PROSAVANA, 2011a), p. 2).¹¹²

Como fica evidente, a participação do setor privado é destacada como forma de impulsionar os investimentos no Corredor de Nacala. E o envolvimento dos grandes investidores agrícolas permanece em destaque na formulação do segundo projeto previsto dentro do programa, o ProSAVANA-PD. Em reunião realizada em Maputo, em 28 de julho de 2011, representantes da JICA, ABC e MINAG discutiram a estrutura básica do Plano Diretor para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala. No esboço do projeto (anexado à minuta da reunião) não constam detalhes (como valores ou prazos), mas afirma-se: “ProSAVANA – Plano Diretor objetiva a formulação de Plano Diretor para o desenvolvimento agrícola que contribua para o desenvolvimento social e econômico por meio do **engajamento do investimento privado** para promover sistemas de produção sustentáveis e redução da pobreza no Corredor de Nacala.” (tradução e grifo nossos) (PROSAVANA,

¹¹⁰ O seminário foi realizado pela ABC e JICA com apoio da Embrapa Disponível em: <<http://pt.camaradojapao.org.br/camara/noticias-da-camara/?materia=13884>> Acesso em: 18 abr. 2017

¹¹¹ O ano fiscal japonês finalizaria em março de 2012 (NO! TO LANDGRAB, JAPÃO, 2016, p.11).

¹¹² The three parties took note of the strong interest of the Brazilian Japanese and Mozambican private sector in the implementation of the project. The three parties agreed to use the existing mechanism to promote the private sector involvement for the dynamic development of the Nacala Corridor through their investment. Brazilian and Japanese side stressed the interest to dispatch joint public-private mission to Mozambique possibly by the end of Japanese Fiscal Year 2011 (PROSAVANA, 2011a, p. 2).

2011b, p.9).¹¹³ Neste documento, também ficou determinado que uma instituição técnica brasileira – que viria a ser a FGV Projetos, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – iria participar do projeto sob coordenação da ABC. Uma reflexão sobre esta instituição e os questionamentos envolvidos em sua contratação serão explorados mais à frente.

Foi no segundo semestre de 2011 que o ProSAVANA, depois de dois anos de intensas negociações e divulgação restrita à promoção de investimento empresarial, começou a ser conhecido por outros grupos sociais interessados em âmbito nacional e internacional. O jornal brasileiro Folha de São Paulo publicou uma reportagem, em 14 de agosto de 2011, intitulada “Moçambique oferece terra à soja brasileira”.¹¹⁴ A reportagem informa que, em setembro daquele ano, 40 agricultores do estado do Mato-Grosso partiriam para Moçambique em busca de terras para serem usadas em “regime de concessão” por até 50 anos podendo renová-la por mais 50 “[...] mediante um imposto módico de 37,50 meticais (R\$ 21) por hectare, por ano.” (MELLO, 2011). De acordo com o texto, Carlos Ernesto Augustin, então presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (Ampa) ressaltou as vantagens que Moçambique ofereceria: “terra de graça”, sem “tanto impedimento ambiental”, além de “frete muito mais barato para a China” (idem). Foi a partir desta e de outras publicações correlatas¹¹⁵ que membros de movimentos sociais, ONGs e acadêmicos em nível nacional e internacional – que fazem ou fizeram parte da articulação contra o ProSAVANA – ficaram sabendo do programa. No entanto, a análise das ações empreendidas após as notícias será trazida no próximo capítulo.

O que é preciso ressaltar, neste ponto, é que apenas em encontro ocorrido em 25 de janeiro de 2012, no Brasil – destaque-se entre ABC e JICA apenas – se propõe a elaboração de um *website* para divulgação de informações e documentos sobre o ProSAVANA para os *stakeholders*¹¹⁶: “Ambos os lados vão iniciar as discussões para estabelecer um site para

¹¹³ ProSAVANA-Master Plan aims at the formulation of on agriculture development Master Plan which contributes to social and economic development by engaging private investment to promote sustainable production systems, and poverty reduction in Nacala Corridor. (PROSAVANA, 2011b, p.9).

¹¹⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>> Acesso em: 16 ago. 2016.

¹¹⁵ Em 15 de agosto de 2011, a Agência Reuters também publicou informação sobre a oferta de terra para agricultores brasileiros plantarem. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/grains-brazil-mozambique-idAFN1E77E05H20110815>> Acesso em: 6 abr. 2017

Em 17 de agosto de 2011, a Record News também veiculou reportagem falando sobre a oferta de terras baratas para produtores brasileiros que chegariam a Moçambique no mês seguinte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eogF_lr5myA> Acesso em: 14 mar. 2017

Em 22 de agosto de 2011, a Angola Press publicou outra reportagem, em tom mais contido, dizendo que o governo de Moçambique fez um “convite à exploração” ao Brasil. Disponível em: <http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2011/7/34/Governo-nega-ter-vendido-seis-milhoes-hectares-terra-brasileiros.812bd47b-26c1-42a1-bf8b-90a353fdeb0f.html> Acesso em: 6 abr. 2017

¹¹⁶ Uma tradução possível e usual é “público interessado”.

compartilhar informações entre as partes interessadas, conhecimentos e documentos relacionados à ProSavana-JBM.”(PROSAVANA, 2012a, p.2).¹¹⁷ Uma ação que não atingiria maior parte da população interessada. Depois, já em dezembro de 2012, a equipe de direção do programa decidiu contratar empresas de consultoria para estabelecer a “Estratégia de Comunicação do ProSAVANA”, a qual, como será demonstrada no próximo capítulo, reflete problemas de base do programa.

Se para as comunidades que seriam afetadas pelo ProSAVANA a estrutura de transmissão e compartilhamento de informações ainda estava sendo idealizada, para os empresários e investidores do setor já havia mais um encontro esquematizado. Anexo ao registro da reunião de janeiro de 2012, está um “Documento Conceitual sobre o Envio da Missão Conjunta Público-Privada Japão, Brasil, Moçambique voltada para a Promoção de Investimentos em Agricultura no Corredor de Nacala”. Esta missão, prevista após o evento ocorrido em São Paulo, corporaria cerca de 30 participantes japoneses e brasileiros, além de 20 locais, entre representantes de empresas do agronegócio, setor de infraestrutura e distribuição (PROSAVANA, 2012a, p.6). A missão percorreu o corredor de Nacala entre 16 e 20 de abril de 2012 e a comitiva brasileira foi liderada pelo deputado federal brasileiro Luiz Nishimori, então presidente da Comissão Parlamentar Brasil Moçambique.¹¹⁸ Posteriormente, em junho do mesmo ano, o deputado e todos os outros membros da missão participaram da “Sessão de Informação sobre a Missão Conjunta Público-Privada para a Promoção do Investimento em Agronegócio no Corredor de Nacala” em Tóquio (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016 (agosto), p. 11).¹¹⁹ A empresa brasileira FGV, por meio da GV Agro (Centro de Estudos do Agronegócio) e da FGV Projetos (unidade de assessoria técnica)¹²⁰ – que foi a escolhida para ser a instituição que estaria à frente do Plano Diretor de Desenvolvimento do Corredor de Nacala – também foi ao encontro e realizou uma apresentação intitulada “*Topical Belt: Nacala Corridor ProSAVANA Program*” (FGV, 2012a, p.1):

¹¹⁷ “Both side will start discussions to establish a website to share among stakeholders information, knowledge and the related documents on ProSAVANA-JBM.” (PROSAVANA, 2012a, p.2)

¹¹⁸ Para mais informações sobre seu posicionamento, acessar entrevista concedida à TV Câmara. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5DIllOBgjK0>>. Acesso em: 20 abr. 2017

¹¹⁹ De acordo com estudo publicado por ativistas e acadêmicos japoneses, a lista de presença bem como os slides da apresentação dos participantes só foi conseguida após um ano de solicitação e com a intervenção do Comité de Exame da Lei de Acesso à Informação Administrativa. (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 11)

¹²⁰ A FGV Projetos, de acordo com definição do seu próprio site: “Auxilia organizações públicas, empresariais e do terceiro setor, no Brasil e no exterior, desenvolvendo projetos nas áreas de economia e finanças, gestão e administração, e políticas públicas”. Disponível em: <<http://fgvprojetos.fgv.br/quem-somos>>. Acesso em: 14 maio. 2016

Na ocasião, A GV Agro apresentou o **Plano Diretor do ProSavana** e o **Fundo Nacala** – desde então a Fundação Getúlio Vargas e a GV Agro têm tido um papel central na viabilização dos interesses do modelo do agronegócio brasileiro e transnacional, e dos governos envolvidos no ProSavana, no norte de Moçambique. Em julho de 2012, FGV, ABC e Embrapa organizaram, com apoio da JICA, a Global Fund Launch Event for the Nacala Fund¹²¹ em Brasília. Um representante da JICA e o embaixador japonês no Brasil participaram do evento. (MELLO, 2016, p.20)

O envolvimento de instituições públicas com a promoção do fundo privado de investimento não foi percebida, na época, como um problema de “conflito de interesses” (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 11). Assim, a FGV convidou, abertamente, os participantes para participarem do “*Global Fund Launch Event for the Nacala Fund*” marcado para 4 de julho daquele ano. Cabe mencionar que o Fundo Nacala foi lançado¹²² neste dia pela FGV Projetos no Brasil e, no dia 20 do mesmo mês, em Moçambique (com a presença do então vice-presidente Michel Temer)¹²³. O Fundo foi concebido “[...] como mecanismo de fomento de atividades de natureza privada [...]” (AMORIM, 2013, p 2). Seu objetivo seria: “[...] financiar empreendimentos que estimulem o desenvolvimento agrícola e regional da região de Nacala, em Moçambique.” (FGV) ¹²⁴ Posteriormente, sua vinculação com o programa público ProSAVANA gerou repercussão negativa (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p.11) e o Fundo não chegou a começar a operar por problemas, dentre os quais: “falta de alinhamento estratégico e decisório entre os países envolvidos”, “comunicação institucional deficiente” e “pressão e críticas de organizações da sociedade civil moçambicana e internacional” (AMORIM, 2013, p 12). A crise econômica com a queda no preço das *commodities* e a própria redução no investimento na África por parte de grandes empresas, entre 2012 e 2014, complementam o quadro no qual o Fundo Nacala é “[...]”

¹²¹ “The Nacala Fund is aligned with the strategies of private investment attraction of the program ProSAVANA-JBM, carried out in the realm of the trilateral cooperation between Japan, Brazil and Mozambique, and follows the guidelines pertaining to the Nacala Corridor Master Plan of Agricultural Development (ProSAVANA-PD) “ (FGV, 2012) Disponível em: <<http://fgvnoticias.fgv.br/en/news/fgv-projetos-and-gvagro-launch-nacala-fund-brasil>> Acesso em: 10 abr. 2017

¹²² Nesta reportagem, transparece o envolvimento entre o ProSAVANA e o Fundo Nacala. Relata-se: “O plano diretor que deve ser apresentado pela FGV no início de 2013 dará as coordenadas para a aplicação dos recursos. A meta da fundação é privilegiar a produção por meio das cooperativas.” (PENHA, 2012). Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/416>> Acesso em: 10 abr. 2017.

¹²³ Disponível em: <<http://fgvprojetos.fgv.br/eventos/seminario-de-apresentacao-do-fundo-nacala>> Acesso em: 25 abr. 2017

¹²⁴ FGV. Site. Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/eventos/seminario-de-apresentacao-do-fundo-nacala> Acesso em: 25 abr. 2017

desativado sem ter captado nenhum recurso segundo Cleber Guarani, responsável pelo projeto.” (AMARAL, 2016).¹²⁵

Em resumo, a maior parte da população que deveria ser beneficiada pelo projeto permaneceu alheia a todas as negociações e divulgações iniciais a respeito do ProSAVANA. Além disso, o Japão teve papel “protagonista” ao impulsionar o programa de cooperação contando com a intensa participação brasileira, sobretudo por meio da empresa pública Embrapa e da iniciativa privada da FGV. Moçambique, por meio do então MINAG e de seus institutos de pesquisa, embora tenha declarado interesse em participar do programa de cooperação, não foi quem a iniciou – embora, os discursos iniciais tivessem a intensão de mostrar o contrário. Como os documentos iniciais analisados demonstraram, foi dada prioridade para o impulso ao investimento privado no Corredor de Nacala, o que ficou ainda mais claro pelo envolvimento dos investidores do agronegócio em eventos promovidos pelas principais instituições executoras. Cabe salientar que desde esta missão político-empresarial os camponeses do Corredor de Nacala já notavam a presença dos empresários estrangeiros a sondar possibilidade de investimento na região. Por isto, a UNAC começou a pesquisar do que se tratava o programa sobre o qual apenas se sabia pouco e superficialmente – via imprensa internacional e pelos primeiros contatos com as organizações brasileiras (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 14). A reivindicação por informações e posterior oposição contra o ProSAVANA começava a se estruturar a partir deste momento. No entanto, a análise do objeto desta pesquisa – a articulação contra o ProSAVANA – será o foco do próximo capítulo. Antes, é preciso discutir alguns pontos que foram deixados em aberto nesta seção, como a questão da Revolução Verde e a política de concessão do direito de uso da terra.

4.2 A QUESTÃO DA TERRA E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA MOÇAMBICANA

Como foi apresentado, no capítulo anterior, a terra passou a ser propriedade do Estado quando foi proclamada a independência de Moçambique. Assim, o camponês moçambicano que cultivasse determinada faixa de terra por um período teria garantido o direito de usar esta área, não sendo necessária a comprovação mediante documentação. No entanto, com a corrida por terras férteis e baratas, intensificada após a crise alimentar de 2008 – e reforçada pelas

¹²⁵ Série de reportagens especiais produzidas por Marina Amaral e publicadas pela Agência Pública em 9 de maio de 2016. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/05/capitalismo-selvagem-a-brasileira/>> Acesso em: 25 abr. 2017

diretrizes contidas em iniciativas como “Revolução Verde” e Nova Aliança do G8 para Segurança Alimentar e Nutricional – ter a comprovação do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), mediante documento, se tornou indispensável para a população camponesa. Para o governo moçambicano, esta é uma das principais questões que têm sido discutidas no âmbito da criação de estratégias de desenvolvimento agrícola para o país. Nesta seção, a proposta é discutir a questão da terra e propor, também, uma reflexão a respeito do lugar que a agricultura tem ocupado em Moçambique, considerando que o setor é compreendido como fundamental para o desenvolvimento do país.

4.2.1 O direito de uso da terra em Moçambique: a lei e os desvios

“Sem terra, não há vida. Terra é aonde cultivamos milhos, batata...O homem tem direito de ter a terra para suas atividades [...] A terra não se vende, é uma fortuna.”
(Helena Terra, membro da União Provincial de Camponeses da Zambézia)¹²⁶

Sem terra, para nós, não há vida. Normalmente, nós moçambicanos, aqui no norte, nós podemos ficar três meses sem dinheiro no bolso mas, com comida dentro, nós ficamos feliz. Portanto, nós confiamos na terra. Tudo que comemos vem da terra.
(Costa Estevão, membro da União Provincial de Camponeses de Nampula)¹²⁷

A terra foi o bem que resistiu às privatizações operadas em Moçambique, sobretudo nos anos 1990. Com o regime inspirado no socialismo estabelecido após a independência, o Estado passou a ser detentor da terra sendo responsável pelo gerenciamento do seu uso. Segundo Serra (2013), embora o Estado de Moçambique tenha passado a adotar o sistema capitalista, a Constituição de 1990 não alterou a questão da terra “[...] considerada uma das conquistas fundamentais da Independência.” (SERRA, 2013, p.56) Nesta Constituição, o direito de uso e aproveitamento de terra tem um fim social. Já na Constituição de 2004, como destaca Serra (2013), há uma alteração. Mantém-se a proibição da “venda, hipoteca, penhora e qualquer outra forma de alienação”¹²⁸, porém acrescenta-se a dimensão econômica: “[...] o

¹²⁶ Entrevista concedida à autora em 14 nov. 2016. (TERRA, 2016c)

¹²⁷ Trecho de entrevista extraído do documentário “Somos Carvão?”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jICcw3AupXs>> Acesso em: 28 abr. 2017

¹²⁸ MOÇAMBIQUE. Artigo 109 da Constituição de 2004 de 16 de novembro. Disponível em: <<http://www.legis-palop.org/bd/Home.aspx/ConstituicaoMocambique>> Acesso em: 12 jun. 2016

direito de uso e aproveitamento da terra é conferido às pessoas singulares ou colectivas tendo em conta seu fim social ou económico” (MOÇAMBIQUE, 2004).¹²⁹

Para regulamentar o uso da terra em Moçambique foi criada a Lei de Terras. A primeira versão, de 1979, segue a Constituição de 1975 e traz em si um sentimento de tomar para o povo moçambicano as terras que estiveram em posse de Portugal no período da colonização. Desta forma, dificultava-se a transmissão de DUATs¹³⁰ inter-vivos (SERRA, 2013). Já a Lei de Terras de 1997 – que é a que vigora no país – apresenta a perspectiva de uma conjuntura política, económica e social diferente do período revolucionário. Sua elaboração contou com a mobilização de diversos setores da sociedade (VUNJANHE, 2017).¹³¹ De acordo com o que ficou estabelecido no texto da lei, as modalidades de Direito de Uso e Aproveitamento da terra (DUAT) são:

a) ocupação por pessoas singulares e comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a Constituição; b) ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos; c) autorização de pedido apresentado por pessoas singulares ou colectivas na forma estabelecida na presente Lei. (MOÇAMBIQUE, 1997, p.15)¹³²

No procedimento e documentação necessários para aquisição do DUAT enquanto registro estão previstos, dentre outras coisas, preenchimento de formulários, esboço de localização do terreno, plano de exploração no caso de atividades económicas, ata de consulta às comunidades e comprovante do pagamento de taxa anual. A partir da apresentação dos requisitos, o pedido é analisado e, posteriormente, caso seja autorizado:

[...] emite-se a autorização provisória, que tem a duração máxima de cinco anos para os nacionais e dois anos para os estrangeiros.
Após o fim do período da autorização provisória, ou mesmo antes desse período, se o interessado assim o requerer, será feita uma vistoria para a verificação da realização do empreendimento proposto ou do cumprimento do plano de exploração, segundo o calendário aprovado. Constatada a realização do empreendimento ou o cumprimento do plano de exploração, será dada a autorização definitiva do uso e

¹²⁹ MOÇAMBIQUE. Artigo 110 da Constituição de 2004 de 16 de novembro. Disponível em: <<http://www.legis-palop.org/bd/Home.aspx/ConstituicaoMocambique>> Acesso em: 12 jun. 2016

¹³⁰ Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) que é concedido pelo Estado para utilização da terra.

¹³¹ Entrevista concedida em 21 fev. 2017.

¹³² Artigo 12 da Lei 19/97.

aproveitamento da terra e emitido o respectivo título. (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE).¹³³

Caso não se cumpra o plano de exploração – ou seja, a terra não seja usada para o que foi requerida – o DUAT pode ser revogado, no entanto, isto não vem ocorrendo de forma sistemática, o que tem favorecido a especulação fundiária, como destaca o professor da Universidade Eduardo Mondlane Jaime Macuane:

Devido ao crescimento da importância da terra como um ativo, nos últimos tempos no mundo, o que tem havido é que as elites políticas deste país, usando da lacuna que a legislação tem de conceder extensões de terra como apenas um direito de uso – e com taxas baixíssimas de uso – tem estado, há anos, a pedir largas concessões de terra que **podem ser usadas de forma especulativa**. Seja para conceder para investimento ou para usá-la como uma contraparte (grifo nosso) (MACUANE, 2015).¹³⁴

Em 2015, o governo de Moçambique lançou um programa que contempla a distribuição massiva de DUATs. O “Terra Segura”, idealizado no âmbito do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, prevê a distribuição de cinco milhões de títulos de DUAT até 2019 para pessoas ou comunidades que ocupam, segundo normas e práticas costumeiras, áreas inferiores a 50 hectares (JANEIRO, 2015).¹³⁵ Porém, a proposta tem sido criticada por membros de movimentos sociais locais que questionam a relevância do programa diante da existência da Lei de Terras. Além disso, eles cobram sua efetiva execução que, no segundo semestre de 2015, ainda não havia iniciado (idem).

Sabe-se que muitas famílias não têm DUAT e permanecem ainda mais vulneráveis diante dos grandes empreendimentos. “Muitas vezes, as famílias usam a terra por gerações. E este é um dos problemas críticos que o ProSAVANA tem. Quando eles falam em mapear a terra eles pressupuseram que há muita terra sem dono ao longo do Corredor de Nacala.” (MACUANE, 2015).¹³⁶ Estimativa do Recenseamento Populacional de 2011, elaborado pelo

¹³³ GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Site. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Direito-do-Uso-e-Aproveitamento-de-Terra/Procedimentos-e-Documentacao>> Acesso em: 24 mar. 2017

¹³⁴ Entrevista concedida em 23 nov. 2015.

¹³⁵ Disponível em: <<http://jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/44581-programa-terra-segura-cinco-milhoes-de-duat-s-serao-emitidos-ate-2019>> Acesso em: 24 mar. 2017

¹³⁶ Entrevista concedida em 23 de nov. 2015

Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique, apontou que existiam 4.287.415¹³⁷ habitantes nos 107.002 km² que corresponde à área de estudo do ProSAVANA (PROSAVANA, 2015, p.1-3). Ainda de acordo com informações do INE, 80% da população economicamente ativa dos distritos (contemplados pelo ProSAVANA) trabalhava, em 2011, nos setores agrícola, florestal e de pesca (ibid., p.1-4). No entanto, apenas na província de Nampula, até 2012, 61% da área de terra não estava registrada, segundo estudo realizado pela Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) (SCHLESINGER, 2013, p. 7).

Para além da questão da falta de registro do DUAT, Serra (2013) traz a ideia de que existe, na prática, um mercado de terras, ainda que a legislação proíba sua venda:

Durante a finalização do presente artigo, foi fácil encontrar no principal e mais antigo diário do país – o jornal “Notícias” – imensos anúncios reportando a venda de ‘terrenos’, ‘propriedades’ ou ‘talhões’, diretamente por intermédio de empresas imobiliárias. Nalguns casos se fazia menção de algumas benfeitorias, noutros somente se aludia à terra enquanto recurso dotado de valor económico. ” (SERRA, 2013, p.63)

Para o autor, o Estado perde ao não institucionalizar o “mercado de títulos de terra” na medida em que “[...] as transacções ocorrem numa espécie de mercado negro, paralelo ou ainda informal, sem que sejam declaradas e, conseqüentemente, oneradas em termos fiscais.” (SERRA, 2013, p. 64-65). Outro problema referente à gestão da terra e do desenvolvimento rural como um todo diz respeito à institucionalidade. Nos últimos vinte anos, a função de Desenvolvimento Rural passou pela administração de quatro ministérios: Ministério da Agricultura, Ministério da Planificação, Ministério da Administração Estatal e Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MACUANE, 2015). Para o professor moçambicano Jaime Macuane, a gestão não só da terra, mas também das políticas de segurança alimentar e da agricultura têm sido institucionalmente confusas ao longo do tempo. “Não há uma visão nacional muito clara sobre como gerir a agricultura e a terra e como é que isso se liga em toda cadeia de valor da agricultura.” (idem). Mosca (2014) também tem uma análise neste sentido acrescentando que a instabilidade institucional afeta, ainda, a política económica, bem como “os modelos de desenvolvimento e os padrões de crescimento económico” (MOSCA, 2014, p. 18).

¹³⁷ Segundo dado do INE, Moçambique tem uma população de 27.128.530 habitantes.

4.2.2 As recentes estratégias de desenvolvimento rural para Moçambique em meio à Revolução Verde e à Nova Aliança do G8 para Segurança Alimentar

Os problemas com a institucionalidade (MOSCA, 2014) e a falta de uma visão nacional (MACUANE, 2015) na promoção do desenvolvimento do setor agrícola trazida pelos professores – que envolve a problemática do uso da terra – vai de encontro ao que está estabelecido na constituição do país. O Artigo 103 menciona que “a agricultura é a base do desenvolvimento” e que: “O Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso económico e social do país” (MOÇAMBIQUE, 2004, p.30).

Num país em que cerca de 75% da população vive no meio rural e depende da agricultura, durante a primeira década do século XXI, as dotações orçamentárias para o setor ficaram abaixo dos 3%, conforme dados do próprio Governo de Moçambique (MOSCA, 2014). Informações referentes à entrada de recursos externos por meio de doações, cooperação e investimento estrangeiro direto mostram que apenas 7,6% do total foram destinados à agricultura entre 2005 e 2011. Em relação à concessão de crédito, dados do Banco de Moçambique demonstram que “[...] a agricultura recebeu cerca de 9,4% do total concedido à economia entre 2000 e 2010 e foi o sector onde o crédito menos aumentou durante esse período [...]” (ibid., p. 16). Como consequência, em 2008, por exemplo, o governo admitia ter déficit em produtos básicos como arroz, trigo, batata e óleo vegetal. No entanto, Mosca (2014) chama atenção para outros aspectos que ultrapassam os dados estatísticos:

Após o fim do conflito, reconfiguraram-se mecanismos de transferência de recursos do campo para a cidade e para o exterior, o tecido económico rural e as rupturas nas funcionalidades da economia agrária com o urbano não foram recuperadas e as fontes geradoras de emprego e de rendimento tardam a surgir. (ibid., p.19)

Por isso mesmo, o economista moçambicano considera que o êxodo rural deva ser contido “[...] não administrativamente, mas através do desenvolvimento rural que permita a emergência de um tecido económico articulado que localize a acumulação no território e aí crie emprego, maiores e mais diversificados rendimentos das famílias [...]” (ibid., p. 23).

Assim, a eliminação da pobreza passaria pela maior “[...] produção e melhor oferta de bens alimentares e pela geração de rendimentos dentro e fora da agricultura” (idem).

Porém, a dificuldade em se chegar a este patamar compreende outros elementos além da falta de institucionalização. Um deles diz respeito a uma questão discutida no capítulo anterior: a relação entre Estado e sociedade civil organizada (entendida enquanto movimentos sociais, sindicatos e ONGs defensoras dos direitos da população mais vulneráveis). Segundo Mosca (2014), no que diz respeito à representação dos produtores rurais, há pouca organização para a exigência de direitos:

[...] a agricultura e particularmente os produtores agrários não estão suficientemente organizados para reivindicarem os seus direitos, influenciarem os centros de decisão económica e fazerem *lobby* político. Os camponeses nunca estiveram representados nos órgãos de poder. O *slogan* “Estado de operários e camponeses” foi, quanto muito, uma utopia descontextualizada de uma elite intelectualizada e minoritária. As pessoas oriundas do meio rural e que pertencem aos órgãos da democracia não têm voz ou, se têm, são controladas pelas máquinas partidárias e não representam os interesses nem prestam contas junto dos seus respectivos ciclos eleitorais. As organizações dos produtores são frágeis e não possuem o apoio necessário do Estado (MOSCA, 2014, p.26)

O autor ressalta que, mesmo a União Nacional de Camponeses (UNAC), a maior organização representativa da população rural no país, possui financiamento essencialmente externo e que o Estado enxerga tanto a UNAC, quanto outros movimentos locais, como “apóstolos da desgraça” que “só criticam” (idem).¹³⁸ Como poderá ser visto no próximo capítulo, o protagonismo dos camponeses (ADRIANO, 2016)¹³⁹ e o apoio vindo dos que os representam nas ações de combate à implementação do ProSAVANA demonstra algum amadurecimento em relação à reivindicação de direitos. Contudo, que nem todas as organizações moçambicanas resistem a eventuais constrangimentos políticos e isto será ressaltado. Tal situação, como consequência, pode ser compreendida como um limite que se põe diante dos objetivos da articulação contra o programa de cooperação.

O que também pode ser observada é a influência das relações internacionais no desvio do foco nacional de aumento da produção de bens alimentares. Ainda segundo Mosca (2014), os países desenvolvidos produzem excedente de bens alimentares, assim: “Apoiar, de forma massiva, a produção agrícola e principalmente de bens alimentares nos países pobres, seria

¹³⁸ Informação disponível em nota de rodapé.

¹³⁹ Entrevista concedida em 15 set. 2016.

criar a própria concorrência em espaços com eventuais vantagens comparativas e imporia reformas drásticas nas políticas agrárias dos países desenvolvidos.” (MOSCA, 2014, p. 27). Os constrangimentos externos, então, atingem, de alguma maneira, a conformação da política agrícola moçambicana. Alguns eventos estão elencados no quadro 2, o qual poderá auxiliar na compreensão da discussão a seguir:

Quadro 2: Eventos nacionais e internacionais relacionados à questão do desenvolvimento agrícola entre 2001 e 2013

ANO	EVENTO	PROPOSIÇÃO/AÇÃO	AUTORIA/CAUSA
2001	Criação do <i>New Partnership for Africa's Development</i> (NEPAD)	Estratégia pan-africana para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do continente.	União Africana (UA)
	Criação da Agenda 2025	Estratégias nacionais visando a transformação do país tendo como horizonte seus 50 anos de independência.	Se apresenta como instrumento idealizado por diferentes setores da sociedade e o Governo de Moçambique.
2003	Criação do <i>Comprehensive Africa Agriculture Development Programme</i> (CAADP)	Parte do <i>New Partnership for Africa's Development</i> (NEPAD), visa impulsionar o investimento no setor agrícola buscando o estreitamento de relações entre os setores público, privado e a sociedade civil.	41 membros da União Africana, incluindo Moçambique.
2006	Criação da Aliança para uma Revolução Verde na África (AGRA)	Estratégia da Revolução Verde para melhorar a produtividade agrícola dos pequenos agricultores servindo como estratégia para acabar com a pobreza.	Rockefeller e Bill & Melinda Gates atuando em 16 países, incluindo Moçambique.
2007	Adesão de Moçambique à Revolução Verde	Solucionar o problema da predominância da agricultura de subsistência, aumentando os níveis de produção e de produtividade.	Governo de Moçambique (Conselho de Ministros)
2008	Crise Alimentar Mundial (aumento dos	Por parte dos países ricos, busca de terras férteis para	Especulação; aumento da demanda global de

	preços dos principais produtos de base: arroz, milho e trigo)	garantir sua segurança alimentar.	agrocarburos e de carne em países emergentes; alto preço do petróleo e fenômenos climáticos.
2009	Cimeira de L'Aquila na Itália (julho)	Brasil e Japão acordam parceria para promoção da agricultura em África.	G8; China, Índia, México e África do Sul; fundadores do NEPAD (Argélia, Nigéria e Senegal (sessões específicas)
	Reunião entre JICA, ABC e MINAG em Moçambique (setembro)	Se comprometem a continuar os estudos para a criação do projeto de cooperação que viria a ser o ProSAVANA	Brasil, Japão e Moçambique.
2010	Criação dos PRAI	Medidas para minimizar impactos de projetos de investimento na agricultura de larga escala.	Banco Mundial, FAO, UNCTAD e IFAD
2011	Lançamento do ProSAVANA-PI (abril)	Cerimônia oficial, realizada em Nampula, que contou com a participação de embaixadores, ministros e representantes de instituições oficiais de Moçambique.	Membros da Embrapa e Governo de Moçambique.
	Aprovação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrícola (PEDSA) (maio)	Concebido tendo como base a Estratégia da Revolução Verde e compromissos assinados em nível internacional, como o CAADP, a Declaração de Abuja e a Declaração de Maputo.	Assembleia de Ministros, Governo de Moçambique.
2012	Nova Aliança do G8 para Segurança Alimentar e Nutricional	Apoio financeiro e técnico agrícola alinhado com o CAADP e operacionalização do PEDSA.	Membros do G8
2013	Adesão de Moçambique à Nova Aliança do G8 para Segurança Alimentar e Nutricional	Acordos sobre o mercado de insumos agrícolas, sistema de aquisição de DUATs, comercialização dos produtos agrícolas, concessão de crédito e ações para redução da desnutrição.	Governo de Moçambique (com apoio direto do Japão e Estados Unidos)

Fonte: Elaboração própria com base nas fontes citadas e utilizadas ao longo desta subseção.

A base para o desenvolvimento de políticas estratégicas para o setor agrícola em Moçambique são os conteúdos da Agenda 2025¹⁴⁰, do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrícola - PEDSA (2011-2020), do Programa Quinquenal do Governo (PQG)¹⁴¹ e do Plano de Ação para a Redução da Pobreza (PARP) trazido no capítulo anterior (PROSAVANA, 2015, p.1-1). Pelo fato de o Plano Diretor Provisório do ProSAVANA ter sido criado sob direcionamento do PEDSA, será dado destaque a um dos principais pontos presentes neste documento e que interessa observar: a adoção da proposta de Revolução Verde.

Aprovado pelo Conselho de Ministros em maio de 2011, o PEDSA (2011-2020) tem como primeira consideração a necessidade de aumento de produtividade agrária. “A agricultura moçambicana é predominantemente de subsistência, caracterizando-se por baixos níveis de produção e de produtividade. Na busca de soluções para este problema, o Governo adoptou a Estratégia da **Revolução de Verde**, em 2007” (grifo nosso) (MINAG, 2011, p. vi). A decisão de Moçambique, de acordo com o Plano Estratégico, foi uma “[...] resposta à situação criada pela instabilidade mundial nos preços do petróleo e pela crise económica mundial, que estava a comprometer os esforços para a redução da fome” (ibid., p. 1). No entanto, pode ser vista, ainda, como adesão à estratégia criada para a África um ano antes.

Em 2006, por meio de uma parceria entre as fundações norte-americanas Rockefeller e Bill & Melinda Gates surgiu a Aliança para uma Revolução Verde na África (AGRA): “Inspirada pelo apelo de Kofi Annan, ex-secretário-geral das Nações Unidas, para uma ‘revolução verde’ melhorar a produtividade agrícola dos pequenos agricultores preservando, simultaneamente, o ambiente [...] (tradução nossa) (GATES FOUNDATION, 2017)¹⁴². Na

¹⁴⁰ A Declaração de Compromisso da Agenda 2025 foi lançada em junho de 2001. A Agenda propõe estratégias nacionais para quando Moçambique completará 50 anos de independência. Se apresenta como instrumento idealizado por diferentes setores da sociedade. Tem como principal objetivo “[...] o estabelecimento de novos caminhos para impulsionar o desenvolvimento de Moçambique” (COMITÉ DE CONSELHEIROS, 2003, p.15). No entanto, Francisco (2007) considera que “[...] como tem acontecido com outros documentos programáticos, após a sua conclusão e aprovação, a Agenda 2025 foi praticamente remetida ao esquecimento” (FRANCISCO, 2007, p.16)

¹⁴¹ O Programa Quinquenal reúne as prioridades do governo moçambicano para o desenvolvimento econômico e social. Aumento do emprego, produtividade e competitividade aparecem como enfoque central. Segundo o programa 2015-2019, também estão entre as prioridades: “consolidação da unidade nacional, da paz e da soberania”, “desenvolvimento do capital humano e social”, “desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais” e “gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente”. (MOÇAMBIQUE, 2015, p.3)

¹⁴² “Inspired by former United Nations Secretary-General Kofi Annan’s call for a uniquely African “green revolution” to improve smallholder farm productivity while preserving the environment [...]” GATES FOUNDATION. Site. Disponível em: <<http://www.gatesfoundation.org/How-We-Work/Resources/Grantee-Profiles/Grantee-Profile-Alliance-for-a-Green-Revolution-in-Africa-AGRA>> Acesso em: 24 mar. 2017

concepção da aliança está a crença de que o investimento em agricultura seria uma estratégia para acabar com a pobreza:

A principal estratégia da AGRA é facilitar a criação de um sistema alimentar africano eficiente através de subsídios e assistência de capacitação às instituições que estão ajudando a melhorar a produtividade dos pequenos agricultores. A AGRA desenvolve suas atividades em 16 países, com destaque para Gana, Mali, **Moçambique** e Tanzânia. O objetivo é melhorar a **produção de culturas básicas em áreas de "celeiro" que tenham um solo relativamente bom, chuvas adequadas e infra-estrutura básica** e, em seguida, replicar abordagens bem-sucedidas em outras áreas e em outros países com condições semelhantes. (tradução nossa) (grifo nosso) (idem)¹⁴³

Uma análise sobre o contexto agrícola dos últimos anos mostra que, em Moçambique, a Revolução Verde não tem promovido benefícios aos pequenos produtores ou camponeses – que produzem em pequena escala, com produção intensiva em mão de obra, principalmente familiar, pouco integrados ao mercado e ao acesso a máquinas, dinheiro e insumos (MOSCA, 2014, p.29). A estratégia se resumiu à distribuição gratuita de insumos (ibid., p.50). As ações desenvolvidas em prol desta majoritária parcela da força de trabalho não têm sido satisfatórias:

Algumas áreas de pequenos sistemas de regadio entraram em funcionamento sem que tivessem resultado em maior produtividade, devido ao não acompanhamento da mudança tecnológica de forma integrada. Introduziu-se uma infraestrutura (regadio), sem alterações dos sistemas de produção e a combinação de outros factores produtivos e sem acções de capacitação para a produção em regadio (horários de rega, conservação das infra-estruturas, etc.). Formaram-se associações, mas as acções de formação para a gestão foram muito fracas e não eficazes. (idem)

A camponesa Helena Francisco Terra, que faz parte da União Provincial de camponeses da Zambézia, um dos distritos compreendidos pelo ProSAVANA, confirma o

¹⁴³ “AGRA’s primary strategy is to facilitate the creation of an efficient African food system through grants and capacity-building assistance to institutions that are helping to improve the productivity of smallholder farmers. AGRA carries out its activities in 16 countries, with a special emphasis on Ghana, Mali, Mozambique, and Tanzania. The aim is to improve production of staple crops in “breadbasket” areas that have relatively good soil, adequate rainfall, and basic infrastructure, and then replicate successful approaches in other areas and other countries with similar conditions” GATES FOUNDATION. Site. Disponível em: <<http://www.gatesfoundation.org/How-We-Work/Resources/Grantee-Profiles/Grantee-Profile-Alliance-for-a-Green-Revolution-in-Africa-AGRA>> Acesso em: 24 mar. 2017

que foi argumentado por Mosca (2014) ao afirmar: “[...] há associações que têm regadios. Os canais **não estão a funcionar devido a não ter dinheiro para a manutenção** daqueles canais terciários, secundários... A água já não chega praticamente àquele regadio. **Já não faz rega há 10 anos.** Chovendo como não, tem problemas. (grifo nosso) (TERRA, 2016b).¹⁴⁴

Uma iniciativa que na perspectiva dos camponeses, movimentos e ONGs que atuam na área agrícola seria viável para as comunidades rurais moçambicanas é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁴⁵ de criação brasileira. O PAA foi levado para Moçambique – de maneira experimental – sendo realizado na província de Tete no âmbito do projeto-piloto PAA África¹⁴⁶, que também englobou atividades realizadas, entre 2012 e 2015, em localidades no Senegal, Níger, Maláui e Etiópia.¹⁴⁷ Na primeira declaração oficial da articulação contra o ProSAVANA, que será analisada no próximo capítulo, questiona-se o fato de o PAA não ter sido realizado de forma ampla no país, já que ele estaria mais próximo da realidade moçambicana do que o que se observa nos projetos do ProSAVANA. O ativista moçambicano, especialista em Cooperação e Desenvolvimento, Vicente Adriano, que participou da implementação do PAA África em Moçambique declara:

[...] defendíamos era a nacionalização de um PAA África em função das realidades nacionais e, por via disso, defendíamos um maior engajamento do governo moçambicano e por isso tentamos várias vezes trazer o governo junto do nosso comitê de trabalho para que conseguíssemos transformar o PAA África numa política nacional e que, por via disso, fossem utilizados recursos públicos para efeito a partir do orçamento do Estado. É uma luta que não teve muita força e, lamentavelmente, o programa continua diminuto, muito pequeno a nível de Tete. (ADRIANO, 2016)¹⁴⁸

¹⁴⁴ Helena Francisco Terra vive em Quelimane capital da província da Zambézia. A declaração foi proferida em resposta a questionamento feito pela autora desta dissertação no debate “Expansão do agronegócio no Brasil e em Moçambique: principais atores, estratégias e disputas por recursos”. O evento foi realizado, em 14 de novembro de 2016, na sede da Agência Pública, no Rio de Janeiro. Helena Francisco Terra veio ao Brasil a convite de instituições brasileiras envolvidas na Campanha Não ao ProSAVANA.

¹⁴⁵ O PAA é uma ação do Governo Federal brasileiro, iniciada em 2003, no qual parte dos alimentos é adquirida pelo governo e destinados a restaurantes populares, cozinhas comunitárias e entidades de rede socioassistencial. Outra parte é estocada pelos agricultores individuais ou associações para venda no momento propício. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>> Acesso em: 27 mar. 2017

¹⁴⁶ Em março de 2017, a autora verificou que o site oficial do programa foi retirado do ar. No entanto, ainda existem informações disponíveis nas contas oficiais das redes sociais. Exemplo: <<https://pt-br.facebook.com/PAAafrica/>>

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/programa-de-aquisicao-de-alimentos-e-destaque-mundial>> Acesso em: 27 mar. 2017

¹⁴⁸ Entrevista concedida em 15 set. 2016.

O posicionamento governamental no que diz respeito à produção em larga escala¹⁴⁹, como instrumento de implementação do PEDSA, entretanto, apresenta outra realidade. Chegou a ser aprovado pelo governo de Moçambique um Plano Director para o Desenvolvimento do Agronegócio (PDDA) (2013-2020). No plano, o caso da expansão do agronegócio no Brasil, via Revolução Verde, é apresentado como de sucesso, sobretudo, pela tecnologia desenvolvida pela Embrapa, o desenvolvimento de infraestrutura realizado pelo Estado e o ambiente político favorável – lembre-se que a Revolução Verde teve destaque, no Brasil, entre os anos 1960 e 1970 em plena Ditadura Militar.

O PEDSA também está de acordo com o *Comprehensive Africa Agriculture Development Programme* (CAADP), lançado em 2003 como parte do *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD), surgido em 2001¹⁵⁰ no âmbito da *Organisation of African Unity* (OAU). A ideia do CAADP é impulsionar o investimento para que o setor agrícola possa crescer buscando o estreitamento de relações entre os setores público, privado e a sociedade civil.¹⁵¹

A estratégia de Revolução Verde presente no PEDSA, a criação do PDDA e a adesão ao CAADP demonstram que Moçambique pode não ter idealizado o ProSAVANA mas, internamente, manteve ou promoveu ações governamentais que aparentam contribuir com sua execução – sob o ponto de vista de que o programa de cooperação favorece a atuação dos grandes empresários do agronegócio. Ou seja, o Estado atuando como impulsionador e garantidor dos ganhos privados.

Cabe salientar que, em concordância com o CAADP, os membros do G8¹⁵², lançaram em 2012 – três anos após a Cimeira de L'Áquila na Itália¹⁵³, a mesma onde Brasil e Japão acordaram a parceria para promoção agrícola em África – a **Nova Aliança para Segurança Alimentar e Nutricional**. Esta é outra iniciativa que demonstra o quanto a compreensão das questões que envolvem a terra, a agricultura e o combate à fome em Moçambique devem ser pensadas tendo em vista suas relações internacionais. Moçambique aderiu à Nova Aliança em 2013 e tem o Japão e os Estados Unidos como líderes de parceiros de investimentos:

¹⁴⁹ Segundo Mosca (2014), os principais produtores de bens exportáveis são empresas de capital externo que utilizam subcontratação de pequenos agricultores (MOSCA, 2014, p.37).

¹⁵⁰ Disponível em: <<http://www.un.org/en/africa/osaa/peace/caadp.shtml>> Acesso em: 24 mar. 2017

¹⁵¹ Disponível em: <<http://www.nepad.org/cop/comprehensive-africa-agriculture-development-programme-caadp>> Acesso em: 24 mar. 2017

¹⁵² Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos.

¹⁵³ O Brasil participou, juntamente com China, Índia, México e África do Sul de sessões específicas de negociação. Na ocasião, também participaram países fundadores da NEPAD (Argélia, Nigéria e Senegal). Mais informações disponíveis em: <http://www.g8italia2009.it/G8/Home/Summit/Partecipanti/G8-G8_Layout_locale-1199882116809_Paesig5.htm> Acesso em: 24 mar. 2017.

Os membros do G8, em consonância com os compromissos assumidos em L'Aquila, reafirmam a sua intenção de **alinhar o seu apoio financeiro e técnico agrícola com as prioridades do Plano de Investimento do CAADP do País** (em Moçambique referido como Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário - PNISA) para a operacionalização do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), de forma a acelerar a implementação do PNISA e **em conjugação** com os compromissos assumidos pelo Governo de Moçambique. (grifo nosso) (NOVA ALIANÇA PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2013, p.1)

Percebe-se que este tipo de ação não se configura da mesma maneira que a interferência promovida pelos países mais ricos, por meio do Banco Mundial, na aplicação dos Programas de Ajustamento Econômico (PAEs) das décadas anteriores. Têm incidência mais sutil, sempre buscando evidenciar o protagonismo de Moçambique e outros países africanos diante das ações pretendidas. Obviamente, há escolhas por parte dos Estados Nacionais, no entanto, é preciso perceber que existem constrangimentos políticos e econômicos implícitos em tais iniciativas. Neste sentido, é interessante observar as áreas prioritárias para o empenho de recursos da Nova Aliança:

Para abordar as causas subjacentes da insegurança alimentar, os membros do G8 têm a intenção de **concentrar os recursos-chave e outras contribuições** nos investimentos de alta prioridade e de alto impacto dentro do PNISA e, **em particular**, sobre o desenvolvimento das áreas prioritárias do Governo de Moçambique, situadas nos corredores de **desenvolvimento agrícola da Beira e de Nacala** e no desenvolvimento do **Vale do Zambeze**. (grifo nosso) (ibid., 2013, p. 1-2)¹⁵⁴

A prioridade para o Corredor de Nacala e o fato de o Japão¹⁵⁵ ser um dos países líderes de parceiros de investimento no âmbito da Nova Aliança, no mínimo, suscitam desconfiança quanto à relação entre o ProSAVANA e toda esta estratégia. Não significa dizer que esta relação seja direta, mas não aparenta ser casual.

No “Quadro de Cooperação do G8 para apoiar a Nova Aliança em Moçambique”, há acordos sobre o mercado de insumos agrícolas, sistema de aquisição de DUATs,

¹⁵⁴ Disponível em: <https://new-alliance.org/sites/default/files/resources/Mozambique%20Coop%20Framework%20PORT%20FINAL%20w.cover_REVISIED_0.pdf> Acesso em: 24 mar. 2017

¹⁵⁵ O apoio em investimentos previsto pelo Japão entre 2012 e 2015 era de 118 milhões de dólares (NOVA ALIANÇA, 2013, p.6)

comercialização dos produtos agrícolas, concessão de crédito e ações para redução da desnutrição. Estão descritas as contribuições financeiras dos Estados Unidos, Itália, Alemanha, Reino Unido, União Europeia e Japão (ibid., p. 4-7). Em 2012, no âmbito da Nova Aliança, 19 empresas registradas em Moçambique e internacionais prepararam e assinaram uma “Carta de Intenções” de investimento em Moçambique – outras poderiam fazer o mesmo posteriormente. Quatro das treze empresas internacionais que estão no grupo que elaborou a carta são japonesas: Itochu, Nippon Biodiesel Fuel co. Ltd., Sumitomo Corporation e Toyo Engineering Corporation. As empresas atuam com produção de fertilizantes, pesticidas, agrocombustíveis, processamento e comercialização de grãos. As outras têm sedes nos Estados Unidos, Índia e África do Sul (ibid., p.6-15).

4.2.2.1 Percepção dos efeitos da Nova Aliança em campo

Um estudo realizado pela Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU)¹⁵⁶, entre 2013 e 2015, no Corredor de Nacala (onde está prevista a implementação do ProSAVANA), permitiu afirmar que o compromisso da Nova Aliança impactou os sistemas produtivos dos camponeses, os territórios das comunidades e provocou a “[...] emergência de movimentos de contestação e resistência das comunidades e das famílias camponesa” (ADECRU).¹⁵⁷ Conforme apuração da ADECRU, a empresa *Mozambique Agriculture Corporation* (Mozaco), uma das envolvidas na Nova Aliança, teria usurpado 2.380 hectares que pertenciam a 1500 famílias camponesas da comunidade de Natuto em Nampula. Além da Mozaco, outras empresas têm atuado em Moçambique por meio do favorecimento obtido através do acordo:

Dados analisados pela ADECRU revelam que no âmbito da Nova Aliança do G8 para a Segurança Alimentar e Nutricional foram efectivados negócios de terra com 5 empresas em Moçambique (Corvus Investments International, ENICA, Mozaco, Lozane Farms e Rei do Agro), até Dezembro de 2014, numa área total de 33.300 hectares para produção de culturas voltadas para exportação, designadamente soja, banana, macadania, milho e girassol. Destes números, na campanha agrícola de

¹⁵⁶ De acordo com Adriano e Vunjanhe (2015), em âmbito internacional, também foram realizados estudos críticos que apontam os problemas provocados pela Nova Aliança do G8 por parte da Oxfam, Food First Information and Action Network (FINA) e pelo Transnational Institute (TNI). Disponível em: <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bn-new-alliance-new-direction-agriculture-250913-pt_0.pdf> e <https://www.tni.org/files/download/the_new_alliance.pdf> Acesso em: 27 mar. 2017

¹⁵⁷ ADECRU. Blog. Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2015/03/01/nova-alianca-do-g8-atinge-e-usurpa-terra-e-agua-de-50-mil-pessoas-em-mocambique/#more-305>> Acesso em: 27 mar. 2017

2013/2014 foram cultivados efectivamente 8.189 hectares por estas empresas, onde a soja representa cerca de 91% dos hectares produzidos. (idem)

O que se observou, para além da denúncia de usurpação de terras, feita pela ADECRU, foi uma modificação na Lei de Sementes de Moçambique, o que fez com que o Estado não fornecesse mais gratuitamente (ou por meio de preços bonificados) sementes aos camponeses (ADRIANO; VUNJANHE, 2015, p.75), em conformidade com o que foi solicitado no acordo da Nova Aliança. Assim, restringiu-se o papel do Estado e promoveu-se o setor privado – seguindo o fluxo do desenvolvimento neoliberal, como foi discutido nos capítulos anteriores.¹⁵⁸ Adriano e Vunjanhe (2015) acrescentam que houve flexibilização do tempo para a conclusão do procedimento de concessão de DUATs, reduzindo de 1 a 7 anos, para apenas entre 3 a 12 meses, conforme o Relatório de Progresso da Nova Aliança¹⁵⁹ (ibid., p. 73). Os pesquisadores e ativistas moçambicanos afirmam que, tanto o procedimento das sementes que incluiu a revogação de decretos, quanto a alteração na distribuição de DUAT “[...] foram conduzidos sem o mínimo de transparência e consulta das organizações da sociedade civil, organizações de camponeses e movimentos sociais.” (ibid., p.74). Além da USAID, a JICA também estaria à frente destes processos.

Quando Moçambique aderiu ao acordo, em 2013, a associação havia publicado um pronunciamento em que caracterizava a Nova Aliança como uma “última e violenta fase de ajustamento estrutural do século XXI” (ADECRU).¹⁶⁰ A partir da afirmação, lembra-se dos PAEs realizados em países da África Subsaariana, incluindo Moçambique, nas décadas de 1980 e 1990, os quais foram analisados no capítulo anterior. A referência aos programas se intensifica com o fato de concomitante ao lançamento da Nova Aliança ter sido estabelecido um Programa Mundial para Agricultura e Segurança Alimentar do Banco Mundial estimado

¹⁵⁸ Como consta na “Revisão da política, legislação e quadro regulatório do Sector de Sementes em Moçambique relacionada a facilitação e promoção da intervenção do Sector Privado”, elaborada pela consultoria DAI e Nathan Associates, para revisão da agência norte-americana de cooperação USAID: “Assim, torna-se importante mencionar que o papel do Estado, representado pelo governo deve **cingir-se à regulamentação e monitorização do sector** de modo a providenciar semente do melhorador e semente básica às empresas privadas além de assegurar que o mercado seja provido de sementes de qualidade **disponíveis aos produtores** (grifo nosso) (USAID, 2014) Disponível em: <http://www.speed-program.com/wp-content/uploads/2014/10/2014-SPEED-Report-020-Revis%C3%A3o-da-pol%C3%ADtica-legisla%C3%A7%C3%A3o-e-quadro-regulat%C3%B3rio-do-Sector-de-Sementes-em-Mo%C3%A7ambique_PT.pdf> Acesso em: 27 mar. 2017

¹⁵⁹ Disponível em: <<http://www.speed-program.com/wp-content/uploads/2014/03/2014-SPEED-Report-008-New-Alliance-Progress-Report-EN.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2017

¹⁶⁰ ADECRU. Blog. Disponível em: <<https://adecru.wordpress.com/2013/04/08/posicao-da-adecru-sobre-a-nova-alianca-para-a-seguranca-alimentar-e-nutricional-em-mocambique-2/#more-109>> Acesso em: 27 mar. 2017

em 20 milhões de dólares¹⁶¹ (ADRIANO; VUNJANHE, 2015, p. 72). Adriano e Vunjanhe (2015) interpretam a Nova Aliança para Segurança Alimentar do G8 como uma reedição da Conferência de Berlim que, entre 1884 e 1885, partilhou a África conforme o interesse dos países mais ricos na época: “Trata-se de uma iniciativa económica, que mais do que ajudar a África, suporta as grandes economias a reposicionaram as suas corporações no controlo da terra, água, e toda cadeia alimentar dos países abrangidos.” (ADRIANO; VUNJANHE, 2015, p. 68).

Em resumo, a Nova Aliança do G8 demonstra, pelo que foi exposto, contribuir com o direcionamento do desenvolvimento rural de Moçambique no sentido de favorecimento dos grandes investimentos privados em detrimento de propostas mais adequadas às necessidades dos pequenos produtores – maioria do país. Além disso, reforça o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo moçambicano que prioriza a atração de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), como foi abordado no capítulo anterior. Do ponto de vista do objeto de análise deste trabalho, as consequências trazidas pela adesão à Revolução Verde e à Nova Aliança do G8 tornam-se potenciais argumentos para que camponeses, movimentos sociais e ONGs sejam contra a realização do ProSAVANA. No próximo capítulo, serão analisadas outras problemáticas que se apresentam enquanto limites ou potencialidades para a articulação contra o ProSAVANA.

¹⁶¹ Em março de 2015, o Banco Mundial aprovou um crédito da Associação para o Desenvolvimento Internacional (IDA), no valor de 50 milhões de dólares norte americanos, como segundo financiamento – de uma série de três – para impulsionar a “agricultura baseada no mercado e no investimento do sector privado”. A agenda de reformas da operação estaria de acordo com o PNISA, assim como a Nova Aliança. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2015/03/30/world-bank-mozambique-agricultural-potential-food-security>> Acesso em: 27 mar. 2017

5 A LUTA CONTINUA: ANÁLISE SOBRE AS POTENCIALIDADES E LIMITES DA ARTICULAÇÃO CONTRA O PROSAVANA

Artigo 19

1. Toda pessoa tem o direito de ter opiniões sem interferência.
2. Toda pessoa tem direito à liberdade de expressão; este direito inclui a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente das fronteiras, quer oralmente, por escrito ou impresso, sob a forma de arte ou através de qualquer outro meio de sua escolha.

Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966)¹⁶²

Compreende-se que o ProSAVANA está dentro da lógica de desenvolvimento econômico discutida no segundo capítulo e evidenciada nas discussões trazidas nos subsequentes. Aquela que, embora ganhe contornos aparentemente mais “humanos” ao longo das décadas – com as preocupações ambientais e os discursos de combate à pobreza – mantém como base a viabilização da acumulação de riqueza aprofundando as desigualdades sociais. A articulação contra o ProSAVANA vai na contramão da perspectiva desta versão de desenvolvimento ao propor a melhoria da produção rural com destaque para a produção agrícola familiar e agroecológica trazendo, ainda, reflexões sobre direito à terra, participação democrática e soberania dos povos. Ao longo do texto, serão analisados os limites e potencialidades desta articulação a partir das suas ações. A trajetória de luta e resistência ao programa será discutida a partir de fatos que, por sua complexidade, não estão definidos de maneira exatamente cronológica, mas podem ser resumidos em algumas questões: busca por informação; campanha de negação; impacto da estratégia de comunicação e os conflitos decorrentes. É importante não esquecer que, nos posicionamentos dos membros de movimentos sociais, ONGs e sindicatos, estão as vozes de milhares de camponeses moçambicanos que, aqui, também se quer amplificar.

¹⁶² Article 19

1. Everyone shall have the right to hold opinions without interference.
2. Everyone shall have the right to freedom of expression; this right shall include freedom to seek, receive and impart information and ideas of all kinds, regardless of frontiers, either orally, in writing or in print, in the form of art, or through any other media of his choice.

5.1 GENTE IMPORTA: A BUSCA POR ENTENDER O PROSAVANA

Inicialmente, o principal interesse da articulação contra o ProSAVANA foi conseguir informações sobre o programa. Os camponeses do Corredor de Nacala são os primeiros a fazerem esta exigência e se mantêm como protagonistas do processo de luta e resistência. A experiência de organizações brasileiras e movimentos sociais – no empreendimento de ações contra a grilagem de terras e no impulsionamento da agricultura camponesa – foi imprescindível nos primeiros momentos de prestação de solidariedade internacional. Já a incidência política das organizações japonesas e a disponibilidade em investigar o papel do Japão no direcionamento do programa incrementaram a articulação. Estas são as discussões principais desta seção.

5.1.1 O protagonismo da sociedade civil moçambicana e a atuação brasileira no início da articulação dos povos

A articulação contra o ProSAVANA, com base na discussão proposta no segundo capítulo desta dissertação, não pode ser englobada em uma única categoria, justamente pelos diferentes interesses e pela diversidade de sua composição: camponeses, movimentos sociais locais e globais, ONGs internacionais e nacionais, grupos de pesquisa universitários, acadêmicos e ativistas independentes, entre outros. O que se pode afirmar é que alguns de seus grupos se aproximam das noções de “rede cívica transnacional” ou “movimento anticapitalista” trazidas por Kaldor (2005) e, ainda, daquilo que Santos (2010) caracteriza como “cosmopolitismo subalterno”. Isso porque algumas reivindicações e denúncias que se destacam no âmbito da articulação, além da sua forma de atuação, se aproximam das classificações trazidas. Primeiro, reúne diferentes grupos sociais, principalmente, do Brasil, Moçambique e Japão que têm acompanhado os acordos e ações que se destinam à implementação do programa e tentado deter sua concretização. Segundo, os principais questionamentos trazidos pela articulação dizem respeito: ao modelo de desenvolvimento agrícola que se quer impulsionar em Moçambique; à segurança do direito de uso da terra para os camponeses; e ao direito de participação democrática. Terceiro, por meio da elaboração e publicação de estudos e cartas de repúdio, chamamentos públicos e reportagens, difundidos sobretudo pela internet, a articulação tem feito com que a causa se torne conhecida internacionalmente. Além disso, o nível de resistência empreendido pela articulação se não

impediu completamente a execução do programa provocou alterações no curso de um dos seus projetos: o ProSAVANA-PD.

Os ativistas moçambicanos souberam do ProSAVANA a partir de informações publicadas pela imprensa e compartilhadas por ativistas brasileiros (MONJANE, 2016)¹⁶³. Como foi apresentado no capítulo anterior, o jornal Folha de São Paulo publicou uma reportagem intitulada “Moçambique oferece terra à soja brasileira”, em agosto de 2011 (MELLO, 2011), que foi seguida por publicações semelhantes das agências de notícias Reuters, Angola Press e pela Record News. A atitude brasileira em relação ao que ocorria, naquele momento, e permanece latente em Moçambique possui dois aspectos impulsionadores importantes: os problemas vivenciados por causa do PRODECER e o sentimento de solidariedade por compartilharem um passado de exploração colonial (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 20).

No ano seguinte (2012), a primeira manifestação contrária ao ProSAVANA foi divulgada pelo maior movimento de camponeses moçambicano: a União Nacional de Camponeses (UNAC) (MONJANE, 2016)¹⁶⁴. Desde a missão conjunta entre empresários e políticos dos três países cooperantes ao Corredor de Nacala, em abril de 2012, a UNAC já havia começado sua pesquisa em 14 distritos localizados nas três províncias do norte moçambicano que eram alvo do ProSAVANA – posteriormente, ampliou-se a área do programa para abranger 19 distritos (ver figura 2) (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 14).¹⁶⁵ Em outubro do mesmo ano, após reuniões entre as organizações rurais, elaborou o pronunciamento levado a público. Foi a partir deste momento, também, que “organizações da sociedade civil japonesa, com história de longa experiência em ODA [Official Development Assistance]” passaram a monitorar a participação do Japão no programa de cooperação. Em resposta à UNAC, ONGs japonesas começaram a estabelecer diálogo com a JICA em novembro de 2012 (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 12). A atuação dos ativistas do Japão será detalhada na próxima subseção.

¹⁶³ Entrevista concedida em 11 ago. 2016.

¹⁶⁴ Entrevista concedida em 11 ago. 2016.

¹⁶⁵ Em nota de rodapé, as organizações japonesas ressaltam que outros cinco distritos “longe do corredor” foram adicionados pela Embrapa por apresentarem solo semelhante ao do Brasil, conforme publicação da JICA. A análise detalhada desta expansão está disponível no artigo “Economic Perspectives on Global Sustainability”, publicado em 2014, por Sergio Schlesinger. Disponível em: <http://www.iucn.org/backup_iucn/cmsdata.iucn.org/downloads/temti_ep_01_2014_1.pdf> Acesso em: 2 maio 2017

Figura 2: Distritos abrangidos pelo ProSAVANA



Fonte: Nota Conceitual (PROSAVANA-PD, 2013, p. 3)

Por meio do pronunciamento, a organização demonstrou preocupação com as consequências trazidas pelo PRODECER para parte da população camponesa, comunidades tradicionais e indígenas que habitavam a região do Cerrado brasileiro, onde foi desenvolvido o PRODECER, e também com a degradação ambiental proporcionada pela “[...] agricultura industrial de larga escala e monocultura (principalmente a soja).” (UNAC, 2012).¹⁶⁶ Os membros da organização denunciaram a falta de participação das organizações camponesas, o que os levou a caracterizar o ProSAVANA como um programa de “reduzida transparência” (idem). Para a organização: “[...] O ProSavana é resultado de uma política que vem do topo para a base [...]” (idem). Além da preocupação com o surgimento de comunidades sem-terra, como já ocorre no Brasil, e problemas ambientais como poluição de recursos hídricos pelo uso de pesticidas e fertilizantes químicos, a UNAC deixa claro, no pronunciamento, qual seria a proposta alternativa ao ProSAVANA.

¹⁶⁶ Pronunciamento disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>> Acesso em: 2 ago. 2016

Continuamos firmes e fiéis na nossa aposta na agricultura camponesa e no modelo de produção **agroecológica** que se assenta na **Soberania Alimentar**, como alternativa para o desenvolvimento do sector agrário em Moçambique, modelo este que **considera todos os aspectos ligados a sustentabilidade** e na sua pratica é **amigo da natureza**. (grifo nosso) (idem)

Antes deste pronunciamento, já havia contato entre movimentos brasileiros e moçambicanos, pois outras lutas estavam sendo empreendidas. “Em especial, os Atingidos pela Vale, a Marcha Mundial das Mulheres e a Via Campesina há anos vêm construindo lutas comuns e este campo previamente construído foi crucial para que a luta contra o ProSavana pudesse se formar em bases sólidas.” (MELLO, 2016, p.20). A UNAC também já se relacionava com o Movimento Sem Terra (MST) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) (ambos brasileiros). Há que se acrescentar, ainda, que assim como as grandes corporações atuam de maneira extremamente globalizada, a sociedade civil também tem mantido mais conexões, sobretudo pela viabilidade trazida pela internet – as mobilizações via redes sociais são exemplos (KATO, 2016).¹⁶⁷ Isso fortaleceu o contato inicial e contribuiu com a viabilidade de uma visita ao Brasil, realizada por representantes de duas organizações de Moçambique, entre os meses de novembro e dezembro de 2012.

O grupo foi ao Centro-Oeste do Brasil para perceber como havia sido a implementação do PRODECER e sua percepção acabou reforçando a concepção dos camponeses expressa no pronunciamento. Membros da UNAC e da Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) visitaram extensas plantações no interior do estado de Mato Grosso e participaram de reuniões com a população local¹⁶⁸. Na oportunidade, também se reuniram com representantes do governo brasileiro e com membros do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o qual exerceu papel importante na articulação brasileira contra o programa (MELLO, 2016, p.22-23). O coordenador executivo da ADECRU, Agostinho Bento, afirmou que, da visita ao Brasil, surgiram conclusões:

Recordo que, na altura, um grupo de ativistas que trabalhavam para UNAC e para a ORAM deslocou-se ao Cerrado brasileiro para ir perceber do povo do Cerrado, das organizações civis brasileiras o que, de fato, era o programa que estava a ser lá

¹⁶⁷ Entrevista concedida em: 11 ago. 2016

¹⁶⁸ A visita ao Município Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, foi registrada em documentário intitulado “Face oculta do ProSAVANA”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jUKmyKf5E0k>> Acesso em: 27 mar. 2017

implementado e o que significava transferir este programa para Moçambique. **Foi através desta articulação, não só a nível internacional, mas a nível trilateral** que conseguimos mostrar ao mundo, à sociedade civil moçambicana, aos três povos que o ProSAVANA não era um programa que iria beneficiar o povo moçambicano. Apenas tratava-se de um grande agronegócio que iria beneficiar um grupo de pessoas. (grifo nosso) (BENTO, 2016)¹⁶⁹

O segundo posicionamento contra o ProSAVANA foi publicado no site da organização Justiça Ambiental (JA), em 28 de janeiro de 2013 (MONJANE, 2016).¹⁷⁰ Já nos primeiros parágrafos, a organização faz referência ao PRODECER como tendo sido o inspirador do ProSAVANA e acusa o Brasil de planejar a exportação de um modelo de desenvolvimento agroindustrial para Moçambique. A usurpação de terras e a expulsão de camponeses são outros pontos ressaltados – como possíveis consequências da implementação do ProSAVANA – pela organização que declara concordar e defender os pontos expostos na primeira publicação da UNAC.

Em abril de 2013, o “rascunho zero” do Plano Diretor que integra o segundo projeto do programa de cooperação, o ProSAVANA-PD (datado de março de 2013), chegou a conhecimento público mesmo sem divulgação oficial.¹⁷¹ Ele foi compartilhado juntamente com outros documentos no site da ONG GRAIN, que apoia camponeses e movimentos sociais que lutam pela defesa de sistemas alimentares baseados no respeito à biodiversidade e controlados por comunidades.¹⁷² Assim, foi possível iniciar um processo de “leitura e análise coletiva”, além do cruzamento de informações para uma compreensão do ProSAVANA. O conteúdo foi transformado em material simplificado para ser levado aos camponeses do Corredor de Nacala, onde a UNAC desempenhou um trabalho de destaque (MELLO, 2016, p.28). No dia 29 de abril, as organizações moçambicanas e parceiros globais publicaram uma declaração conjunta intitulada *“Leaked copy of the Master Plan for the ProSAVANA programme in Northern Mozambique confirms the worst”*¹⁷³ na qual apresentam uma interpretação feita com base na análise crítica do material.

¹⁶⁹ Entrevista concedida em 25 ago. 2016.

¹⁷⁰ Entrevista concedida em 11 ago. 2016.

¹⁷¹ Em reportagem publicada, em 9 de maio de 2016, pelo Portal Pública, a autoria do vazamento é atribuída a brasileiros membros da GV Agro, que tem relação com a FGV Projetos, a consultoria responsável pela elaboração do plano. Informação Disponível em: <<http://apublica.org/2016/05/capitalismo-selvagem-a-brasileira/>> Acesso em: 16 ago. 2016.

¹⁷² Disponível em: <<https://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears>> Acesso em 27 abr. 2017.

¹⁷³ Disponível em: <<http://www.farmlandgrab.org/post/view/21996>> Acesso em: 27 abr. 2017.

No texto, reclama-se do fato de os quatro milhões de camponeses que seriam afetados pelo programa não terem tido informações esclarecedoras e completas sobre o mesmo até aquele momento, enquanto empresários já estavam prospectando investimentos, a partir do ProSAVANA, para o Corredor de Nacala (JOINT STATEMENT, 2013). Sobre o conteúdo do documento que chegou ao conhecimento das organizações, constatou-se que não foram levadas em consideração as necessidades, histórias e aspirações de futuro dos camponeses na elaboração daquelas análises prévias oficiais, chegando-se à seguinte conclusão: “É claro para nós que o verdadeiro objetivo por trás desses esforços para empurrar agricultores para o cultivo intensivo é privatizar a terra e torna-la mais disponível para investidores externos.” (tradução nossa) (idem).¹⁷⁴

De fato, no Plano Diretor que chegou ao conhecimento das organizações havia a previsão de criação de um *ProSAVANA Guidelines on RAI* como parte anexa de um *Data Book for Private Investors*. O primeiro volume seria distribuído nos meses de agosto e setembro de 2013 durante eventos previstos para serem realizados em Tóquio e em Maputo (PROSAVANA, 2013b, p. 5-6). A existência de publicações direcionadas ao setor privado deixa clara a preocupação por parte da organização do ProSAVANA em estabelecer um ambiente propício aos negócios no Corredor de Nacala e também como os direcionamentos das instituições internacionais podem ser verificados em nível local. Este assunto será melhor explorado adiante.

A insatisfação quanto à concepção e quanto ao objetivo do programa ganhou maior repercussão em 28 de maio de 2013, quando 23 organizações e movimentos sociais moçambicanos “[...] representando mais de 2.825 camponeses (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 15), além de 42 organizações internacionais, publicaram uma Carta Aberta destinada aos chefes dos Estados cooperantes com o objetivo de “Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana” (CARTA ABERTA, 2013, p. 1). Elaborada pelos camponeses e membros dos movimentos moçambicanos, a carta traz a necessidade de participação no processo de elaboração do ProSAVANA e, também, a concepção que os movimentos têm a respeito do desenvolvimento:

A amplitude e grandeza do Programa ProSavana contrastam com o incumprimento da lei e **total ausência de um debate público profundo**, amplo, transparente e

¹⁷⁴ “It is clear to us that the real objective behind these efforts to push farmers into intensive cultivation is to privatise the land and make it more available to outside investors.” (JOINT STATEMENT, 2013)

democrático **impedindo-nos**, (camponeses e camponesas, famílias e a população), desta forma, **de exercer o nosso direito constitucional de acesso à informação**, consulta, participação e consentimento informado sobre um assunto de grande relevância social, económica e ambiental com efeitos directos nas nossas vidas.

[...]

Defendemos o **desenvolvimento da agricultura baseado em sistemas de produção** e não em produtos, ou seja, **a não destruição da lógica produtiva familiar** que para além de questões económicas incorpora **sobretudo a lógica de ocupação de espaços geográficos, a dimensão social e antropológica**, que tem se revelado **muito sustentável** ao longo da história da humanidade. (grifo nosso) (ibid., 2013, p.2-5)

Os recursos do ProSAVANA poderiam ser alocados, conforme declarado na Carta Aberta, para o “Plano Nacional de Apoio à Agricultura Familiar sustentável (sistema familiar)” que estaria sendo defendido “há mais de duas décadas” pelos camponeses moçambicanos. Além disso, seria necessário priorizar “[...] a soberania alimentar, agricultura de conservação e agroecológica como as únicas soluções sustentáveis para a redução da fome e promoção da alimentação adequada” (CARTA ABERTA, 2013, p.6). À então presidente Dilma Rousseff, a carta questiona:

Actualmente, dois terços dos alimentos¹⁷⁵ consumidos no Brasil são produzidos por camponeses e camponesas e não pelas corporações que o Governo Brasileiro está a exportar para Moçambique através do ProSavana. Senhora Presidente Dilma Rousseff, como se justifica que o Governo Brasileiro não dê prioridade ao Programa de Aquisição de Alimentos de Moçambique, o qual nós camponeses e camponesas apoiamos e incentivamos? (ibid., p.3).

A resposta à Carta Aberta não chegou. Embora o documento tenha sido enviado aos governos dos três países, ele foi ignorado por mais de um ano. Somente em 7 de agosto de 2014 o Governo de Moçambique, por meio do MINAG, emitiu uma nota oficial às organizações da sociedade civil “[...] não abordando directamente as preocupações e críticas levantadas pelas organizações signatárias, que excederam 90 organizações em todo o mundo,

¹⁷⁵ Conforme dados divulgados pelo Governo Federal, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>> Acesso em: 17 jul. 2017

e não deu qualquer resposta ao pedido de ‘deter o programa até ser feita uma reflexão colectiva’.” (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 38).

Assim, no decorrer do primeiro semestre de 2013, as organizações e movimentos brasileiros buscaram informações junto à ABC e ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Naquele momento, a articulação tinha “[...] uma demanda clara de informação, de transparência, de abertura” (ADRIANO, 2016).¹⁷⁶ Contudo, a pesquisa não foi fácil. A articulação se deparou “[...] com um processo decisório sem institucionalidade definida, sem regras claras e, portanto, de difícil possibilidade de incidência.” (MELLO, 2016, p.24). Entre atores públicos e privados o grupo compreendeu que o Instituto Lula exercia papel central “[...] na formulação e decisão sobre a presença do Brasil na África, em geral, e sobre o ProSavana, em particular” (ibid., p. 25). O Instituto, conforme ressaltam os movimentos brasileiros, concebe que o enfrentamento da fome, na África, requer o envolvimento do setor privado (idem). É importante lembrar que o ProSAVANA começou a ser gestado no momento em que Lula exercia seu segundo mandato.¹⁷⁷ “Quando souberam que o seu presidente (Lula) levou este programa para ser instalado sob os princípios diplomáticos do ‘Sul-Sul’ e da ‘solidariedade internacional’, os movimentos sociais brasileiros sentiram responsabilidade em corrigir os erros.” (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 20).

Cabe salientar que, para a concretização do esboço do Plano Diretor, a coordenação do ProSAVANA realizou “reuniões com as partes interessadas”, nos meses de abril e novembro de 2012, em Nampula, Lichinga, Quelimane e Alto Molocué e, em março de 2013, novamente em Nampula e em Maputo. No entanto, aqueles que seriam os principais interessados foram os que menos participaram desses primeiros encontros. Dos 303 participantes contabilizados, apenas 19 eram agricultores e houve reuniões em que não se registrou a presença de nenhum deles. Participaram, ainda, 21 pessoas desconhecidas, 42 representantes de empresas privadas, 55 membros de ONGs e doadores, além de 166 funcionários de organizações públicas, como mostra a tabela 1:

¹⁷⁶ Entrevista concedida em 15 set.2016

¹⁷⁷ Para um aprofundamento a respeito do posicionamento do ex-presidente Lula em relação à África, indica-se a leitura do livro “Moçambique, o Brasil é aqui” de Amanda Rossi. Em apêndice, a jornalista apresenta, na íntegra, uma entrevista realizada com o ex-presidente Lula, no Instituto, em 18 de dezembro de 2013.

Tabela 1: Relação de participantes de reuniões realizadas pela coordenação do ProSAVANA

Número de Participantes nas Reuniões das Partes Interessadas (Stakeholders)

Rondas	1 ^{as} reuniões (Abril 2012)				2 ^{as} reuniões (Novembro 2012)		3 ^a reunião (Março 2013)	
	Nampula	Lichinga	Quelimane	Alto Molocué	Nampula	Maputo	Maputo	Nampula
Agricultores	2	0	0	8	4	0	3	2
Empresas privadas	10	9	2	2	6	8	3	2
Organizações públicas	28	28	6	7	28	22	26	21
ONGs e Doadores	3	5	0	4	3	10	18	12
Desconhecido	3	1	2	12	0	0	2	1
Sub-Total	46	43	10	33	41	40	52	38
Total Geral	132				81		90	

Fonte: Equipa do Estudo * Membros e funcionários das Equipas do Estudo não foram contados.

Fonte: Nota Conceitual (ProSAVANA, 2013g, p.7)

Entre os meses de fevereiro e maio de 2013, novas reuniões, desta vez em cada um dos 19 distritos, foram realizadas para “[...] disseminar informações corretas sobre o programa e coletar opiniões, questionamentos e demandas dos participantes.” (ibid., p.28). No entanto, é importante salientar que, quando o esboço do plano chegou a público, em abril do mesmo ano, apenas uma parte dos encontros tinha sido realizada, o que suscita o entendimento de que pouco (ou nada) do que foi elaborado continha a (pequena) participação das comunidades.

Tabela 2: Relação de participantes das reuniões convocadas pela coordenação do ProSAVANA com os produtores

Provincia	Districto	Reunião com o Conselho Consultivo		Reunião com Agricultores	
		Data	Participantes	Data	Participantes
Nampula	Monapo*	12. Abr. 2013	16	12. Abr. 2013	25
	Muecate	13. Jun. 2013	53	27. Mar. 2013	68
	Mecubúri	22. Fev. 2013	43	4. Mar. 2013	76
	Meconta	28. Fev. 2013	34	5. Mar. 2013	104
	Mogovolas	16. Abr. 2013	50	3. Abr. 2013	62
	Rapale	21. Fev. 2013	46	1. Mar. 2013	61
	Murupula	1. Mar. 2013	39	13. Mar. 2013	46
	Ribaué	9. Abr. 2013	42	19. Fev. 2013	88
	Lalaua*	15. Mar. 2013	36	15. Mar. 2013	23
Zambézia	Malema	10. Mai. 2013	39	19. Mar. 2013	107
	Alto Molocué	27. Fev. 2013	15	27. Fev. 2013	78
	Gurué	4. Mar. 2013	13	28. Fev. 2013	63
Provincia	Districto	Reunião Conjunta com Conselho Consultivo e Agricultores			
		Data		Participantes	
Niassa	Cuamba	29. Mai. 2013		81	
	Mecanhelas	22. Mai. 2013		55	
	Mandimba	21. Mai. 2013		84	
	N'Gauma	23. Mai. 2013		84	
	Majune	23. Mai. 2013		76	
	Chimbunila	20. Mai. 2013		54	
	Sanga	24. Mai. 2013		94	

* Foi realizado uma única reunião com o Conselho e Agricultores. Membros e pessoal de apoio das Equipas do Estudo não foram considerados.

Fonte: (ProSAVANA, 2013g, p. 28)

Outros documentos, disponibilizados pela coordenação do ProSAVANA, demonstram que ocorreram novas reuniões e auscultações com membros de organizações da sociedade civil moçambicana nos meses de junho, setembro e outubro de 2013 (PROSAVANA, 2013e, 2013f, 2013h, 2013i, 2013j, 2013l, 2013m).¹⁷⁸ Contudo, a camponesa Helena Terra, da União Provincial de Camponeses da Zambézia, afirma que não houve divulgação suficiente para os pequenos produtores rurais e que as informações que chegaram foram muito confusas:

Há muitos encontros que acontecem lá que **o camponês, quando vai pra lá, não percebe o que estão a falar**. A segunda vez, quando convocam um encontro, não falam aquilo que falaram no dia anterior, já **mudam o assunto**. Praticamente, o camponês não está a apanhar a matéria onde ele pode ficar. **Estão a mentir, estão a mentir**. (grifo nosso) (TERRA, 2016a)¹⁷⁹

De volta à contribuição dos movimentos brasileiros na busca de informação e exigência de debate sobre o ProSAVANA, é importante destacar a entrada do assunto na pauta da 8ª reunião do Comitê Permanente de Assuntos Internacionais (CPAI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) – integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (idem) – e a reunião do grupo “Moçambique no Brasil”¹⁸⁰ com o Instituto Lula.¹⁸¹

Em termos de marcos para a articulação dos três países foi realizada, em agosto de 2013, a “I Conferência Triangular dos Povos” em Moçambique.¹⁸² O encontro reuniu representantes de mais de 60 movimentos sociais e ambientais do Brasil, Moçambique e Japão, além do então Ministro da Agricultura moçambicano José Pacheco. O registro, em vídeo – disponível, no canal “ProSAVANA Mozambique”, criado pela articulação, na rede social *You Tube*¹⁸³ – mostra uma intensa participação dos presentes e evidencia quão confusa

¹⁷⁸ Disponíveis para *download* no site oficial do ProSAVANA. Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/portfolio-items/public-consultation-on-prosavana/?lang=pt-pt>> Acesso em: 28 abr. 2017

¹⁷⁹ Palestra proferida pela camponesa em 14 nov. 2016.

¹⁸⁰ Diversas organizações fazem parte do grupo, como: MPA, MST, MMC, CONTAG, FETRAF, CPT, CONAQ, FBSSAN, FASE, INESC e PACS. (MELLO, 2016, p.21)

¹⁸¹ O primeiro encontro ocorreu em dezembro. Depois, aconteceu, em 10 de abril de 2014, outra reunião. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/instituto-lula-debate-pro-savana/>> Acesso em: 6 abr. 2017

¹⁸² A ONG Justiça Ambiental fez um registro da Conferência. Disponível em: <<https://justicaambiental.wordpress.com/2013/08/12/o-disse-nao-disse-de-quem-nao-quer-dialogar/>> Acesso em: 28 abr. 2017

¹⁸³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8kXyY62TQ_0&t=660s> Acesso em: 6 abr. 2017

era a percepção a respeito do ProSAVANA naquele momento. O próprio discurso oficial era pouco claro e desconexo, gerando ainda mais dúvida e desconfiança.

Nesse momento, a resistência camponesa já era intensa, pois as informações iniciais sobre o suposto Plano Diretor e aquelas provenientes da visita dos ativistas moçambicanos ao Brasil geraram impacto sobre as comunidades. Conforme conta a camponesa Helena Terra, naquele momento, os camponeses passaram a ter “visão” sobre o que iria ocorrer. “Nós vimos um vídeo¹⁸⁴, que nos abriu vista que um dos nossos companheiros brasileiros falou e nós, moçambicanos, estamos a sofrer.” (idem). Segundo a camponesa, ela e os companheiros não querem “[...] produzir uma cultura, como soja ou algodão, que não serve como alimento.” (TERRA, 2016a).¹⁸⁵ A insegurança permanece anos depois. Eles temem que suas plantações sejam atingidas por pulverização de insumos químicos realizada por meio de aviões. A manutenção do direito sobre o uso da terra é outra preocupação: “Nesse momento, posso aceitar e os meus bisnetos vão aonde? Esperam daquela terra que eu estava a usar.” (idem).

Algo que é reforçado pelos entrevistados pela autora desta dissertação e está presente em publicações produzidas no âmbito da articulação contra o ProSAVANA é o fato de a luta de resistência ter como protagonistas os camponeses e camponesas do Corredor de Nacala: “É verdade que se fala de um conjunto de organizações, há um conjunto de teorias, mas a luta não teria continuado acesa se não fosse o protagonismo dos camponeses das sociedades afetadas ao nível do Corredor [de Nacala].” (ADRIANO, 2016).¹⁸⁶ O trecho abaixo, extraído de uma palestra realizada no Brasil, em 2016, revela a preocupação da camponesa Helena Terra:

Começamos a procurar saber qual o benefício desse ProSAVANA que dizem que traz uma boa tecnologia. Que tecnologia é esta que o camponês não consegue? Desde muito alimentava-se como? Como é que o camponês produzia? Os nossos antepassados, como é que eles produziam? Agora que trazem nova tecnologia. Se realmente precisamos dessa tecnologia para aumentarmos também a nossa produção, não se nega, mas sim queremos perceber o que é ProSAVANA. O que quer fazer? **Que benefício dá ao camponês? Qual é a parte dele? Por que não formar o camponês lá mesmo, entre camponês e camponês, para progredirem com os processos deles?** (grifo nosso) (TERRA, 2016a)¹⁸⁷

¹⁸⁴ Ela se refere ao vídeo produzido durante a visita de membros da UNAC e ORAM ao Cerrado brasileiro em novembro de 2012. Link já registrado em nota anterior.

¹⁸⁵ Palestra proferida em 14 nov. 2016

¹⁸⁶ Entrevista concedida em 15 set. 2016.

¹⁸⁷ Palestra proferida em 14 nov. 2016.

Percebe-se, portanto, que existe um interesse – ao menos por parte daqueles camponeses do Corredor de Nacala representados por Helena Terra – em preservar seus direitos de uso da terra, sem se fecharem à possibilidade de introdução de alguma nova tecnologia, a depender da necessidade e impacto que ela possa causar ao meio ambiente e às relações sociais. Porém, em suas concepções, esta introdução deve ser feita mediante apresentação e instrução à comunidade de forma a proporcionar a manutenção de sua autonomia sobre a produção agrícola.

Em resumo, a união do protagonismo dos camponeses moçambicanos às ações de ativistas brasileiros pode ser considerada uma potencialidade da articulação contra o ProSAVANA. Isto porque os grupos podem atuar, por meio de incidência política, nos três países, gerando uma maior pressão em seus respectivos governos e agências de cooperação. Para os movimentos e organizações brasileiros, a articulação contra o ProSAVANA não se trata apenas de “solidariedade internacional”, mas de uma percepção de luta comum contra a expansão do agronegócio que acaba fortalecendo “[...] a cadeia transnacional que articula o agronegócio brasileiro ao mercado internacional da indústria alimentar.” (MELLO, 2016, p.32).

5.1.2 A contribuição japonesa no desafio de compreensão mútua

O envolvimento de ativistas japoneses na articulação contra o ProSAVANA, como já foi mencionado, começou em 2012. São acadêmicos pertencentes a mais de uma ONG e que, em sua maioria, ensinam em universidades japonesas e pertencem a associações acadêmicas (FUNADA-CLASSEN, 2013, p. 12). Pelo fato de o Japão ser considerado um dos tradicionais doadores internacionais, membro do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (*Development Assistance Committee* - OCDE/DAC), “[...] sua sociedade civil acumulou experiência e desenvolveu várias ferramentas para a advocacia de políticas.” (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p.20). Como resultado de “escândalos sobre corrupção e insucessos” relacionados à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA), foi criado um mecanismo de diálogo entre ONGs japonesas e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão (MNE) conhecido como “Diálogo periódico entre as ONGs e o MNE”. “No quadro deste mecanismo, existe o “Diálogo de Política ODA”, e as duas partes têm reuniões de

diálogo sobre políticas três a quatro vezes por ano desde 2006.” (ibid., p.21). Até julho de 2016, realizaram-se 17 reuniões entre ONGs japonesas e o MNE e a JICA (idem).¹⁸⁸

As instituições japonesas compreendem que a proposição do ProSAVANA está envolvida em um plano maior de atuação do Japão. Nesse sentido, para pensar a atuação do país asiático em relação ao programa, é preciso considerar suas abordagens históricas de desenvolvimento regional para exploração de recursos. O Japão desenvolveu linhas férreas, exploração de carvão e do solo para produção de soja na Manchúria, no nordeste da China, durante a Segunda Guerra Mundial, quando a região estava sob seu domínio (WATANABE, 2016a). Atuou no Cerrado brasileiro com o PRODECER e, em Moçambique, a ideia é promover o desenvolvimento do Corredor de Nacala.¹⁸⁹ Tudo isso com a intenção de proporcionar o escoamento, principalmente, da produção de soja para o país onde mais de 90% da soja consumida é proveniente de importações (idem).

Assim como no caso brasileiro, os japoneses sentem-se de alguma maneira responsáveis pelo que está acontecendo com os moçambicanos (idem). Embora não exista a mesma relação de proximidade que se verifica entre brasileiros e moçambicanos – que partilham um passado de exploração comum e falam a mesma língua, por exemplo – antes da articulação se formar, já existia contato entre alguns ativistas e acadêmicos japoneses e moçambicanos. Destaca-se a atuação da ativista e professora, Sayaka Funada Classen¹⁹⁰, a qual é considerada fundamental, no início da articulação, para viabilizar a comunicação entre os três povos. Ela realizava traduções¹⁹¹ para facilitar a compreensão de japoneses, moçambicanos e brasileiros que não compreendiam inglês (BENTO, 2016). A fluência em português e a proximidade com a realidade moçambicana decorrem do seu trabalho realizado na *United Nations Operation in Mozambique* (ONUMOZ) durante o período da Guerra Civil

¹⁸⁸ As atas dos encontros estão disponíveis, em japonês, neste site: <http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/shimin/oda_ngo/taiwa/prosavana/index.html> Os documentos distribuídos pelas ONGs encontram-se nos seguintes sites. Acesso em: 29 abr. 2017

¹⁸⁹ O Corredor de Nacala é formado, em termos de infraestrutura, pelo Porto de Nacala, Caminho de Ferro e Sistema Malauiano de Ferrovia (MPD; JICA, 2014). De fato, no *draft* do Projecto das Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala (PEDEC-Nacala), de julho de 2014, está clara a relação do Japão com o desenvolvimento da região. Considerando a importância do desenvolvimento da infraestrutura do corredor para viabilizar a atração de investimentos: “O Governo de Moçambique solicitou que o Governo de Japão fornecesse o auxílio técnico” para o PEDEC-Nacala” e “ambos os governos concordaram em implementar o referido projeto” (MPD; JICA, 2014, p.1-3).

¹⁹⁰ De acordo com informações do jornalista Boaventura Monjane, em encontro realizado para discussão sobre o ProSAVANA, a professora pediu desculpas pela atuação do governo do seu país e chegou a se emocionar diante do público. Disponível em: <<https://boaventuramonjane.wordpress.com/2013/08/08/prosavana-japonesa-chora-em-publico-envergonhada-pela-atitude-do-seu-governo/>> Acesso em: 28 abr. 2017

¹⁹¹ Em entrevista concedida à autora, durante debate realizado no Rio de Janeiro, a ativista japonesa Naoko Watanabe disse que utiliza o google tradutor para se comunicar com moçambicanos e brasileiros que não dominam o inglês.

moçambicana até 1994 (FUNADA-CLASSEN, 2012).¹⁹² Seus trabalhos de análise referentes ao ProSAVANA com versões em português e inglês contém, portanto, compreensões dos documentos escritos também em japonês pela JICA, o que faz com que o entendimento sobre o envolvimento do Japão no ProSAVANA seja mais completo.¹⁹³ Por meio da tradução e leitura crítica de um comunicado da JICA, enviado às ONGs japonesas em 11 de julho de 2013, pôde-se perceber, por exemplo, como a agência concebe os camponeses do Corredor de Nacala:

[...] mesmo depois de ter repetidas “reuniões” com os agricultores e associações de agricultores, os pequenos agricultores do Corredor de Nacala foram considerados somente **como pessoas “pobres”, e não a força motora da agricultura e produção alimentar moçambicana**. Esta visão negativa sobre os agricultores locais, que **conhecem apenas “meios de produção primitivos”** é, repetidamente realçada em muitos documentos da JICA sobre o ProSAVANA, como a autora examinou (Funada-Classen, 2013a; 2013b). Interessantemente, esta atitude da JICA é idêntica à que foi observada pelos agricultores do Cerrado, há 30 anos [...] (grifo nosso) (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p.39)

Sua proximidade com o português viabilizou o estudo da bibliografia brasileira sobre o PRODECER e a consequente comparação com documentos, em japonês, produzidos pela JICA sobre a atuação japonesa no Cerrado brasileiro (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p.27). Para além do trabalho da ativista e professora japonesa, no âmbito acadêmico¹⁹⁴, outras publicações foram realizadas por membros da articulação ou por movimentos ao longo dos

¹⁹² A experiência da pesquisadora japonesa recebeu a tese que virou o livro “The origin of War in Mozambique: a history of unity and divisions ” que foi utilizado no segundo capítulo desta dissertação. Disponível em: <<http://www.africanminds.co.za/dd-product/the-origins-of-war-in-mozambique-a-history-of-unity-and-division/>> Acesso em: 27 mar. 2017

¹⁹³ A língua pode ser considerada uma limitação para pesquisadores brasileiros e moçambicanos que não dominam o idioma oriental, incluindo a autora desta dissertação. Da mesma forma, a compreensão do português também é limitada para a maioria dos ativistas japoneses.

¹⁹⁴ O ProSAVANA despertou tanto interesse que diversos trabalhos o mencionam sob diferentes visões. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Relações Diplomáticas e Grilagem de terras são alguns temas. Podem-se citar entre teses, dissertações e artigos: GARCIA; KATO, 2016; ALMEIDA, 2016, 2015; SCHOPPING, 2015; FIGERMAN, 2014, 2012; CLEMENTS; FERNANDES, 2013, 2012; FERRANDO, 2014; FIGERMANN, 2012, 2014; NOGUEIRA, 2013; NOGUEIRA; HOLINARO, 2013; FERREIRA, 2012. Dentre os trabalhos jornalísticos brasileiros consultados pela autora e que são citados como importantes dentro da articulação, destacam-se: “Moçambique, o Brasil é aqui”, escrito por Amanda Rossi e publicado em 2015 e o “Especial África” produzido pela Agência Pública, publicado em maio de 2016, disponível em: <http://apublica.org/2016/05/cruzando-o-territorio-macua/> Acesso em: 14 mar. 2017

cinco anos de luta e resistência.¹⁹⁵ A aliança do trabalho de incidência política e manifestação pública com a análise acadêmica foi e é potencial para a articulação contra o ProSAVANA:

Trabalhos acadêmicos contribuíram bastante para fortalecer pautas sociais. Dar explicação a esta luta e, acima de tudo, dar “interpretabilidade”. Um programa como o ProSAVANA que surgiu como algo transformador requer interpretações mais profundas. Eu acho que a nível acadêmico ajudou a interpretar estes fenômenos. A pesquisa ajudou a clarificar ainda mais, a trazer os elementos de sustentação. (ADRIANO, 2016)¹⁹⁶

Houve, contudo, um artigo que mereceu publicação detalhada como resposta. “Os mitos por trás do ProSAVANA”, publicado dia 29 de maio de 2013, no Boletim Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social (IDeIAS) do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), trouxe críticas diretas aos movimentos e organizações contrários ao programa de cooperação. Naquele momento, o artigo não favoreceu – e, talvez, tenha dificultado – o trabalho que começava a ser desenvolvido pela articulação, já que tinha potencial de difusão por ter sido divulgado por um dos mais respeitados institutos de pesquisa de Moçambique, ser curto (duas páginas apenas), com linguagem simples e de fácil compreensão e viabilidade de compartilhamento.

Escrito pela pesquisadora brasileira, Natalia Fingermann, então doutoranda em Administração Pública e Governo na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV-SP), “Os mitos por trás do ProSAVANA” argumenta que a oposição feita pela articulação ao ProSAVANA era baseada em três mitos: o ProSAVANA é uma réplica do PRODECER; iria usurpar terras dos pequenos agricultores; haveria conflito entre agronegócio e camponeses (FIGERMANN, 2013). Fingermann (2013) considerou que a atuação dos movimentos e organizações “[...] criou novas esferas de diálogo entre coordenadores do Programa e a sociedade, fortalecendo a transparência e a *accountability*.” (ibid., p.2). No entanto, ressaltou que a postura da articulação estava sendo “catastrófica” e não tinha “base real” não sendo propícia à formação de um canal de “comunicação” (idem).

Em uma publicação detalhada (93 páginas) – denominada “Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no ‘Os mitos por trás do ProSavana’ de

¹⁹⁵ Entre publicações de membros da articulação: AGUIAR, PACHECO (ORG), 2016; GARCIA; KATO, 2016; ADRIANO, VUNJANHE, 2015; NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016; FUNADA-CLASSEN 2013; SCHLESINGER, 2013.

¹⁹⁶ Entrevista realizada em 14 set. 2016.

Natalia Fingermañ – Funada-Classen (2013) apresenta argumentos que contrapõem as afirmações da autora brasileira e estabelece um diálogo acadêmico:

O que é que Figermann quer, exactamente, tentar fazer ao reclamar que as vozes das OSCs moçambicanas e os grupos de justiça social estão a espalhar “mitos”? Ao fazê-lo, ela está, de facto, apenas a preparar o terreno para mais ataques às organizações que procuram transparência e prestação de contas. (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 24)

Com estes e outros questionamentos, ao longo do texto, a ativista japonesa provoca não apenas a pesquisadora brasileira, mas também produtores de conhecimento acadêmico em geral a pensarem sobre suas responsabilidades diante dos trabalhos que realizam. No caso evidenciado, não se pode esquecer, que a instituição à qual Figermann estava vinculada, a FGV-SP, faz parte da Fundação Getúlio Vargas, assim como a FGV-Projetos, que foi a responsável pela elaboração da primeira versão do Plano Diretor do ProSAVANA e que esteve à frente da promoção do Fundo Nacala, como afirmou-se no capítulo anterior.

O texto foi divulgado no momento em que o rascunho do Plano Diretor tinha acabado de chegar ao conhecimento da articulação contrária ao ProSAVANA, o que estava gerando uma reação ainda maior e um dia depois do lançamento da Carta Aberta para Deter e Refletir sobre o ProSAVANA (divulgada dia 28 de maio de 2013). Ou seja, assim como a atividade acadêmica contribuiu com a articulação, também favoreceu a manutenção do ProSAVANA da maneira como foi idealizado.

As peculiaridades culturais de atuação dos acadêmicos e ativistas dos três países têm proporcionado a construção de um aprendizado mútuo (AGUIAR, 2016b)¹⁹⁷ ao longo dos anos de articulação. No que diz respeito à sociedade civil japonesa, a incidência direta com o governo tem sido bastante forte. “Eles têm usado muito a Lei de Acesso à Informação deles” (idem). A ativista japonesa Naoko Watanabe explica como, em geral, é a atuação técnica do movimento no Japão:

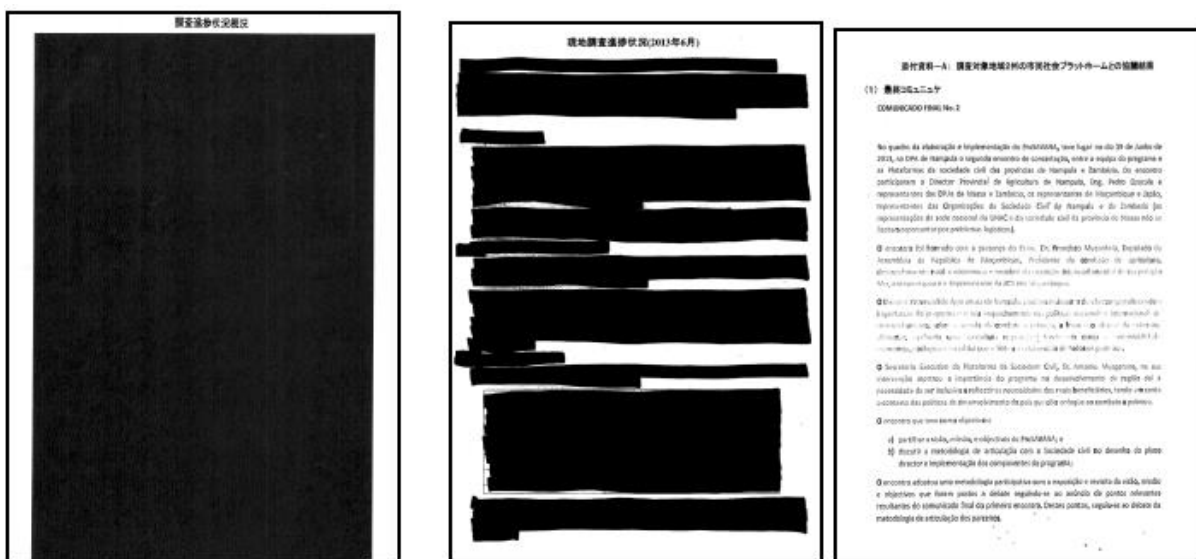
Nós usamos informações que recebemos do lado de Moçambique através da nossa comunicação frequente diária e também aquilo que a gente encontra na nossa pesquisa, no nosso levantamento nos territórios. Por exemplo, nos últimos 3 ou 4 anos, **eu estive em Moçambique por 9 ou 10 vezes para fazer pesquisa**. Então a gente usa este tipo de informação quando vamos falar com o governo. É óbvio que as pessoas do governo não têm nenhum tipo de informação sobre o que

¹⁹⁷ Entrevista em 14 de novembro de 2016.

está acontecendo nos territórios, então quando a gente está falando com eles, **eles têm obrigação de nos escutar**. Um dos maiores problemas em relação ao ProSAVANA é a falta de informação e transparência então, por exemplo, a gente tem pedido muita informação. Por exemplo, a informação sobre o resultado das pesquisas que eles fizeram em Moçambique, mas esse tipo de informação não tem sido publicizada. Então, **a gente trabalha com políticos que nos apoiam**, apoiam nossa luta, **e a gente também usa nosso direito de acesso à informação** que temos como cidadãos japoneses. (grifo nosso) (WATANABE, 2016b)¹⁹⁸

No entanto, assim como a articulação brasileira, os membros japoneses também tiveram (e têm) dificuldade para conseguir documentos oficiais junto à agência de cooperação de seu país. Em 2013, apresentações sobre o ProSAVANA feitas pela JICA (algumas preparadas para investidores japoneses) levaram “meio ano e quatro reuniões” para serem fornecidas (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 38-39). Em alguns casos, documentos importantes chegam até os japoneses da articulação com o texto ocultado com “tinta preta”, como se vê na figura 6:

Figura 3: Relatório mensal dos consultores da JICA do ProSAVANA-PD (Junho 2013)



Fonte: Análise Preliminar elaborada por organizações japonesas (NO! TO LANDGRAB, JAPAN! et. al., 2016, p. 13)

O bloqueio do acesso ao texto também proporciona informações para a articulação, já que, por meio de objeções e análise atenciosa, percebe-se o que a JICA e a coordenação do

¹⁹⁸ Resposta a questionamento, feito pela autora, durante discussões do debate “Expansão do agronegócio no Brasil e em Moçambique: principais atores, estratégias e disputas por recursos”, realizado no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 2016. Tradução simultânea realizada por Diana Aguiar, membro da FASE.

ProSAVANA em si querem esconder (WATANABE, 2016b).¹⁹⁹ Outra questão ressaltada pela sociedade civil japonesa em relação à sua forma de trabalhar é o respeito “à soberania dos camponeses de Moçambique”:

A gente começa a falar sobre as políticas do ProSAVANA, tenta ler junto e, **quando os camponeses nos dizem que eles são contra o diálogo com o governo, por exemplo, às vezes, é um pouco frustrante para a gente, mas entendemos e respeitamos aquilo que eles estão dizendo.** Esse tipo de diferença de ideia, entre a sociedade civil, foi algo que eles aproveitaram para então dividir a sociedade civil moçambicana infelizmente. Então, precisamos ser muito fortes. (grifo nosso) (WATANABE, 2016b)²⁰⁰

Mais recentemente, os ativistas do Japão passaram a contar com políticos que concordam com a causa e conseguem informações por meio do contato com o ministro de Relações Exteriores e a JICA (idem). Ou seja, uma ação que agrega potencial à articulação. Assim, pode-se dizer que quer em nível de resistência local, a partir do enfrentamento direto em algumas reuniões – como será visto a seguir –, quer por meio de publicações acadêmicas ou por exigência do respeito à Lei de Acesso à Informação, a luta trilateral dos povos está imersa em uma realidade histórica que ultrapassa os limites territoriais:

Não é um processo natural para que os governos ou empresas privadas sejam transparentes e responsáveis, nem o ambiente internacional o assegure. A história humana ensina-nos que – em todo o mundo – **isto só é conseguido quando as populações locais lutam por isso.** De verdade, este foi certamente o caso com o ProSAVANA. (grifo nosso) (FUNADA-CLASSEN, 2013, p. 21).

Na próxima seção, serão analisados aspectos que não estavam entre as preocupações dos camponeses e organizações que compõem a articulação, no primeiro momento, mas que ganham força dentro da luta de resistência.

¹⁹⁹ Resposta a questionamento, feito pela autora, durante discussões do debate “Expansão do agronegócio no Brasil e em Moçambique: principais atores, estratégias e disputas por recursos”, realizado no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 2016. Tradução simultânea realizada por Diana Aguiar, membro da FASE.

²⁰⁰ Idem

5.2 AS ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR A SOCIEDADE CIVIL

Depois do período inicial de busca por informações sem significativo retorno, a articulação contra o ProSAVANA passou a enfrentar desafios maiores para a manutenção da luta de resistência. Uma “Estratégia de Comunicação” começou a ser implementada pela coordenação do ProSAVANA sem o conhecimento da sociedade civil. Mudou-se o discurso de apresentação do programa e iniciou-se um processo de cooptação de lideranças. Porém, isto só foi compreendido pela articulação a partir do final do ano de 2015 com divulgações oficiais e não oficiais de contratos que haviam sido realizados no âmbito do ProSAVANA. Neste percurso, a influência do passado recente moçambicano e do presente de crise política foram predominantes.

5.2.1 Comunicação social ou “intervenção social”?

A maneira como as organizações da sociedade civil souberam do ProSAVANA demonstra que não havia qualquer preocupação por parte da coordenação do programa em comunicar seu desenvolvimento a não ser para os empresários interessados em investir no Corredor de Nacala. Enquanto para estes foram realizadas grandes conferências, para aquelas restou a falta de resposta a suas inquietações e o desenvolvimento de uma estratégia para desmerecer seus argumentos e modificar o discurso do programa. Como foi observado na análise dos primeiros documentos, no capítulo anterior, apenas em 2012 fala-se sobre a possibilidade de criação de um *website*. De forma mais abrangente, o comitê organizador do ProSAVANA – *Joint Coordinating Committee (JCC)* –, na reunião do dia 3 de dezembro de 2012²⁰¹, registrou a necessidade do estabelecimento de uma Estratégia de Comunicação para o ProSAVANA, como se pode perceber no trecho a seguir:

As partes confirmaram a importância de estabelecer uma estratégia de comunicação social, **a fim de chegar a sociedade civil o mais rápido possível**. Para prosseguir com a estratégia, as partes concordaram em recomendar o ProSAVANA-HQ²⁰² a começar a seleção e contratação de consultor ou empresas de consultoria

²⁰¹ A divulgação deste documento, de acordo com organizações da sociedade civil japonesa, foi negada pela JICA. No entanto, ele faz parte da relação de arquivos que chegaram ao conhecimento público em 2013 e foram compartilhados no site da ONG GRAIN. Dentre estes também estava o rascunho do Plano Diretor, sobre o qual discorreu-se anteriormente.

²⁰² Equipe de coordenação do ProSAVANA (JICA, 2013c, p.4).

especializada para elaborar este plano. Os resultados devem ser apresentados no próximo JCC. (grifo nosso) (PROSAVANA, 2012c, p.2)²⁰³

Previu-se a criação de uma identidade visual para o programa, um site e panfletos com informações básicas sobre o ProSAVANA. O que não ficou claro, naquele momento, foi de que maneira a aproximação prevista pela criação de uma estratégia para “chegar à sociedade civil o mais rápido possível” ocorreria (NO! TO LANDGRAB, JAPAN!, 2016, p. 107). Posteriormente, na medida em que fatos – a serem discutidos adiante – passaram a gerar desconfiança, as organizações exigiram acesso à documentação oficial como forma de esclarecer o que estava sendo desenvolvido. Assim, em 30 de julho de 2015, os ativistas e acadêmicos japoneses solicitaram a liberação dos contratos, Termos de Referência (ToR) e diretrizes preparados para as consultorias que viriam a ser contratadas pela coordenação do ProSAVANA para o estabelecimento da estratégia de comunicação. Em setembro de 2015, parte dos documentos foi liberada.²⁰⁴ Em novembro do mesmo ano, as organizações fizeram uma nova solicitação por descobrirem que a JICA não havia divulgado todos os contratos existentes e, assim, conseguiram um total de quatro contratos assinados entre 2012 e 2013.²⁰⁵ Dois foram assinados com a empresa Cunha Vaz e Associados Sociedade Unipessoal (CV&A), outro com a ITMZ Serviços e Soluções Lda. e mais um com a COLINAMAZ Lda. (NO! TO LANDGRAB, JAPAN! et. al., 2016, p. 3-4).

De posse destes documentos, os japoneses iniciaram um processo de análise detalhada que deu origem a duas publicações: “Análise Preliminar dos Documentos Primários da JICA sobre os Contratos da JICA com os Consultores para ‘Estratégia de Comunicação’ e os Relatórios dos Consultores Japoneses do PD”²⁰⁶ e “Estratégia da Comunicação do ProSAVANA e Seu Impacto: Análise dos Documentos da JICA Divulgados e Escapados”.²⁰⁷ O primeiro foi divulgado, em janeiro de 2016, por uma solicitação de organizações

²⁰³ The Parties confirmed the importance to establish a social communication strategy **in order to reach the civil Society as soon as possible**. In order to proceed with the strategy, the Parties agreed to recommend ProSAVANA-HQ to start selecting and hiring of specialized consultant or consultancy firm to elaborate this plan. The results should be presented in the next JCC. (PROSAVANA, 2012c, p.2)

²⁰⁴ A relação de maior parte dos documentos divulgados e escapados relacionados com o ProSAVANA está disponível no link: <<http://www.farmlandgrab.org/post/view/26158-prosavana-files>> Acesso em 9 maio 2017.

²⁰⁵ Os contratos com a CV&A podem ser baixados por meio do link: <http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/index_docs.html> Acesso em: 9 maio 2017

²⁰⁶ Disponível em: <[http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Anaalise-dos-Documentos-da-JICA\(rev.\).pdf](http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Anaalise-dos-Documentos-da-JICA(rev.).pdf)> Acesso em: 10 maio 2017

²⁰⁷ Disponível em: <[http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Ana%CC%81lise_No.2_\(Estrate%CC%81gia_de_Comunicac%CC%A7a%CC%83o\)_Aug_2016.pdf](http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Ana%CC%81lise_No.2_(Estrate%CC%81gia_de_Comunicac%CC%A7a%CC%83o)_Aug_2016.pdf)> Acesso em: 10 maio 2017

moçambicanas que pediram informações com urgência (NO! TO LANDGRAB, JAPAN et al. p.2) e contempla a análise dos documentos disponíveis até aquele momento. O segundo, divulgado em agosto do mesmo ano, é uma análise aprofundada de 46 documentos publicados de maneira não oficial – “vazados” ou “escapados”, como a articulação denomina – e mais de 100 divulgados oficialmente (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 107).

Dentre as várias dimensões analisadas minuciosamente pelas organizações japonesas, serão destacadas, nesta subsecção, algumas que contribuem com os argumentos trazidos nesta dissertação e, portanto, que ajudam a compreender como a estratégia de comunicação foi potencial e ou limitante para a articulação contra o ProSAVANA.

As organizações japonesas consideram que o segundo contrato assinado entre a JICA e a CV&A, em 1º de agosto de 2013 (JICA, 2013d), com duração de três meses, seja o mais importante para ser analisado inicialmente.²⁰⁸ De fato, a partir deste contrato, foi elaborado um relatório denominado “ProSAVANA: Estratégia de Comunicação – final 2013” contendo o diagnóstico da comunicação do programa e proposições. É importante ressaltar que a coordenação do ProSAVANA, além de orientar a consultoria por meio de um ToR (JICA, 2013c), se preocupou com a manutenção do sigilo da negociação: “A CONTRATADA deverá manter segredo sobre toda e qualquer informação relacionada com a JICA e com o Projecto que venha a ser do seu conhecimento durante o período de execução dos Serviços [...]” (JICA, 2013d, p.3). Um acordo de confidencialidade foi assinado, separadamente, como garantia do cumprimento do que foi estabelecido em contrato.

No relatório final denominado “ProSAVANA: Estratégia de Comunicação – final 2013”, a CV&A coloca as organizações da sociedade civil no centro das análises e, embora reconheça falhas na coordenação do programa do ponto de vista do compartilhamento de informações, considera que as interpretações feitas pelos ativistas moçambicanos, brasileiros e japoneses sejam equivocadas. A consultoria avalia que:


A ausência de uma comunicação planeada, sistemática e clara sobre os fundamentos e as linhas mestras do Programa, e sobre a sua evolução, permitiu a criação de muitos **mitos e fantasmas** que agora é essencial deslindar. Esta desinformação foi essencialmente criada com base em **interpretações erradas da informação disponível** e disseminada por instituições nacionais e internacionais (nomeadamente do Brasil e Japão) com um objectivo de seguir uma agenda económica e política

²⁰⁸ Não foi possível encontrar, online, os contratos assinados pela CV&A e ITMZ, em dezembro de 2012, e pela COLINAMOZ em janeiro de 2013. No entanto, algumas informações sobre eles constam na análise preliminar realizada pelas organizações japonesas. Disponível em: <<http://www.farmlandgrab.org/25669>> Acesso em: 9 maio 2017

própria de países com interesses diversos em Moçambique. (grifo nosso) (PROSAVANA, 2013e, p.5).

Na análise de *SWOT* (figura 4) proposta pela consultoria – na qual são apontadas as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas com o objeto de estudo/avaliação – foram identificadas, dentre as fraquezas do programa: o desconhecimento por parte das populações, experiências traumáticas do passado e a ênfase dada à comparação com o Cerrado brasileiro (ibid., p.6).

Figura 4: Análise de *SWOT* feita pela CV&A



1.2. Análise SWOT do ProSAVANA

Strengths	Weaknesses
<ul style="list-style-type: none"> • Interesse de Moçambique em melhorar a sua capacidade de produção agrícola; • Grande experiência dos coordenadores; • Forte potencial agrícola de Moçambique; • Simpatia de muitos agricultores com o Programa; • Programa em Moçambique coordenado pelo Governo Moçambicano; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento das populações do que é o ProSAVANA; • Algumas más experiências no passado causaram traumas; • Comparação negativa com o Cerrado;
Opportunities	Threats
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da Segurança Alimentar e condições socioeconómicas no Corredor de Nacala; • Melhoria das condições de produção agrícola em Moçambique; • Desenvolvimento integrado de infraestruturas no Corredor de Nacala; • Adesão massiva das populações ao programa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de adesão das comunidades locais ao Programa; • Convulsões sociais orquestradas pela Sociedade Civil; • Luta da sociedade civil internacional ter efeitos políticos; • Mudanças políticas em qualquer um dos países coordenadores que perturbem o Programa;

Fonte: Reprodução (PROSAVANA, 2013e, p. 6)

Nesta análise, a metade das principais ameaças identificadas dizem respeito à sociedade civil. Ao longo do texto, outras questões são acrescentadas. Fala-se de interesses

políticos por trás das organizações críticas ao programa sem que se esclareça quais seriam estes interesses (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p.38). Na sequência da análise, como desafio para a comunicação com as comunidades, identificadas como principal público alvo, afirma-se que haveria a “tentativa de manipulação por parte de algumas agências da sociedade civil” (PROSAVANA, 2013e, p.12). Destaca-se, ainda, que a falta de informação sobre o ProSAVANA estaria sendo agravada pela “[...] tentativa de alguma sociedade civil organizada em manipular a sociedade moçambicana, informando-a com dados falsos, os quais são depois disseminados pelos media [...]” (idem).

Na percepção da CV&A, evidenciada neste documento, “ProSAVANA: Estratégia de Comunicação – final 2013”, as ONGs internacionais seriam as responsáveis por “alimentar” as organizações moçambicanas no “combate” ao programa e seria preciso que este tivesse voz mais forte que elas. A consultoria concluiu que o contato com as organizações estrangeiras estaria reforçando a resistência das organizações moçambicanas. Quatro pontos são apresentados como constituintes do “perigo” trazido pelos membros de organizações internacionais:

1) são profissionais a contrato que seguem interesses financeiros e/ou políticos para seguir uma causa, sendo portanto quase impossível removê-los da sua luta; 2) acesso a académicos com capacidade para criar estudos e de formar opinião junto da opinião pública nacional e internacional; 3) capacidade de angariação de financiamento; 4) forte experiência e conhecimento na “luta” pelos seus interesses e em influenciar a opinião pública e os seus públicos-alvo nos seus países de origem: Japão e Brasil.

Os jornalistas devem perceber que quando dão voz a estes actores internacionais estão a ser manipulados e a fugir do interesse dos cidadãos moçambicanos. (PROSAVANA, 2013e, p. 13-14)

Estas apreciações merecem discussão. É verdade que a articulação entre os três povos fortaleceu a luta da sociedade civil de Moçambique pela garantia de direitos dos camponeses e pela possibilidade de pensamentos alternativos à lógica de desenvolvimento que direciona o ProSAVANA. Também não se nega que existam profissionais brasileiros e japoneses que trabalhem em organizações não governamentais internacionais focadas na reivindicação de justiça ambiental, direitos humanos, soberania dos povos e preservação da terra. Como o ProSAVANA é um programa que envolve todas estas dimensões, é alvo de investigação. Há, também, envolvidas na articulação, pessoas que vivenciaram problemas como a perda ou falta de terra para plantio e que, por isso, se solidarizam à luta moçambicana, como é o caso de

membros brasileiros do MST. Há, ainda, acadêmicos que contribuem com a articulação contra o programa, por meio de suas publicações embasadas em estudos. Contudo, ambos os grupos não são remunerados especificamente para atuarem em relação ao ProSAVANA. Pelo que se tem verificado, o trabalho de luta e resistência no âmbito do ProSAVANA tem sido feito muito mais por voluntários motivados por ideais éticos, políticos e de solidariedade internacional e do que “profissionais a contrato que seguem interesses financeiros e/ou políticos”, como afirmou a consultoria no trecho citado.

Referindo-se às entidades governamentais dos países coordenadores, a auditoria feita para produção da Estratégia de Comunicação revelou que havia receio por parte dos governos e agências do impacto que a interferência da sociedade civil e dos media pudesse causar: “Moçambique e o Japão, em particular, demonstram preocupações em termos do impacto político que estas manifestações possam ter.” (PROSAVANA, 2013e, p. 15). À essa altura, diversos trabalhos com embasamento teórico e empírico haviam sido publicados e o ProSAVANA já era tema de reportagens desde 2012. Entrevistas tinham sido feitas com membros dos governos e das agências executoras do programa. Existiam informações difundidas de maneira extra-oficial. E os encontros de divulgação entre empresários que foram registrados e estão disponíveis na internet? Era de se esperar algum tipo de apreensão. Munir os veículos midiáticos de informações positivas seria uma ação para contrapor o que a sociedade civil trazia em suas publicações.

É importante ressaltar que em todos os comunicados da articulação contra o ProSAVANA, até esse momento e, inclusive, na Carta Aberta que já tinha sido divulgada, pede-se informação oficial e transparente. Entretanto, a consultoria que elabora a Estratégia de Comunicação não leva em consideração o conteúdo das reivindicações feitas pela articulação. Ao contrário, percebe-se que seu objetivo era estritamente melhorar a imagem do ProSAVANA por meio da inferiorização da participação da sociedade organizada. Neste sentido, foram propostas algumas mensagens-chave²⁰⁹ que deveriam reger o ProSAVANA a partir de então. Algumas são completamente divergentes daquilo que vinha sendo propagado oficialmente pela coordenação do programa:

²⁰⁹ Um material gráfico foi criado para disseminar as mensagens-chave do ProSAVANA. Na sua primeira frase, afirma-se: “O ProSAVANA é um Programa do Governo de Moçambique implementado com apoio dos Governos do Japão e do Brasil.” Tal afirmação desconsidera a origem do ProSAVANA discutida no capítulo anterior. Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/04/MonofolhaPT1.pdf>> Acesso em: 9 maio 2017

Será o Governo moçambicano a gerir a implementação do ProSAVANA; Todos os Projectos do ProSAVANA foram, são ou serão alvo de consulta pública a nível comunitário, provincial e nacional; [...] O Corredor de Nacala e o ProSAVANA têm mais diferenças fundamentais com o Cerrado brasileiro e o projecto lá desenvolvido que semelhanças; O ProSAVANA não é um megaprojecto. (PROSAVANA, 2013e, p. 19)

Afastar o ProSAVANA da relação com o PRODECER e com megaprojetos de desenvolvimento que causaram e causam transtornos às comunidades rurais foram indicações da consultoria que chamam atenção por não terem amparo na realidade. Como negar o perigo da usurpação de terras com a abertura do Corredor de Nacala para o agronegócio se a prática já é recorrente em Moçambique?²¹⁰ Como convencer que Brasil e Japão não tomaram as rédeas do processo se, como foi discutido no capítulo anterior, existem declarações que evidenciam de onde partiu a iniciativa para o programa? Como afastar o ProSAVANA dos megaprojetos se os próprios implementadores do programa contextualizam Moçambique como um país promissor justamente levando em consideração tais empreendimentos? A resposta dada pela CV&A foi: por meio de ações e ferramentas de comunicação que pudessem desvalorizar a possível influência das organizações da sociedade civil nas comunidades, já que estas eram as principais propagadoras das questões propostas anteriormente.

Uma das ações que mais impactou as relações entre membros da sociedade civil e se apresentou como um limite para a articulação foi o que se chamou de “Criação de rede distrital de colaboradores” (ibid., p. 23). A ideia foi identificar pessoas que pudessem servir de “ponte” para transmissão de mensagens positivas sobre o ProSAVANA:

Assim, aconselha-se que se sensibilize o Governo para que, em cada um dos SDAE [Serviços Distritais de Actividades Económicas] seja identificado uma pessoa que passe a ser uma extensão do ProSAVANA em cada distrito. Além das suas funções habituais, essa pessoa será a responsável por fazer a ponte entre o ProSAVANA e as autoridades distritais e locais, bem como os *media* comunitários, transmitindo-lhes as informações que o ProSAVANA HQ peça para transmitir, mas também será responsável por transmitir ao ProSAVANA HQ as preocupações das autoridades e populações locais. (idem)

²¹⁰ Estudo da UNAC e GRAIN destaca empresas do agronegócio que já estão atuando no Corredor de Nacala e os problemas decorrentes. Disponível em: <<https://www.grain.org/article/entries/5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala>> Acesso em: 28 maio 2017

Uma espécie de “formação” sobre o ProSAVANA deveria ser feita com os diretores dos Serviços Distritais de Atividades Econômicas (SDAE), além de membros da Direção Provincial de Agricultura (DPA) e Governos Provinciais. Ressaltou-se: “Esta é uma colaboração não remunerada diretamente, sendo estes colaboradores pagos pelo Governo de Moçambique.” (ibid., p.24). De acordo com análise da sociedade civil japonesa, o efeito desta estratégia com as lideranças em nível local tornou-se mais evidentes, posteriormente, nas auscultações públicas promovidas em 2015, sobre a qual ainda haverá apreciação em subseção posterior. Em 2013, o contato entre a coordenação do programa e os líderes locais ainda estava sendo estabelecido.

Ao dar sequência à análise da estratégia desenvolvida pela CV&A, observa-se que a consultoria enfatizou que campanhas de esclarecimento sobre o ProSAVANA deveriam começar imediatamente para que as populações fossem esclarecidas e não se deixassem “[...] contaminar por informações manipuladas por alguma da sociedade civil.” (idem). Previu-se, ainda, a apresentação do programa a líderes religiosos além da adaptação das novas mensagens-chave para serem usadas em peças de teatro e ações nas escolas, comunidades e feiras agrícolas. Tudo sem perder de vista que as apresentações do ProSAVANA voltadas à comunidade deveriam “[...] falar menos de temas técnicos e mais de como o ProSAVANA vai impactar mais sobre a vida das pessoas, o que estas deverão fazer para aproveitar as oportunidades que o Programa e os Projectos vão abrir e **com quem devem falar em casos de dúvida.**” (grifo nosso) (ibid., p.41). Os folhetos em línguas locais produzidos no âmbito da estratégia seguiram esta indicação como se pode verificar nas figuras a seguir:

Figura 5: Folheto de divulgação do ProSAVANA

O **ProSAVANA** é um Programa do Governo de Moçambique, executado com o apoio dos Governos do Japão e do Brasil, para o desenvolvimento agrário regional e melhoria das condições de vida dos produtores do Corredor de Nacala.

O Programa vai trabalhar principalmente com os pequenos e médios produtores moçambicanos, apoiando-os para o aumento da produção e produtividade e melhoria do acesso aos mercados. Vai dar Formação e apoio técnico para que os produtores e suas organizações produzam mais e melhores produtos nas suas machambas.

Através do **ProSAVANA**, as comunidades no Corredor de Nacala terão acesso a novas técnicas e tecnologias para a produção agrícola.

Objectivos:
 Melhoria das condições de vida da população do Corredor de Nacala;
 Fortalecimento dos serviços de extensão agrícola;
 Melhoria das capacidades de investigação e transferência de tecnologia;
 Melhoria das capacidades e dos conhecimentos das associações e organizações de produtores;
 Apoio aos produtores e suas organizações;
 Apoio ao desenvolvimento de mercados no Corredor de Nacala.



Quer saber mais sobre o ProSAVANA?

Fale com:
 Extensionista/Técnico de Agricultura
 Serviços Distritais de Actividades Económicas
 Direcção Provincial de Agricultura

Contacto: _____

UM PROJECTO DE: 
 REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
 Ministério da Agricultura

COM O APOIO:  

www.prosavana.gov.mz
 Ministério da Agricultura
 Rua da Resistência, 1746, 10.º Andar
 Maputo | Moçambique

Fotografias gentilmente cedidas por:
 Chika Ohashi | Hikaru Nagatake | Justino Mourão
 Yukino Namuri | Divulgação ProSAVANA

Agosto 2014

ProSAVANA

Um Programa de Moçambique para os moçambicanos





Pelo desenvolvimento da agricultura e melhoria das condições de vida da população do Corredor de Nacala

Fonte: Reprodução de folheto disponível no site oficial do ProSAVANA (<http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/04/FinalFolhetoPT1.pdf>)

Figura 6: Cartaz de divulgação do ProSAVANA em língua Makhuwa

ProSAVANA

Mutoko w'olima mahiku a vano mmittetthe-ni s'ephiro y'oNakhala

Etthu ProSAVANA enivar'aws mpuwa mwa mitoko s'olima sa mittetthe s'ephiro y'oNakhala

Itthu ProSAVANA sinupuwel'aws ovara wira onnuwibe mutoko woolima mmittetthe-ni s'ephiro y'oNakhala

Mwaha wowaacererya mitoko soolima ni oreeriha mikhaliheryo sa makhalelo a okumi wa anammawaani a mittetthe s'ephiro y'oNakhala. Quer saber mais sobre o ProSAVANA?

Muluvuleni:
 Namutelo onitsha itheya olima
 Mitoko soolima sa m'ammawani
 Edicoção Provincial Ya Mitoko Soolima

Mopora x ani: _____

EPRAKCO VA
 INSTITUCIONAL BIEKTO WAK
 JICA
 ABC

Fonte: Reprodução de arquivo disponível no site oficial do ProSAVANA (<http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/04/FinalPosterMA1.pdf>)

Tanto nos cartazes quanto nos panfletos, reforça-se a informação sobre quem os camponeses “devem contactar para clarificar as suas dúvidas” (PROSAVANA, 2013e, p.44) – uma estratégia para que as mensagens positivas sobre o ProSAVANA sejam as primeiras a chegar aos agricultores, ao invés das informações e denúncias levadas pela sociedade civil articulada. No folheto e no cartaz, a instrução é falar com os técnicos e extensionistas de agricultura, os membros do SDAE e da DPA. No cartaz, ainda há um espaço para completar com o nome de algum contato.

Em contraste com o que aconteceu nas primeiras inaugurações de projetos, nas quais houve pouca ou inexistente cobertura midiática – pelo que se identificou nesta pesquisa e foi relatado no capítulo anterior – passa-se a incentivar incremento de participação nos eventos. “Estas inaugurações devem, se possível, contar com a presença dos Presidente da República ou do primeiro-ministro, e Ministro da Agricultura, tornando estas ocasiões mais solenes e garantindo que têm forte cobertura mediática.” (ibid., p.28). Para as entrevistas decorrentes de encontros com a mídia, deixou-se um direcionamento:

Essas entrevistas terão que ser muito bem seleccionadas e preparadas e apenas se deve dar uma entrevista quando esta está enquadrada nos objetivos do programa ou não perturba o seu normal funcionamento. Caso não esteja, deve-se negociar um adiantamento com o jornalista, justificando que não é oportuno dá-la naquele momento. (ibid., p.31)

Ou seja, caso fosse para prestar algum esclarecimento sobre problemas o contato deveria ser negado ou negociado. Ainda sobre como proceder diante da mídia, a CV&A orientou que, se não houvesse tempo para preparação da fonte, fosse emitido um “comunicado à imprensa”. Já “debates e análise na televisão nacional” poderiam ocorrer na fase final da consulta pública sobre o Plano Diretor. Cabe ressaltar, no entanto, que a sociedade civil que criticava o programa não seria chamada para os momentos de discussão. Deveriam ser convidados “[...] agrónomos, economistas, e representantes do Governo, ProSAVANA e comunidades [...]” para “debater” o Plano Diretor e mostrar que “[...] o ProSAVANA não se esconde.” (ibid., p.31-32). Visitas dos jornalistas ao Corredor de Nacala – conhecidas como *press-trip* – poderiam ocorrer de forma planejada para que as notícias a serem publicadas fossem positivas. A companhia de alguém do ProSAVANA seria indispensável em todo o momento, da chegada à saída dos jornalistas (desde o avião) (ibid. p.32).

A Estratégia de Comunicação do ProSAVANA também previu ações a serem desenvolvidas junto à sociedade civil organizada de maneira mais específica – como não poderia deixar de ser, tendo em vista o objetivo de alcançar este público da forma mais rápida possível. Assim, indicou-se que, nos encontros que deveriam ser realizados em Nampula e Maputo, coordenadores e executores usassem “apresentações *powerpoint* muito objetivas” e disponibilizassem espaço para participação, mas com limite: “Estes encontros devem ser abertos à discussão, mas **com duração limitada a um máximo de quatro horas**, dando tempo para as ONG apresentarem os seus pontos haver discussão sobre os mesmos.” (ibid., p.34). Chama atenção a recomendação explícita e enfática em relação ao registro das participações dos membros nestes encontros: “Deverão ser feitas actas escritas das reuniões, e estas deverão estar também gravadas em vídeo e áudio, de forma a haver **provas inatacáveis de quem esteve na reunião, do que disse e da posição que tomou.**” (grifo nosso) (idem). Diante desta afirmação surge a seguinte pergunta: qual seria o interesse da coordenação do ProSAVANA nesse registro? O tom utilizado no documento demonstra que o material registrado poderia ser usado como forma de pressionar algum participante em outra ocasião. Estes podem não ter sido os objetivos da ação, mas a expressão “provas inatacáveis” e o próprio contexto político moçambicano não suscitam interpretações no sentido de que foi apenas uma precaução referente ao resguardo da imagem do programa.

Um dos registros foi realizado durante a “I Conferência dos Povos”, realizada uma semana depois da assinatura do contrato com a CV&A e, naquele momento, não se sabia que a ação poderia fazer parte de uma Estratégia de Comunicação que estava a ser estruturada (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p.29). A articulação afirma que os participantes foram filmados sem ter sido dada qualquer explicação e foram obrigados pelo MINAG a dizer o nome e a filiação.²¹¹ A situação se repetiu em outras ocasiões:

Os representantes da UNAC enfrentaram o aparecimento inesperado de representantes do ProSAVANA dos três países, quando estavam numa reunião, sobre um assunto diferente, com funcionários de alto nível no Ministério da Agricultura (4 de Novembro de 2013). Estes representantes governamentais e da JICA insistiram com os delegados da UNAC para ter uma reunião ali mesmo. A UNAC recusou, mas sugeriu-lhes que organizassem uma reunião com outras OSCs para discutir quais as condições para que se pudesse organizar um diálogo sobre o ProSAVANA.

Quando o encontro ocorreu em Maputo, circulou uma lista de presenças, intitulada “Diálogo para o ProSAVANA”, e os membros das OSCs apresentaram fortes

²¹¹ Informação presente em rodapé da página citada.

objecções. Em Nampula, as organizações que participaram numa outra reunião com os actores do ProSAVANA, incluindo a JICA, ficaram chocadas ao descobrir **gravadores de vídeo e de áudio escondidos**. A suspeita e desconfiança das organizações da sociedade civil moçambicana para com promotores do ProSAVANA pioraram, e elas retiraram-se de quaisquer outras reuniões relacionadas com o ProSAVANA. (grifo nosso) (NO! TO LANDGRAB, JAPAN!, 2016, p. 36-37)

Diante do que foi exposto até aqui sobre a Estratégia de Comunicação criada pela CV&A com contribuição da coordenação do ProSAVANA (sob liderança da JICA), é possível refletir que: escutar e transmitir aquilo que as comunidades pensam com o propósito de criar programas que sejam compatíveis com a realidade que se quer melhorar é diferente de fazer com que pareça que as pessoas estão participando do processo de mudança, quando, na realidade, o que se faz é descobrir a maneira mais fácil de viabilizar aquilo que já está proposto, de forma pacífica e sem danos políticos. O ProSAVANA, pelo que já foi apresentado, optou pela segunda alternativa, a qual não é sua exclusividade, já que este tem sido um procedimento comum na implementação de programas de desenvolvimento, como já foi discutido ao longo deste trabalho. A ação de monitorar a participação dos membros da articulação, idealizada pela consultoria e posta em prática pela coordenação do ProSAVANA, pode ter significado um limite para a articulação naquele momento, sobretudo para os movimentos e organizações de Moçambique que ainda vivenciam pressões políticas – resquício de seu passado recente de Guerra Civil. Então, pode-se concordar com as organizações japonesas que afirmam que esta estratégia é de “intervenção social” e não de “comunicação social” (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p.25).

Como mostra o trecho a seguir, o comportamento durante a conferência, relatado anteriormente, é condizente com o que orientou a Estratégia de Comunicação:

Formas de actuar para minimizar a força destas organizações:

- Reforçar relação e contacto com as organizações;
- Organizar respostas e **mensagens que respondam, indirectamente**, às preocupações que a sociedade civil organizada identifica;
- Participar nos seus encontros e, sempre que haja media, falar com eles e dar o ponto de vista do ProSAVANA;
- Formalizar os contactos a pedir encontros/reuniões ou de prestação de informações, de modo a que o ProSAVANA não possa ser acusado de estar em falta;

Retirando importância às organizações da sociedade civil moçambicana, retira-se força às ONG estrangeiras a actuar em Moçambique, pois estas reduzem o seu contacto com os media e, conseqüentemente, a sua influência.

Adicionalmente, **seguindo a estratégia de comunicação que afasta a ligação do Corredor de Nacala do Cerrado no Brasil, desvaloriza-se alguns dos principais argumentos que estas ONG internacionais têm utilizado no último ano.** (grifo nosso) (PROSAVANA, 2013e, p. 35)

Assim, partir da leitura do documento e dos relatos feitos pela articulação contra o ProSAVANA, pode-se dizer que o que se pretendeu, a partir desta estratégia, foi combater e descredibilizar as organizações da sociedade civil como passo fundamental para a modificação da imagem do ProSAVANA. A indicação de que fossem dadas respostas indiretas demonstra que a comunicação proposta pela estratégia destinada ao ProSAVANA está estreitamente relacionada com o que se chama de “maquiagem discursiva” e se afasta de uma perspectiva de trabalho comprometido eticamente com os públicos (BALDISSERA, 2014, p. 2). Contudo, ainda que maquiagem discursiva continue sendo uma prática comum por parte de algumas organizações, sustentá-las tem sido um desafio:

A maquiagem discursiva que por tempos blindou as organizações, particularmente quando seus discursos reinavam exclusivos, não como versões, mas como traduções dos fatos, já não tem a mesma durabilidade. Atualmente, são muitas as vezes que se realizam na arena de circulação simbólica e o acessar as informações tornou-se mais fácil e ágil. (idem)

No caso do ProSAVANA, a maquiagem criada tenta se sustentar, mas encontra resistência no trabalho de incidência política que proporcionou não só o acesso como a divulgação e compartilhamento de documentos oficiais que evidenciam a existência de uma realidade diferente daquela que se propaga.

5.2.2 A campanha “Não ao ProSAVANA”

A mudança de orientação discursiva sobre o ProSAVANA, indicada pela Estratégia de Comunicação, provocou abalos tanto nos movimentos e organizações contrárias ao programa, quanto na população camponesa que seguia recebendo diversas informações desconexas. As organizações brasileiras resumem o momento da seguinte forma:

A partir de fins de 2013 e início de 2014, as mudanças começaram a alterar a percepção de alguns setores que representam os camponeses sobre o ProSavana. Neste momento também passaram a ocorrer **ameaças a líderes dos camponeses e de organizações da sociedade civil locais e nacionais** de Mocambique. Diversas reuniões de “consultas”, reunindo atores do governo e da sociedade que no passado lutaram juntos nas guerras de libertação nacional, em meio a uma ausência estrutural de alternativas de apoio a produção camponesa, acabou por começar pouco a pouco a **alterar as percepções de setores do campesinato sobre o ProSavana e a trazer divisões ao movimento. Um conjunto de atitudes por parte dos governos produziam percepções variadas entre os camponeses**: as “consultas” se intensificavam, os camponeses apresentavam claramente suas demandas, mas suas propostas nunca eram de fato aceitas e a lógica do programa não era modificada. O programa seguia prometendo melhorias ao campesinato, mas nas províncias o que se experimentava era a usurpação de terras. **Esta distância entre as palavras e os fatos foi gerando um crescente cansaço e descrença nas tentativas de negociação e pressão** visando alterar os rumos do programa e acabou sendo crucial para a formação da Campanha Não ao ProSavana. (grifo nosso) (MELLO, 2016, p. 32-33)

Três pontos deste resumo trazido por Mello (2016) merecem ser detalhados. Primeiro, a questão das “ameaças a líderes”. Em assembleia realizada pela UNAC, nos dias 29 de abril e 1º de maio de 2014, da qual participaram cerca de 100 lideranças das províncias representando os camponeses, denunciou-se o que estava ocorrendo por causa da oposição ao ProSAVANA:

Nós, camponeses e camponesas, denunciámos e repudiamos os actos de **perseguições, intimidações, aliciamentos e manipulações** contra os camponeses e camponesas individuais, lideranças de camponeses nos distritos abrangidos pelo Prosavana e lideranças nacionais, actos estes, protagonizados pela equipa de implementação do Prosavana, administradores distritais e altos dirigentes nacionais. A Assembleia de Nampula, decidiu comunicar que, a União Nacional de Camponeses não vai tolerar mais estes actos e promete processar judicialmente os promotores e protagonistas de tais acções, sejam cidadãos moçambicanos ao serviço do Governo ou cidadãos de nacionalidade estrangeira.

*“Nos distritos de Gurué e Alto Molocué os **camponeses e camponesas estão a ser prejudicados pelas empresas, empurrando-lhes para um cenário de miséria e fome por causa das empresas, em 1975 o País conheceu a Independência e paz, mas hoje as comunidades estão novamente mergulhadas num cenário de opressão pelas empresas e pelo Governo. Um dos administradores informou que vai mandar para a cadeia as pessoas que tentassem falar mal do Prosavana.**”* (grifo nosso) (UNAC, 2014, p. 2)

A assembleia ocorreu em um momento de tensão política e militar que, de acordo com a organização, ameaçava a “consolidação da Paz e aprofundamento do processo democrático”

(ibid., p.1). Como foi discutido no terceiro capítulo desta dissertação, as comunidades, sobretudo do interior do país, passaram a ser palco de ataques por causa de divergências políticas que têm como fundamento uma frágil conciliação pós-Guerra Civil. Como consequência, camponeses e camponesas de diversos distritos nas províncias de Sofala, Tete, Manica, Nampula e Inhambane perderam a “primeira época agrícola” (ibid., p. 3). Como forma de se posicionar na defesa das populações rurais, a UNAC declarou: “Exigimos às partes beligerantes a cessação, imediata, das hostilidades, abandonando a via armada, como única alternativa para resolução das divergências em disputa.” (idem). Este contexto, então, se apresentou como um limite para a articulação contra o ProSAVANA naquele momento. Contudo, também favoreceu a urgência em se fortalecer a luta contra a continuidade da implementação do programa de cooperação.

O segundo ponto que merece detalhamento diz respeito à concretização desta compreensão de urgência de luta: o lançamento da campanha “Não ao ProSAVANA”²¹² em 2 de junho de 2014.²¹³ O objetivo foi ampliar a mobilização contra o programa reafirmando a atualidade da Carta Aberta e denunciando a “[...] intimidação e tentativas de criminalização das organizações da sociedade civil, lideranças e activistas que contestam o Prosavana.” (CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA, 2014b).²¹⁴ No texto de lançamento oficial da campanha, a articulação destaca:

Lançando a campanha nacional “Não ao ProSAVANA” nós pretendemos criar uma agenda pública para nossa luta que vai ter como objetivo principal parar e paralisar todas as ações e planos que estão sendo realizadas e implementadas para acomodar o programa como ele foi originalmente concebido (por exemplo, Plano Diretor e o Projeto para o Estabelecimento de Modelos de Desenvolvimento). Ao fazer isso, pretendemos reiterar as demandas dos camponeses e preocupações levantadas pela Carta Aberta que permanecem sem solução. (tradução nossa) (CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA, 2014a)²¹⁵

²¹² Assinam o pronunciamento que formaliza a campanha nove organizações: UNAC, Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), Justiça Ambiental (JÁ), Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Fórum Mulher, Actionaid Moçambique, Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades (AAAJC), Livaningo e Kulima.

²¹³ Disponível em: <<http://www.farmlandgrab.org/23577>> Acesso em: 6 abr. 2017

²¹⁴ Informação presente na “descrição longa” da página da rede social Facebook da campanha. Disponível em: <https://www.facebook.com/naoprosavana/info?tab=page_info> Acesso em: 25 de jul. 2016

²¹⁵ By launching the NO TO PROSAVANA National Campaign we aim to create a public agenda for our struggle that will have as its main objective to **stop and paralyze all actions and plans** which are being held and implemented to accommodate the programme as it was originally conceived (e.g. Master Plan and Project for the Establishment of Development Models). By doing so, we intend to reiterate the peasants demands and concerns raised by the Open Letter that remain unaddressed. (CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA, 2014a) Disponível em: <<http://www.farmlandgrab.org/23577>> Acesso em: 2 maio 2017

Percebe-se, pela declaração, que a articulação em Moçambique decide, explicitamente, se contrapor ao ProSAVANA. Depois de conseguirem informações, ainda que incompletas, as organizações resolvem dizer “não” ao programa, por motivos como: pouco havia sido modificado até aquele momento, mesmo com as incessantes tentativas de diálogo e influência por parte dos ativistas dos três países e já se observava uma mudança de discurso e comportamentos estranhos, como a gravação dos encontros e obrigatoriedade de identificação dos participantes.

Uma última situação trazida por Mello (2016) merece ser sublinhada: o “crescente cansaço e descrença” por parte de algumas organizações. De acordo com relato da ativista brasileira Fátima Mello, isto pôde ser percebido, em 24 de julho de 2014, durante a II Conferência Triangular dos Povos²¹⁶ e primeira reunião internacional da campanha recém-criada. Embora tenha contado com a presença principalmente de representantes de movimentos brasileiros, o encontro deixou de ter a forte participação de entidades moçambicanas que eram atuantes no primeiro momento da articulação (MELLO, 2016, p.34). Dentre os motivos, pode-se apontar a mudança que ocorria no posicionamento do ProSAVANA. A coordenação do programa tornou mais frequentes as reuniões de consultas às comunidades e passou a dizer que o ProSAVANA teria como foco melhorar as condições do campesinato – seguindo o novo direcionamento que havia assumido. O que as organizações e movimentos dos três países não tinham conhecimento era de que já estava em curso a execução da “Estratégia de Comunicação” iniciada a partir do contrato com a CV&A analisado na subseção anterior.

É importante ressaltar que a mesma consultoria disponibilizou para conhecimento público, a partir de solicitação das organizações, relatórios de atividades referentes aos meses de julho, agosto e outubro de 2014 – período posterior ao contrato de criação da “Estratégia de Comunicação” já observada. A análise dos ativistas japoneses não conseguiu precisar se os documentos foram resultado de um terceiro contrato celebrado com a CV&A ou se foi a extensão do contrato do ano anterior (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 47). Ao longo dos documentos, são relatadas as atividades realizadas e são feitas recomendações. Chama atenção a seguinte:

²¹⁶ Em vídeo, o então presidente da UNAC faz um convite à participação na conferência. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c1HNaroAgSE>> Acesso em: 2 maio 2017

É aconselhável que o ProSAVANA identifique uma entidade, interna ou subcontratada, para se dedicar de forma contínua à área de comunicação e que trabalhe em parceria com a Coordenação do ProSAVANA-HQ na execução destas tarefas, bem como as que estão definidas na Estratégia de Comunicação. (CV&A, 2014c, p. 13)

A coordenação seguiu a recomendação e realizou nova contratação para dar continuidade à Estratégia de Comunicação em 2015. Três empresas receberam propostas da JICA. A MAJOL Consultoria e Serviços Lda. estava entre elas e foi a escolhida (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p.47). No entanto, antes de abordar a atuação desta nova consultoria na área de comunicação e o impacto do seu trabalho, é preciso apresentar fatos antecedentes.

5.2.3 As “auscultações públicas” de 2015

Em março de 2015, a Estratégia de Comunicação analisada foi publicamente anunciada, por meio do site do ProSAVANA, através da publicação dos arquivos dos cartazes e panfletos de divulgação que foram ilustrados na subseção anterior.²¹⁷ Antes, no início do mês, havia sido publicado o “Comunicado de Imprensa nº1/2015” no qual se apresenta o ProSAVANA e os canais oficiais de comunicação para os profissionais da área.²¹⁸ Depois da publicação referente aos materiais de divulgação, no dia 31 de março, foi publicado um segundo comunicado: “Comunicado de imprensa sobre a Auscultação Pública à volta da versão inicial do Plano Director do ProSAVANA”. Neste, informa-se que a versão zero (oficial) do Plano Director do ProSAVANA estava sendo tornada pública e “as partes interessadas” convidadas a participar das “reuniões de auscultação²¹⁹ pública.” (MASA, 2015a, p.1). O anúncio da divulgação da versão do plano e das subseqüentes auscultações gerou surpresa para a

²¹⁷ Nos arquivos presentes na aba destinada à “comunicação”, no site oficial do ProSAVANA, não constam os contratos e Termos de Referência celebrados com as consultorias. Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/estrategia-de-comunicacao-do-prosavana/?lang=pt-pt>> Acesso em: 11 maio 2017

²¹⁸ Disponível em: <http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/03/Comunicado-de-Imprensa_1-1514.pdf> Acesso em: 11 maio 2017

²¹⁹ Auscultação vem do verbo “auscultar” que, neste caso, se referiria a “ouvir a opinião de”. Estas auscultações públicas funcionariam como um espaço em que os diretamente afetados pelo programa poderiam expor suas opiniões, as quais seriam ouvidas pela equipe dirigente do ProSAVANA. No entanto, a articulação denuncia diversas irregularidades, como se verifica no documento divulgado em: <<http://www.farmlandgrab.org/25017>> Acesso em: 20 nov. 2016

articulação que aguardava, havia quase dois anos, novas informações a respeito da elaboração do Plano Diretor (CHAMADA, 2015, p. 1).

Entre 20 e 29 de abril de 2015, os encontros ocorreram nos distritos abrangidos pelo programa. Nos dias 30 de abril, 8 e 13 de maio nas capitais das províncias de Zambézia, Niassa e Nampula.²²⁰ No entanto, foram diversas as irregularidades constatadas, as quais serão detalhadas mais à frente. No início do ano de 2015, não é redundante lembrar, ainda não se tinha clareza do que estava sendo planejado e executado pela coordenação do ProSAVANA – embora já se soubesse da existência de uma estratégia de comunicação – visto que os primeiros contratos com as consultorias começaram a ser disponibilizados em setembro de 2015. Apenas os efeitos da “Estratégia de Comunicação” estavam sendo vivenciados pela articulação contra o programa e pelos camponeses que, corajosamente, se posicionavam.

Após a realização dos primeiros encontros no interior do país, a articulação contra o programa publicou a “Chamada dos Povos para invalidação da ‘auscultação pública do Plano Diretor do ProSAVANA’”. Em um dos trechos, o grupo de 68 organizações que assinaram o manifesto concordou que:

As ditas **sessões de auscultação pública surgem como resposta** dos governos de Moçambique, Brasil e Japão **às críticas e demandas soberanas das comunidades do Corredor de Nacala, organizações da sociedade civil e movimentos do campo** que dizem não ao ProSavana e exigem, desde 2012, a instauração de um diálogo democrático, transparente e inclusivo na definição das prioridades de desenvolvimento da agricultura no país. **Por outro lado, as reuniões de auscultação pública acontecem num contexto em que os três governos procuram, a todo o custo e de forma forçosa, legitimar o ProSavana**, depois de terem implantado, no Corredor de Nacala, os pilares para o desenvolvimento da agricultura de grande escala, entre os quais: os laboratórios de solos e plantas com os campos de ensaio de novas variedades de monoculturas como a soja, em Nampula e Niassa, e criar de forma arbitrária os “beneficiários locais” através dos “projectos-pilotos”. (CHAMADA, 2015a, p. 2)

Conforme relatam membros da articulação contra o programa, com base em observação participativa e entrevistas, as reuniões foram preparadas pelos SDAEs e, ao invés de contar com a presença dos pequenos agricultores locais, foi composta por aqueles que já haviam se tornado “colaboradores locais” (a partir da Estratégia de Comunicação criada pela

²²⁰ Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/processo-de-auscultacao-sobre-a-versao-zero-do-plano-director-do-prosavana/?lang=pt-pt>> Acesso em: 16 de ago. 2016

CV&A), membros dos Conselhos Consultivos e líderes tradicionais, incluindo régulos²²¹ e apoiantes da FRELIMO. “Houve alguns distritos e localidades, onde houve uma reunião com esses actores antes das reuniões formais de ‘audiência pública’. Em alguns casos, o SDAE informou às uniões locais afiliados da UNAC que somente até cinco representantes podiam participar nas reuniões.” (NO! TO LANDGRAB, JAPAN!, 2016, p. 33). A história política moçambicana atuou de maneira significativa como limitante da articulação contra o programa nesse processo de auscultações. O ativista moçambicano, coordenador executivo da ADECRU, Agostinho Bento, contou o que foi apurado:

O governo de Moçambique começa a **selecionar as pessoas que deviam participar nas auscultações públicas**, começam a **selecionar as organizações** que poderiam aceitar que o ProSAVANA fosse implementado ao longo do Corredor de Nacala. **E a maior parte da sociedade civil moçambicana, aquela que de fato lutava ou luta por um programa melhor, foi negligenciada.** Este é o primeiro aspecto. O segundo aspecto é que as auscultações foram comandadas por governantes o que de fato não poderia ser na prática. As auscultações deviam ser conduzidas por um órgão independente, não o governo, não o Ministério da Agricultura que é parte envolvente do programa. (BENTO, 2016)²²²

Em publicação intitulada “Governo do Distrito de Malema persegue e ameaça camponeses que rejeitaram o ProSavana”, no site da ADECRU, estão disponíveis alguns depoimentos sobre as auscultações sem a identificação das pessoas por questão de segurança. Veja um exemplo a seguir:

“Estamos a ser ameaçados e perseguidos pelo Governo e responsáveis do SIDA. Mas, nós somos camponeses e porta-vozes do Povo que não querem o ProSavana. Estamos firmes e iremos defender o povo e os camponeses em todos os momentos. Sabemos que os camponeses e as comunidades da Zambézia, Niassa e todo o Corredor de Nacala não querem este programa ProSavana. Não sabemos porque é que o Governo está apenas a perseguir as comunidades e camponeses de Malema” (grifo do autor) (ADRECU, 2015)²²³

²²¹ Lideranças tradicionais nas comunidades.

²²² Entrevista concedida em 25 ago. 2016.

²²³ Nome não divulgado por segurança. Disponível em: <<https://adecru.wordpress.com/2015/05/11/governo-do-distrito-de-malema-persegue-e-ameaca-camponeses-que-rejeitaram-o-prosavana/>> Acesso em: 9 maio 2017

Figura 7 Consulta pública realizada em Mutuali em 2015



Fonte: ADECRU (<https://adecru.wordpress.com/2015/05/11/governo-do-distrito-de-malema-persegue-e-ameaca-camponeses-que-rejeitaram-o-prosavana/>)

Em junho de 2015, ocorreu uma auscultação pública em Maputo, dia 15, com a presença do ministro da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique, José Pacheco, durante a qual ativistas de direitos humanos e membros de organizações da sociedade civil organizada se posicionaram contra o ProSAVANA. “Nas suas intervenções disseram ao ministro e ao elenco do ProSavana que aquele programa foi mal concebido e tem o objectivo de agrocolonizar o norte de Moçambique e criar alguns ricos locais” (MONJANE, 2015).²²⁴ A oposição dos participantes chegou ao nível de o ministro retirar a palavra de um grupo de cinco pessoas, solicitando que elas se posicionassem enviando sugestões por escrito. Esta atitude fez com que os ativistas se retirassem da sala em forma de protesto.

Na publicação da “Chamada dos Povos” – citada anteriormente – a articulação elencou sete pontos problemáticos observados durante as auscultações promovidas pela equipe do ProSAVANA e os governos. Eles podem ser resumidos nos tópicos a seguir:

²²⁴ O texto completo está disponível em: <<https://adecru.wordpress.com/2015/06/15/auscultacao-publica-sobre-o-prosavana-ministro-exige-intervencoes-patrioticas-e-activistas-abandonam-a-sala/#more-358>> Acesso em: 16 maio 2016

1. Omissão da base jurídico-legal das ‘reuniões de auscultação pública’;
2. Violação dos princípios constitucionais pela exigência de registro prévio dos participantes;
3. Obstrução da participação de organizações dos camponeses e da sociedade civil;
4. Maior participação de funcionários públicos e representantes do partido no poder, previamente selecionados para evitar a intervenção de participantes com dúvidas em relação ao programa;
5. Realização prévia de encontros fechados para mobilização e instrumentalização dos participantes locais a favor do ProSAVANA;
6. Intimidação e ambiente de opressão aos camponeses pela presença de elementos de segurança fardados e armados. Ameaça e perseguição aos camponeses que manifestaram objeção ao ProSAVANA;
7. Entendimento impossível do conteúdo do “Draft Zero do Plano Diretor” pela falta de disponibilidade do texto, tempo e explicação inapropriada e desviada. (CHAMADA, 2015, p. 2-4)

Para potencializar sua denúncia, a articulação utilizou, na publicação, princípios da “Lei de Acesso à Informação” moçambicana e da “Directiva Geral para o Processo de Participação Pública no processo de Avaliação de Impacto Ambiental”, os quais comprovam que as auscultações não respeitaram o que está estabelecido juridicamente:

[...] conclui-se que o MASA violou de forma grosseira os artigos 6, 7 e 8 relativos ao **princípio da máxima divulgação, princípio da transparência e princípio da participação democrática** estabelecidos pela Lei do Direito à informação ao não mandar publicar e fixar o “Comunicado de Imprensa”, datado de 31 de Março de 2015, “sobre a auscultação pública do Draft Zero do Plano Director do ProSavana”. Igualmente **violou os sete princípios básicos do processo de participação pública estabelecidos pela “Directiva Geral para o Processo de Participação Pública no processo de Avaliação de Impacto Ambiental”** através do Diploma Ministerial nº 130/2006 de 19 de Julho invocada. A referida Directiva estabelece: a) o Princípio de **disponibilização e acessibilidade** de informação adequada e possibilidade de aprendizagem durante o processo, incluindo suporte técnico; b) o Princípio de **ampla participação**; c) o Princípio de **representatividade**; d) o Princípio da **independência**; e) o Princípio da **funcionalidade**; f) o Princípio de **negociação** e g) Princípio da **responsabilidade**. (grifo nosso) (CHAMADA, 2015, p.4).

É preciso salientar que, como foi discutido, nos capítulos anteriores, novos ataques entre grupos políticos rivais, em Moçambique, foram verificados nos anos em que a luta contra o ProSAVANA foi tomando maior proporção. O cenário, então, é um limitador da ação da articulação, já que não se pode dissociar as lutas sociais do contexto político nacional, o qual influencia diretamente fragilizando-as em função da pressão exercida de diferentes maneiras (ADRIANO, 2016):

Os espaços de abertura dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil está cada vez mais reduzido em situação da **crise política que o país vive**. Nós estamos num **clima atualmente quase de guerra** entre as tropas governamentais e as tropas da RENAMO. **Caminhamos para uma guerra civil**, temos sinais claros disso e, obviamente, há uma redução do espaço. Estamos numa situação em que o país está envolvido em uma crise econômica como resultado de problemas de **corrupção**. Então, tudo isso acaba fragilizando os movimentos sociais na medida em que reduzem seus espaços de participação e de expressão, inclusive a **criminalização dos atores dessas lutas, a perseguição de ativistas**, pessoas como eu e tantos outros. (grifo nosso) (ADRIANO, 2016)²²⁵

A declaração faz lembrar o quanto “a traição e os ódios políticos” atormentam a história política contemporânea de Moçambique (MENESES 2015, p. 12) e tornam o contexto de resistência aos projetos de desenvolvimento ainda mais complexos e desafiantes. Assim, aqueles que persistem em garantir formas mais dignas de sobrevivência para uma população prestes a passar por mais uma transformação radical em seus modos de vida, por vezes, correm risco de sofrer alguma represália ou pagar com a própria vida.

Cabe mencionar que as convocações dos camponeses e sociedade civil organizada para participação, tanto por meio das “consultas” de 2013, quanto por meio das “auscultações” de 2015, não estavam previstas no momento da idealização do ProSAVANA. Ainda que se pregue a tentativa de criação de consensos para o andamento dos projetos no âmbito do desenvolvimento – como já foi refletido nesta dissertação – este mecanismo não foi priorizado pelo ProSAVANA. Buscar incluir atores, inicialmente invisibilizados, na esfera de diálogo, exigiu, por parte das equipes de cooperação um esforço para tentar demonstrar credibilidade e seguir com seus propósitos – a Estratégia de Comunicação foi idealizada, justamente, com este intuito. A articulação contra o programa, no entanto, permaneceu oferecendo resistência, buscando informações e suscitando questionamentos. As denúncias “[...] tiveram grande impacto sobre o governo japonês, que havia planejado e financiado com recursos públicos as auscultações para legitimar o Plano Diretor do Prosavana [...]” (MELLO, 2016, p.34). Meses depois, entrou em vigor um novo contrato de consultoria, com a empresa moçambicana MAJOL Consultoria e Serviços. Desta vez, a JICA é quem direciona os trabalhos, como será desenvolvido a seguir.

²²⁵ Entrevista concedida em: 16 set. 2016

5.2.4 Proposta de “Engajamento das partes interessadas”: uma continuidade da “Estratégia de Comunicação”?

Antes de iniciar a análise sobre o “Engajamento das partes interessadas”, com o objetivo de perceber de que maneira ele oferece limites ou é potencial para a articulação contra o ProSAVANA, é preciso fazer uma observação sobre a participação do Japão neste processo.

No capítulo anterior, discutiu-se a idealização do ProSAVANA, trazendo elementos que demonstram que a ideia da execução do programa não partiu de Moçambique, mas sim do desdobramento de um acordo de cooperação já existente entre Brasil e o Japão. Mostrou-se, ainda, que houve um esforço por parte dos países para demonstrar que, na “verdade”, a solicitação de cooperação teria partido de Moçambique, inclusive por uma exigência de legitimação da ODA japonesa (FUNADA-CLASSEN, 2013b, p. 17-18). Posteriormente, como parte da Estratégia de Comunicação, o ProSAVANA começou a ser tratado como um programa do Governo de Moçambique que receberia apoio tanto do Japão, quanto do Brasil. Agora, é preciso ressaltar outros pontos que põem em causa o discurso do ProSAVANA.

Os contratos assinados com a CV&A foram feitos com a unidade da JICA em Moçambique e não com outro órgão do Governo de Moçambique, como o MASA que atuava com frequência no âmbito do ProSAVANA. O mesmo aconteceu com a MAJOL Consultoria e Serviços – cuja relação com o programa será analisada nesta subseção. Foi a JICA que indicou o que deveria ser feito, por meio dos Termos de Referência (ToR) e que acompanhou maior parte do andamento dos trabalhos. No caso do ToR para a CV&A, nos critérios de seleção está bem claro: “A contratação será conduzida pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), seguindo as normas e diretrizes da instituição.” (JICA, 2013c, p. 7). Na proposta apresentada à MAJOL, já em 2015, determinou-se que a consultoria deveria se reportar, também, ao MASA e ao ProSAVANA-HQ: “A Consultoria deve se reportar ao ProSAVANA HQ, no MASA, e ao escritório da JICA Moçambique. Ambos podem fornecer instruções necessárias para a Consultoria com coordenação suficiente entre eles.” (tradução nossa) (JICA, 2015b, p.24).²²⁶ Contudo, as assinaturas dos contratos foram feitas apenas com a JICA (JICA, 2013d, p.2; 2015c, p.3).

²²⁶ “The Consultant is supposed to report to both ProSAVANA HQ in MASA and JICA Mozambique office. Both can provide necessary instructions to Consultant with suficiente coordination between them.” (JICA, 2015b, p.24)

O que se quer registrar com esta explanação, primeiro, é que o direcionamento tanto da “Estratégia de Comunicação”, quanto do projeto de “Engajamento das partes interessadas” que será analisado ocorrem com predominância da ação do Japão, um doador tradicional no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. É possível inferir, portanto, que, dificilmente, o “modo de agir” e os objetivos desta proposta se distanciariam da hierarquia evidenciada na cooperação Norte-Sul. Segundo, que o envolvimento da coordenação brasileira, nesta etapa do programa, parece periférico ou irrelevante quando poderia ser o contrário, considerando a importância da proximidade linguística e cultural com Moçambique em processos de “comunicação” e “engajamento”. Terceiro, que se tenta transmitir a ideia de que Moçambique detém o controle das ações relacionadas ao ProSAVANA quando os documentos e fatos mostram que o Japão continua a exercer papel de protagonista no decorrer da implementação do programa. Por isso mesmo, a compreensão desta etapa das problemáticas em torno do ProSAVANA tem, também, participação significativa das organizações japonesas:

Desde o início até agora, a expectativa de Moçambique era que a sociedade civil japonesa recolhesse informações sobre o ProSAVANA. Isso aconteceu porque a JICA tem vindo a desempenhar um papel central (muitas vezes liderando) desde o planeamento, coordenação e financiamento do programa e o Japão tem uma Lei de Acesso à Informação Administrativa em vigor (Lei da Informação, daqui em diante). Um grupo dos cidadãos japoneses têm vindo a realizar esta tarefa para os seus homólogos moçambicanos e brasileiros. (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 21)

Passada esta explanação, é possível iniciar a análise referente ao projeto de “Engajamento das partes interessadas”.

De acordo com os Termos de Referências (ToR) presentes no documento *Request for Proposal – Consultant for Stakeholder Engagement*, de 7 de outubro de 2015 – emitido pela JICA para as consultorias²²⁷ que poderiam ser contratadas – diante das críticas por parte de algumas organizações da sociedade civil, após as auscultações ocorridas entre abril e junho de 2015: “[...] devem ser feitos esforços no sentido de melhorar o engajamento das partes interessadas para facilitar o processo de consulta do ProSAVANA-PD incluindo a próxima

²²⁷ As organizações japonesas, na análise que se toma como base para esta seção, não apresentam quais foram as outras empresas que receberam a proposta da JICA. Nos documentos disponíveis também não há esta informação.

rodada de audiência pública através do **estabelecimento de uma plataforma de engajamento das partes interessadas.**” (grifo e tradução nossos) (JICA, 2015b, p.22).²²⁸ No documento, emitido pelo escritório da JICA em Moçambique (e não pela coordenação do ProSAVANA como um todo), ainda está registrado o que a agência esperava da contratada. Interessa ressaltar algumas especificidades que evidenciam de que maneira estas novas ações se apresentaram enquanto limites para a articulação contra o ProSAVANA.

A inclusão das organizações no engajamento pretendido se daria por meio de consultas individuais com as partes interessadas, como se afirma: “[...] aqueles que demonstrem vontade de se envolver no diálogo sobre o ProSAVANA serão convidados para reuniões [...]” (tradução nossa) (ibid., p.23).²²⁹ A consultoria teria que ser a responsável por organizar e conduzir as reuniões preliminares com as partes interessadas: “Nas reuniões preliminares, é esperado que decisões sejam tomadas por partes interessadas suficientes para criar uma plataforma de diálogo.” (tradução nossa) (ibid. p. 23-24).²³⁰ Desconsideram-se, por exemplo, os debates que já estavam sendo empreendidos desde que a articulação contra o programa começou a promover ações em 2013. A facilitação das discussões “nas reuniões da plataforma” seria necessária para se alcançar a seguinte expectativa: “Espera-se que através dessas reuniões **um consenso seja formado** em recomendação para o processo de consulta do ProSAVANA-PD (Plano Diretor), particularmente a segunda rodada de audiências públicas.” (grifo e tradução nossos)²³¹ (ibid., p.24). A JICA também deixa claro que gostaria que, dentro da vigência do contrato, uma Plataforma de Engajamento das partes interessadas (*Stakeholders Engagement Platform*) fosse “entregue” estabelecida e em funcionamento (idem). Ou seja, a partir destes direcionamentos, percebe-se que a JICA desejava estar no controle do envolvimento da sociedade civil por meio desta consultoria. Esta também é a conclusão a qual chegam as organizações japonesas em sua análise:

A JICA e os governos relevantes pretendem intervir na sociedade civil moçambicana, através da recolha de informação não-oficial e interna e consultoria

²²⁸ “[...] efforts should be made in order to improve the stakeholder engagement for facilitating the consultation processo of ProSAVANA-PD including next round of public hearing through **establishment of a platform of stakeholder engagement.**” (grifo nosso) (JICA, 2015b, p.22)

²²⁹ “[...] those who demonstrate willingness to engage in dialogue on ProSAVANA will be invited to meetings [...]” (ibid., p.23).

²³⁰ “In the preliminar meetings, it is expected that decision is made by suficiente stakeholders to create a dialogue platform.” (ibid. p. 23-24).

²³¹ “It is expected that through those meetings, a **consensus is formed** on recommendations for the consultation process of ProSAVANA-PD (Master Plan), particularly the second round of public hearings.” (grifo nosso) (ibid., p.24)

individual, e estabelecer uma plataforma de "diálogo" que estaria sob seu controle. Também estas tarefas indicam que se esperava que a MAJOL funcionasse como se fosse uma parte da sociedade civil moçambicana ou uma "terceira parte independente". (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, p.49)

A agência de cooperação japonesa também exige que os funcionários da consultoria contratada sejam experientes – com, pelo menos, cinco anos de trabalho com organizações da sociedade civil e projetos envolvendo agricultores de pequena escala (JICA, 2015b, p.24). Além disso, os prazos para entrega de relatórios exigidos pela JICA demonstram que poderia haver alguma urgência por parte da agência em formular o engajamento: um "*Inception report*" deveria ser entregue sete dias após a assinatura do contrato; um "*Stakeholder engagement report and presentation materials*" 35 dias após a primeira proposta do documento anterior; e um "*Final Report*" 15 dias depois da terceira reunião da plataforma de diálogo (ibid., p.25).

A proposta foi submetida a três empresas moçambicanas relacionadas em uma "*shortlist*" – segundo foi explicado a um parlamentar japonês que havia questionado a base da escolha, já que os critérios não foram explicitados (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 47). A selecionada foi a MAJOL Consultoria e Serviços (MAJOL a partir de agora) que assinou contrato no dia 2 de novembro de 2015 e, pelos documentos disponíveis, parece ter cumprido as determinações da JICA.

É importante ressaltar – antes de apresentar o mecanismo de ação da nova consultoria e suas consequências – que a divulgação dos documentos não ocorreu imediatamente após a solicitação da sociedade civil japonesa. A solicitação de liberação dos contratos com a consultoria MAJOL foi feita em dezembro de 2015, mas a liberação somente ocorreu em fevereiro e abril de 2016 – ainda assim, de forma incompleta. Uma das justificativas fornecidas pela JICA, por meio do Ministério dos Negócios Exteriores (MNE) japonês, sobre a negação da liberação de alguns conteúdos foi:

Nós (JICA e MNE) consultámos o governo moçambicano. Mas disse-nos que eles não têm nenhuma intenção (políticas) para divulgar os relatórios uma vez que **estes podiam afectar a confiança com as organizações e diálogo relacionados**. Como resultado disto, decidimos não oferecer-vos estes relatórios". (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016. p.55)

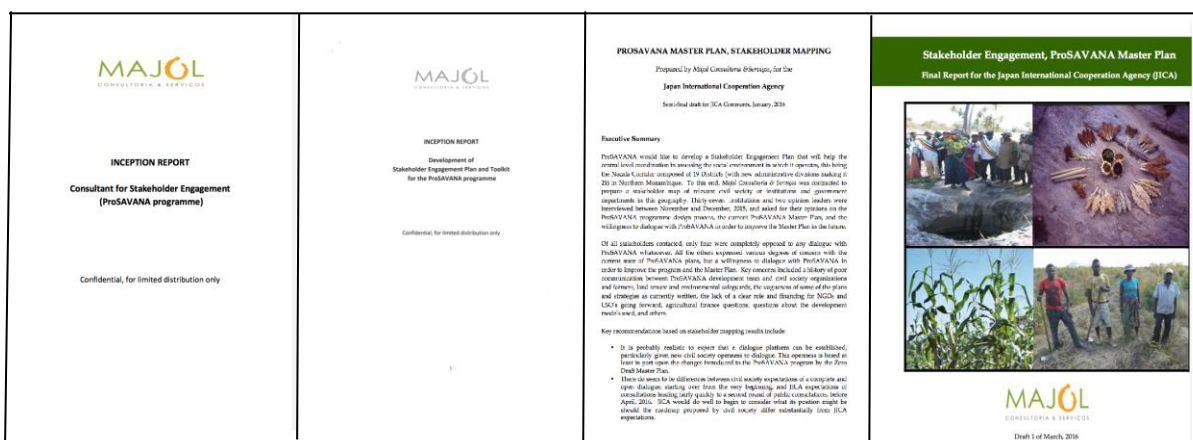
A partir do trecho acima, é possível interpretar que o próprio governo moçambicano tinha ciência de que as estratégias que estavam sendo desenvolvidas poderiam abalar, de alguma maneira, “a confiança” e a possibilidade de “diálogo” com as organizações. Além disso, o que parece é que o Governo de Moçambique, bem como suas diretrizes, são usados conforme conveniência por parte da JICA. A negativa de liberação oficial dos arquivos, contudo, não impediu que a articulação tivesse acesso aos documentos.

Em maio de 2016, ONGs que trabalham contra a grilagem de terras, publicaram, no site *Farmlandgrab*²³² uma relação de documentos sobre o ProSAVANA, alguns deles chegaram ao conhecimento público sem divulgação oficial (foram, “vazados”) (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p.54-58). Assim, para compreender o envolvimento da MAJOL com o ProSAVANA e as consequências que seu trabalho traz, do ponto de vista da articulação contra o programa, existem disponíveis, além do documento que representa a proposta feita pela JICA para as consultorias e o respectivo contrato²³³, três relatórios produzidos pela consultoria: “*Inception Report – Consultant for Stakeholder Engagement (ProSAVANA programme)*” (a partir de agora, *Inception Report*) o qual, pelo texto, demonstra ter sido escrito ainda em novembro de 2015; “*ProSAVANA Master Plan, Stakeholder Mapping*” (janeiro de 2016) e “*Final Report, Stakeholder Engagement for the ProSAVANA Programme*” (março de 2016) (a partir de agora *Final Report*). Os arquivos estão representados nas imagens a seguir (figura 15):

²³² Além dos documentos relacionados à Estratégia de Comunicação e ao Plano de Engajamento das partes interessadas, todas as minutas das reuniões iniciais do ProSAVANA estão disponíveis em: <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/26158-ProSAVANA-files>> Acesso em: 14 maio 2017.

²³³ O contrato está disponível em: <http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/121.pdf> Acesso em 12 maio 2017. Outros documentos, em japonês, estão disponíveis em: <http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/> Acesso em: 14 maio 2017

Figura 8: Relatórios produzidos pela MAJOL



Fonte: (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 58)

Como se observa, as duas primeiras figuras representam dois documentos identificados como “*Inception Report*”, ambos são rascunhos elaborados pela MAJOL, mas possuem muitas diferenças em relação ao conteúdo. O primeiro contém 48 páginas e foi um dos documentos “vazados” e disponibilizados online.²³⁴ O segundo contém 29 páginas e foi divulgado, oficialmente, pela JICA (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 57-60). Neste último documento, há indícios de que houve modificação por parte da agência, já que, novamente, existem diversas partes de texto ocultas. As figuras a seguir mostram a reprodução da mesma página (21) nos diferentes documentos:

²³⁴ Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/26158-prosavana-files>> Acesso em: 31 maio 2017

Uma lista de companhias citadas no artigo como grileiras encontra-se no quadro a seguir. Em vários casos, e na opinião do time de consultores, muitas das transações de terra não cumprem com os critérios de prévio e livre consentimento informado e com as várias cláusulas da Lei de Terras de Moçambique. (tradução nossa) (MAJOL, 2015a, p.30)²³⁷

Ou seja, não foi uma simples retirada de informações, mas há um porquê de cada ação empreendida pela agência japonesa e a coordenação do ProSAVANA. A retirada do estudo da GRAIN e da UNAC suscita a seguinte interpretação: caso o documento tivesse que ser divulgado, por obrigatoriedade legal – como ocorreu – alguma atuação da JICA que desconsiderasse os problemas alertados pela consultoria seria mais facilmente contestada. No entanto, a estratégia não funcionou, já que tanto o rascunho completo (compartilhado extraoficialmente), quanto o divulgado com as modificações da JICA acabaram se tornando conhecidos. Isto potencializou as reivindicações da articulação na medida em que se revelou até mesmo o que se pretendia esconder.

A MAJOL foi contratada para desenvolver um *Stakeholder Engagement Plan for the ProSAVANA Master Planning Process* (em tradução livre seria um Plano de Engajamento das partes interessadas para o processo de criação do Plano Diretor). Em particular, a consultoria deveria desenvolver uma *Civil Society Dialogue Platform* (Plataforma de Diálogo da Sociedade Civil) (MAJOL, 2016e, p.2). Todo o trabalho deveria ser realizado em cinco meses (JICA, 2015b, p. 25). Então, para cumprir o que foi estabelecido em contrato, a MAJOL realizou uma análise dos públicos interessados, “*Stakeholders Analysis*” e, para identificar e caracterizar estes públicos, seguiu alguns procedimentos. Os mais importantes para o que se quer chamar atenção nesta análise são os que seguem:

[...]

- Identificação de preocupações, oportunidades, expectativas, e **potenciais conflitos de conflitos de interesses** entre o Projeto e grupos particulares ou entre os grupos em si;
- Identificar e caracterizar relacionamentos entre as partes interessadas que possam promover ou impedir o desenvolvimento de **alianças e consensos** ou, alternativamente, conflito;
- Identificação de grupos e indivíduos principais que precisam ser o objeto de compromissos alvo assim como mensagens importantes e objetos destes compromissos;

²³⁷ A list of companies cited in the article as land grabbers is found in the chart below. In many cases, and in the opinions of the consultant team, many of the land transactions did not comply with standards of free and informed prior consent, and with the various clauses of Mozambican Land Law. (INCEPTION REPORT, 2015, p.30).

[...] (tradução nossa) (ibid., p. 18)²³⁸

No entendimento da sociedade civil japonesa a intenção da MAJOL, sob orientação da JICA e do ProSAVANA-HQ, era: “[...] colectar informação suficiente para formular uma estratégia visando cultivar as fraquezas nos grupos da sociedade civil e maximizar as oportunidades para criar aliados (grupos chave) para a promoção do ProSAVANA. (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p.64)

Além de concordar com a interpretação feita pelas organizações japonesas, é preciso observar um outro ponto que interessa diretamente ao que se defende neste trabalho. Por meio dos passos estabelecidos pela MAJOL, é possível perceber aquilo que se tem argumentado no decorrer dos capítulos: considera-se urgente o estabelecimento de consensos, ainda que forçadamente ou maquiadamente – como aparenta ser o caso do engajamento que se buscou promover em relação ao ProSAVANA.

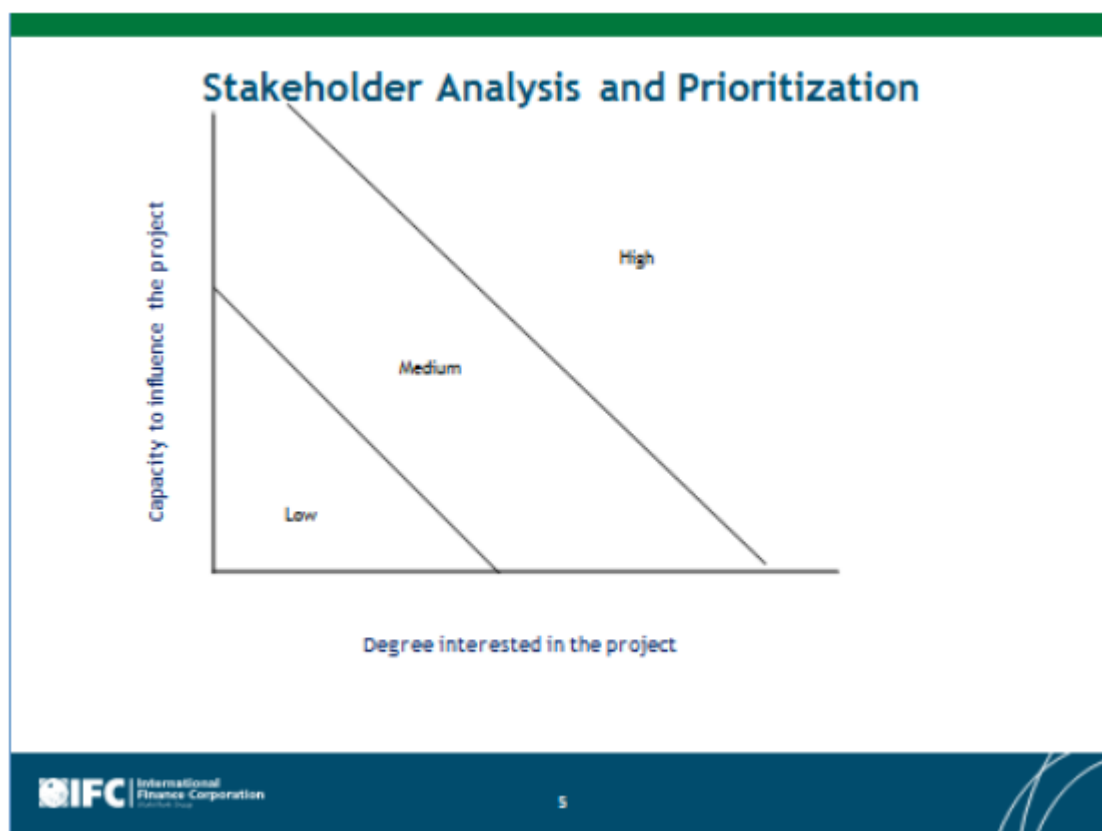
Conforme se discutiu, no segundo capítulo, a experiência do Banco Mundial no trato com as organizações da sociedade civil serviu e serve de modelo para a aplicação de programas de desenvolvimento – ou para a sua viabilização, sem risco de imagem. Em relação à proposta de engajamento aqui analisada, não se pode afirmar categoricamente que a MAJOL seguiu algum manual do Banco. No entanto, a utilização, no *Inception Report*, de um gráfico cuja fonte é o *International Financial Corporation (IFC)*, uma das agências do Banco Mundial, demonstra que, pelo menos, no que diz respeito à maneira como as partes interessadas seriam avaliadas existiu influência da grande organização internacional. Juntamente com a apresentação do gráfico, reproduzido a seguir, há a seguinte afirmação: “[...] as partes interessadas são avaliadas em duas escalas de interesse/expectativas e influência. As partes interessadas são portanto caracterizadas em alta, média e baixa influência e, similarmente, avaliadas em baixa, média e alta escala de interesse.” (tradução nossa) (MAJOL, 2015a, p.19).²³⁹

²³⁸ [...]

- Identification of concerns, opportunities, expectations, and **potential conflicts of interest** between the Project and particular groups or between the groups themselves;
 - Identify and characterize relationships between the stakeholders that may promote or impede the development of **alliances and consensus**, or alternatively conflict;
 - Identification of key groups and individuals who need to be the subject of targeted engagements as well as important messages and objectives of these engagements; [...] (MAJOL, 2015a, p.18)

²³⁹ “[...] the stakeholders are evaluated on two scales of interest/expectations and influence. Stakeholders are thus categorized into high, medium and low influence and similarly evaluated on a low, medium or high scale of interest.” (MAJOL, 2015a, p. 19).

Figura 10: Ilustração presente na “*Definition of ‘Stakeholder’*” realizada pela MAJOL



Fonte: Reprodução (MAJOL, 2015a, p. 19)

Com base nas consultas e entrevistas individuais, como havia sido solicitado pela JICA, e tendo como referência tal categorização das partes interessadas (aparentemente sob inspiração do Banco Mundial), a MAJOL realizou o mapeamento das partes interessadas incluindo organizações da sociedade civil e departamentos do governo moçambicano que julgou relevantes. O trabalho foi resumido em um “Stakeholders Mapping” (Mapeamento das partes interessadas) onde constam os resultados de entrevistas e consultas realizadas com 37 instituições e dois líderes de opinião entre novembro e dezembro de 2015 (MAJOL, 2016e, p.1). A reprodução de parte do mapa, a seguir, ilustra de que maneira as organizações consultadas foram distribuídas²⁴⁰:

²⁴⁰ O mapa completo está disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Map.2.pdf>> Acesso em: 29 maio 2017

Figura 11: “Stakeholder Mapping” elaborado pela MAJOL

4.1 SUMMARY OF RESULTS

The following table shows a summary of results of the consultations. Color Coding is as follows:

Red	No to ProSAVANA, unwilling to dialogue
Purple	Will dialogue if certain conditions are met. Most NG's here very clear that these conditions consisted of the following, as best summarized by Action Aid Director Amade Suca: 1) Genuine openness to 'co-create' ProSAVANA, looking at all the issues, 'everything must be on the table'. 2) Discussion must include the development models to be used, including how/if to involve agrobusiness in family-sector focussed agriculture development. 3) Due to doubts that 'co-creation' process can be completed within current deadline, even deadlines must be negotiable. 4) Communications must be improved at all levels. Clear focal points, moments and mechanisms must be created. Most also liked the idea of 3 rd party mediation to solve current situation
Yellow	No clear institutional position taken on ProSAVANA
Green	Supportive of ProSAVANA. Note that every institution coloured 'green' as in favour of ProSAVANA also noted the need for it to change before they could endorse it fully. Not one 'green' organization was prepared to accept ProSAVANA as is. All called for better dialogue and for Civil Society input to be taken seriously. See Stakeholder Map above for details.

No colour Government Institutions. By their nature, these do not have independent positions vis a vis ProSAVANA.

Interview Results, Stakeholder Mapping

Organisation Name	Location and Type	Organisation Type	Interview type	Interview Notes on file?	Stakeholder Map Completed?	Survey Monkey Completed?	Position with Respect to ProSAVANA
<i>Maputo:</i>							
Action Aid		NGO (Int)	in person	✓	✓	✓	Not dead against. Will participate if conditions are met and right climate is created among CSO's (see purple color coding above).
CTV		Nat'l NGO	telephone.	✓	✓		Suggests that ProSAVANA should be open to co-creation of

Fonte: Reprodução (MAJOL, 2016b, p.26-32)

As organizações da sociedade civil nacionais e internacionais foram divididas em categorias conforme sua disponibilidade em dialogar com o ProSAVANA e sua concepção sobre o programa. Em vermelho, ficaram quatro organizações contra o ProSAVANA; em lilás, sete instituições que considerariam diálogo sob determinadas condições; em amarelo duas organizações sem claro posicionamento; em verde, 19 organizações a favor do ProSAVANA, mas se fossem feitas algumas mudanças (MAJOL, 2016b, p.32). Como resultado da análise, a MAJOL fez observações e recomendações para a JICA e o ProSAVANA HQ. Uma das que chama atenção é a seguinte:

[...] em termos estratégicos, as OSC e as ONGs podem ser tratadas como um único bloco, com um conjunto essencialmente idêntico de demandas. A única diferença é que alguns poucos membros da campanha Não ao ProSAVANA dizem que não se envolverão em diálogo em nenhuma circunstância. Uma vez que estes representam apenas quatro das 32 OSCs e ONGs entrevistadas, **estes podem ser considerados uma minoria que é pequena o suficiente para ser essencialmente desconsiderada em termos de negociação.** A equipe do ProSAVANA deve concentrar-se nas demandas quase unificadas dos outros 32. A Majol acredita que se um diálogo genuíno e construtivo, e em particular um roteiro pode ser acordado,

estas quatro instituições podem juntar-se ao processo de diálogo do ProSAVANA. (grifo e tradução nossos) (ibid., p. 33)²⁴¹

Ou seja, a sugestão foi desconsiderar as organizações identificadas em vermelho, que são membros da campanha “Não ao ProSAVANA” para que, por meio da pressão das outras organizações, elas – consideradas mais radicais – aceitassem o programa (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, p.96). Além de criticar este propósito, a articulação contra o ProSAVANA denuncia problemas em relação ao procedimento usado pela consultoria para chegar aos resultados:

Esta abordagem (requerendo **reuniões fechadas para as consultas individuais**) levantou, certamente, fortes suspeitas entre as OSCs moçambicanas. **Embora algumas organizações tenham solicitado entrevistas colectivas, isso foi rejeitado.** Além disso, a forma como a marcação dos encontros foi feita (chamada telefónica inesperada um dia antes das datas de reuniões solicitadas) tornou difícil organizar internamente, entre as diferentes organizações, as reuniões. (grifo nosso) (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p.73)

No 15º diálogo periódico estabelecido entre a JICA e a articulação contra o ProSAVANA no Japão, a agência justificou que as consultas ocorreram individualmente por existirem organizações “tímidas” e que, sem a presença de outras pessoas, seus representantes fariam “livremente”, ficariam “à vontade” (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p.73). No entanto, o que se constatou foi que o mecanismo de trabalho da consultoria se mostrou questionável:

A partir das gravações²⁴² de algumas das "consultas individuais" feitas pela MAJOL, pode-se confirmar que os dados do levantamento foram colectados num ambiente preparado. Consultores da MAJOL, o chefe da equipe apresentou as motivações para a pesquisa do seguinte modo:

– “A JICA disse que iria parar o ProSAVANA e ir para outro lugar se fosse impossível trabalhar com a sociedade civil...”

²⁴¹ [...] in strategic terms, CSO’s and NGOs can be treated as a single block, with an essentially identical set of demands. The only difference is that some few members of the No to ProSAVANA campaign say will not engage in dialogue under any circumstances. Since these represent only four of the 32 CSO’s and NGOs interviewed, these can be considered a minority that is small enough to be essentially disregarded in terms of negotiations. The ProSAVANA team should instead focus on the nearly unified demands of the other 32. It is the Majol belief that if genuine and constructive dialogue, and in particular a roadmap can be agreed upon, these four institutions may well join the ProSAVANA dialogue process. (ibid., p. 33)

²⁴² As gravações ainda não estão disponíveis para consulta.

– A JICA quer saber se deve avançar com o ProSAVANA, ou não. Eles conhecem os erros que fizeram. Eles também querem ouvir aqueles que se opõem ao programa. Então, a JICA irá decidir se deve avançar ProSAVANA ou fechá-lo...

– Não quer participar no diálogo?" (Novembro de 2015)¹⁸¹ *Tradução da tradução japonesa da gravação em português.

Esta é uma acta de uma das "consultas individuais" levadas a cabo com uma das organizações "Campanha Não" em Novembro ainda em Maputo. É provável que o mesmo tipo de explicações e afirmações tenha sido usado repetidamente com as restantes organizações. (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 92)

Conforme investigação dos ativistas japoneses, o diretor do MNE negou que a JICA fosse interromper a execução do ProSAVANA, caso a sociedade civil moçambicana se opusesse – o que demonstra que uma informação falsa foi transmitida às organizações durante as consultas. Além disso, há que se acrescentar que os consultores da MAJOL utilizaram um questionário sem que as pessoas que foram consultadas soubessem. No procedimento, “[...] as ‘respostas’ foram discretamente interpretadas e inseridas pelos consultores da MAJOL no *SurveyMonkey*²⁴³ [...]” (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 94). A MAJOL preencheu 22 perguntas a partir das entrevistas sem que o texto das perguntas tivesse sido o mesmo do contato verbal. Assim, a interpretação dos consultores pode ter influenciado no resultado da pesquisa.

O passo seguinte à identificação das organizações seria a realização da “reunião de fundação”. Neste encontro, as organizações da sociedade civil deveriam estabelecer as bases da “Plataforma de Diálogo da Sociedade Civil” que viria a se tornar o “Mecanismo da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala”.

5.2.5 A criação do “Mecanismo da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala” e suas consequências

Em janeiro de 2016, por meio de um convite publicado pelo jornal “Notícia”, a sociedade civil moçambicana foi convocada a participar de um encontro sobre o ProSAVANA na província de Nampula. O encontro foi direcionado pela MAJOL, representada pelos consultores Peter Bechtel, Eduardo Costa e João Domingos Lameiras.

²⁴³ *Suvey Monkey* é o nome de uma companhia que fornece o serviço de pesquisa *online* por meio de uma plataforma de questionário gratuita também chamada *Survey Monkey*. Disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/mp/aboutus/>> Acesso em: 30 maio 2017

A organização do encontro ficou a cargo de quatro organizações moçambicanas que, mesmo com algumas observações, tinham se posicionado favoráveis ao ProSAVANA nas consultas realizadas pela MAJOL: Plataforma Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N), Fórum das Organizações Não-Governamentais de Niassa (FONAGNI), Fórum das Organizações não-governamentais da Zambézia (FONGZA) e Rede de Organizações para Ambiente e Desenvolvimento Comunitário Sustentável da Zambézia (RADEZA). A UNAC, principal representante dos camponeses do norte de Moçambique, não foi convidada para a formulação das atividades que duraram dois dias.

A partir da observação da ata que sintetiza o que foi discutido nos encontros, ocorridos nos dias 11 e 12 de janeiro, pode-se perceber que o representante da MAJOL, Peter Bechtel, buscou passar a responsabilidade do destino do ProSAVANA para a sociedade civil do país declarando, inclusive, que os movimentos tinham “ganhado”: “Do ponto de vista da MAJOL, embora o programa tenha ainda alguns defeitos, os promotores manifestam uma grande vontade de dialogar e envolver a sociedade civil no desenho, implementação, e monitoria do Programa” (MAJOL, 2016d, p.2). Pela sua declaração, compreende-se que a organização do ProSAVANA tentava melhorar sua imagem, diante da falta de transparência e diálogo evidenciada nos primeiros anos de anúncio do programa. A condução do encontro foi estrategicamente elaborada, como a própria MAJOL detalhou no seu último relatório:

Assim nasceu o famoso “SOCIEDADE CIVIL GANHOU...O QUE VOCÊS QUEREM FAZER COM SUA VITÓRIA?” slide que abriu a reunião da sociedade civil em Nampula nos dias 11 e 12 de janeiro. **A redação deste slide foi cuidadosa e intencional.** Ele reconheceu o fato de que a sociedade civil tinha trabalhado duro e ProSAVANA tinha evoluído ao longo dos anos. Mas também se destinava a desencadear pensamentos sobre os próximos passos, a provocar um processo de reflexão sobre o que a sociedade civil realmente quer do ProSAVANA. (tradução nossa) (MAJOL, 2016e, p. 16)²⁴⁴

O questionamento feito pela MAJOL desconsidera as publicações realizadas pela articulação contra o ProSAVANA cuja principal foi a Carta Aberta direcionada aos governos dos países cooperantes em maio de 2013. É como se a MAJOL estivesse dizendo que o

²⁴⁴ Thus was born the famous “CIVIL SOCIETY WON... WHAT DO YOU WANT TO DO WITH YOUR VICTORY?” slide that opened the January 11 and 12th meeting of civil society in Nampula. The wording of this slide was careful and intentional. It acknowledged the fact that civil society had worked hard and ProSAVANA had evolved over the years. But it also was meant to trigger thoughts about the next steps, to provoke a thought process about what civil society really wants from ProSAVANA. (MAJOL, 2016e, p. 16)

diálogo com a coordenação do ProSAVANA só seria levado em consideração a partir do que fosse proposto daquela reunião em diante. Toda luta empreendida anteriormente – encontros e debates, estudos divulgados – não estava dentro dos “moldes” de diálogo e, portanto, não estava sendo reconhecida. O que se queria do ProSAVANA já estava sendo propagado há anos, mas no momento em que a consultoria direciona o encontro, nestes termos, faz com que muitos membros “esqueçam” do que foi feito e pensem que aquele seria o espaço adequado para debater. No entanto, houve resistência por parte de alguns que buscaram “ler” o que estava por trás daquela reunião.

Dentre os participantes do encontro, estavam os ativistas Jeremias Vunjanhe e Vicente Adriano como representantes da UNAC. Eles fizeram várias intervenções questionando a procedência da contratação da consultoria e a necessidade de criação do mecanismo de participação da Sociedade Civil. Naquele momento, algumas informações a respeito do contrato com a MAJOL já eram conhecidas pela articulação contra o ProSAVANA, mas não havia clareza sobre o que acontecia. Os ativistas estavam começando a compreender a “Estratégia de Comunicação” que havia sido montada anteriormente a partir do contrato com a CV&A – lembre-se que os membros da articulação, em Moçambique, solicitaram acesso ao estudo dos ativistas japoneses com urgência em janeiro de 2016. A MAJOL, no entanto, já havia mapeado as organizações e estruturou sua atuação neste encontro:

A equipe da MAJOL sabia, desde o início, que havia várias organizações da sociedade civil que simplesmente não aceitariam o diálogo. Decidimos tentar **construir um consenso o mais amplo possível**, com base em um diálogo honesto, **cujo consenso seria suficientemente amplo para que os extremistas e os intransigentes fossem uma minoria isolada**. Após os resultados do mapeamento das partes interessadas, estávamos muito confiantes de que essas instituições mais radicais não tinham um apoio amplo e, uma vez isoladas, outros membros da sociedade civil reagiriam negativamente a elas, o que só aumentaria seu isolamento. (tradução nossa) (MAJOL, 2016e, p. 19)²⁴⁵

O trecho demonstra que o maior objetivo da consultoria, naquele momento, era fazer com que as organizações que permaneciam contra o ProSAVANA e questionavam, inclusive,

²⁴⁵ The MAJOL team knew from the beginning that there were several civil Society organizations that simply would not accept dialogue. We decided to try to build as broad-based a consensus as possible, based on honest dialogue, which consensus would hopefully be wide enough that extremists and diehards would be an isolated minority. After the results of the stakeholder mapping, we were very confident that those diehard institutions did not have broad-based support, and, once isolated, other members of civil society would react negatively to them which would only increase their isolation. (MAJOL, 2016e, p. 19)

a criação do mecanismo único de diálogo fossem isoladas, afim de que se pudesse estabelecer um consenso e prosseguir com a legitimação do programa. Na continuação do texto, destacada abaixo, a MAJOL deixa ainda mais claro de que maneira colocou em prática seu propósito:

Colocamos esta teoria à prova durante o primeiro dia de reuniões em 11 de janeiro. Neste dia, dois técnicos da UNAC dominaram a discussão a tal ponto que, durante a hora do almoço, várias organizações da sociedade civil falaram com a MAJOL perguntando o que estávamos fazendo e por que estávamos permitindo que esses dois representantes nos “derrotassem”. Nós **“perdemos” aquela reunião de discussão de propósito.** Queríamos que todos escutassem atentamente o que tínhamos a dizer, e o que os dois representantes da UNAC tinham a dizer e, em seguida, escolhesse os lados com base na qualidade das discussões, ideias e abertura em exibição por ambos os lados.

Esta tática funcionou bem. Depois do almoço, reforçamos a moderação, asseguramos que todos pudessem falar e não apenas estes dois representantes, e no final do dia houve um consenso de quase todos, incluindo o Presidente da UNAC²⁴⁶ e os Representantes Provinciais, para se envolver no ProSAVANA. (tradução nossa) (idem)²⁴⁷

Ou seja, o comportamento dos consultores foi programado para que as organizações mais “radicais” ficassem isoladas o que, como consequência, provocou desentendimento entre os próprios membros da sociedade civil moçambicana.

A MAJOL descreveu seu mecanismo de trabalho em relatório final, no entanto, a consultoria não relatou que, também durante o intervalo do primeiro dia de reunião, Jeremias Vunjanhe e Vicente Adriano foram agredidos verbalmente por um dos consultores

²⁴⁶ A concordância da UNAC é contestada pelas organizações japonesas ao longo de sua análise. Na subseção “Rescaldo do *Workshop*: Confirmada a Manobra visando a UNAC” afirma-se que a presidente da UNAC estava sendo pressionada para aceitar o mecanismo (MCSC) (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 103). Ana Paula Tauacale sucedeu a Augusto Mafigo, que morreu em agosto de 2015 depois de passar 10 anos na presidência da UNAC. Pela complexidade da reflexão e considerando não ser imprescindível detalhar o assunto, preferiu-se não tratar desse tema neste trabalho. No entanto, os fatos são narrados em detalhe entre as páginas 68 e 73 da mesma publicação no tópico “Morte Súbita do Presidente da UNAC”.

²⁴⁷ We put this theory to the test during the first day of meetings on January 11. On this day, two technical staff of UNAC dominated the discussion to such an extent that, during lunch time, a number of civil society organizations spoke to MAJOL wondering what we were doing and why we were allowing these two representatives to “defeat” us. We ‘lost’ that morning of discussions on purpose. We wanted everyone to listen carefully to what we had to say, and what the two UNAC representatives had to say, and then choose sides based on the quality of the discussions, ideas, and openness on display by both sides. (MAJOL, 2016e, p. 19)

This tactic worked well. After lunch, we tightened up the moderation, we made sure that everyone was allowed to speak and not just these two representatives, and by the end of the day there was consensus from nearly everyone, including the UNAC President and Provincial Representatives, to engage ProSAVANA. (idem)

(UNAC).²⁴⁸ “De forma agressiva e numa cena que somente não resultou num espetáculo de pancadaria devido a pronta intervenção dos seus colegas que o impediram e o retiraram da sala de eventos, João Lameiras insultou os ativistas acusando-os de serem marginais e antidesenvolvimento.” (idem)

Por meio de comunicado, movimentos e organizações que fazem parte da campanha “Não ao ProSAVANA” e da articulação internacional “Atingidos pela Vale”, no Brasil, prestaram “irrestrito apoio e solidariedade” aos representantes da UNAC e cobraram das “[...] autoridades brasileiras envolvidas no ProSavana também o seu pronunciamento e ações imediatas de combate a atitudes autoritárias dessa natureza.” (DECLARAÇÃO, 2016, p.2).²⁴⁹ Dias depois, as organizações Justiça Ambiental (JA) e *Friends of the Earthe Mozambique* publicaram um comunicado no qual resumem o conteúdo do encontro e reafirmam que “[...] não se pode criar um mecanismo de coordenação e comunicação de um programa que à prior é amplamente contestado por existência de vícios de concepção inaceitáveis [...]”. (JUSTIÇA AMBIENTAL; FRIENDS OF THE EARTH MOZAMBIQUE, 2016). Ou seja, a organização não concorda com a criação do “[...] mecanismo de diálogo e coordenação entre o Governo e as Organizações da Sociedade Civil” (MAJOL, 2016d) que estava no centro da proposta do encontro.

Ainda que tenha ocorrido a confusão, o processo seguiu como idealizado pela MAJOL. Em fevereiro de 2016, foi publicado, no site oficial do ProSAVANA, um comunicado²⁵⁰ informando sobre a criação do Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala (MCSC-CN) “[...] com objectivo de discutir com o Governo e seus parceiros de cooperação o Plano Director do ProSAVANA.” (PROSAVANA, 2016) Pelo que se compreende a partir da leitura dos relatórios da MAJOL, o MCSC-CN seria a concretização da “Plataforma de Diálogo da Sociedade Civil” que a JICA solicitou e a MAJOL se comprometeu a entregar estabelecida e funcionando. No relatório final, a consultoria fala em *Civil Society Mechanism*. Este, talvez, tenha sido um dos maiores limitantes da continuidade da luta de resistência ao ProSAVANA que a articulação tem enfrentado.

²⁴⁸ Publicação disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/artigos/internacional/139-ativistas-da-unac-escapam-de-tentativa-de-espancamento-protagonizada-por-um-dos-consultores-da-jica-durante-a-sessao-de-consulta-as-organizacoes-sobre-prosavana>> Acesso em: 28 mar. 2017

²⁴⁹ Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/2016/01/26/organizacoes-do-brasil-manifestam-solidariedade-aos-representantes-da-uniao-nacional-de-camponeses-de-mocambique-diante-das-ameacas-e-agressoes-fisicas/>> Acesso em: 28 mar. 2017

²⁵⁰ Íntegra do documento e da publicação disponíveis em: <<http://www.prosavana.gov.mz/comunicado-de-imprensa-conjunto/?lang=pt-pt>> Acesso em: 5 de abr. de 2016

5.2.5.1 *Os Principles for Responsible Agricultural Investment (PRAI) e o reforço aos mecanismos de legitimação de projetos de grande impacto*

O que interessa reforçar, a partir dos fatos em torno do “Plano de Engajamento das partes interessadas”, com a consequente “Plataforma de engajamento das partes interessadas” que se transformou em “Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala” (MCSC-CN), é que a criação de mecanismos de diálogos não são procedimentos novos. Pelo contrário, derivam de estratégias utilizadas por organizações, como o Banco Mundial, para a cooptação de movimentos e consequente alcance de legitimidade para projetos que implicam grandes impactos socioambientais, como foi discutido no segundo capítulo e reforçado ao longo desta dissertação. Com o mesmo intuito – a legitimação de projetos de grande impacto, sobretudo para comunidades rurais – existe, desde 2010, uma relação de princípios que busca mostrar uma aparente preocupação com a atuação de empresas em relação a projetos de grande impacto social. São os “*Principles for Responsible Agricultural Investment*” (PRAI), os quais serão observados nesta subseção.

Em publicação feita pela ADECRU e divulgada no mesmo dia do primeiro encontro com a MAJOL²⁵¹, lembra-se dos PRAI que, de forma simples, são princípios ou medidas criadas por meio de uma parceria entre o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD). Os princípios serviriam para minimizar impactos de projetos de investimento na agricultura de larga escala. Em outras palavras, “[...] conciliar o que parece inconciliável: de um lado, a ideologia do mercado e do investimento livre, e, de outro, a redução da pobreza, que passa pelo apoio à agricultura familiar [...] (FALAISE, 2011).²⁵² O que para a ideologia representa a troca do arcaico pelo moderno, para as populações atingidas significa “[...] perda de condições de vida – pelo menor acesso à terra e à água –, marginalização e vulnerabilidade alimentar.” (idem).

Cabe ressaltar que, em abril de 2015, foi realizado, em Maputo, seminário técnico justamente sobre os Princípios Orientadores do Investimento Responsável na Agricultura. A

²⁵¹ Disponível em: <<https://adecru.wordpress.com/2016/01/11/depois-de-desperdicados-mais-de-560-milhoes-de-ienes-para-elaboracao-do-plano-direc-tor-do-prosavana-os-governos-optam-pela-cooptacao-da-sociedade-civil/>> Acesso em: 28 mar. 2017

²⁵² Disponível em: <<http://diplomatieque.org.br/o-banco-mundial-no-comando-da-invasao-de-terras/>> Acesso em: 28 mar. 2017

ação ocorreu porque Moçambique é um dos países onde estaria sendo desenvolvido o “Uso Piloto de Diretrizes para Novos Investimentos na Agricultura.” (FAO). Tanzânia, Gana, Malawi, Nigéria, Senegal e Uganda são os demais participantes.²⁵³ Dentre os sete princípios, estabelecidos em 2010, o quarto diz respeito ao que está a se discutir: “Todos os que são materialmente afetados são consultados e os acordos das consultas são registrados e cumpridos” (tradução nossa) (UNCTAD)²⁵⁴.

Em relatório do Banco Mundial de 2014, intitulado “*The practice of Responsible Investment Principles in largescale agricultural investments: implications for corporate performance and impact on local communities*”, o qual apresenta os resultados de um estudo de campo sobre operações agrícolas – em 39 investimentos de larga escala no agronegócio na África Subsaariana – concluiu-se, sobre o diálogo com comunidades locais, que : “A consulta das partes interessadas foi mais eficaz quando era da responsabilidade do investidor, com apoio e supervisão - fornecido pelo governo local e nacional, bem como outras partes independentes, tais como advogados e representantes da sociedade civil”. (BANCO MUNDIAL, 2014, p. 7).²⁵⁵ Na interpretação de Falise (2011), os princípios seguem a linha liberal:

[...] os problemas são vistos como consequência de falta de transparência (“véu do segredo”), de falhas locais (“Estados de leis fracas” ou “pouco preparados”), de insuficiente consulta das partes interessadas (sobretudo as populações rurais expropriadas, cujas contestações são frequentemente reprimidas) e da ausência de estudos de impactos que sigam os critérios internacionais. Do mesmo modo, as correções recomendadas são da ordem do voluntariado. Trata-se de criar selos e códigos de boa conduta, mas de modo algum rever – ou reformular – as regras que regem os investimentos, estrangeiros ou não, ou de recorrer a qualquer texto legal que imponha limites a eles. Aposta-se mais na capacidade de autorregulação dos mercados que na ação pública. (FALAISE, 2011)²⁵⁶

Sendo assim, percebe-se que o estabelecimento de mecanismos de participação da sociedade civil como parte do caminho para o sucesso da agricultura de larga escala é reforçado pelas organizações internacionais também no início do século XXI. A justificativa da motivação para a criação dos PRAI está justamente no contexto de aumento de

²⁵³ Disponível em: <<http://www.fao.org/mozambique/news/detail-events/pt/c/285364/>> Acesso em: 28 mar. 2017

²⁵⁴ “All those materially affected are consulted, and agreements from consultations are recorded and enforced” . UNCTAD. Site. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/DIAE/G-20/PRAI.aspx>> Acesso em: 28 mar. 2017.

²⁵⁵ “Stakeholder consultation was most effective when it was the responsibility of the investor, with support—and oversight—provided by local and national government, as well as other independent parties such as lawyers and civil society representatives” (BANCO MUNDIAL, 2014, p. 7).

²⁵⁶ Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/o-banco-mundial-no-comando-da-invasao-de-terras/>> Acesso em: 28 mar. 2017

investimentos agrícolas evidenciado a partir da crise de alimentar entre 2007 e 2008 (BANCO MUNDIAL, 2014, p. vii). A ADECRU afirma que, no mesmo sentido dos direcionamentos dos PRAI, já havia ocorrido semelhante procedimento de estabelecimento de mecanismo de consulta²⁵⁷ – como o que se planejou para o ProSAVANA – para viabilizar ações da empresa portuguesa Portucel²⁵⁸:

[...] uma empresa que obteve a maior concessão de terra no país, correspondente a 356 mil hectares de terra nas províncias de Manica e Zambézia para o plantio de eucalipto. A Corporação Financeira Internacional (IFC), braço corporativo do Banco Mundial, detém 20% das acções da Portucel e desempenha o papel de assessor da mesma. Foi assim, que num processo facilitado pela Action Aid Moçambique, 5 organizações da sociedade civil integraram o referido Conselho Consultivo da Portucel legitimando as absurdas concessões de milhares de hectares de terra para plantio de eucalipto em detrimento da produção alimentar. Vale lembrar que em 2015 a Portucel passou a integrar a Nova Aliança do G8 para Segurança Alimentar e Nutricional, uma iniciativa amplamente criticada no mundo (ADECRU).²⁵⁹

A afirmação trazida pela associação acadêmica se aproxima do que foi discutido no terceiro capítulo desta dissertação. As ações empreendidas no âmbito nacional não estão dissociadas daquilo que se realiza no âmbito internacional. Pelo contrário, estão inter-relacionadas. Desta maneira, pode-se pensar que a coordenação (controle) do trabalho da sociedade civil moçambicana no “aconselhamento” e “monitoramento” das ações das empresas é parte integrante do processo de entrada e permanência saudável das empresas impulsionadas pela Nova Aliança do G8.

5.2.5.2 A relação da WWF com o ProSAVANA

Há, ainda, outra questão a ser analisada a respeito do projeto de engajamento proposto no âmbito do ProSAVANA. Em março de 2016, a campanha Não ao ProSAVANA publicou um comunicado em que afirma, com base em análise das relações entre movimentos da sociedade civil moçambicana e ONGs internacionais, que a intermediação do mecanismo teria alguma relação com a organização *World Wide Fund for Nature* (WWF) que tem sede na

²⁵⁷Disponível

em: http://www.portucelmocambique.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/6015ed1840f4a3080494ea63bc3bd87d.pdf Acesso em: 28 mar. 2013

²⁵⁸ A Portucel, em Moçambique, é uma empresa de direito moçambicano criada pela *The Navigator Company*, antigo grupo Portucel Soporcel. Disponível em: <<http://www.portucelmocambique.com/Portucel-Mocambique>> Acesso em: 20 ago. 2017.

²⁵⁹ Idem

Suíça, mas atua, em Moçambique, tanto como organização implementadora de projetos próprios, quanto como doadora para outras ONGs locais. A “Denúncia da parceria entre WWF e o ProSAVANA” consiste em:

[...] o Sr. Peter Betchel, que hoje se apresenta como consultor da Majol, ter sido Gestor da WWF para a Região Norte, onde foi responsável pela gestão das áreas de conservação do arquipélago das Quirimbas, Lago Niassa e Arquipélago das Primeiras e Segundas. Durante esse período, Peter Betchel e a WWF financiou e trabalhou directamente com as plataformas e com alguns representantes das organizações da sociedade civil, actualmente envolvidos nesta parceria com o Prosavana. Como organizações da Campanha Não ao Prosavana, **denunciamos o uso da posição de doador pela WWF para induzir e envolver representantes de organizações da sociedade civil** a estabelecer parcerias com o Prosavana e o sector empresarial, mesmo que isso resulte no atropelo da legislação nacional e internacional de protecção dos direitos das comunidades. Denunciamos igualmente o uso de plataformas, que em muito tem vindo a contribuir para o exercício de cidadania, para fazer passar interesses e agendas individuais e colectivas de organizações internacionais. (grifo nosso) (CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA, 2016^a, p.1-2)²⁶⁰

A denúncia apontada pela campanha é um exemplo de outra problemática discutida anteriormente: a relação entre ONGs internacionais e locais em Moçambique. Muitas vezes, o receio de perder financiamentos faz com que algumas organizações percam sua independência, atuando em prol de pautas que não necessariamente representam seus ideais (VUNJANHE, 2017).²⁶¹ Isso também reforça a observação de Mosca (2014) sobre a falta de apoio por parte do Estado às organizações da sociedade civil o que, em alguns contextos, proporcionaria maior autonomia para suas ações. É preciso lembrar que essa estreita relação com ONGs internacionais tem origem na própria história do país que recebeu significativo volume de ajuda humanitária internacional, sobretudo no período de Guerra Civil e abertura econômica, como também já foi discutido. Assim, é preciso considerar que mesmo as organizações que se mantêm como opositoras ao ProSAVANA recebem financiamento estrangeiro:

Sob o ponto de vista das pautas e sob o ponto de vista das suas prioridades acredito que tanto a UNAC, como a ADECRU, a Justiça Ambiental (JA), o Fórum Mulher e a própria Livangingo têm uma certa autonomia. Não diria uma autonomia total, uma independência total. Diria uma certa autonomia e independência

²⁶⁰ Disponível em: <<http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Comunicado-de-Imprensa-Denuncia-WWF-Mocambique.pdf>> Acesso em: 28 mar. 2017

²⁶¹ Entrevista concedida em 21 fev. 2017.

sobretudo para definir suas próprias prioridades, inclusive para se manterem firmes. É verdade que, sob o ponto de vista financeiro, todas as organizações da campanha recebem financiamento e tem uma relação com as grandes ONGs internacionais. (VUNJANHE, 2017)²⁶²

O que se percebe é que existe certa fragilidade no que diz respeito à autonomia da maioria das organizações e movimentos sociais em Moçambique e isto acaba se tornando um limite para a manutenção da articulação contra o ProSAVANA do ponto de vista do apoio nacional. No entanto, a força daquelas organizações que mantém seu propósito de luta não pode ser menosprezada.

A denúncia feita pela campanha “Não ao ProSAVANA” também aponta que o representante da MAJOL, que foi um dos condutores dos encontros de janeiro de 2016 teria envolvimento com o impulso ao agronegócio por meio do Banco Mundial e da USAID. De fato, o nome do consultor, Peter Betchel, consta como um dos elaboradores de um documento, divulgado em 2013, no âmbito do *Supporting the Policy Environment for Economic Development (SPEED+)*.²⁶³ Este SPEED+ é um projeto em que a USAID fornece instrumentos técnicos para reformas governamentais, servindo de suporte para iniciativas como a Nova Aliança do G8 (USAID).²⁶⁴ A relação, ainda que pareça confusa, não é improvável diante das conexões, já mencionadas, entre os direcionamentos de reforço ao desenvolvimento econômico neoliberal e as ações implementadas em nível nacional. Assim, pode-se concordar com a articulação contra o ProSAVANA: “Estas ligações violam princípios universais da mediação tais como a imparcialidade do mediador e a autonomia da vontade das partes, que o colocam em situação de conflito de interesse.” (CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA, 2016a, p.2).

A campanha destaca, ainda, que a WWF tem histórico de interferência nos mecanismos de participação da sociedade civil moçambicana em relação a grandes projetos. Desta maneira, o que se denuncia em relação à criação do MCSC-CN no âmbito do ProSAVANA não é diferente do que se observou no processo de criação da “Plataforma de Agro-combustíveis”:

²⁶² Idem.

²⁶³ Disponível em: <<http://www.speed-program.com/wp-content/uploads/2014/03/2013-SPEED-Report-009-How-USAID-can-Assist-Mozambique-to-Cope-with-the-Impending-Resource-Boom-EN.pdf>> Acesso em: 28 mar. 2017

²⁶⁴ Disponível em: <<http://www.speed-program.com/about-us>> Acesso em: 28 mar. 2017

A UNAC e a JA! publicaram em 2009 um estudo sobre a *Jatropha* e os agro-combustíveis em Moçambique abrindo espaço para um debate alargado da sociedade civil, que culminou num documento de “posição” das várias organizações que se propunham a trabalhar na matéria, focando os aspectos comuns. **Passados alguns meses a WWF apoderou-se do processo de discussão**, organizou um encontro onde se propôs a apoiar o estabelecimento da plataforma de agro-combustíveis e ao mesmo tempo hospedar e coordenar as actividades da mesma. Na altura, a WWF tomou várias decisões unilateralmente sem consultar as demais organizações integrantes da plataforma, incluindo a decisão do envolvimento do Governo nas discussões e deliberações internas de assuntos candentes, o que fez com a maior parte dos membros, incluindo a JA!, se afastassem da referida plataforma e da luta colectiva contra o avanço dos biocombustíveis.

Em 2014 a WWF propôs-se criar a Aliança das Plataformas, grande parte das organizações da sociedade civil presentes no encontro, concordaram com a ideia de uma aliança mas julgavam que não deveria ser coordenada por uma organização estrangeira, mas sim por uma organização moçambicana. **Uma vez mais a WWF ignorou e prosseguiu**. A plataforma foi estabelecida e é coordenada pela WWF, na sua forma característica de tomada de decisões, muitas das vezes usando o poder de ser financiador de muitas das organizações que compõem a referida plataforma. (ibid., p.4)

O caso relatado não é idêntico, mas contém elementos que o aproxima da problemática em torno do estabelecimento do MCSC-CN no âmbito do ProSAVANA. No caso apresentado, a WWF parece ter buscado “zerar” o debate, desconsiderando todo estudo feito anteriormente pela UNAC e pela JA. A MAJOL, ao encaminhar a reunião dos dias 11 e 12 de janeiro de 2016, pareceu ter feito o mesmo: desconsiderou os estudos e tentativas de diálogo que já vinham sendo empreendidos pelas organizações envolvidas na articulação contra o ProSAVANA. Por outro lado, as organizações moçambicanas UNAC e JA, tanto no evento dos agrocombustíveis, quanto na questão do desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala mantiveram suas reivindicações de que as questões que dizem respeito a Moçambique tenham que ser “coordenadas” por moçambicanos. Em resumo, suas atuações demonstram que, mesmo diante dos constrangimentos inerentes às relações com algumas ONGs internacionais, a sociedade civil moçambicana possui, em sua maioria, fortes organizações em permanente luta e resistência.

5.2.5.3 O ProSAVANA e a mídia em Moçambique

Outra questão a partir da qual se pode pensar sobre limites e potencialidades da articulação contra o ProSAVANA diz respeito à relação da mídia moçambicana com o programa. Ganhar o público local foi identificado como potencial para a coordenação do

ProSAVANA no sentido de enfraquecer a articulação. Em entrevista concedida, em agosto de 2016, o jornalista Boaventura Monjane falou sobre a atuação da imprensa em relação ao ProSAVANA e o espaço para a divulgação de posicionamentos contrários ao programa:

Tens uma mídia progressista, pouca, mas resistente, que tem dado voz às nossas demandas. Mas **os media dominantes, aqui, são controlados pelo regime, pelo governo** – que é televisão pública, a rádio pública, o jornal ligado ao regime e que, evidentemente, é com o outro lado, e passa muito pouco sobre nossas demandas. Mas também eu acho que é **uma falta de compreensão sobre o que está em jogo aqui por parte da mídia. Às vezes, é mesmo ingenuidade ou falta de conhecimento.** Eles não compreendem o que estamos a falar e, portanto, não questionam. Se você vê a matéria que eles escrevem sobre o ProSAVANA...é muito seca, sem investigação, sem análise, sem compreensão. Então, por um lado, há esse interesse de promover o ProSAVANA, pela mídia dominante, mas, por outro lado, **há um desconhecimento total dos debates em volta aos modelos, aos sistemas agrícolas e a questão toda do uso e negócio de terra por parte da mídia. São esses dois fatores que não possibilitam um ecoar melhor das nossas vozes na mídia dominante.** Mas, claro, temos uma mídia progressista, como o jornal “A Verdade” que tem publicado nossas coisas etc. Mas, a maior parte do trabalho de comunicação que acontece dando voz às nossas demandas é todo alternativo, feito por nós, pelas mídias sociais e website das nossas organizações (MONJANE, 2016).²⁶⁵

Pela declaração de Boaventura Monjane, pode-se pensar que a atuação da equipe do ProSAVANA, sobretudo da JICA, na implementação da “Estratégia de Comunicação”, não encontraria dificuldade de penetração, devido à rasa compreensão sobre todo o processo por parte da maioria dos jornalistas dos grandes meios moçambicanos. Não podendo desconsiderar o alcance das mensagens emitidas por esses grandes meios, percebe-se que a estratégia pode ser considerada um limitante à articulação. Por outro lado, a informação difundida nos sites e redes sociais tem capacidade de propagação e compartilhamento, por vezes, ainda mais rápidos e maiores – o que poderia ser considerado positivo para a articulação, já que as “mídias progressistas” que apoiam o ProSAVANA têm como principal espaço a internet. Porém, isso pode ser considerado um potencial para a estratégia da luta e resistência mais em nível internacional do que nacional. Um relatório da União Internacional das Telecomunicações (UIT) divulgado pela ONU, em novembro de 2016, afirma que o índice de computadores em casa e acesso à internet, em Moçambique, é de apenas 9%

²⁶⁵ Entrevista concedida em 11 ago. 2016.

(JÚNIOR, 2016).²⁶⁶ Ou seja, as ações promovidas pelos meios digitais não têm ampla penetração na maioria da população moçambicana.

Por fim, diante das análises empreendidas nesta seção, tanto em relação à “Estratégia de Comunicação”, quanto em relação ao “Engajamento das partes interessadas” e o consequente surgimento do MCSC-CN, pode-se afirmar que há fundamento na seguinte conclusão: “[...] as divisões entre a sociedade civil foram deliberadamente criadas” (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 7). É possível, também, concordar com o que os camponeses moçambicanos perceberam, no decorrer dos anos de luta e resistência, mesmo antes de ter conhecimento a respeito das ações realizadas pela coordenação do ProSAVANA:

[...] que "a luta" já não era só sobre a "modelos de desenvolvimento" e "apropriação de terra", mas também sobre a "soberania do povo (libertação)" e governação democrática asseguradas na Constituição duramente conquistada através de sua luta contra o colonialismo, guerras e ditadura (grifo nosso) (ibid., p.7).

Percebe-se, portanto, que a articulação contra o ProSAVANA ganhou novas preocupações ao longo do tempo. Particularmente neste período – quando se percebe o mecanismo de ação para legitimar o programa – acrescenta-se a necessidade de garantia da “governança democrática” em Moçambique, onde os espaços de diálogo e a participação livre aparentam estar em construção, diante de um passado recente de repressões.

Assim, considera-se que a ampla compreensão das estratégias utilizadas pela direção do ProSAVANA tenha potencializado a continuidade da articulação contra o ProSAVANA. Além disso, em setembro de 2016, o Observatório do Meio Rural (OMR), que havia concordado em contribuir com a revisão do Plano Diretor do ProSAVANA prestando apoio ao MCSC-CN, “decidiu declinar a sua contribuição” (OMR, 2016b)²⁶⁷. O OMR informou que as exigências feitas pela organização não estavam sendo cumpridas, o que favoreceu, de alguma maneira, a luta de resistência contra o programa considerando a relevância acadêmica e social dessa organização em Moçambique.

²⁶⁶ Moçambique fica atrás de Cabo Verde (43%) e Angola (12%). Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2016/11/portugal-e-brasil-encabecam-lista-de-acesso-a-internet-dos-paises-lusofonos/#.WNru8zvyvIV>> Acesso em: 28 mar. 2017. Segundo o relatório *Estado da Banda Larga*, desenvolvido por agências da ONU e divulgado, em setembro de 2015, a África Subsaariana tem menos de 2% da sua população com acesso à internet.

²⁶⁷ O OMR tem como diretor o economista moçambicano João Mosca, cujos trabalhos foram utilizados nesta dissertação.

A seguir, como forma de conclusão deste trabalho, serão apresentadas algumas considerações sobre a mudança na conjuntura política brasileira e suas consequências em relação à cooperação internacional do Brasil, tanto no âmbito das organizações da sociedade civil, quanto no nível estatal de decisões sobre o ProSAVANA.

5.3 LUTAR E RESISTIR NOS NOVOS CONTEXTOS POLÍTICOS

De 2011, quando as organizações tomaram conhecimento a respeito do ProSAVANA, até o ano de 2017, quando esta dissertação é concluída, muitos foram os acontecimentos que influenciaram, de alguma maneira, na possibilidade de ação das organizações em campanha contra o programa de cooperação. Nesta última seção, o objetivo é trazer a mudança ocorrida no direcionamento político do Brasil que interferiu, sensivelmente, na atuação dos movimentos, organizações e acadêmicos brasileiros.

5.3.1 Um *impeachment* no meio do caminho

Enquanto a sociedade civil japonesa buscava extrair documentos da JICA e as organizações moçambicanas vivenciavam os efeitos das estratégias empreendidas para criação do mecanismo de consulta por parte da coordenação do ProSAVANA, os brasileiros membros da articulação passavam por uma das maiores crises políticas da história do país. A presidente Dilma Rousseff sofreu um *impeachment* cujo processo começou em dezembro de 2015 e terminou em agosto de 2016 (AGENCIA SENADO, 2016b).²⁶⁸ Assim, o vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo mais alto do Executivo brasileiro e adotou um programa político diferente do que estava em vigor e havia sido eleito, o que deu margem a questionamentos sobre o futuro da cooperação Brasil-África.

Em proporções menores, já havia ocorrido mudança de posicionamento em relação ao continente com a passagem do Governo Lula para o Governo Dilma (AGUIAR, 2016a).²⁶⁹ Quando Dilma Rousseff assumiu o governo, havia uma expectativa de continuidade das iniciativas do governo anterior, mas também esperava-se uma maior institucionalização da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento com o aumento da autonomia da ABC, por exemplo (LEITE, 2010, p. 1). No que diz respeito às relações com países africanos,

²⁶⁸ Informações disponíveis em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>> Acesso em: 6 abr. 2017

²⁶⁹ Depoimento proferido em 14 nov. 2016.

enquanto Lula abriu 17 embaixadas no continente, o orçamento para programas de cooperação do Brasil na África apresentou queda. “A execução orçamentária da ABC (montante efetivamente usado) caiu 25% – de R\$ 36,9 milhões em 2012 para R\$ 27,8 milhões em 2014. A agência tinha 253 projetos ou atividades em África em 2010. No ano passado [2014], eram 161.” (MELLO, 2015)²⁷⁰. No caso do ProSAVANA, em 2015, houve atraso na concretização do projeto ProSAVANA-PI. Em relatório da JICA, de junho de 2015, afirma-se o seguinte:

O orçamento da ABC foi reduzido drasticamente devido à recessão econômica do Brasil, e o envio de peritos da Embrapa recebeu grande restrição. Por esse motivo, muitas actividades encarregadas da parte Brasileira não foram realizadas até agora. Como essas actividades podem causar um grande impacto sobre os resultados do Projecto de agora em diante, pois já se passaram 4 anos desde o início do ProSAVANA-PI que tem duração de 5 anos, gostaríamos de organizar a situação. (JICA, 2015a, p. 2-5)

O relatório registra que, diante das circunstâncias, optou-se por eliminar “[...] as actividades que ainda não foram realizadas e que não há previsão de serem realizadas e os respectivos indicadores, e alterados os itens relacionados a actividades que foram realizadas parcialmente, com base nos seus resultados.” (ibid., p. 2-6). Um dos projetos abalados foi a construção de um laboratório multifuncional em Lichinga que “[...] devido a dificuldades financeiras, a contribuição para os custos de construção havia sido cancelada.” (ibid., p.2-16). Ou seja, os rumos do projeto precisaram ser alterados para que fosse garantida sua continuidade, diante do cenário brasileiro.

Com a mudança de governo, quem assumiu o Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi o ex-senador José Serra que anunciou as diretrizes da Política Externa brasileira sinalizando um reforço para as relações comerciais (FIGERMAN, 2017, p.1). Na nona diretriz, o ministro destacou:

Estaremos empenhados igualmente em atualizar o intercâmbio com a África, o grande vizinho do outro lado do Atlântico. Não pode esta relação restringir-se a laços fraternos do passado e às correspondências culturais, mas, sobretudo, forjar parcerias concretas no presente e para o futuro. Ao contrário do que se procurou difundir entre nós, a África moderna não pede compaixão, mas espera um **efetivo**

²⁷⁰ Reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/03/1606466-brasil-recua-e-reduz-projetos-de-cooperacao-e-doacoes-para-a-africa.shtml>> Acesso em: 15 maio 2017

intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos. Nesse sentido, a solidariedade estreita e pragmática para com os países do Sul do planeta terra continuará a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira. Essa é a estratégia Sul-Sul correta, não a que chegou a ser praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos. (grifo nosso) (SERRA, 2016)²⁷¹

Em reflexão sobre o futuro dos projetos de cooperação Sul-Sul brasileiros a partir do *impeachment* de Dilma, Figerman (2016) observa que não apenas a atuação em Política Externa, mas também as alterações nas estruturas estatais internas realizadas pelo novo governo poderiam abalar os projetos no âmbito da cooperação brasileira com a África:

A extinção do MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário], o Cancelamento do Edital Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a exoneração de mais de 60 cargos de confiança, além da exoneração do presidente da ATER, Paulo Guilherme Francisco Cabral, indicam, por exemplo, uma dificuldade que o governo terá para dar andamento ao PROSAVANA e o PAA África, que contavam com essas instituições para sua efetiva implementação. Além do mais, a possibilidade de ser aprovada a PEC 241, atual PEC 55 no Senado, coloca em xeque as ações internacionais da Fiocruz, ao restringir seu orçamento, impedindo investimentos em iniciativas Sul-Sul. (FIGERMAN, 2016)²⁷²

Dias depois da publicação do artigo, ocorrida em 8 de dezembro, o que a pesquisadora falava em possibilidade se tornou realidade. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55 foi promulgada, no dia 15 de dezembro, determinando que: “A partir de 2018, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).” (AGÊNCIA SENADO, 2016a)²⁷³ Na prática, a iniciativa pode impedir investimentos públicos em áreas como saúde e educação. Daí a relação com o financiamento para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que é vinculada ao Ministério da Saúde e atua na área de ciência e tecnologia em saúde (FIOCRUZ).²⁷⁴

²⁷¹ Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/images/repertorio/diretrizes-governo-Temer-Ministro-Serra.pdf>> Acesso em: 15 maio 2017

²⁷² Disponível em: <<http://obs.org.br/cooperacao/1114-sera-o-fim-dos-projetos-de-cooperacao-sul-sul-do-brasil>> Acesso em: 15 maio 2017.

²⁷³ Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>> Acesso em: 15 maio 2017

²⁷⁴ FIOCRUZ. Site. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/funda%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 15 maio 2017

De volta à questão do envolvimento brasileiro no ProSAVANA, com a mudança de governo provocada pelo *impeachment*, as informações apuradas pela articulação contra o programa no país apontam:

Uma menor intensidade da cooperação e menos recursos direcionados para isso. O que baixa o perfil da presença brasileira neste programa. Mas a informação que a gente teve, ainda no início do ano [2016] e conversando com algumas pessoas, era de que algumas pistas nos levam a entender que o Brasil se mantém no programa com um outro papel. Menos ativo no sentido de fazer o processo que a Embrapa fazia, ano passado, de cooperação mais técnica e também colocando menos recursos, mas com uma parceria mais clara de dinheiro do Japão e de ação ainda presente. Quando a gente conversou em março [de 2016], com o governo anterior, estava chegando uma delegação de Moçambique para assinar alguns memorandos para continuidade. [...] Agora, desde a mudança do governo, o embaixador do Brasil, em Moçambique, já declarou continuidade do ProSAVANA pra estratégia do novo governo. Temer também esteve, recentemente, no Japão e reafirmou a importância desses programas e das relações com o Japão (AGUIAR, 2016a).

Em entrevista concedida ao jornal moçambicano “@Verdade”, em setembro de 2016, o embaixador do Brasil em Moçambique, Rodrigo Soares, afirmou que a importância das relações entre Moçambique e Brasil não seria alterada com a mudança de governo e reforçou que, na condição de vice-presidente, Michel Temer já havia visitado Moçambique, em 2012, para inaugurar a fábrica de medicamentos, incluindo anti-retrovirais. Sobre o ProSAVANA, o embaixador tentou distanciar o programa das relações comerciais, mas reafirmou a tese brasileira de compatibilização entre agronegócio e agricultura familiar (CALDEIRA, 2016).²⁷⁵

O que é importante ressaltar, é que a mudança de governo se transformou num limite à atuação da articulação contra o programa no Brasil, mas não significou o fim da luta de resistência por parte dos brasileiros. Como forma de posicionamento político, os movimentos, ONGs e acadêmicos decidiram não dialogar com um governo que não reconhecem como legítimo, mas mantém o trabalho na esfera da “ampla divulgação de denúncias” (AGUIAR, 2016). O debate realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 2016, é um exemplo de que o trabalho de reflexão sobre o ProSAVANA está mantido. Outra atuação dos grupos brasileiros

²⁷⁵ Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/59416-mocambique-e-um-pais-tao-importante-para-o-brasil-que-nao-ha-governo-nenhum-que-va-conseguir-alterar-a-importancia-das-relacoes>> Acesso em: 15 maio 2017

que ainda não foi mencionada neste trabalho, diz respeito ao acompanhamento da tramitação de uma ação civil pública²⁷⁶ no âmbito do Ministério Público Federal (MPF):

Existe uma ação do Ministério Público, no Brasil, em relação ao ProSAVANA, aplicando obrigação extraterritorial brasileira dizendo que o Brasil deveria em seus programas de cooperação Sul-Sul respeitar o direito à consulta livre, prévia e formada, tal qual normatizado pela convenção 69 da OIT [Organização Internacional do Trabalho], já que o Brasil é signatário, mas Moçambique não é. Este caso está aberto. Tem uma dificuldade de ver como operacionaliza-lo porque ele tem algo de inédito, mas mostra um pouco quando alguns procuradores tem uma visão de fato de direitos fundamentais, de soberania popular, como eles podem ser aliados no processo. É um caso que tem fertilidade para a gente também (AGUIAR, 2016a).

A ativista brasileira²⁷⁷ ressalta que um dos problemas é que Moçambique não apenas não é signatário da convenção da OIT, como não tem a mesma “capilaridade nem social, nem normativa” como o Brasil em relação ao entendimento do que são povos e comunidades tradicionais. Assim, o MPF tem usado o mecanismo de “obrigação extraterritorial”: “Então, isso também coloca um pouco de limites, mas eu acho que esses limites, ao mesmo tempo, são base para uma potencial cooperação Sul-Sul dos povos nesse tema, justamente a partir daquilo que a gente tem acumulado aqui” (idem). Em publicação que registra as ações empreendidas sobretudo no início da luta de resistência, as organizações brasileiras declaram:

Os desafios colocados a frente estão relacionados à necessidade de articulação da resistência com a **construção de alternativas**, o que ficou claramente apontado no plano de trabalho da Campanha na reunião de marco de 2015 em Brasília. O projeto de soberania e segurança alimentar e nutricional dos camponeses e agricultores familiares dos dois lados do Atlântico precisa se viabilizar economicamente para que possa ter condições de disputar com o modelo do agronegócio representado pelo ProSavana. (grifo nosso) (MELLO, 2016, p.38)

²⁷⁶ Não houve tempo suficiente, dentro desta pesquisa de mestrado, para buscar esta ação, considerando que implicaria questões burocráticas de utilização da Lei de Acesso à informação e o conhecimento sobre esta atuação do MPF apenas chegou à autora no final do ano de 2016. Aconselha-se que trabalhos futuros sobre o tema incluam o conteúdo e a atualização da ação civil.

²⁷⁷ Diana Aguiar é membro da FASE, organização que coordena a campanha “Não ao ProSAVANA”, juntamente com o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) no Brasil. Fátima Mello que escreve o texto referenciado ao longo deste capítulo, destacado da publicação “Cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique: Memória de Resistência ao programa e análise do Plano Diretor” fazia este trabalho, mas saiu da FASE em junho de 2015.

Como conclusão deste capítulo, é importante destacar que, assim como os brasileiros, japoneses e moçambicanos continuam a manter atividades de resistência ao ProSAVANA, ainda que os contextos políticos e econômicos nacional e internacional tenham passado por transformações nos últimos cinco anos. Os ativistas e pesquisadores japoneses acreditam:

[...] que a verdade pode ajudar não apenas as pessoas que estão actualmente em dificuldades. Irá ajudar, também, aqueles que estão dentro do sistema, mas não têm uma imagem completa do que tem acontecido, por que as coisas foram acontecendo de certa maneira, o que podem ter-se envolvido, inadvertidamente, e a futura geração dos três países. (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 118).

Quanto aos moçambicanos, cabe ressaltar o posicionamento de ativistas que tiveram relevante participação no decorrer da luta de resistência contra o ProSAVANA. Na opinião do moçambicano Vicente Adriano, a articulação contra o programa proporcionou um amadurecimento dos movimentos em Moçambique no sentido “[...] de mostrar que são capazes de resistir a um programa, a um sistema, a um modelo de desenvolvimento que não é apropriado às realidades nacionais [...]” (ADRIANO, 2016). Já Jeremias Vunjanhe afirma que “Não ao ProSAVANA” é “[...]a campanha que, talvez, tenha sido considerada mais bem conseguida dos últimos trinta anos [...]” (VUNJANHE, 2015) e que:

[...] depois da independência, nunca antes um projeto, um programa que se confunde com uma política pública ou com uma estratégia de desenvolvimento rural tenha sido submetido a um escrutínio público tão amplo e um processo tão demorado e de forma muito bem estruturada **e exigindo, inclusive, uma capacidade de engajamento muito forte.** (grifo nosso) (VUNJANHE, 2017).

Em tempos de criminalização de movimentos sociais em uma conjuntura complexa política, cultural e socialmente, pode-se concordar com os posicionamentos expressos pelos ativistas dos três países, os quais amplificam as milhares de vozes que ecoam a partir do Corredor de Nacala.

6 CONCLUSÃO

Quando se fala em desenvolvimento existem diversas interpretações e não seria possível esgotar, nesta dissertação, todas as discussões em torno do termo. Assim, optou-se por partir de algumas definições a respeito do que se entende por desenvolvimento e fazer um percurso histórico buscando elementos que reforçassem a tese de que houve uma construção da ideia de desenvolvimento, a qual passou por uma inflexão no sentido de representar a concretização do sistema capitalista neoliberal. No percurso, as estratégias usadas para manutenção deste sistema compreendem a defesa de um discurso de amplas possibilidades, fazendo com que se deseje, a todo custo, alcançar o patamar daqueles países que estão no centro do sistema e são considerados desenvolvidos. Nesse sentido, as grandes organizações internacionais exercem função importante na realização de projetos em prol do desenvolvimento. Para isso, buscam promover consensos não apenas entre dirigentes dos países que são doadores e receptores das estratégias de desenvolvimento, mas também entre aqueles que representariam parte da opinião pública que reivindica melhores condições para as populações alvo dos projetos: os sindicatos, os movimentos sociais e as ONGs.

Argumentou-se que estratégias arquitetadas pelas grandes organizações internacionais, principalmente pelo Banco Mundial, na implementação de programas de desenvolvimento, foram fundamentais e ainda servem de modelo. A proposta é promover consensos que proporcionem a legitimação destes programas, os quais, por provocarem impactos socioeconômicos, recebem forte oposição de movimentos sociais, ONGs e sindicatos. Os mecanismos de “Engajamento das partes interessadas” cumprem essa função ao servirem para disciplinar a participação da sociedade civil organizada no sentido de fazer com que se chegue àquilo que os promotores dos programas desejam, mas de maneira que o resultado aparente ter sido fruto de um processo de construção democrático e participativo. Os mecanismos enfraquecem o debate em torno das reais necessidades de comunidades que vivem em condição de pobreza – graças às contradições do próprio sistema – mas possuem especificidades históricas e culturais que merecem ser respeitadas. A necessidade de haver consenso sem que haja discussão, debate e, por vezes, conflito, prolonga a permanência dos problemas.

A implementação do ProSAVANA se mostrou um exemplo de como aquilo que se discute em termos das estratégias de ratificação do modelo de desenvolvimento neoliberal se materializa. Já a articulação contra o programa demonstrou ser um exemplo de como se tem

resistido a este tipo de investida. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar a articulação contra o ProSAVANA, no contexto de implementação do programa de cooperação, buscando discutir as potencialidades e limites de suas ações. Neste processo, chegou-se a algumas conclusões.

Constatou-se que Moçambique mantém um clima de conflito permanente como resquício de sua recente independência. Grupos política e culturalmente distintos ainda confrontam-se provocando transtornos sobretudo para as comunidades localizadas longe dos centros urbanos. O engajamento na luta de resistência ao ProSAVANA, por parte dos membros de organizações sociais do país é, neste sentido, um ato de coragem. Há mágoa e esperança reunidos nas declarações destas pessoas. Há, também, um sentimento de fazer valer o sangue daqueles que deram suas vidas para que fosse possível se posicionar, minimamente, sobre o futuro de seu país e tentar criar uma nação verdadeiramente independente e justa. Esta resistência eleva o potencial da articulação contra o ProSAVANA.

A partir da análise empreendida, foi possível concluir, também, que a fragilidade das condicionalidades impostas pelo governo moçambicano para que um investimento estrangeiro se estabeleça no país facilita a atração de investimentos que, em essência, buscam alferir lucro. Neste contexto, ressalta-se a facilidade de aquisição do DUAT no país a qual tem atraído investidores estrangeiros, incluindo os brasileiros, que viram no ProSAVANA uma oportunidade de chegar às terras moçambicanas e impulsionar o agronegócio no Corredor de Nacala.

Discutiu-se, ainda, a influência que iniciativas como a Aliança para uma Revolução Verde na África (AGRA) e a Aliança do G8 para a Segurança Alimentar e Nutricional têm exercido no direcionamento das políticas de desenvolvimento agrícola de Moçambique sobretudo após a crise alimentar de 2008. Crise esta que, combinada com a crise do sistema financeiro, ao mesmo tempo em que foi uma oportunidade para se repensar as políticas de combate à fome, culminou com a prevalência do discurso sobre a necessidade de aumentar a produção alimentar por meio da mecanização e utilização de agrotóxicos. Compreendeu-se, então, que não são apenas os problemas internos decorrentes dos desajustes causados por um Estado, ainda frágil do ponto de vista institucional, que contribuem com os problemas experienciados pelos moçambicanos no início do século XXI. Deve-se considerar, também, a influência que iniciativas em âmbito internacional exercem no direcionamento das decisões internas do país. Percebe-se, assim, um caráter de dependência política e econômica por parte de Moçambique em relação a grandes potências como os Estados Unidos e o Japão e, ainda,

ao Brasil, que tem o país africano como um dos principais parceiros na cooperação Sul-Sul. A contribuição da China e da Índia também devem ser consideradas e precisam ser mais exploradas em estudos futuros.

Pode-se dizer, então, que as pressões internas e externas se apresentam como limites para a atuação da articulação contra o ProSAVANA. Estas pela força dos consensos internacionais que são estabelecidos no impulso ao desenvolvimento neoliberal. Aquelas pelas consequências diretas sobre a vida das comunidades que convivem com a iminência de conflitos.

Por outro lado, em relação ao âmbito externo, os problemas provocados pelas consequências daquilo que defendem – impulso a grandes empreendimentos extrativistas e prioridade ao agronegócio para melhoria da produção agrícola – transformam-se em potenciais “armas” para a articulação contra o programa. Como exemplos foram apresentados os problemas provocados pela atuação da mineradora Vale e a implementação do PRODECER. As ações danosas da multinacional no Brasil, Argentina, Chile, Peru, Canadá e Indonésia são denunciadas pela articulação “Atingidos pela Vale” para que se preste atenção na atuação da mineradora também em Moçambique, o que reforça os argumentos da articulação contra o ProSAVANA. Já as consequências do PRODECER para as comunidades rurais, tradicionais e indígenas brasileiras também servem de exemplo para que sejam denunciadas possíveis consequências nefastas no caso do ProSAVANA.

No que diz respeito ao cenário interno, as denúncias sobre desrespeitos aos Direitos Humanos e à Constituição moçambicana tornam-se potenciais na medida em que o governo não tem interesse que o país seja visto como frágil do ponto de vista democrático, já que foi justamente sua democratização que favoreceu a atração de grandes investimentos. Isto porque, contraditoriamente, grandes empresas – muitas envolvidas com negócios que geram danos socioeconômicos – dependem dos mecanismos mínimos de participação social para serem vistas como aquelas que levam desenvolvimento para os locais mais pobres e são socialmente responsáveis – legitimar suas atuações faz parte do processo de geração de lucro.

Ao longo do texto, reforçou-se a ideia de que os protagonistas da luta contra o ProSAVANA são os camponeses e as organizações moçambicanas contrárias ao programa, sem desconsiderar as mobilizações e trabalhos de incidência política tanto no Brasil, quanto no Japão. Concluiu-se que a luta de resistência passou por fases que englobam a necessidade de encontrar informações, a mobilização e conscientização dos camponeses sobre os prováveis malefícios do programa, até a descoberta de estratégias de enfraquecimento da

mobilização – que interferiram na possibilidade de diálogo democrático e transparente. Afirmou-se, também, que a articulação contra o ProSAVANA está contida em uma luta maior contra o próprio sistema capitalista que, por meio da crença na possibilidade de alcance de um determinado patamar de desenvolvimento, tem proporcionado a manutenção de formas de produção econômica e de relações culturais e sociais excludentes. Dizer não ao ProSAVANA, é dizer não a uma lógica que prioriza o grande negócio em detrimento do pequeno agricultor e que desconsidera a possibilidade de pensar outras formas de vida. A partir da observação inicial desse processo, pôde-se pensar que, se o discurso do desenvolvimento ainda enraizado na noção de crescimento econômico e acumulação – por se tratar do desenvolvimento do próprio sistema capitalista – ainda tem grande repercussão, também tem força o grito daqueles que – sem outra alternativa – precisam lutar para garantir condições de sobrevivência.

A pesquisa mostrou, ainda, que a atuação da Comunicação Social na implementação de programas de desenvolvimento também merece ser analisada com mais critério e detalhamento. No caso do ProSAVANA, percebeu-se que o desempenho da consultoria de comunicação CV&A foi indispensável para a mudança de discurso do programa de cooperação. A “Estratégia de Comunicação” criada direcionou as atividades subsequentes em relação à participação da sociedade civil nas discussões do ProSAVANA. Ela impulsionou, de alguma forma, a proposta de criação de um plano de “Engajamento das partes interessadas” criado, posteriormente, pela consultoria de gestão empresarial MAJOL – que englobou profissional da área de comunicação na equipe por exigência prevista nos Termos de Referências. Pode-se questionar o fato de a palavra final ser dos contratantes e não dos contratados no momento de colocar em prática as ações que, porventura, sejam sugeridas. No entanto, é preciso lembrar que as estratégias foram idealizadas pela coordenação do ProSAVANA, sob liderança da JICA, mas executadas pelas consultorias que, desta maneira, também têm alguma responsabilidade em relação à cooptação de lideranças e, em certa medida, divisão da sociedade civil moçambicana. Assim, pode-se dizer que as consultorias, em especial a que desenvolveu a “Estratégia de Comunicação” proporcionou mais “intervenção social” do que viabilizou a comunicação social em Moçambique. Ameaças, perseguições de líderes e ativistas e o acirramento das tensões sociais já vivenciadas no país foram as contribuições da “Estratégia de Comunicação” do ProSAVANA para a sociedade moçambicana. Assim, aprofundar esta discussão é imprescindível, considerando a relevância das ações de comunicação no contexto social.

Em contrapartida, a revelação dos mecanismos utilizados pela coordenação do ProSAVANA em relação à sociedade civil – fruto do trabalho de advocacia dos ativistas e acadêmicos envolvidos na articulação contra o programa – se apresenta como um potencial artifício para a continuidade da luta, já que algumas organizações que porventura estivessem inclinadas a seguir apoiando o programa da maneira como ele está esquematizado podem refletir, mudar de posicionamento e se unir às organizações que permanecem na articulação contra o ProSAVANA. Contudo, não é possível prever o rumo que a contestação transnacional tomará, já que ela ainda está em plena atividade. O que se pode afirmar é que, no que diz respeito ao ProSAVANA-PD, a articulação exerceu significativa influência. A previsão inicial de realização do projeto era entre março de 2012 e o primeiro trimestre de 2014. No entanto, ainda em 2017, as discussões continuam e o documento segue sem legitimação social. Tanto a “Estratégia de Comunicação”, quanto o Plano de “Engajamento entre as partes interessadas” surgiram quando já ocorria contestação ao ProSAVANA, o que pôde ser comprovado pela análise dos documentos iniciais que registram os encontros das três partes cooperantes. Não havia previsão de participação dos camponeses, nem das organizações que os defendem no processo de construção do Plano Diretor ou qualquer outro projeto. Apenas em 2012 surgiu a discussão sobre a criação de um mecanismo para alcançar a sociedade civil algo que, no mínimo, fez com que a coordenação do ProSAVANA investisse tempo e recurso financeiro na contratação das consultorias para a concretização deste propósito.

É preciso ressaltar, ademais, que se observou uma redução no ritmo e na intensidade da participação brasileira na execução das atividades que cabiam ao país. Isto por causa da crise econômica e política pelas quais passa o Brasil. Atraso no cumprimento de acordos com necessidade de aporte financeiro e redução da presença de profissionais das organizações que executavam auxílio técnico em Moçambique são algumas evidências. Além disso, a mudança de presidente, no fluxo dos acontecimentos relacionados ao ProSAVANA, representou alterações institucionais que abalaram as relações entre o governo e as organizações e movimentos brasileiros membros da articulação contra o ProSAVANA. Assim, o grupo não possui a mesma incidência política que antes, mas mantém atividades de estudo e ações de contestação fora do âmbito de relações governamentais.

Acrescenta-se que trabalhos futuros – que tenham como objeto a oposição ao ProSAVANA e que busquem identificar os efeitos que ela tem provocado na implementação do programa – devem observar o andamento da execução dos projetos em campo. Um

caminho seria comparar os prazos elencados inicialmente com os atuais, observando como eles foram modificados ao longo dos anos em decorrência dos conflitos analisados neste trabalho. Alguns relatórios de atividades já estão disponíveis, graças à insistência da articulação. No entanto, seria importante verificar o avanço das ações e a resistência ou adesão dos camponeses às mesmas no Corredor de Nacala. Assim, será possível encontrar outros elementos que contribuam com esta análise sobre as potencialidades e limites da articulação contra o ProSAVANA. Isso porque, mais do que a elaboração de um documento (ProSAVANA-PD), o ProSAVANA-PI e o ProSAVANA-PEM preveem a criação de estruturas físicas e a execução de testes no terreno.

No que tange aos objetivos elencados por esta pesquisa, considera-se que, dentro do espaço de tempo e recursos disponíveis, os resultados tenham sido alcançados. Assim, a articulação contra o ProSAVANA pode ser encarada como um desdobramento positivo de uma cooperação trilateral que desconsiderou seus principais interessados. Não tendo chegado ao fim, a mobilização segue resistindo contra a hegemonia de um sistema econômico, político, social e cultural que serve a poucos e tira muito daqueles que menos têm. A luta continua.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elegante, 2016.
- ACTA do Comité da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) Câmara de Vereadores (o Japão). Tóquio, mar. 2017, 6p.
- ADALIMA, J.; NUVUNGA, A. Participação da Sociedade Civil na Elaboração do Plano de Acção para a Redução da Pobreza PARP (2010-2014): Relatório Final. Moçambique: Grupo Informal de Governação. 2012.
- ADECRU. Comunidades camponesas e rurais juntam-se na caravana de solidariedade às vítimas dos megaprojectos no Corredor de Nacala. Malema, set. 2016. Disponível em: <<https://adecru.wordpress.com/2016/09/20/comunidades-camponesas-e-rurais-juntam-se-na-caravana-de-solidariedade-as-vitimas-dos-megaprojectos-no-corredor-de-nacala/>> Acesso em: 23 maio 2017.
- ADRIANO, V. [15 de setembro, 2016]. 4 arquivos sonoros (35 min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Fernanda Aragão.
- ADRIANO, V.; VUNJANHE, J. Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique: um longo caminho por trilhar. **Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN)**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, fev. 2015.
- AGÊNCIA SENADO. (2016a) Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos. **Senado Notícias**. 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>> Acesso em: 6 abr. 2017.
- _____. (2016b) Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Senado Notícias**. 28 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>> Acesso em: 6 abr. 2017.
- AGUIAR, D. depoimento. [14 de novembro, 2016a]. 1 arquivo sonoro (30 min). Rio de Janeiro. Participação em debate “Expansão do agronegócio no Brasil e em Moçambique: principais atores, estratégias e disputas por recursos.”
- _____: [14 de novembro, 2016b]. 1 arquivo sonoro (6 min). Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Fernanda Aragão.
- ALMEIDA, E.L. **Entre o discurso solidário e a ação pragmática**: o sentido da cooperação técnica brasileira em Moçambique no governo Lula da Silva. 2015. 233f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- AMARAL, I. **Beira, cidade e porto do Índico**. Finisterra. Lisboa: Revista Portuguesa de Geografia, v.IV-7, 1969.

AMARAL, M. Capitalismo selvagem à brasileira. **Agência Pública**. 9 de maio, 2016. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/05/capitalismo-selvagem-a-brasileira/>> Acesso em: 25 abr. 2017.

AMORIM, A. Fundo Nacala: estrutura original e desdobramentos. Rio de Janeiro: Solidariedade e Educação (FASE), mar. 2015.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANITELLI, F. Quando a fé rugue: Fernando Anitelli. In: O Teatro Mágico. **Recombinando atos**. São Paulo: Ponto4 Digital. 2013. DVD. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x9qcUr8BVCI>>

ANITELLI, F.; VIANA, M. Pena. In: O Teatro Mágico. **Recombinando atos**. São Paulo: Ponto4 Digital. 2013. DVD. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DBC4aGc_LbY> Acesso em 30 maio 2017.

ARAGÃO, D.M.C. de. Evolução do Tema da Responsabilidade das corporações Transnacionais no âmbito da Organização das Nações Unidas, suas Agências e outras Organizações Internacionais. In: _____ **Responsabilidade como legitimação: Capital Transnacional e Governança Global na Organização das Nações Unidas**. 2010. 191f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ARAÚJO, G.P. de. JICA quer parceria em prol de Moçambique. **Embrapa. Site**. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/web/portal/busca-de-noticias/-/noticia/18044569/jica-quer-parceria--em-prol-de-mocambique>> Acesso em: 18 abr. 2017.

BALDISSERA, R. Comunicação Organizacional e gestão de marca: redes de organizações por articulação conceitual. In: XXIII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal do Pará. **Anais**. Belém, maio. 2014.

BANCO MUNDIAL. **Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Action**. Washington, D.C, 1981. 154p.

_____. Departamento de Luta contra la Pobreza y Políticas Públicas. Grupo Sobre Participación y Organizaciones no Gubernamentales. **Colaboraciones entre el Banco Mundial y las Organizaciones No Gubernamentales**. Washington, D. C.: Banco Central, 1996, 40 p.

_____. **The practice of responsible investment principles in larger-scale agricultural investments: Implications for Corporate Performance and Impacto n Local Communities**. Report number 86175-GLB, 2014. 80p.

BARROS, L. Lançamento do Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais em Moçambique (ProSAVANA). **Boletim do IIAM**. Maputo: Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). Maputo, nº19, abr-jun, 2011.p.12. Disponível em: <http://www.iiam.gov.mz/documentos/boletim/Boletim_19.pdf> Acesso em: 14 mar. 2017.

BAUMBACH, M. **Sanções do Conselho de Segurança: Direito Internacional e prática brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2014. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1105-Sancoes-do-conselho-de-seguranca-direito-inter-e-pratica-Brasileira.pdf>> Acesso em: 28 set. 2017.

BELLUZZO, L. G. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. In: BELLUZZO, L. G. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global**. São Paulo: UNESP, 2009.

BENTO, A. [25 de agosto, 2016]. 2 arquivos sonoros (1h37min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Fernanda Aragão.

BRAGANÇA, A. de; DEPELCHIN, J. **Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique**. Estudos Moçambicanos, v.5/6, p. 29-52, 1986.

BRITO, L.de. Os moçambicanos, a política e a democracia. In: SANTOS, B.S.S.; TRINDADE, J.C. (orgs.). **Conflito e Transformação Social: Uma paisagem das Justiças em Moçambique**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

_____. Rever o sistema eleitoral. **IDeIAS: Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social**. Maputo: Instituto de Estudo Sociais e Econômicos (IESE), n.83, abr. 2016.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Parte I - A economia da sustentabilidade: princípios. Recife: INPSO-FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais-Fundação Joaquim Nabuco, 1994, p. 29-35.

CABAÇO, J.L.O. Gênese do Nacionalismo Moçambicano. In: _____ **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. 475f. p.386-432. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CALDEIRA, A. “Moçambique é um País tão importante para o Brasil que não há Governo nenhum que vá conseguir alterar a importância das relações” (entrevista). @**Verdade**. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/59416-mocambique-e-um-pais-tao-importante-para-o-brasil-que-nao-ha-governo-nenhum-que-va-conseguir-alterar-a-importancia-das-relacoes>> Acesso em: 15 maio 2017.

CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA. (2014a). No to ProSavana! Launch of national campaign, 2 de jun. 2014. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/23577>> Acesso em: 2 maio 2017.

_____. (2014b) Página do Facebook, 4 de jun. 2014. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/naoprosavana>> Acesso em: 2 maio 2017.

_____. Comentários ao Plano Director Versão Draft Zero, Março de 2015 No contexto da campanha não ao ProSAVANA. dez. 2015. Disponível em:

<<https://www.farmlandgrab.org/post/view/25717-comentarios-ao-plano-director-versao-draft-zero-marco-de-2015-no-contexto-da-campanha-nao-ao-prosavana>> Acesso em: 9 mar. 2017.

_____. (2016a) Denúncia da parceria entre WWF e o ProSAVANA. mar. 2016. 4p. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/denuncia-sobre-parceiria-entre-wwf-e-prosavana/>> Acesso em: 23 mar. 2017

_____. (2016b) Síntese do Encontro de Convergência e Resistência do Movimento não ao ProSavana. Nampula, maio. 2016. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/26173-sintese-do-encontro-de-convergencia-e-resistencia-do-movimento-nao-ao-prosavana>> Acesso em: 3 maio 2017.

_____. (2016c) Comunicado Conjunto e Questionamentos da Sociedade Civil de Moçambique, Brasil e Japão sobre o ProSAVANA com Relação aos Documentos do Governo Recentemente Vazados. ago. 2016. 7p. Disponível em: <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/09/TICAD-ProSAVANA-Comunicado-Conjunto-pt5Sept2016.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. (2017a). Carta Aberta ao Exmo. Senhor Presidente da Agência Japonesa de Cooperação Internacional – JICA. Maputo, fev. 2017. 9p. Disponível em: <<https://adecru.wordpress.com/2017/02/17/campanha-nao-ao-prosavana/>> Acesso em 26 mar. 2017.

_____. (2017b). Resposta ao Pronunciamento da JICA à Carta Aberta da Campanha Não ao ProSAVANA sob o título “Protesto contra a actuação da JICA sobre a sociedade moçambicana no âmbito do programa ProSAVANA”. Maputo, mar. 2017. 11p. Disponível em: <<https://adecru.wordpress.com/2017/03/22/resposta-ao-pronunciamento-da-jica-a-carta-aberta-da-campanha-nao-ao-prosavana-sob-titulo-protesto-contr-a-actuacao-da-jica-sobre-a-sociedade-mocambicana-no-ambito-do-programa-prosavana/>> Acesso em 15 maio. 2017.

CARE-MOZAMBIQUE. Land Delimitation & Demarcation: Preparing communities for investment: Analysis and documentation in support of further development of the women, agriculture and land Project. Maputo, 2013. 71p. Disponível em: <http://www.care.org.mz/contentimages/civil_landdelimitation.pdf> Acesso em: 31 maio 2017.

CARTA ABERTA para deter e refletir de forma urgente o Programa Prosavana. Maputo, maio. 2013. 12p. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/carta-aberta-para-deter-e-refletir-de-forma-urgente-o-prosavana/>> Acesso em: 4 ago. 2016.

CARTA de la sociedade civil japonesa sobre Prosavana. set. 2013. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/post/print/22803>> Acesso em: 2 ago. 2016.

CASTEL-BRANCO, C.N. Os Mega Projectos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional? Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva. Maputo, nov. 2008.

_____. Dependência de ajuda externa, acumulação e ownership: Contribuição para um debate de Economia Política. In: BRITO, L.de et al. **Desafios para Moçambique 2011**. Maputo: IESE, 2011.

CHAMADA dos Povos para invalidação imediata da “auscultação pública do Plano Director do ProSAVANA”. Maputo, jun. 2015. 8p. Disponível em: <<https://adecru.wordpress.com/2015/06/04/chamada-dos-povos-para-invalidacao-imediata-da-auscultacao-publica-do-plano-director-do-prosavana/>> Acesso em: 28 mar. 2017.

CLEMENTS, E. A.; FERNANDES, B. M. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430p.

COMITÉ DE CONSELHEIROS. Agenda 2025: Visão e Estratégias da Nação. Maputo: República de Moçambique, nov. 2003. 181p.

COUTO, M. **Estórias abensonhadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CV&A, Consultores. (2014a).Relatório de atividades ProSAVANA, jul. 2014. 1p.

_____. (2014b) Relatório de atividades ProSAVANA, ago. 2014. 4p.

_____. (2014c) Relatório de Balanço das actividades de comunicação do ProSAVANA, out. 2014. 8p.

DAQUI A NADA: encruzilhadas do Corredor de Nacala. Realização: Mariana Santarelli, Leo Nabuco e Julia Mariano. Apoio: ActionAid. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nNwNt1eBKno>> Acesso em: 25 maio 2016.

DECLARAÇÃO de Solidariedade aos representantes da UNAC diante das Ameaças e Agressões proferidas pelo representante da empresa de consultoria MAJOL, contratada pela JICA. Brasil, jan. 2016. 2p. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/declaracao-de-solidariedade-aos-representantes-da-unac-diante-das-ameacas-e-agressoes-proferidas-pelo-representante-da-empresa-de-consultoria-majol-contratada-pela-jica/>> Acesso em: 4 ago. 2016.

DEININGER, K. et al. **Rising Global Interest in Farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington, D. C.: Banco Mundial, 2011.

DOSSIÊ dos impactos e violações da Vale no mundo. I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. Rio de Janeiro, 2010.157p. Disponível em: <https://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie_verseaoweb.pdf> Acesso em: 18 maio 2017.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y desconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial Elperro y La Rama, 2007.

FRANCISCO, A.A.S. Reestruturação Econômica e Desenvolvimento. In: SANTOS, B.S.S.;TRINDADE,J.C. (orgs.). **Conflito e Transformação Social: Uma paisagem das Justiças em Moçambique**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

ESTEVIÃO, C. depoimento. In: **Somos Carvão?** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jICcw3AupXs>> Acesso em: 28 abr. 2017.

EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE: principais atores, estratégias e disputas por recursos. 2016. Rio de Janeiro. psaanfleto.

FACE OCULTA DO PROSAVANA. Produção e Filmagem: ORAM e UNAC. (19min) Mato-Grosso, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jUKmyKf5E0k>> Acesso em: 26 maio 2017.

FALAISE, B. O Banco Mundial no comando da invasão de terras. **Diplomatique Brasil**, 2 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/o-banco-mundial-no-comando-da-invasao-de-terras/>> Acesso em: 28 mar. 2017.

FAO. Seminário técnico sobre princípios para novos investimentos na agricultura realizado em Maputo. **Site**. 23 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/mozambique/news/detail-events/pt/c/285364/>> Acesso em: 28 mar. 2017.

FERRANDO, T. Dr. Brasília and Mr. Nacala: the apparent duality behind the Brazilian state-capital nexus. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 2 (139), p. 343-359, abr.-jun. 2015.

FERREIRA, M. de S-B. **O papel das Relações Interpessoais na condução do ProSAVANA-JBM (Japão-Brasil-Moçambique)**: Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Rio de Janeiro, 2012.

FGV PROJETOS. Fundação Getúlio Vargas. **Tropical Belt**: Nacala Corridor ProSavana Program. Tóquio, jun. 2012. 15p.

_____. **Programa ProSAVANA – JBM**: Lançamento do Fundo Nacala, jun. 2012. 3p.

_____. **Tropical Belt**: Nacala Corridor ProSavana Program. Tóquio, ago. 2012. 32p.

FIGERMANN, N.N. Os mitos por trás do ProSAVANA. **Ideias**: Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). n.49, maio. 2013.

_____. **A Cooperação Trilateral Brasileira em Moçambique**: Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA. 2014. 274f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, 2014.

_____. A cooperação Sul-Sul no Governo Dilma. **Núcleo de estudos e Análises Internacionais** – IPPRI/UNESP, São Paulo, dez. 2015. Disponível em: <<http://neai-unesp.org/a-cooperacao-sul-sul-no-governo-dilma-por-natalia-fingermann/>> Acesso em: 15 maio 2017.

_____. Será o fim dos projetos de Cooperação Sul-Sul do Brasil? **Observatório Brasil e o Sul**. São Paulo, 8 dez. 2017. Disponível em: <<http://obs.org.br/cooperacao/1114-sera-o-fim-dos-projetos-de-cooperacao-sul-sul-do-brasil>> Acesso em: 15 maio 2017.

FIOCRUZ. A Fundação. **Site Fiocruz**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/funda%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 15 maio 2017.

FÓRUM ÁFRICA JAPÃO et al. Protesto urgente e pedido encaminhado ao presidente da JICA Sr. Shinichi Kitaoka [Versão Portuguesa com as informações adicionais]. jan. 2017. 6p. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/26919-protesto-urgente-e-pedido-encaminhado-ao-presidente-da-jica-sr-shinichi-kitaoka>> Acesso em: 15 maio 2017.

FRANCISCO, A.A. da S. **Revolução Verde em Moçambique**: Será Possível, Provável ou Viável no Contexto das Estratégias Actualmente Dominantes? In: Conferência sobre o Desenvolvimento Agrário: Estratégia de Desenvolvimento Agrário no Contexto da Revolução Verde - Oportunidades para o *Empowerment* das Comunidades Rurais em Moçambique, Maputo, 2007. Maputo: Fundação para o Desenvolvimento das Comunidades. ago. 2007. p. 1-33.

FRELIMO. **Resoluções do 2º Congresso**. Documentos Mário Pinto de Andrade, jul. 1968. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04331.003.004&numero_da_pagina=14> Acesso em: 10 mar. 2017.

FUNADA-CLASSEN, S. **The origins of War in Mozambique**: A History of Unity and Division. South Africa: African Minds, 2012.

_____. (2013a) Análise do Discurso e dos Antecedentes do Programa ProSAVANA em Moçambique – enfoque no papel do Japão. Tóquio, jan. 2013a.

_____. (2013b) Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Fingermann. **Observatório do meio Rural (OMR)**, n.12, dez. 2013b. Disponível em: <<http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-12/>> Acesso em: 4 maio 2017.

GARCIA, A.; KATO, K. Políticas Públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique. **Caderno CRH**. v.29, n.76, p. 69-86, jan-abr. 2016.

GRAIN; UNAC. **Os usurpadores de terras de Corredor de Nacala**: Uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique. Relatório, fev. 2015. 20p. Disponível em: <<https://www.grain.org/article/entries/5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala>> Acesso em: 23 maio 2017.

GUIMARÃES, F.S. **Os burocratas das organizações financeiras internacionais**: Um estudo comparado entre o Banco Mundial e o FMI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

HALON, J. **Mozambique**: who calls the shots?. London: James Currey Ltd., 1991. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Vyc8X6UhmMYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 4 maio 2017.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HEDGES, D. et al. **História de Moçambique, Vol. 3, Moçambique no auge do colonialismo, 1930 – 1961.** Disponível em: <<http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.crp2b20002>> Acesso em: 16 fev. 2017.

HISCH, J. Processos de transformação da sociedade e do Estado. In: _____ **Teoria materialista do Estado: Processos de transformação do sistema capitalista de Estados.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOSONO, A. South-South/Triangular Cooperation and Capacity Development. In: KATO, H. (eds). **Scaling Up South-South and Triangular Cooperation.** Tokyo: JICA Research Institute, 2012.

ISAACMAN, A.;ISAACMAN, B. **Mozambique from Colonialism to Revolution, 1900-1982.** Colorado: Westview Press; Hampshire: Gower Publishing Company Limited,1983.

ISAACMAN, A.; CHRISTIE, I. **Entrevista com Samora Machel.** JStor, 1979. Disponível em: <<http://www.aluka.org/stable/10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.isaacman0002>> Acesso em: 17 abr. 2017.

JANEIRO, A. Programa Terra Segura: Cinco milhões de DUATs serão emitidos até 2019. **Jornal Notícias.** 12 out. 2015. Disponível em: <<http://jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/44581-programa-terra-segura-cinco-milhoes-de-duat-s-serao-emitidos-ate-2019>> Acesso em: 24 mar. 2017

JICA. (2013a) Economic Infrastructure Department, JICA.Comprehensive Corridor Davelopment Approach of Nacala Corridor, jun. 2013. 15p.

_____. (2013b) Communication Strategy in the framework of ProSAVANA, jul. 2013. 4p.

_____. (2013c) Termo de Referência Consultoria Projeto – ProSAVANA, jul 2013, 4p.

_____. (2013d) Contrato de Prestação de Serviços, ago. 2013, 4p.

_____. (2013e) Estratégia de Comunicação-ProSAVANA, ago. 2013, 55p.

_____. (2015a) Japan International Research Center for Agricultural Sciences. Relatório de Acompanhamento de Projecto (Término do Quarto Ano). Projecto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala, Moçambique, jun. 2015. 106p.

_____. (2015b) Request for Proposals: Title of Consulting Services: Consultant for Stakeholders Engagement. Moçambique, out. 2015, 33p.

_____. (2015c) Form of Contract. Project Name: Consultant Stakeholder Engagement, nov. 2015. 6p.

_____. Resposta da JICA à Carta Aberta datada de 17 de fevereiro de 2017. Maputo, mar. 2017. 3p. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/C364.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2017.

JOINT STATEMENT. Leaked copy of the Master Plan for the ProSAVANA programme in Northern Mozambique confirms the worst: Civil society groups warn secretive plan paves the way for a massive land grab. abr. 2013, 5p. Disponível em: <<https://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears.pdf>> Acesso em: 24 abr. 2017

JÚNIOR, E. Portugal e Brasil encabeçam lista de acesso à internet dos países lusófonos. **Rádio ONU**. 22 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2016/11/portugal-e-brasil-encabecam-lista-de-acesso-a-internet-dos-paises-lusofonos/#.WSyODRpFzIW>> Acesso em: 29 maio 2017.

JUSTIÇA AMBIENTAL; FRIENDS OF THE EARTH MOZAMBIQUE. Comunicado:

Prosavana em discussão no seio das organizações da sociedade civil em Nampula. Maputo, jan. 2016. Disponível em: <<https://adecru.files.wordpress.com/2016/01/comunicado-encontro-de-prosavana-nampula-19-01-2016.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2016.

JUSTIÇA AMBIENTAL; UNAC. Os senhores da terra: análise preliminar do fenómeno de usurpação de terras em Moçambique. Casos de Estudo. Maputo, mar. 2011. 74p. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/publicacoes/35-os-senhores-da-terra-analise-preliminar-do-fenomeno-de-usurpacao-de-terra-em-mocambique>> Acesso em: 23 maio 2017.

LAUTIER, B. O consenso sobre as políticas sociais na América Latina, negação da democracia? In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 353-368, maio/ago. 2010.

LEWIS, D. **The Management of Non-Governmental Development Organizations**: Na Introduction. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group. 2001

KALDOR, M. **La sociedade civil global**: una respuesta a la guerra. Barcelona: Tusquets Editores, 2005.

LEITE, I. da C. O Governo Dilma e o futuro da Cooperação Brasileira para o desenvolvimento internacional. **Revista Mundorama**. Brasília, nov. 2010. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?article=o-governo-dilma-e-o-futuro-da-cooperacao-brasileira-para-o-desenvolvimento-internacional-por-iara-costa-leite>> Acesso em: 15 maio 2017.

LOBATO, G. A estrada para o Maláui: Moçambique volta a ser palco de conflitos armados depois de vinte anos de paz. **Piauí**, v.120, p.48-55, set. 2016.

LUBISCO, N. M. L.; VIEIRA, S. C. **Manual de estilo acadêmico**: monografias, dissertação e teses. 5ª ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

KALDOR, M. La sociedade civil global: uma respuesta a ala guerra. Tradução: Dolors Udina. Barcelona: Tusquets Editores. 2005.

KATO, K. [14 de novembro, 2016]. 1 arquivo sonoro (20 min). Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Fernanda Aragão.

KRAYCHETE, E.S. **O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista**. 2005. 225 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

_____. Desenvolvimento e Cooperação Internacional. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 183-186, maio/ago. 2012.

_____. O lugar das organizações não governamentais no entrecruzamento entre as noções de desenvolvimento e cooperação internacional. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 251-268, maio/ago. 2012.

MACHEL, S. Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria. **FRELIMO: Coleção Estudos e Orientações**. Maputo: Documentos Mário Pinto de Andrade. 1973. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04323.008.001&numero_da_pagina=1> Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. Fazer da Escola uma base para o povo tomar o poder. **FRELIMO: Coleção Estudos e Orientações**. Maputo: Documentos Mário Pinto de Andrade. 1981. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04323.008.002&numero_da_pagina=1> Acesso em 10 mar. 2017.

MACUANE, J. [25 de novembro, 2015]. 1 arquivo sonoro (59 min). Maputo. Entrevista concedida a Elsa Kraychete.

MAJOL, Consultoria e Serviços. (2015a) **Inception Report: Consultant for Stakeholder Engagement (ProSAVANA programme)**, nov. 2015. 48p.

_____. (2015b) **Inception Report: Development of Stakeholder Engagement Plan and Toolkit for The ProSAVANA programme**, nov. 2015. 29p.

_____. (2015c) **ProSAVANA Stakeholders survey**, nov-dez. 2015. 32p.

_____. (2016a) **Semi-final draft for JICA Comments**. ProSAVANA Master Plan, Stakeholder Mapping, jan. 2016. p.1-15.

_____. (2016b) **Stakeholder Mapping**, ProSAVANA. ProSAVANA Master Plan, Stakeholder Mapping, jan. 2016. p.16-32.

_____. (2016c) **Discussion and Recommendations**. ProSAVANA Master Plan, Stakeholder Mapping, jan. 2016. p. 33-37.

_____. (2016d) **Acta, Encontro de Sociedade Civil sobre ProSAVANA**. Rascunho Final, jan. 2016. 43p.

_____. (2016e) **Stakeholder Engagement, ProSAVANA Master Plan Final Report for the Japan International Cooperation Agency (JICA)**, mar. 2016. 29p.

MASA. (2015a) Comunicado de imprensa sobre a Auscultação Pública à volta da versão inicial do Plano Director do ProSAVANA. Maputo, mar. 2015. 5p.

_____. (2015b) Oportunidades de Investimento no Agronegócio em Moçambique (slides). Maputo, abr. 2015. 11p.

MELLO, F. Parte I. Memória da articulação Sul-Sul dos povos e seus pressupostos em torno da Campanha Não ao ProSAVANA. In: **Cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique: Memória da Resistência ao ProSavana e Análise Crítica de seu Plano Diretor**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/11/ProSavana_web.pdf> Acesso em: 13 mar. 2017.

MELLO, P. C. Moçambique oferece terra à soja brasileira. **Folha Online**. 14 ago. 2011. Disponível em: Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>>. Acesso em: 16 de ago. 2016.

_____. Brasil recua e reduz projetos de cooperação e doações para a África. **Folha Online**. 22 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/03/1606466-brasil-recua-e-reduz-projetos-de-cooperacao-e-doacoes-para-a-africa.shtml>> Acesso em: 15 maio 2017.

MENESES, M. P. **Xiconhoca, o inimigo**: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.106, p.9-52, 2015.

MINAG. Projecto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala Moçambique. Maputo, dez.2010.17p.

_____. Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) 2011-2020. Maputo, maio. 2011. 76p.

_____. Plano Director para o Desenvolvimento de Agronegócio. República de Moçambique, 2013. 95p.

MOÇAMBIQUE. Lei de investimentos nº3, 24 de julho de 1993. Dispõe sobre a melhoria do quadro regulador de matérias sobre investimentos privados no país. **Embaixada da República de Moçambique em Brasília**. Disponível em: <<http://www.mozambique.org.br/pt/docs/legislacao/LeideInvestimentos.pdf>> Acesso em: 10 maio. 2016.

_____. **Lei de Terras nº19 de 1º de outubro de 1997**. Estabelece os termos em que se opera a constituição, exercício, modificação, transmissão e extinção direito de uso e aproveitamento da terra. Maputo, 1997. Disponível em: <http://www.verdeazul.co.mz/wp-content/uploads/2015/12/Legislacao_de_Terras.pdf> Acesso em: 25 maio 2017.

_____. **Plano de Acção para a redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005 (PARPA)**. Documento de Estratégia e Plano de Acção para redução da pobreza e promoção do crescimento econômico. Maputo, 2001.

_____. Lei nº 14/2002, de 26 de Junho; Decreto nº 62/2006 de 26 de Dezembro. Concessão mineira à Vale. **Instituto Nacional de Petróleo (INP)**. Disponível em: <<http://www.inp.gov.mz/pt/content/download/1123/7573/version/1/file/contrato+Vale.pdf>> Acesso em: 18 maio 2017.

_____. **Constituição da República de 16 de novembro de 2004**. Disponível em: <http://www.legis-palop.org/bd/Home.aspx/ConstituicaoMocambique> Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. **Plano de Acção para redução da pobreza absoluta 2006-2009 (PARPA II)**. Maputo, 2006.

_____. Decreto nº 31/2007 de 26 de Junho. Atribui direitos para realização da exploração mineira na mina de Moatize. **Instituto Nacional de Petróleo (INP)**. Disponível em: <http://www.inp.gov.mz/pt/content/download/1123/7573/version/1/file/contrato+Vale.pdf> Acesso em: 18 maio 2017.

_____. Lei n.34/2014 de 31 de dezembro de 2014. Lei do Direito à Informação. Boletim da República. I Série. n.105. 2014

_____. Proposta do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019. Maputo, fev. 2015. 59p.

_____. **Comunicado de Imprensa**. Gabinete de Imprensa. Maputo, 10 mar. 2017. 2p. Disponível em: http://www.presidencia.gov.mz/images/documentos/Comunicados/pr_efectua_visita_japao_2017.pdf Acesso em: 15 maio 2017.

MOSCA, J. **Encruzilhadas de África: Ênfase para dos PALOP**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. **Economia de Moçambique: século XX**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

_____. Porque é que a produção alimentar não é prioritária? In: MOSCA, J.; DADÁ, Y.A. **Bases para uma política agrária em Moçambique**. Maputo, Escolar Editora, Editores e Livreiros, Lda. 2014.

MOSCA, J.; SELEMANE, T. **El dorado Tete: os mega projectos de mineração**. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2011.

_____. Mega-projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete. **Desafios para Moçambique 2012**, Mputo: IESE, 2012.

MONJANE, B. Auscultação pública sobre o ProSAVANA: Ministro exige intervenções “patrióticas” e ativistas abandonam a sala. **Blog ADECRU**, 15 de jun. 2015. Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2015/06/15/auscultacao-publica-sobre-o-prosavana-ministro-exige-intervencoes-patrioticas-e-activistas-abandonam-a-sala/#more-358> Acesso em: 16 maio 2016.

_____. [11 de agosto, 2016]. 2 arquivos sonoros (42 min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Fernanda Aragão.

MORAES, R. Nota sobre a economia do desenvolvimento nos “Vinte e Cinco Gloriosos” do Pós-Guerra. **Cadernos CEDEC**, nº 76, p. 1-58, ago. 2005.

MPD; JICA. O Projecto das Estratégias de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala na República de Moçambique (PEDEC-NACALA): Draft do Relatório das estratégias do PEDEC – Versão3. Volume 1: Texto Principal 1. jul. 2014. 48p.

MCSC. Carta abonatória, Maputo, abr. 2016. 1p.

_____. Acta da reunião entre MCSC, JICA e MASA sobre o financiamento das atividades de revisão e finalização do Plano Director do ProSAVANA, abr. 2016. 3p.

MUROSAWA, S. Envio da missão conjunta público-privada para a promoção do investimento no Corredor de Nacala, República de Moçambique. **JICA. Site Oficial**. Disponível em: <<https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/news/2012/14062012.html>> Acesso em: 20 abr. 2017.

MUTZENBERG, R. **Protestos sociais em Moçambique**: uma agenda de pesquisa. Dossiê: Diálogos do Sul. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 137-153, jan-abr. 2014.

NAÇÕES UNIDAS. Department of Economic Affairs. **World Economic Report**: 1949-50. New York: United Nations Publications, mar. 1951.

_____. **Resolution adopted on the reports of Second Committee**. 1715 (XVI). United Nations Development Decade: A programme for international economic co-operation (II). 84th plenary meeting, 19 dez. 1961.

_____. Asamblea General. **Desarrollo y Cooperación Económica Internacional**: Um programa de desarrollo. Informe del Secretario General. 1994, 51 p.

_____. Departamento de Informação Pública das Nações Unidas. **Conferências da ONU**: o que se conseguiu graças a elas?. jun. 1999. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/factos/Conferencias.pdf>> Acesso em 16 fev. 2017

_____. 1945: The San Francisco Conference. **Site United Nations**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1945-san-francisco-conference/index.html>> Acesso em: 27 out. 2016

NCOMO, B.L. **Uria Simango - um homem, uma causa**: A história da penosa trajetória política de um missionário nacionalista, cujo empenho e dedicação à causa da libertação do seu povo foram negados pela memória colectiva da história recente do seu país. Maputo: Edições Novafrica, 2003.

NEGRÃO, J. Contribuições para história de Moçambique – Samora e o Desenvolvimento. **Canal de Moçambique**, n.82,83 e 84. Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/samora_e_o_desenvolvimento.doc> Acesso em: 17 abr. 2017.

NISHIMORI, L. depoimento. [27 de junho de 2012]. Entrevista concedida à TV Câmara. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5DIIIQBjK0>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

NOGUEIRA, I. **Agricultural systems with pro-poor orientation in Mozambique? ProSAVANA and the forgotten risks of contract farming.** In: Conference on Inclusive Growth in Africa: Measurements, Causes, and Consequences. Helsinki: UNU-WIDER, set. 2013.

NOGUEIRA, I.; OLLINAHO, O. **From Rhetoric to Practice in South-South Development Cooperation: A case study of Brazilian interventions in the Nacala corridor development program.** Institute of Socioeconomics University of Geneva, ago. 2013.

NOJOSA, G. B. A.; SILVA, F. A. S. da. Agricultura eficiente e a segurança alimentar. **Agroanalysis (Mercado & Negócios)**, ago. 2013.

NO! TO LANDGRAB, JAPAN. **Estratégia da Comunicação do ProSAVANA e Seu Impacto: Análise dos Documentos da JICA Divulgados e Escapados**, ago. 2016. 119p. Disponível em: <[https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Ana%CC%81lise_No.2_\(Estrate%CC%81gia_de_Comunicac%CC%A7a%CC%83o\)_Aug_2016.pdf](https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Ana%CC%81lise_No.2_(Estrate%CC%81gia_de_Comunicac%CC%A7a%CC%83o)_Aug_2016.pdf)> Acesso em: 15 maio 2017.

NO! TO LANDGRAB, JAPAN. et al. **Análise Preliminar dos Documentos Primários da JICA sobre os Contratos da JICA com os Consultores para “Estratégia de Comunicação” e os Relatórios dos Consultores Japoneses do PD**, jan. 2016. 13p. Disponível em: <[https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Anaalise-dos-Docmentos-da-JICA\(rev.\).pdf](https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Anaalise-dos-Docmentos-da-JICA(rev.).pdf)> Acesso em: 15 maio 2017.

NOSSO APOIO à Carta Aberta das organizações sociais de Moçambique à JICA intitulada “protesto contra a actuação da JICA sobre a sociedade moçambicana no âmbito do programa ProSAVANA. fev. 2017. 4p. Disponível em: <<https://www.farmlandgrab.org/post/view/26967-nosso-apoio-a-carta-aberta-das-organizacoes-sociais-de-mocambique-a-jica>> Acesso em: 26 mar. 2017.

NOVA ALIANÇA PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Quadro de Cooperação do G8 para apoiar a “Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional” em Moçambique.** 2013. 16p. Disponível em: <https://new-alliance.org/sites/default/files/resources/Mozambique%20Coop%20Framework%20PORT%20FINAL%20w.cover_REVISED_0.pdf> Acesso em: 24 mar. 2017.

OBSERVATÓRIO BRASIL E O SUL. **Articulando resistências no Sul Global: experiências de movimentos camponeses, sindicatos rurais e organizações não governamentais.** São Paulo, out. 2016. 59p. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2017/01/ArticulacYaYo_Movimentos_Camponeses_1.pdf> Acesso em: 12 dez. 2016.

OLIVEIRA, L. D. Os “Limites do Crescimento” 40 anos depois: Das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”. **Revista Continentes.** UFRRJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2012, p.72-96.

_____. Da Eco-92 à Rio +20: uma breve avaliação de duas décadas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p.479-499, 2012.

OMR. (2016a) **Contributo e condições de colaboração do OMR na revisão do PD-Versão Zero.** Maputo, mar. 2016. 2p.

_____. (2016b) Carta ao Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o ProSAVANA. Maputo, set. 2016. 1p.

OSMAN, A.M.; SAÚTE, N. Moçambique no mundo: a competição subtil. In: BRITO, L.de et al. **Desafios para Moçambique 2010**. Maputo: IESE, 2009.

PENHA, E. Brasil e Japão criam funcho de investimento para produção de alimentos em Moçambique. **Agência Brasil** - Empresa Brasil de Comunicação – EBC. 4 de jul. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/416>> Acesso em: 10 abr. 2012.

PORTO, S. I. Parte II. Análise crítica do Plano Diretor do ProSAVANA: a partir da experiência brasileira em defesa da soberania alimentar e da agroecologia. In: **Cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique: Memória da Resistência ao ProSavana e Análise Crítica de seu Plano Diretor**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/11/ProSavana_web.pdf> Acesso em: 13 mar. 2017.

PROSAVANA. (2009a) **Minutes of Meeting**. Brasília, abr. 2009. 6p.

_____. (2009b). **Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique**. Maputo, set. 2009. 10p.

_____. (2010a) **Minutes of Meeting on the Triangular Cooperation for Tropical Savannah Agricultural Development in Mozambique**. Tóquio, mar. 2010. 1p.

_____. (2010b) **Minuta de reunião entre a Agência de Cooperação Internacional do Japão, autoridades competentes da República Federativa do Brasil e autoridades competentes do Governo da República de Moçambique sobre a cooperação triangular para o Projeto de melhoria da capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala, Moçambique**. Maputo, ago.2010.7p.

_____. (2010c) **PROSAVANA-Projeto I. Projeto de melhoria da capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala, Moçambique**. Maputo, dez. 2010.

_____. (2011a) **Minutes of Meeting on the Triangular Cooperation for Tropical Savannah Agricultural Development in Mozambique**. São Paulo, abr. 2011. 5p.

_____. (2011b) **Minutes of the consultative meeting on the Project for improving research and technology transfer capacity for Nacala Corridor agriculture development in Mozambique between Brazilian Cooperation Agency (ABC) and Japan International Cooperation Agency (JICA)**. Brasília, jun. 2011. 5p.

_____. (2011c) **Minutes of Meeting on the Detailed Planning survey on Triangular Agreement for Support of Agriculture Development Master Plan for Nacala Corridor in Mozambique agreed between Japan International Cooperation Agency, Brazilian Cooperation Agency and Authorities concerned of the Government of the Republic of Mozambique**, Maputo, jul. 2011, 10p.

_____. (2012a) **Minutes of meeting on the Triangular Cooperation for Tropical Savannah Agricultural Development in Mozambique between Brazilian Cooperation Agency (ABC) and Japan International Cooperation Agency (JICA)**, jan.2012.7p.

_____. (2012b) **Triangular Work Plan**. Support Agriculture Development Master Plan for Nacala Corridor in Mozambique (PROSAVANA-PD), ago. 2012. 30p.

_____. (2012c) Minutes of the meeting of the third Joint Coordinating Committee. In: _____. **Appendices. Support Agricultural Development Master Plan in the Nacala Corridor in Mozambique (PROSAVANA-PD)**. Report n°2 Quick Impact Projects (vazado), mar. 2013. 29p.

_____. (2012d) **PROSAVANA-PEM**. The Project for establishment of development model at communities' level with improvement of rural extension servisse under Nacala Corridor agricultural development in Mozambique.Triangular Cooperation Project between Japan – Brazil – Mozambique under the, dez. 2012. 6p.

_____. (2013a) **Record of Discussions on the Project for establishment of development model at communities' level with improvement of rural extension servisse under Nacala Corridor agricultural development in Mozambique agreed upon between Ministry of Agriculture the government of Republico f Mozambique and Japan Internation Cooperation Agency**, Maputo, jan. 2013. 11p.

_____. (2013b) **Support Agricultural Development Master Plan in the Nacala Corridor in Mozambique (PROSAVANA-PD)**. Report n°2 Quick Impact Projects (vazado), mar. 2013. 107p.

_____. Chapter 4 Planning quick impact projects. Support Agricultural Development Master Plan in the Nacala Corridor in Mozambique (PROSAVANA-PD). Report n°2 Quick Impact Projects (vazado), mar. 2013. 78p.

_____. (2013c) **Appendices. Support Agricultural Development Master Plan in the Nacala Corridor in Mozambique (PROSAVANA-PD)**. Report n°2 Quick Impact Projects (vazado), mar. 2013. 29p.

_____. (2013d) **Comunicado Final**. Nampula, mar. 2013. 3p.

_____. (2013e) **Comunicado Final No.2**, Nampula, jun. 2013, 2p.

_____. (2013f) **Acta de Reunião**, Niassa, ago. 2013. 3p.

_____. (2013g) **ProSAVANA-PD. Elaboração do Plano Diretor do Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala - NOTA CONCEITUAL**, set. 2013. 40p

_____. (2013h) **Síntese do encontro de auscultação da sociedade civil sobre o Plano Director do ProSAVANA**, Cuamba, set. 2013. 6p.

_____. (2013i) **Síntese do encontro de auscultação da sociedade civil sobre o Plano Director do ProSAVANA na Cidade de Lichinga**. Lichinga, out. 2013. 8p.

_____. (2013j) **Síntese do encontro de auscultação da sociedade civil sobre o Plano Director do ProSAVANA – Distrito de Gurué**, Gurué, out. 2013. 11p.

_____. (2013l) **Síntese do encontro de auscultação da sociedade civil sobre o Plano Director do ProSAVANA – Distrito de Alto Molocué**, Vila de Alto Molocué, out. 2013. 14p.

_____. (2013m) **Síntese do encontro de auscultação da sociedade civil sobre o Plano Director do ProSAVANA no Distrito de Sanga**, Distrito de Sanga, out. 2013. 6p.

_____. (2014) Plano Director – esboço (oficial). Formulação do Plano Director de Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala: Comentários obtidos nas reuniões sobre a Nota Conceitual e Correspondência, abr. 2014. 22p.

_____. (2015) **Plano Director para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala – versão provisória (oficial)**, dez. 2015. 318p.

_____. (2016). Comunicado de imprensa, fev. 2016. 2p.

PROSAVANA: TERRA USURPADA, VIDA ROUBADA. Produção: ADECRU. Realização: Ram Multimedia. Imagens: Hamisse Habibo. Edição: Loide Dinis. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zQ82-C6hHRo>> Acesso em: 23 ago. 2016

PEOPLE'S TRIANGULAR CONFERENCE ON PROSAVANA. (48min). Maputo, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8kXyY62TQ_0&t=660s> Acesso em: 26 maio 2017.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro 1944-2008**. Niterói: Civilização Brasileira, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. In: **Perú Indígena**, Lima, v.13, n. 29, 1992, 11-20. Disponível em: < <http://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>> Acesso em 3 abr. 2017.

QUITUPO, HOYÉ! Direção: Chico Carneiro e Rogério Manjate. Produção: Ana Magaia. Fotografia, câmera e som: Chico Carneiro. Edição: Chico Carneiro e Alessandro Rossini. Moçamboque: ARCUS para Centro Terra Viva. (63min).

RADOMSKY, G.F.W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.26, n.75, p. 149-197, fev. 2011.

RIST, G. **El desarrollo**: historia de una creencia occidental. Madri: Los Libros de la Catarata, 2002.

ROSSI, A. **Moçambique o Brasil é aqui**: uma investigação sobre os negócios brasileiros na África. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SAUL, J.S. Introduction. In: _____ **A Difficult road**: The Transition to Socialism in Mozambique. New York: Library of Congress Cataloging in Publication Data. 1985.

SANTOS, B. S. **Os processos da Globalização**. Eurozine. Ago, 2002. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/os-processos-da-globalizacao/>> Acesso em: 3 abr. 2017.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, out. 2002.

_____. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 72, out. 2005.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: MENESES, M. P.; SANTOS, B.S.(orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Moçambique: a maldição da abundância? **Visão (Radar Ensaio)**, jul. 2012.

_____. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo, Boitempo, 2016.

SANTOS, C. do. O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados brasileiros nos estados da Bahia e do Piauí. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), dez. 2015.

SANTOS, T. da C. S. S. Moçambique e a questão da terra: um olhar audiovisual. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 237, p. 365-385, 2016.

SARAIVA, J.F.S. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.51, n.1, p. 87-104, 2008.

SCHLESINGER, S. **Cooperação e investimentos do Brasil na África: o caso do ProSAVANA em Moçambique**. Maputo: FASE, v. 1, 2013.

SCHOPPING, S. **O programa ProSavana e a Segurança Alimentar em Moçambique**. Artigo (Especialização) – XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2015.

SEMELANE, T. **Questões à volta da Mineração em Moçambique: Relatório de Monitoria das Actividades Minerárias em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga**. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), set. 2010.

SENNA, J. R de. **Sentido da Cooperação**. 2016. 243f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SERRA, C.M. Transmissibilidade dos direitos de uso e aproveitamento da terra em Moçambique. In: SERRA, C.M; CARRILHO, J. (coord.). **Dinâmicas da ocupação e do uso da terra em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, Editores e Livreiros, Lda. 2013.

SERRA, J. Diretrizes da Política Exterior Brasileira (Ministro José Serra). 2016. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/images/repertorio/diretrizes-governo-Temer-Ministro-Serra.pdf>> Acesso em: 15 maio 2017.

SILVA, T.M.da.C. Moçambique: um perfil. **Reinvenção da Emancipação Social**. Projecto de investigação. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2001. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>> Acesso em: 23 fev. 2017.

SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE. **Site.** Disponível em: <http://www.sahistory.org.za/dated-event/south-africa-and-mozambique-sign-non-aggression-pact>> Acesso em: 24 fev. 2017.

STIGLITZ, J.E. **Towards a new paradigma for development.** In: United Nations Conference on Trade and Development, 9th Raul Prebisch Lecture, 1998, Geneva, 1998, p.3-33.

SOMOS CARVÃO. Realização: ADECRU, Justiça Global, Justiça Ambiental (JA), PACS, Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades (AAAJC) e Couro de Rato. (16min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jICcw3AupXs>> Acesso em: 3 jun. 2016.

TERRA, H.: depoimento [14 de novembro, 2016a]. 1 arquivo sonoro (17 min). Rio de Janeiro. Palestra em debate: “Expansão do agronegócio no Brasil e em Moçambique: principais atores, estratégias e disputas por recursos.”

_____: depoimento [14 de novembro, 2016b]. 1 arquivo sonoro (30 min). Rio de Janeiro. Participação em debate: “Expansão do agronegócio no Brasil e em Moçambique: principais atores, estratégias e disputas por recursos.”

_____. [14 de novembro, 2016c]. 1 arquivo sonoro (3 min). Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Fernanda Aragão.

TCHUIGOUA, F. El África Subsahariana. La Cuartomundización em Crisis. In: AMIN,S.; CASANOVA, P.G.,dirs. **La nueva organización capitalista mundial vista desde el Sur.** I Mundialización y acumulación. Barcelona: Anthropos; México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias em Ciencias Humanas (UNAM), 1995.

THE OAKLAND INSTITUTE. **Understanding land investments delas in Africa.** Country report: Mozambique. Oakland: The Oakland Institute, 2011.

THOMAZ, O. R. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. **Revista de Antropologia.** São Paulo: USP, v.5, n. 1, p. 177-214, 2008.

TRINDADE, J.C. Rupturas e continuidades nos processos políticos e jurídicos. In: SANTOS, B.S.S.;TRINDADE,J.C. (orgs.). **Conflito e Transformação Social:** Uma paisagem das Justiças em Moçambique. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

TRUMAN, H., S. **Inaugural Address.** Harry S Truman Library and Museum. National Archives and Records Administration, jan. 1949. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.org/publicpapers/index.php?pid=1030&st=&st1> Acesso em: 17 ago. 2016.

UNAC. Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSAVANA. Nampula, out. 2012. Disponível em: <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>> Acesso em: 4 abr. 2016.

_____. **Declaração de Nampula:** Assembleia-Geral Ordinária da UNAC 2014. Nampula, maio. 2014. 3p. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/79-declaracao-da-assembleia-geral-ordinaria-da-unac-2014>> Acesso em: 2 maio. 2017.

_____. Ativistas da UNAC escapam de tentativa de espancamento protagonizada por um dos consultores da JICA durante a sessão de consulta às organizações sobre ProSavana. **Site UNAC.** 11 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/artigos/internacional/139-ativistas-da-unac-escapam-de-tentativa-de-espancamento-protagonizada-por-um-dos-consultores-da-jica-durante-a-sessao-de-consulta-as-organizacoes-sobre-prosavana>> Acesso em: 28 mar. 2017.

UNCTAD. **Site.** The Principles for Responsible Agricultural Investment (PRAI). Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/DIAE/G-20/PRAI.aspx>> Acesso em: 28 mar. 2017.

USAID. Revisão da política, legislação e quadro regulatório do Sector de Sementes em Moçambique relacionada a facilitação e promoção da intervenção do Sector Privado, out. 2014. 33p.

_____. Supporting the Policy Environment for Economic Development (SPEED+). Disponível em: <<http://www.speed-program.com/about-us>> Acesso em: 28 mar. 2017.

VUNJANHE, J. [25 de novembro, 2015]. 1 arquivo sonoro (24 min). Maputo. Entrevista concedida a Elsa Kraychete.

_____. [21 de fevereiro, 2017]. 4 arquivos sonoros (1h 09min). Via Internet (Skype). Entrevista concedida a Fernanda Aragão.

WALLERSTEIN, I. O desenvolvimento: uma estrela polar ou uma ilusão? In: _____ **Impensar a Ciência Social:** Os limites dos paradigmas do século XIX. São Paulo: Idéias e Letras, 2007. p.123-145.

WATANABE, N: depoimento. [14 de novembro, 2016a]. 1 arquivo sonoro (30 min). Rio de Janeiro. Palestra em debate “Expansão do agronegócio no Brasil e em Moçambique: principais atores, estratégias e disputas por recursos.”

_____: depoimento. [14 de novembro, 2016b]. 1 arquivo sonoro (30 min). Rio de Janeiro. Palestra em debate “Expansão do agronegócio no Brasil e em Moçambique: principais atores, estratégias e disputas por recursos.”

_____. [14 de novembro, 2016c]. 1 arquivo sonoro (11 min). Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Fernanda Aragão.

ZIEGLER, J. **Destruição em massa:** geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

ZOOMERS, A. Lidar com a corrida global à terra: uma análise crítica das políticas rurais sobre a terra, desde os anos 50. In: SERRA, C.M; CARRILHO, J. (coord.). **Dinâmicas da ocupação e do uso da terra em Moçambique.** Maputo: Escolar Editora, Editores e Livreiros, Lda. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUADRO DE ENTREVISTADOS (ordenado por data)

NOME	FUNÇÃO	NACIONALIDADE	DATA	LOCAL	TIPO
Jeremias Vunjanhe	Membro da UNAC	Moçambicano	23/11/2015	Maputo*	Presencial
			21/02/2017	Maputo	Via internet (Skype)
Jaime Macuane	Acadêmico	Moçambicano	23/11/2015	Maputo*	Presencial
Boaventura Monjane	Ativista social, jornalista	Moçambicano	11/08/2016	Maputo	Via Internet (Skype)
Agostinho Bento	Coordenador Executivo da ADECRU	Moçambicano	25/08/2016	Maputo	Via Internet (Skype)
Vicente Adriano	Membro da UNAC	Moçambicano	15/09/2016	Maputo	Via Internet (Skype)
Karina Kato	Pesquisadora colaboradora do PACS	Brasileira	14/11/2016	Rio de Janeiro	Presencial
Diana Aguiar	Assessora da FASE	Brasileira	14/11/2016	Rio de Janeiro	Presencial
Helena Francisco Terra	Camponesa, membro da União Provincial de camponeses Zambézia	Moçambicana	14/11/2016	Rio de Janeiro	Presencial
Naoko Watanabe	Membro da <i>Japan International Volunteer Center JVC</i>	Japonesa	14/11/2016	Rio de Janeiro	Presencial
Jeremias Vunjanhe	Membro da UNAC	Moçambicano	21/02/2017	Maputo	Via Internet (Skype)

*Entrevista realizada por Elsa Kraychete em pesquisa de campo.

APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

Entrevistado: Boaventura Monjane

Data: 11/08/2016 | **Local:** Skype (Salvador – Maputo) | **Profissão:** Jornalista / Pesquisador do Centro de Estudos Sociais de Coimbra

Abordagem inicial: confirmação de que a entrevista pode ser gravada e utilizada para fins acadêmicos.

Perguntas:

1. Quando surge a articulação dos Povos contra o ProSAVANA?
2. Como você caracterizaria esta articulação? Há uma organização definida? Mecanismos de ação preestabelecidos?
3. Quais os objetivos desta articulação dos Povos?
4. Qual tem sido sua participação nesta articulação?
5. Quais as potencialidade desta articulação na sua opinião?
6. Você destacaria algum avanço que tenha ocorrido em relação à concretização dos objetivos da articulação?
7. Você participou de encontros com a administração do ProSAVANA. Quais foram? Como você avalia o espaço dado aos camponeses e movimentos nestes encontros?
8. Como jornalista, ativista e pesquisador, como você avalia o tratamento dado pela imprensa moçambicana ao ProSAVANA (incluindo as ações dos movimentos contrários ao programa)?
9. Quais são os fatores que você considera limitantes para o alcance dos objetivos da articulação?
10. Enquanto jornalista, ativista e pesquisador, como você vê a cooperação brasileira com Moçambique?
11. Você acredita que a cooperação internacional contribuiu para a articulação do movimento contra o ProSAVANA? Como?
12. Você acha que o fato de Moçambique ter recebido e ainda receber um volume extenso de ajuda internacional interfere nas decisões governamentais que são tomadas em relação, por exemplo, às políticas para a agricultura?

Entrevistado: Agostinho Bento

Data: 25/08/2016 | **Local:** Skype (Salvador – Maputo) | **Profissão:** Coordenador Executivo da ADECRU (Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais)

Abordagem inicial: confirmação de que a entrevista pode ser gravada e utilizada para fins acadêmicos.

Perguntas:

1. Qual tem sido sua participação na articulação contra o ProSAVANA?
2. Quando você identifica que tenham começado as ações contra o programa de cooperação?
3. Como e quando os movimentos e organizações do Brasil e do Japão passam a participar da luta de resistência ao ProSAVANA?
4. Em 2015, a direção do ProSAVANA convocou auscultações públicas, contudo, em junho, a “Articulação dos Povos” pediu invalidação dessas auscultações. Por que? O pedido foi atendido de alguma forma?

5. A partir da leitura das publicações do blog da ADECRU e de entrevista anterior com o jornalista Boaventura Monjane, foi possível saber que estão ocorrendo desentendimentos entre organizações que pareciam estar com os mesmos objetivos na articulação contra o ProSAVANA. O que está acontecendo?
6. Em um dos textos publicados no blog da ADECRU, vocês citam os “Comitês consultivos” como sendo um mecanismo de cooptação da sociedade civil. Você poderia explicar melhor?
7. Você diria que estes ocorridos enfraqueceram a campanha “Não ao ProSAVANA”? Qual tem sido o direcionamento neste momento?
8. Falando mais especificamente sobre a atividade da ADECRU, o que a organização entende como sendo o desenvolvimento ideal para as comunidades rurais de Moçambique? Qual seria o modelo alternativo ao que se apresenta por meio do ProSAVANA?
9. A ADECRU mantém contato direto com os agricultores? Como tem sido a participação deles nesta articulação? Como as informações do que está acontecendo chega até eles?
10. O que mudou na agenda de desenvolvimento de Moçambique neste tempo que a ADECRU tem acompanhado as ações?
11. O blog da ADECRU surge em setembro de 2012 e a primeira publicação ocorre em março de 2013 e é sobre o ProSAVANA. Depois, surgem outras publicações, inclusive em relação à atuação da Vale. A criação do canal de comunicação foi motivada pela articulação contra o ProSAVANA?

Entrevistado: Vicente Adriano

Data: 15/09/2016 | **Local:** Skype (Salvador – Maputo) | **Profissão:** Graduado em Relações Internacionais e Diplomacia, tem especialização em “Liderança para a Mudança” (Leadership for Change) e mestrado em Cooperação e Desenvolvimento.

Abordagem inicial: confirmação de que a entrevista pode ser gravada e utilizada para fins acadêmicos.

Perguntas:

1. Você considera que o pronunciamento da UNAC, em 2012, tenha sido o ponto inicial da luta contra o ProSAVANA.
2. Neste momento, já havia o contato com ativistas do Brasil e do Japão e qual a importância dessa participação de ativistas de diferentes países nesta luta contra o ProSAVANA?
3. Quais foram as maiores dificuldades que vocês encontraram no início e até quando você participou no sentido de empreender as ações contra o ProSAVANA? Em termos de contato para se articular...Internet, contato físico?
4. O que você considera que tenha sido um avanço dentro desta luta contra o ProSAVANA?
5. O que foi alcançado em termos de objetivos? As auscultações são um exemplo disso?
6. Eu tenho como hipótese que há um questionamento ao paradigma do desenvolvimento. Você concorda? Neste sentido, o que é entendido por parte do

governo de Moçambique do que seja desenvolvimento e o que é que os movimentos estão tentando propor?

7. Sobre esta questão da soberania alimentar, na “Carta para deter e refletir...”, vocês questionam a presidente Dilma Rousseff o porquê de o PAA não ter sido escolhido...
8. No estudo que você fez com Jeremias Vunjanhe, sobre a criação de uma política de SAN em Moçambique, vocês apresentam o envolvimento de movimentos sociais no desenvolvimento dessa política. Falam da ROSA, citam o ProSAVANA e a Aliança do G8 que dizem que ser “promotores de segurança alimentar”... como está esse processo de construção de segurança alimentar?
9. Em janeiro deste ano (2016), você mesmo e o Jeremias sofreram agressões verbais em relação ao pessoal da Major. Tem a ver com o que você tem falado? Houve alguma caída no movimento? Foi a partir daí que você se afastou do movimento?
10. Você falou da redução dos espaços de participação mas, ao mesmo tempo, que a articulação contra o ProSAVANA acabou trazendo um fôlego para estes movimentos. Como tem sido a envolvimento dos camponeses que podem ser afetados com a concretização completa do programa?
11. Qual a percepção dos camponeses? O que eles precisam e que não está, necessariamente, apresentado e não é possível ser trazido pelo ProSAVANA?
12. Antes de encerrar, gostaria de me certificar sobre a questão do seu afastamento...

Entrevistada: Karina Kato

Data: 14/11/2016 | **Local:** Rio de Janeiro, Brasil. | **Evento:** “Expansão do agronegócio no Brasil e em Moçambique: principais atores, estratégias e disputas por recursos” | **Profissão:** Professora na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisadora colaboradora do PACS.

Abordagem inicial: confirmação de que a entrevista pode ser gravada e utilizada para fins acadêmicos.

Perguntas:

1. No artigo elaborado por você e pela professora Ana, vocês falam que a formação de uma “ampliada luta de resistência e de denúncia” tem contribuído com os atrasos verificados no cronograma do ProSAVANA e também na mudança do projeto original. Quais ações da articulação você destacaria como principais para chegar a este resultado?
2. Em sua visita de campo em 2014, qual foi sua percepção em relação às necessidades dos camponeses das áreas que você visitou? Do que mais eles reclamavam?
3. Você acredita que a articulação contra o programa que deu origem à campanha “Não ao ProSAVANA” seja um desdobramento positivo da cooperação internacional para o desenvolvimento?
4. A articulação é bem diversa e envolve ONGs, movimentos sociais, acadêmicos de forma independente...Vocês denominam este movimento de alguma forma? Seria um movimento contra-hegemônico...
5. Quando eu comecei a pesquisar o ProSAVANA, eu percebi que já tem bastante produção sobre o programa em si e, inclusive, com perspectivas favoráveis à ele como

o trabalho de Natalia Figerman. Até por isso, decidi focar mais na articulação contrária do que no programa em si. Por que você acha que gerou tanto interesse?

6. Em relação ao PACS...o instituto já questiona o modelo de desenvolvimento “mercado-cêntrico”, neste caso, você diria que apoiar a luta contra o ProSAVANA seria inevitável?
7. Embora pareça estar bem articulada, sempre há “funções” em um movimento. O que você destacaria como contribuição dos movimentos brasileiros na resistência contra o ProSAVANA?
8. Um ano depois de publicado o artigo de vocês, o que você destacaria como mudança ou o que você acrescentaria naquela reflexão que pensa “investimentos, cooperação e financiamento”?

Entrevistada: Diana Aguiar

Data: 14/11/2016 | **Local:** Rio de Janeiro, Brasil | **Evento:** “Expansão do agronegócio no Brasil e em Moçambique: principais atores, estratégias e disputas por recursos” | **Profissão:** assessora da FASE

Abordagem inicial: confirmação de que a entrevista pode ser gravada e utilizada para fins acadêmicos.

Perguntas:

1. Em entrevista com Boaventura Monjane, ele me falou que as organizações moçambicanas ficaram sabendo do ProSAVANA por meio das organizações brasileiras, foi isso mesmo? Quando inicia o envolvimento dos movimentos brasileiros com os moçambicanos e japoneses?
2. A campanha “Não ao ProSAVANA” foi inspirada em algum outro movimento semelhante em outros países ou até que envolvesse o Brasil?
3. Qual tem sido o papel dos movimentos brasileiros na articulação contra o ProSAVANA?
4. Como a FASE tem se envolvido nesta articulação?
5. O ProSAVANA é pensado para uma região em que há investimentos brasileiros, principalmente, o empreendimento da Vale. Há alguma relação ou trabalho de parceria entre a campanha “Não ao ProSAVANA” e os “Atingidos pela Vale”?
6. O que você destacaria como conquista da articulação contra o ProSAVANA nestes quatro anos de luta?
7. Qual era a preocupação inicial do movimento e, hoje, qual tem sido o foco?
8. Em relação à troca de conhecimentos e a própria escuta aos camponeses, como ocorre no âmbito da organização?
9. Quais diferenças você percebe em relação à participação da sociedade civil do Brasil, de Moçambique e do Japão em relação ao envolvimento (elaboração, críticas, acompanhamento) em projetos de cooperação internacional?
10. No primeiro semestre deste ano, a organização do ProSAVANA propôs a criação do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil. Como foi esse processo?

11. De que maneira você acredita que a mudança de governo brasileiro pode afetar o ProSAVANA? Quais têm sido as perspectivas da articulação?

Entrevistado: Jeremias Vunjanhe

Data: 21/02/2017 | **Local:** Skype (Salvador – Maputo) | **Profissão:** ativista e membro da ADECRU

Abordagem inicial: confirmação de que a entrevista pode ser gravada e utilizada para fins acadêmicos.

Perguntas:

1. Você voltou do Norte de Moçambique agora, como está o clima em relação ao ProSAVANA por lá? O que você poderia compartilhar comigo?
2. Em entrevista à minha orientadora, Elsa Kraychete, em novembro de 2015, você disse que a Campanha “Não ao ProSAVANA” tem sido considerada a mais bem sucedida nos últimos 30 anos. A o que você atribui isto?
3. O que tem na campanha que tem faltado a outras articulações em nível internacional?
4. Falando, agora, mais especificamente sobre a sociedade civil organizada em Moçambique...Na campanha, fica muito claro o protagonismo das organizações moçambicanas (e a reivindicação deste protagonismo inclusive). Você identifica um período específico em que há um crescimento do número de movimentos?
5. No meu primeiro capítulo, eu abordo uma questão relacionada à necessidade de criação de consensos para que o impulso do desenvolvimento se mantenha. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que as organizações não governamentais começam a ganhar espaço de participação nas resoluções em nível internacional, há também uma cooptação dessas organizações por parte de instituições internacionais (eu trato do Banco Mundial). Isso me fez pensar no processo de tentativa de aprovação do ProSAVANA. Como tem sido a relação entre as instituições internacionais e as organizações não governamentais e movimentos sociais de Moçambique?
6. Moçambique tem um histórico de recebimento de ajuda internacional... Como é a relação entre ONGs internacionais e as ONGs locais? E entre essas ONGs internacionais e o Estado moçambicano?
7. Falando sobre a participação da sociedade civil moçambicana nos projetos de melhoria para a população, pelo que você e o Vicente Adriano contam no trabalho que vocês realizaram sobre a construção da política de segurança alimentar de Moçambique, me pareceu que as organizações da Sociedade Civil tiveram participação ativa. Como tem sido esta participação quando o assunto são projetos de cooperação internacional?
8. Lendo um pouco sobre a história política de Moçambique, principalmente um texto da Maria Paula Meneses, me chamou atenção a construção e reforço da ideia de inimigo. Hoje, quem se opõe ao governo ou mesmo reivindica melhores critérios para a aprovação de projetos que se dizem de desenvolvimento ainda é visto como inimigo?
9. Como você acha que os conflitos políticos em Moçambique e a mudança de governo brasileiro têm afetado os rumos do ProSAVANA?

APÊNDICE C - Principais publicações da articulação contra o ProSAVANA

DATA	TÍTULO	LINK
11/10/2012	Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSAVANA	< http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana >
20/01/2013	Análise do Discurso e dos Antecedentes do Programa ProSAVANA em Moçambique – enfoque no papel do Japão	< https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Ana%cc%81lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20(Funada).pdf >
25/01/2013	Posição da Justiça Ambiental/FOE Moçambique sobre o programa Prosavana	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/21566 >
21/03/2013	O que quer o Brasil com o ProSAVANA?	< https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/o-que-quer-o-brasil-com-o-prosavana/ >
08/04/2013	Posição da ADECRU sobre “Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional” em Moçambique	< https://adecru.wordpress.com/2013/04/08/posicao-da-adecru-sobre-a-nova-alianca-para-a-seguranca-alimentar-e-nutricional-em-mocambique-2/ >
29/04/2013	Joint Statement Leaked copy of the Master Plan for the ProSAVANA programme in Northern Mozambique confirms the worst	< https://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears >
28/05/2013	Carta Aberta das Organizações e Movimentos Sociais Moçambicanas dirigida aos Presidentes de Moçambique, Brasil e Primeiro-Ministro do Japão/Maio de 2013	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/22136-carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana >
06/08/2013	Povos de Moçambique, Brasil e Japão discutem em Maputo formas de resistência, detenção e reflexão do ProSAVANA	< http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/56-povos-de-mocambique-brasil-e-japao-discutem-em-maputo-formas-de-resistencia-detencao-e-reflexao-do-prosavana >
15/08/2013	Camponeses erguem suas vozes e mudam o jogo no ProSavana	< http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2013/agosto/camponeses-erguem-suas-vozes-e-mudam-o-jogo-no-prosavana >
28/08/2013	From rhetoric to practice in South-South development cooperation: A case study of Brazilian interventions in the Nacala corridor development program	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/22476-from-rhetoric-to-practice-in-south-south-development-cooperation-a-case-study-of-brazilian-interventions-in-the-nacala-corridor-development-program >
09/09/2013	FASE denuncia os impactos da expansão do agronegócio em Moçambique e apoio governamental brasileiro	< https://issuu.com/ongfase/docs/caderno_prosavana_fase >
30/09/2013	Japanese civil society statement on ProSAVANA	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/23618-japanese-civil-society-statement-on-prosavana >
10/10/2013	ProSavana e face oculta do Prodecer	< https://www.youtube.com/watch?v=jUKmyKf5E0k >
08/11/2013	Carta de la sociedad civil japonesa sobre Prosavana	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/22803-carta-de-la-sociedad-civil-japonesa-sobre-prosavana >
08/11/2013	ProSavana: Manipulações, mentiras e meias verdades	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/22778-prosavana-manipulacoes-mentiras-e-meias-verdades >
05/12/2013	Prosavana –Mudança de estratégia	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/22889-prosavana-mudanca-de-estrategia >

16/12/2013	Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Fingermann	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/22936-anatomia-pos-fukushima-dos-estudos-sobre-o-prosavana-focalizando-no-os-mitos-por-tras-do-prosavana-de-natalia-fingermann >
21/04/2014	Governos de Moçambique, Brasil e Japão Lançam última Ofensiva contra Resistência das OSC e Movimentos Sociais ao ProSavana	< https://adecru.wordpress.com/2014/04/21/governos-de-mocambique-brasil-e-japao-lancam-ultima-ofensiva-contra-resistencia-das-osc-e-movimentos-sociais-ao-prosavana/ >
01/05/2014	Declaração da Assembleia-Geral Ordinária da UNAC 2014	< http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/79-declaracao-da-assembleia-geral-ordinaria-da-unac-2014 >
02/06/2014	Lançada campanha NÃO AO PROSAVANA em Moçambique	< https://adecru.wordpress.com/2014/06/02/lancada-campanha-nao-ao-prosavana-em-mocambique/ >
18/07/2014	Convite à Imprensa	< https://adecru.wordpress.com/2014/07/18/convite-a-imprensa/ >
25/07/2014	Mozambique: civil society organizations decided to globalize the ‘No to ProSavana’ campaign and promise to give legal responsibility to ‘perpetrators’	< https://viacampesina.org/en/index.php/actions-and-events-mainmenu-26/stop-transnational-corporations-mainmenu-76/1643-mozambique-civil-society-organizations-decided-to-globalize-the-no-to-prosavana-campaign-and-promise-to-give-legal-responsibility-to-perpetrators >
16/08/2014	“Campanha NÃO ao ProSavana”: Moçambicanos pedem solidariedade e expandem a campanha na SADC	< http://www.unac.org.mz/index.php/artigos/nacional/94-campanha-nao-ao-prosavana-mocambicanos-pedem-solidariedade-regional >
03/12/2014	Associações de camponeses em Nampula agastadas com a implementação do Modelo II do ProSAVANA	< https://adecru.wordpress.com/2014/12/03/associacoes-de-camponeses-em-nampula-agastadas-com-a-implementacao-do-modelo-ii-do-prosavana/ >
15/12/2014	Fundo Nacala, estrutura original e desdobramentos	< https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Fundo_Nacala_doc_t%c3%a9cnico_PDF.pdf >
01/03/2015	Nova Aliança do G8 Atinge e Usurpa Terra e Água de 50 mil Pessoas em Moçambique	< https://adecru.wordpress.com/2015/03/01/nova-alianca-do-g8-atinge-e-usurpa-terra-e-agua-de-50-mil-peopleas-em-mocambique/ >
23/03/2015	ADECRU Internacionaliza Luta contra Nova Aliança e Saque dos Recursos Naturais em Moçambique	< https://adecru.wordpress.com/2015/03/23/adecru-internacionaliza-luta-contra-nova-alianca-e-saque-dos-recursos-naturais-em-mocambique/ >
15/04/2015	Moçambique: NÃO aos açambarcadores de terras	< https://adecru.wordpress.com/2015/04/15/mocambique-e-nao-aos-acambarcadores-de-terras/ >
21/04/2015	Pronunciamento Urgente Protesto e Pedidos sobre o Processo da Divulgação e do Diálogo da Versão Inicial do Plano Director do Programa ProSAVANA	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/24805-pronunciamento-urgente-protesto-e-pedidos-sobre-o-processo-da-divulgacao-e-do-dialogo-da-versao-inicial-do-plano-director-do-programa-prosavana >
30/04/2015	Comunidades rejeitam a implementação do ProSAVANA e abandonam a sala de reunião de auscultação pública em Malema	< https://adecru.wordpress.com/2015/04/30/comunidades-rejeitam-a-implementacao-do-prosavana-e-abandonam-a-sala-de-reuniao-de-auscultacao-publica-em-malema/ >
11/05/2015	Governo do Distrito de Malema persegue e ameaça camponeses que rejeitaram o ProSavana	< https://adecru.wordpress.com/2015/05/11/governo-do-distrito-de-malema-persegue-e-ameaca-camponeses-que-rejeitaram-o-prosavana/ >
11/05/2015	Exigimos a Suspensão e Invalidação Imediata da “Auscultação Pública do Plano Director do ProSavana”	< https://adecru.wordpress.com/2015/05/11/exigimos-a-suspensao-e-invalidacao-imediata-da-auscultacao-publica-do-plano-director-do-prosavana/ >
14/05/2015	Processo de auscultação pública do Plano Director Versão Zero do ProSAVANA	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/24909-processo-de-auscultacao-publica-do-plano-director >

		versao-zero-do-prosavana >
20/05/2015	A Grande Concessão de Terras em Moçambique	< https://adecru.wordpress.com/2015/05/20/a-grande-concessao-de-terras-em-mocambique/ >
25/05/2015	“Pão e circo” para o ProSAVANA	< https://adecru.wordpress.com/2015/05/25/pao-e-circo-para-o-prosavana/ >
04/06/2015	G7 food initiative driving hunger in African countries, say global civil society groups	< https://adecru.wordpress.com/2015/06/04/g7-food-initiative-driving-hunger-in-african-countries-say-global-civil-society-groups/ >
04/06/2015	Chamada dos povos para invalidação imediata da “auscultação pública do Plano Director do ProSAVANA”	< https://adecru.wordpress.com/2015/06/04/chamada-dos-povos-para-invalidacao-imediata-da-auscultacao-publica-do-plano-director-do-prosavana/ >
15/06/2015	Auscultação pública sobre o ProSAVANA: Ministro exige intervenções “patrióticas” e activistas abandonam a sala	< https://adecru.wordpress.com/2015/06/15/auscultacao-publica-sobre-o-prosavana-ministro-exige-intervencoes-patrioticas-e-activistas-abandonam-a-sala/ >
17/06/2015	Aparente Auscultação Pública sobre o Programa Prosavana – Mais um processo de diálogo Fantoche	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/25053-aparente-auscultacao-publica-sobre-o-programa-prosavana-mais-um-processo-de-dialogo-fantoche >
17/08/2015	“Vale e ProSavana simbolizam o saque dos recursos e violação de direitos das comunidades sobre a Terra” denunciam organizações moçambicanas no Brasil	< https://adecru.wordpress.com/2015/08/17/vale-e-prosavana-simbolizam-o-saque-dos-recursos-e-violacao-de-direitos-das-comunidades-sobre-a-terra-denunciam-organizacoes-mocambicanas-no-brasil/ >
28/10/2015	Lançamento do documentário - “ProSavana: Terra usurpada, vida roubada”	< https://www.youtube.com/watch?v=zQ82-C6hHR0 >
18/12/2015	Comentários ao Plano Director Versão Draft Zero, Março de 2015 No contexto da campanha não ao ProSAVANA	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/25717-comentarios-ao-plano-director-versao-draft-zero-marco-de-2015-no-contexto-da-campanha-nao-ao-prosavana >
11/01/2016	Depois de desperdiçados mais de 560 milhões de Ienes para Elaboração do Plano Director do Prosavana, os governos optam pela cooptação da Sociedade Civil	< https://adecru.wordpress.com/2016/01/11/depois-de-desperdicados-mais-de-560-milhoes-de-ienes-para-elaboracao-do-plano-director-do-prosavana-os-governos-optam-pela-cooptacao-da-sociedade-civil/ >
11/01/2016	Ativistas da UNAC escapam de tentativa de espancamento protagonizada por um dos consultores da JICA durante a sessão de consulta às organizações sobre ProSavana	< http://www.unac.org.mz/index.php/artigos/internacional/139-ativistas-da-unac-escapam-de-tentativa-de-espancamento-protagonizada-por-um-dos-consultores-da-jica-durante-a-sessao-de-consulta-as-organizacoes-sobre-prosavana >
17/01/2016	Análise preliminar dos documentos primários da JICA sobre os contratos da JICA com os consultores para “estratégia de comunicação” e os relatórios dos consultores Japoneses do PD	< https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Analise-dos-Documentos-da-JICA(rev.).pdf >
19/01/2016	Prosavana em discussão no seio das organizações da sociedade civil em Nampula	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/25685-prosavana-em-discussao-no-seio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-em-nampula >
25/01/2016	Declaração de Solidariedade aos Representantes da UNAC diante das Ameaças e Agressões proferidas pelo Representante da empresa de consultoria MAJOL, contratada pela JICA	< https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Solidariedade-aos-Representantes-da-UNAC-diante-das-Amea%C3%A7as-e-Agress%C3%B5es-proferidas-pelo-Representante-da-empresa-de-consultoria-MAJOL.pdf >
19/02/2016	Campanha Não ao Prosavana denuncia as irregularidades do processo de Diálogo sobre o ProSavana	< https://adecru.wordpress.com/2016/02/22/campanha-nao-ao-prosavana-denuncia-as-irregularidades-do-processo-de-dialogo-sobre-o-prosavana/ >

23/02/2016	Comunicado de imprensa do ProSAVANA sobre o alegado Mecanismo de Diálogo	< https://adecru.wordpress.com/2016/02/23/comunicado-de-imprensa-do-prosavana-sobre-o-alegado-mecanismo-de-dialogo/ >
26/02/2016	Acta da Criação do Alegado Mecanismo de Coordenação do Prosavana	< https://adecru.wordpress.com/2016/02/26/acta-da-criacao-do-alegado-mecanismo-de-coordenacao-do-prosavana/ >
06/04/2016	Denúncia da parceria entre a WWF e o Prosavana	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/25965-denuncia-da-parceria-entre-a-wwf-e-o-prosavana >
09/05/2016	Capitalismo selvagem à brasileira	< http://apublica.org/2016/05/capitalismo-selvagem-a-brasileira/ >
25/05/2016	ProSavana files	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/26158-prosavana-files >
27/05/2016	Síntese do Encontro de Convergência e Resistência do Movimento não ao ProSavana	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/26173-sintese-do-encontro-de-convergencia-e-resistencia-do-movimento-nao-ao-prosavana >
27/05/2016	Lançamento do documentário – “Somos Carvão?”	< https://www.youtube.com/watch?v=jICcw3AupXs >
22/08/2016	Estratégia da Comunicação do ProSAVANA e Seu Impacto: Análise dos Documentos da JICA Divulgados e Escapados	< https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Ana%cc%81lise_No.2_(Estrate%cc%81gia_de_Comunicac%cc%a7a%cc%83o)_Aug_2016.pdf >
27/08/2016	Comunicado conjunto e questionamentos da sociedade civil de Moçambique, Brasil e Japão sobre o ProSAVANA com relação aos documentos do governo recentemente vazados	< http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/activities/ps20160827statement_pr.pdf >
10/11/2016	No to ProSAVANA Campaign considers the redesign and public consultation process of ProSAVANA’s Master Plan to be fraudulent	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/26688-no-to-prosavana-campaign-considers-the-redesign-and-public-consultation-process-of-prosavanas-master-plan-to-be-fraudulent >
14/11/2016	Cooperação sul-sul dos Povos do Brasil e de Moçambique: memórias da resistência ao ProSavana	< https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/a-cooperacao-sul-sul-dos-povos-do-brasil-e-de-mocambique/ >
24/01/2017	Protesto urgente e pedido encaminhado ao presidente da JICA Sr. Shinichi Kitaoka	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/26919 >
17/02/2017	Protesto contra a actuação da JICA sobre a sociedade moçambicana no âmbito do programa ProSavana	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/26937-protesto-contra-a-actuacao-da-jica-sobre-a-sociedade-mocambicana-no-ambito-do-programa-prosavana >
22/02/2017	ProSavana: Sociedade Civil moçambicana exige imediata suspensão das acções da JICA	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/26952-prosavana-sociedade-civil-mocambicana-exige-imediata-suspensao-das-accoes-da-jica >
01/03/2017	Nosso apoio à Carta Aberta das organizações sociais de Moçambique à JICA	< https://www.farmlandgrab.org/post/view/26967-nosso-apoio-a-carta-aberta-das-organizacoes-sociais-de-mocambique-a-jica >
03/03/2017	Resposta da JICA à Carta Aberta datada de 17 de Fevereiro de 2017	< https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/C364.pdf >
13/03/2017	Resposta ao Pronunciamento da JICA à Carta Aberta da Campanha Não ao ProSavana"	< https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Resposta_ao_Pronunciamento_da_JICA_a_Carta_Aberta_da_Campanha_Nao_ao_Prosavana.pdf >

Fonte: Elaboração própria.